

Simoni Mendes de Paula

**O colonialismo espelhado nas águas do Cunene (1884 -
1975)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Doutora em História Cultural.
Orientador: Prof. Dr. Sílvio Marcus de Souza Correa.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Paula, Simoni Mendes de
O colonialismo espelhado nas águas do Cunene (1884 -
1975) / Simoni Mendes de Paula ; orientador, Silvio Marcus
de Souza Correa - Florianópolis, SC, 2016.
263 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História. 3. História da África. 4.
Colonialismo. 5. Recursos Hídricos. I. Correa, Silvio
Marcus de Souza. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

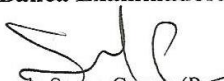
O colonialismo espelhado nas águas do Cunene (1884 - 1975).

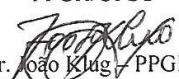
Simoni Mendes de Paula

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

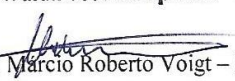
DOUTORA EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Prof. Dr. Sílvio Marcus de Souza Correa (Presidente e Orientador) –
PPGH/UFSC


Prof. Dr. João Klug – PPGH/UFSC


Prof. Dr. Waldir José Rampinelli – PPGH/UFSC

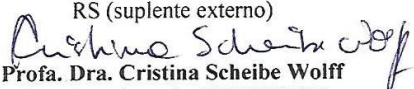

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt – PPGH/UFSC

Prof. Dra. Cláudia Mortari – UDESC 


Prof. Dr. Marcelo Bittencourt Ivair Pinto – UFF

Prof. Dra. Eunice Sueli Nodari – PPGH/UFSC (suplente interna)

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – Pontifícia Universidade Católica do
RS (suplente externo)


Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 29 de fevereiro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer às pessoas que contribuíram para a realização dessa pesquisa, seja de forma direta ou indireta. Primeiramente, agradeço à minha família, minha mãe Neide e meu pai Altair, por todo apoio e incentivo dado aos meus estudos desde os primeiros anos na escola até aqui, o que sempre me motivou a seguir em frente. Ao Bruno, meu marido, especialmente pelo apoio dado durante o doutorado sanduíche em Lisboa, período que realmente precisei de ajuda e ele estava lá. Amo vocês.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, pela concessão de bolsa durante todo o doutorado. E pela concessão de bolsa PDSE que proporcionou a minha estadia no exterior que, sem dúvidas, possibilitou a exequibilidade dessa pesquisa.

Ao professor Dr. Sílvio Marcus de Souza Correa, meu orientador, obrigada pela oportunidade de realização desse estudo, por dar credibilidade a mim e à minha pesquisa, e pela disponibilidade sempre que foi necessário. Aos colegas do Laboratório de Estudos de História da África (LEHAf), especialmente à Ana Carolina Schweitzer, pelas discussões, trocas e desabafos nos momentos mais críticos.

À Dr^a Eugénia Rodrigues, por ter me recebido no Instituto de Investigação Científica Tropical, durante a minha estadia em Lisboa e me orientado nas pesquisas aos arquivos portugueses. Aos funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Biblioteca Nacional de Portugal e do Arquivo de Histórico Diplomático por terem sido tão receptivos, atenciosos e solícitos, possibilitando a realização de uma pesquisa tão densa em tão poucos meses.

Aos professores que aceitaram fazer parte da banca, pela leitura, críticas e sugestões. Ao professor Dr. João Klug por ter acompanhado minha carreira acadêmica desde a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso até a banca de doutorado. À professora Dr^a. Eunice Sueli Nodari, que durante o período em que esteve ocupando a coordenação do Programa de Pós-Graduação em História sempre esteve à disposição para me socorrer quando fosse necessário. Por fim, aos funcionários e demais professores do Programa de Pós-Graduação em História.

RESUMO

A presente tese tem o objetivo de analisar os usos dos recursos hídricos do rio Cunene durante o período de colonialismo português em Angola, entre 1884 e 1975. O rio Cunene está localizado no sul de Angola, tendo parte de seu curso utilizado como fronteira entre Angola e o Sudoeste Africano, atual Namíbia. Durante os quase cem anos analisados por este estudo, identificam-se diversas formas de utilização desses recursos que acompanhavam a situação política, social e cultural da época. Nos primeiros anos do colonialismo, as incertezas sobre o real curso do Cunene motivaram algumas expedições científicas pela região, na esperança de encontrar uma possível ligação com o rio Zambeze, o que facilitaria a concretização do mapa cor-de-rosa. Nos anos seguintes, a ocupação portuguesa nas terras Além-Cunene acarretou em guerras coloniais, envolvendo as tropas portuguesas e os habitantes da região, especialmente, os cuamatos e cuanhamas. Durante as batalhas, ficou evidente que a vitória dependeria diretamente do domínio sobre os recursos hídricos da região, tendo em vista a característica árida da região. Simultaneamente, o rio passa a figurar no campo diplomático, a partir de vários acordos formalizados entre o governo português e os mandatários do Sudoeste Africano. Esses acordos determinaram a elaboração de estudos que visavam à utilização dos recursos do rio para minimizar os problemas da seca da Ovambolândia e da Damaralândia, além de possibilitar o fornecimento de energia elétrica. Muitos desses estudos foram executados durante o governo de António Salazar, o que fez com o que o rio Cunene se tornasse objeto de propaganda do Estado Novo.

Palavras-chaves: Colonialismo. Rio Cunene. Recursos hídricos. História da África

ABSTRACT

This dissertation's objective is to analyze the uses of water resources of the Kunene River during the Portuguese colonialism period in Angola, between 1884 and 1975. The Kunene River is located in the South Angola having part of its course used as the border between Angola and South-West Africa, now known as Namibia. During the almost hundred years analyzed in this study are identified various forms of use these resources which accompanied the political, social and cultural time. In the early years of colonialism, the uncertainties about the real course of Kunene resulted scientific expeditions in the region, hoping to find a possible link to the Zambezi River, which would facilitate the implementation of the rose-colored map. In subsequent years the Portuguese occupation in the lands Beyond-Cunene promoted the occurrence of colonial wars involving the Portuguese troops and residents of the region, specially the cuamatos and cuanhamas. During the battles, it became clear that the victory depend directly on the field of water resources in the region, given the arid feature of the region. Simultaneously, the river becomes important in diplomatic circles when several agreements have been formalized between the Portuguese government and representatives of the South-West Africa. These agreements led to the development of studies about the use of river resources to minimize the dry problems of Ovamboland and Damaraland, and also enable the supply of electricity. Many of these studies have been performed during the government of Antonio Salazar, which made what the Cunene river became New state propaganda object.

Keywords: Colonialism. Kunene River. Water resources. History of Africa.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Bacia Hidrográfica do Cunene	21
Mapa 2	Mapa Cor-de-rosa	51
Mapa 3	A partilha da África Austral	58
Mapa 4	Principais viagens de exploração do continente africano feitas por portugueses no século XIX	70
Mapa 5	<i>Carte de L'Ethiopie Occidentale, 1732 D'anville</i>	81
Mapa 6	Mapa etnolinguístico de Angola	88
Mapa 7	Carta para o estudo do conjunto das operações além-Cunene	91
Mapa 8	Território Cuamato	102
Mapa 9	Massacre do Cunene	115
Mapa 10	A zona neutra no sul de Angola	149
Mapa 11	Projeto elaborado por Schwarz	175
Mapa 12	Localização de aproveitamentos da bacia do Cunene.....	217

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O Tratado de Lourenço Marques na revista O António Maria.....	45
Figura 2	O Ultimato Britânico na revista Pontos nos II.....	56
Figura 3	Recepção dos exploradores Capello e Ivens	75
Figura 4	O retorno de Capello e Ivens	76
Figura 5	Análise antropométrica dos Cuanhamas.....	98
Figura 6	Passagem de gado no rio Cunene – Capelongo.....	105
Figura 7	Planta da embala do Cuamato Pequeno com a disposição das forças de combate.....	124
Figura 8	Carro boers transportando água no comboio.....	125
Figura 9	Cacimbas de Inhoca – Cuamato Pequeno.....	128
Figura 10	Catarata do Ruacaná no Rio Cunene, segundo uma fotografia do 1º tenente Filippe de Carvalho, 1910.....	146
Figura 11	Questões diplomáticas nas páginas do semanário O Thalassa.....	152
Figura 12	Colonato do Cunene – casa dos colonos.....	200
Figura 13	Chimpaca de armazenamento de águas em terras cuanhamas.....	210
Figura 14	Ponte na barragem da Matala, rio Cunene.....	219
Figura 15	Colona Branca na 1ª colheita de batata, núcleo Algés à Nova, 1955.....	225
Figura 16	Colono indígena no núcleo de Álgés à Nova, 1955.....	225
Figura 17	Planícies de inundações a jusante de Roçadas.....	233

LISTA DE SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AHD	Arquivo Histórico Diplomático
CC	Comissão de Cartografia
CDTE	Centro Documentação Técnica-Econômica
CSFU	Conselho Superior Fomento Ultramarino
DGAPC	Direcção Geral Administração Política Civil
DGC	Direcção Geral Colónias
DGOPC	Direcção Geral Obras Públicas Comunicações
DGU	Direcção Geral do Ultramar
IICT	Instituto de Investigação Científica Tropical
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
MU	Ministério Ultramar
RAS	República da África do Sul
SEMU	Secretaria Estado Marinha Ultramar
SGL	Sociedade de Geografia de Lisboa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
Capítulo 1 - Colonialismo português e as expedições no sul de Angola.....	35
1.1 O colonialismo português em África.....	36
1.2 As expedições portuguesas em Angola e nas margens do rio Cunene no século XIX	59
Capítulo 2 - O rio Cunene no contexto das guerras coloniais	85
2.1 - As populações do Cunene: contatos e interações com o rio.....	86
2.2 - Guerras coloniais e a posse dos recursos naturais	109
Capítulo 3 - O rio Cunene e a diplomacia na zona neutra.....	139
3.1 - A delimitação da fronteira sul de Angola.....	140
3.2 O projeto de Schwarz e a atração de grupos locais.....	165
Capítulo 4 - O aproveitamento hidráulico da bacia do Cunene e o Estado Novo.....	185
4.1 - Rio Cunene no Estado Novo e o povoamento branco da bacia do Cunene	186
4.2 - A execução do Plano do Cunene	215
CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
REFERÊNCIAS	247
FONTES	255
GLOSSÁRIO	265

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar os usos das águas do rio Cunene no decorrer do período colonial angolano, atentando para a relevância que o controle e o conhecimento hídrico representaram para o estabelecimento do poder colonial sobre a região. Assim, busca-se observar o papel decisivo do rio na delimitação da fronteira sul de Angola durante a ocupação portuguesa, bem como para os projetos desenvolvidos para a região, com vistas a promover a domesticação das águas, buscando amenizar o problema da seca na região sul de Angola e no vizinho Sudoeste Africano. Além de buscar compreender de que forma as populações locais lidaram com esse novo cenário político e social construído nas margens do rio.

O recorte temporal da pesquisa é amplo, visto que, durante todo o período colonial, o rio Cunene foi ganhando novas utilidades que o colocavam, constantemente, no centro do debate colonial. Sendo assim, o ano de 1884 foi definido como o início desta análise por ser o ano da expedição dos portugueses Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, que com passagem pelo sul de Angola, organizaram uma das mais importantes travessias científicas da África Austral (“De Angola à Contra-costa”¹). Essas expedições, que ocorreram com frequência por toda a África, tiveram importância significativa no cenário da partilha da África, devido ao conhecimento científico e geográfico por elas construído. O ano de 1975, por sua vez, finaliza este trabalho por ser o ano que marca o fim do colonialismo português, com a eminente independência de Angola e, por consequência, o fim da autoridade portuguesa sobre os projetos de barragens da bacia do Cunene.

Como já foi mencionado acima, o recorte espacial desta tese é o Rio Cunene, localizado ao sul de Angola e responsável pela definição de parte da fronteira entre Angola e Namíbia (que no período colonial foi chamado de Sudoeste Africano). O rio em questão possui uma extensão de 1050 quilômetros, com uma área de abrangência de 106.560 km², dos

¹ CAPELO, Hermenegildo & IVENS, Roberto. **De Angola à Contracosta: Descrição de uma viagem pelo continente africano**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

quais, 87% encontram-se dentro do território Angolano.² Com a nascente no planalto central de Angola, o rio corre em direção ao sul e deságua no Oceano Atlântico em um ponto que por muitos séculos permaneceu desconhecido pelos portugueses, pois o rio se torna intermitente na proximidade de sua foz.

Observando todo o seu curso, identificam-se contrastes evidentes que levam à definição de áreas distintas: Alto Cunene, Médio Cunene e Baixo Cunene. O Alto Cunene é caracterizado por planaltos com altitudes entre 1200 e 1800 metros até as cidades de Huambo e Matala, com alto nível de precipitações anuais. Essa área é fértil, sendo densamente utilizada para o cultivo agrícola. Nesse mesmo local se encontram as nascentes de outros rios importantes como o Cuanza e o Cubango.³

Do médio ao baixo Cunene, no entanto, os níveis de precipitações vão baixando consideravelmente tornando o rio temporário nas proximidades da foz. O início dessa região se localiza na divisa de Angola com a Namíbia, onde o rio atravessa o deserto do Kalahari, com topografia semi-árida. Com forte ação erosiva, o rio passa por uma região montanhosa e rochosa, com grandes declives⁴, que dão origem a algumas cataratas como as Quedas do Ruacaná e as Quedas de Monte Negro.

Observa-se que essa considerável variação de características físicas possibilitou o desenvolvimento de práticas econômicas distintas ao longo da margem do Cunene, promovendo entre as populações relações com o rio muito diferentes umas das outras. Da mesma forma, essa variação possibilitou ao governo português desenvolver no decorrer do período colonial novas utilidades para as águas do rio, de acordo com o desenrolar de seu cenário político.

Para este trabalho optou-se por dar maior destaque as populações que habitavam a região entre o Médio e o Baixo Cunene. A seleção dessa área ocorreu em virtude da proximidade com a fronteira sul, tendo

²HOGAN, C Michael. **Kunene River**. Disponível em: <<http://www.eoearth.org/view/article/174385/>> (acesso em 20 de dezembro de 2013).

³HOGAN, C Michael. **Kunene River**. Disponível em: <<http://www.eoearth.org/view/article/174385/>> (acesso em 20 de dezembro de 2013).

⁴O Rio Cunene: estudo morfológico. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1970-09/09_01.pdf> p. 7. (acesso em 20 de dezembro de 2013).

colonial, que muitas vezes à distância, percebem a importância desses recursos para a concretização do sonhado sucesso do empreendimento colonial. Observando que essas ações se tornam interferências mútuas, uma vez que ao mesmo tempo em que os rios sofrem com a interferência humana, ele também intervém na vida das pessoas.

Tratar de recursos hídricos na África é um ponto ainda mais desafiador, uma vez que é preciso desmistificar a ideia de uma África árida, porém considerando que em algumas regiões do mundo a existência de água em abundância nem sempre está relacionada ao acesso à água potável. E o continente africano é um exemplo disto, embora apresente uma quantidade significativa de cursos de rios, a potabilidade ainda atinge um número pífio da população⁵. O problema resultou em uma campanha da Organização das Nações Unidas, que decretou a década de 2005 – 2015, como a “*International Decade for Action ‘Water of Life’*”. Esta campanha tem o objetivo de chamar a atenção para atividades e planejamentos políticos que possam garantir a gestão sustentável dos recursos hídricos.⁶

Dentro desta perspectiva, a África tem participação relevante. Segundo a ONU⁷, apenas 61% da população da África Subsaariana tem acesso à água tratada e muito possivelmente não vai atingir a meta estabelecida de 75% até o fim da campanha. Nesse quesito, o caso de Angola é emblemático. Nos anos 2000, a porcentagem da população angolana que possuía acesso à água potável era de 50%, ou seja, não atingia a média geral da África Subsaariana. Apesar disso, o território angolano divide com outros países cinco grandes bacias hidrográficas: Congo, Zambeze, Cunene, Cubango/Okavango e Cuvelai⁸. Demonstrando claramente que a falta de água potável nem sempre está relacionada à ausência desta na paisagem.

⁵ Vale destacar que, embora a ONU apresente uma definição do que seria água potável, essa potabilidade varia de acordo com o local.

⁶ Organização das Nações Unidas - Disponível em <http://www.un.org/waterforlifedecade/background.shtml> (Acesso em 10 de abril de 2014).

⁷ Organização das Nações Unidas – Disponível em: <http://www.un.org/waterforlifedecade/africa.shtml> (Acesso em 10 de abril de 2014).

⁸ PEREIRA, Alvaro. Água em Angola: a insustentável fraqueza do sistema institucional. In: **Revista Angolana de Sociologia**. [Online], 8 | 2011, posto online no dia 29 Julho 2013, consultado no dia 27 Abril 2014. Disponível em: <http://ras.revues.org/519> ; DOI : 10.4000/ras.519.

E a água não é importante apenas no que concerne a sua potabilidade, os demais recursos tais como o deslocamento fluvial, irrigação e produção de energia elétrica, além de sua constituição político-social na condição de fronteiras geográficas, também são questões pertinentes. A produção historiográfica sobre os rios, embora tenha ganhado maior representatividade na última década, já encontrava espaço na análise historiográfica há algum tempo. Na primeira metade do século XX, o historiador da Escola dos Annales, Lucien Febvre, produziu o emblemático trabalho denominado *O Reno: História, mitos e realidades*⁹, no qual, o rio homônimo aparece como importante elemento de fronteira. Uma fronteira que ora aproxima, ora distancia, variando de acordo com a necessidade dos grupos sociais que com ela interagem.

Mais recentemente, alguns trabalhos no campo da História Ambiental estão sendo elaborados utilizando como objeto de pesquisa o rio. É o caso dos estudos do historiador Gilmar Arruda, que tem produzido estudos sobre o rio Tibagi, no norte do Paraná, resultando inclusive na organização de um livro denominado *A Natureza dos Rios: história, memória e territórios*¹⁰ que reúne diversos estudos sobre a relação do ser humano com os rios.

Ainda nessa perspectiva, Ana Carolina da Silva Borges publicou recentemente a obra *Nas Margens da História: meio ambiente, ruralidade e comunidades 'ribeirinhas' do Pantanal Norte (1870-1930)*¹¹, no qual a autora apresenta uma análise sobre as práticas diárias dos ribeirinhos pantaneiros, considerando as transformações ocorridas desde a Guerra do Paraguai. Apesar de se dispor a fazer uma pesquisa que envolve a interação desses grupos com o rio, percebe-se que ao longo do trabalho o rio perde um pouco do seu destaque dado inicialmente e se perde em meio às histórias dos ribeirinhos.

No entanto, apesar desses estudos e de sua inegável importância histórica poucos rios africanos têm sido objetos de pesquisa no âmbito da História Ambiental, que costumam contemplar apenas os grandes rios do continente como o Níger, o Nilo, o Congo e o Zambeze. Com

⁹ FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

¹⁰ ARRUDA, Gilmar (org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

¹¹ BORGES, Ana Carolina da Silva. **Nas margens da história: meio ambiente, ruralidade e comunidade no Pantanal Norte (1870-1930)**. 500. ed. Cuiabá: EdUFMT e TantaTinta, 2010.

este trabalho, pretendem-se demonstrar que os rios “menores”, como o Cunene, apresenta uma importância histórica tão relevante quanto os “grandes” rios. Apesar da lacuna nos estudos históricos, a presença do rio no território africano é tão recorrente que a historiadora americana Heather Hoag, em sua obra *Developing the rivers of East and West Africa: na environmental History*,¹² defende que assim como existem estudos frequentes sobre *landscape*, que passam a ideia de um ambiente estático e terrestre, também deveria haver estudos sobre a *waterscape* africana.

E é uma parte desta lacuna que esta pesquisa visa ajudar a preencher através de um estudo de *waterscape* do rio Cunene. Apontando assim, que problemas tão atuais como os usos das águas podem se tornar objetos de pesquisa histórica, o que inclusive poderia ajudar na busca de soluções para o problema no presente, problemas estes vistos por muitos como uma questão eminentemente contemporânea.

Além da questão da água, outro elemento que motivou o início desta pesquisa foi a possibilidade de apresentar uma nova forma de abordagem para o já tão discutido colonialismo europeu em África, agregando às discussões políticas os elementos que compõe a História Ambiental. A historiografia específica sobre este tema, eventualmente, traz referências ao rio Cunene, citando-o nas análises de relatos de viagem ou em virtude dos projetos para o uso das águas do rio que surgiram no decorrer do século XX.

Porém, foi constatado ao longo dos anos de realização dessa pesquisa, que a história do rio Cunene tende a aparecer na historiografia de forma fragmentada e quase sempre sem o protagonismo que se busca apresentar nesse trabalho. É o caso de alguns estudos do colonialismo português em Angola, como o relevante trabalho de Cláudia Castelo, denominado *O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920 – 1974)*¹³, no qual a autora traz uma importante análise dos projetos do governo português para promover a migração de portugueses para suas colônias, inclusive para o colonato do Cunene. Bem como em clássicos como René Pélissier, no livro *História das*

¹² HOAG, Heather J. **Developing the rivers of East and West Africa: a environmental History**. New York: Bloomsbury, 2013.

¹³ CASTELO, Claudia. *O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920 - 1974)*. Porto: Edições Afrontamentos, 2007.

*Campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845 – 1941)*¹⁴, em que são debatidas as guerras coloniais, no qual se reserva uma parte para tratar do sul de Angola, com rápidas menções à utilização dos recursos hídricos.

Nestas e em muitas outras obras, observa-se que a fragmentação da história do rio exclui análises pertinentes que apontam para as relações entre os diversos acontecimentos históricos ocorridos durante a ocupação do sul de Angola. Assim, através de uma análise mais profunda do papel do rio no colonialismo, busca-se apresentar as relações existentes entre os debates diplomáticos a cerca da delimitação da fronteira sul com os projetos de aproveitamento hídrico proposto durante o governo de Salazar, bem como destes com as guerras coloniais do início do século XX.

Assim, a contribuição deste estudo está em analisar todas essas atuações sobre o rio Cunene, em uma perspectiva de longa duração e tendo o rio como objeto central da pesquisa, utilizando um aporte teórico baseado na História Ambiental e lançando um novo olhar e novas questões sobre este rio. E, sobretudo, através de uma análise que contemple tanto a perspectiva portuguesa e alemã/sul-africana da questão, como também observando o papel dos grupos africanos que habitavam a região sul de Angola.

Para compreender a importância do rio Cunene na ocupação colonial de Angola, é necessário observar a situação europeia da segunda metade do século XIX. Este período ficou marcado por uma série de transformações políticas e econômicas na Europa, das quais, uma das que teve grande impacto econômico e social foi a partilha do continente africano. Em cerca de trinta anos, a África foi totalmente recortada e dividida entre as potências europeias que utilizavam em suas falas um discurso altruísta, embora demonstrassem estar preocupadas em construir grandes impérios coloniais e transferir para o continente ao sul as tensões que se desenvolviam na Europa desde o início do século XIX.

Diante da iminente corrida por colônias e protetorados na África, o governo português estabeleceu o espaço territorial a que tinha interesse. As regiões escolhidas foram aquelas com as quais o governo tinha algum tipo de contato desde os tempos do antigo império ultramarino português, como Angola, Congo, Guiné, Moçambique, entre outros. Para eles, esses locais eram seus por um “direito histórico”.

¹⁴ PÉLISSIER, René. **História das Campanhas de Angola: Resistência e Revoltas (1845 – 1941)**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 2013.

No entanto, os demais governantes europeus não concordaram com essa solicitação, restando ao império português as colônias de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, sendo o colonialismo em Angola o centro da discussão desta tese.

Durante os três primeiros séculos de ocupação portuguesa em Angola, a questão da fronteira sul não era pauta de discussão para o governo português, isso porque do outro lado, no Sudoeste Africano, havia apenas algumas populações esparsas. Na segunda metade do século XIX, no entanto, a corrida pela partilha da África alterou o cenário. Em 1883, o alemão Adolf Luderitz comprou um porto na região de Angra Pequena, na Namíbia. No ano seguinte, a aquisição do litoral, de Angra Pequena até o Orange River, fez com que o Chanceler alemão Otto Bismarck entrasse nos debates sobre a partilha e solicitasse um protetorado na região, que passaria a se chamar *Deutsch-Südwestafrika* (Sudoeste Africano Alemão).¹⁵ Com os alemães ocupando a região ao sul de Angola, a questão da fronteira se acirrou e para o governo português era necessário garantir a manutenção da soberania portuguesa em todo território angolano, inclusive na fronteira sul, mais precisamente no rio Cunene.

A nova conjuntura política europeia estimulou o governo português que, com o auxílio da Sociedade de Geografia de Lisboa, passou a organizar expedições no território africano, especialmente nas áreas que eram pleiteadas por eles perante as demais nações europeias. Diferente das expedições¹⁶ e caravanas comerciais realizadas nos séculos anteriores, as novas expedições passaram a ter uma conotação mais condizente com a situação política daquele momento. Nestes moldes, os exploradores deveriam assinar tratados com os *sobas* e régulos locais, oferecer bandeiras e estabelecer postos avançados no interior.¹⁷ O sul de Angola se tornou parte do caminho de muitas dessas

¹⁵ NOWELL, Charles E. **The Rose-Colored Map**: Portugals attempt to build a African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean. Junta de Investigação Científica do Ultramar. Centro de Estudos de Cartografia Antiga. Secção de Lisboa 21. Lisboa, 1982, p. 109.

¹⁶ As expedições científicas organizadas em território africano até aquele momento tinham o objetivo de pesquisar aspectos da flora e fauna local, coletando espécimes de animais e vegetais, visando analisar as potencialidades das regiões.

¹⁷ SANTOS, Maria Emília Madeira. **Capelo e Ivens**: Um fecho europeu para uma tradição nacional. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987, p. 12.

expedições, como foi o caso de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens em sua travessia intra-africana, partindo de Angola com destino a Moçambique.

No início do século XX, o governo português volta a direcionar suas atenções para a região do rio Cunene, que se tornou cenário de guerras coloniais sangrentas contra os povos do Cuamato e Cuanhama. Durante as batalhas fica evidente que o ponto crucial para determinar o vencedor estava no controle dos recursos hídricos naquela região, especialmente com as cacimbas, que eram reservatórios de água em meio à terra seca. Simultaneamente, intensificam-se os debates em torno da delimitação da fronteira sul, cujo cenário também era o Baixo Cunene.

Os debates levaram a uma situação inédita no colonialismo, a criação de uma zona neutra, apresentada primeiramente pelos alemães e mantida pela União Sul-Africana¹⁸. O pertinente interesse dos vizinhos do sul na região do rio Cunene estava na potencialidade de suas cataratas para sanar o problema do fornecimento de água no deserto do Sudoeste Africano. Os recursos hídricos oferecidos pelo Cunene passam a ser discutidos efetivamente após a guerra, com a apresentação de propostas de ambos os lados da fronteira, visando o fornecimento de água e energia elétrica, perdurando até o fim do período colonial. Na década de 1920, o meteorologista alemão Schwartz apresentou um projeto que deveria solucionar o problema da falta de água no deserto do Kalahari, no Sudoeste Africano. O projeto consistia em desviar as águas do Cunene, criando uma planície de inundação em torno do lago Etocha e, a partir de então, com a evaporação haveria mais precipitações, que levaria a um aumento na vazão do Cunene e provocaria a irrigação da região da Ovambolândia.¹⁹

Enquanto os debates oficiais se desenrolavam entre os membros dos governos de Portugal e da União Sul-Africana, as populações africanas das margens do Cunene se envolviam nos debates de outra forma. Alguns sobas locais, como do Cuanhama e Cuamato aproveitavam-se da incerteza política da fronteira para barganhar com a possibilidade de transitar de ambos os lados da fronteira e assim obter melhores condições de negociações.

¹⁸ Durante a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha perde seu protetorado no sudoeste africano. Desta forma, a Namíbia passa então a ser tutelada pela União Sul-Africana, comanda pela África do Sul, então colônia britânica.

¹⁹ *Ibidem*, p.3.

No que diz respeito ao potencial hidrelétrico do rio Cunene, pode-se observar que durante todo o governo do presidente português António Salazar, alguns projetos foram apresentados e acordos foram firmados para a construção de barragens. Na década de 1960, a proposta era estabelecer acordos com a África do Sul a fim de fornecer energia elétrica para o sul e estreitar as relações entre os dois países.²⁰ Porém, por traz dos debates acerca do aproveitamento hidráulico, percebem-se jogadas políticas que buscavam manter o colonialismo em um período pós-guerra, em que grande parte das colônias já despontava para a independência.

A partir de análises da documentação e referências bibliográficas, foi possível constatar que o rio Cunene foi um elemento importante na história do colonialismo português em Angola. A hipótese inicial desta pesquisa era de que tendo o rio como objeto central da pesquisa, poder-se-ia analisar não apenas as questões ambientais que permeiam a utilização dos recursos hídricos, mas também serviria como porta de entrada para compreender as complexidades políticas que envolveram a partilha da África, tanto a partir de relações entre nações europeias quanto destes com grupos africanos e seus líderes locais. E de fato, essa hipótese pode ser comprovada ao longo da pesquisa e encontra-se evidente ao longo dos capítulos da tese aqui apresentados.

Além disso, é importante ressaltar que para cada grupo que atuou em Angola nesse período, os meios de utilização do rio Cunene se apresentaram de formas distintas, o que acarretou em diferentes impactos ambientais, sociais e políticos. Para os viajantes que cruzaram o território angolano a serviço da Sociedade de Geografia de Lisboa, o rio de curso duvidoso era uma incógnita a ser descoberta. Essas expedições tinham por objetivo conhecer o interior da África, para isso, ignoraram-se os caminhos percorridos pelas caravanas ao longo dos séculos e se buscou utilizar os cursos dos rios para adentrar no continente.²¹

Os grupos que atuavam mais efetivamente na região eram aqueles que habitavam as margens do rio, formado principalmente pelos grupos étnicos Ovambo, como os cuamatos e cuanhamas. Para esses povos que

²⁰ AFONSO, Aniceto. Guerra Colonial – Uma Aliança Escondida. In: **Nação e Defesa**. N. 124, 4ª série, 2009, p. 224.

²¹ SANTOS, Maria Emília Madeira. **Travessias Científicas da África Recursos e Dependências**. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1987, série separatas 185, p.6.

lidavam diariamente com o rio, o Cunene ora se apresentava como um problema, ora como uma solução. Por ser um rio intermitente em alguns pontos, era preciso respeitar seu regime, superar os períodos de seca e aproveitar os momentos de sua cheia. Isto fazia com que esses grupos tivessem que migrar constantemente, em busca de melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades diárias. Já nas regiões mais próximas da nascente do rio, o solo fértil era utilizado para práticas agrícolas e pastoreio do gado. Embora o aproveitamento dos recursos hídricos dos grupos acima mencionado não esteja muito presente na historiografia, foram eles, certamente, os mais afetados tanto pela dinâmica natural do rio quanto pelas ações dos governos coloniais.

Por fim, para os governos coloniais de Angola e do Sudoeste Africano, o rio Cunene foi uma peça importante no colonialismo. Como mencionado anteriormente, o interesse português sobre o rio só se intensificou após a manifestação do interesse alemão pelo território ao sul de Angola. Para esses governos, possuir o curso do rio em seu respectivo território era de suma importância, visto que seria utilizado tanto para a elaboração de projetos utilizando seus recursos, possibilitando assim a fixação de colonos europeus na região, como também por atuar como uma “arma” que possibilitava o diálogo diplomático com os vizinhos. Isto porque, para ambas as regiões, a elaboração dos projetos era indispensável para o sucesso da ocupação colonial, assim o governo mandatário poderia oferecer o aproveitamento do curso do rio em troca de outros favores políticos, como pode ser visto durante o Estado Novo.

Sendo assim, percebe-se que há uma interferência mútua entre esses grupos e o meio ambiente, representado neste caso pelo rio. O rio Cunene teve papel fundamental na vida dessas pessoas e no funcionamento do governo, mas da mesma forma, esses grupos atuaram sobre o rio, transformando seu curso, sua paisagem, em virtude da exploração dos recursos por ele oferecido. Assim, entende-se que o rio conseguiu unir os grupos em alguns pontos, mas em outros foi utilizado como instrumento para o distanciamento e o conflito.

Tendo em vista essas atuações do rio Cunene na história colonial angolana, este trabalho se propôs a responder algumas questões, tais como: Qual a relevância do rio Cunene no colonialismo português? De que forma suas características físicas influenciaram na cultura e na economia dos grupos locais que habitavam suas margens? Como ocorreram os debates a cerca da delimitação da fronteira sul de Angola? Quais debates políticos entre Portugal e Alemanha/Inglaterra/União Sul Africana foram suscitados devido à existência do rio? Quais os

interesses portugueses e sul-africanos nos projetos de desvio das águas e na construção de barragens? Qual a participação dos grupos locais nesses debates? Como foram utilizados os recursos oferecidos pelo rio? Em resumo, qual a história do rio Cunene no período colonial?

Para responder tais questões, este trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, *Colonialismo português e as expedições no sul de Angola*, discute a importância da ocupação do sul de Angola para a manutenção da influência portuguesa no período conhecido como partilha da África. Esse momento do colonialismo europeu em África foi marcado por debates entre os governantes europeus, em conferências, como a Conferência de Berlim. Além disso, foram firmados acordos entre os europeus e destes com os sobas africanos, construindo uma rede de contatos que resultou na divisão do território africano em colônias europeias.

Nesse mesmo período, teve início uma nova modalidade de expedições científicas europeias, com o propósito de conhecer o interior do continente. Era através dessas expedições que os representantes dos governos europeus tentavam firmar acordos com os líderes africanos. No caso português, a Sociedade de Geografia de Lisboa foi a grande incentivadora dessas expedições. Serpa Pinto foi o primeiro português a fazer a travessia de costa a contra-costa, em 1876, seguido por Capelo e Ivens, em 1884. Esses últimos, a pedido do governo português, organizaram a expedição com a finalidade de reconstituir a carta geral de Angola e definir os territórios que poderiam estabelecer estações civilizadoras.²² Essas expedições passaram por alguns pontos do curso do rio Cunene e foram registrados em relatos, que trazem análises e percepções acerca dos grupos nativos da região, a flora e a fauna. Além disso, esse capítulo trará considerações sobre as rotas de comércio do Cunene no interior de Angola, as expedições pré-coloniais e suas tentativas de descobrir o curso do rio, especialmente sua foz, mantida como uma incógnita por muito tempo.

O capítulo 2, denominado *O rio Cunene no contexto das guerras coloniais*, aborda a utilização do rio Cunene pelas populações ribeirinhas, os contatos e conflitos gerados em suas margens. Dentre

²² SANTOS, Maria Emília Madeira. **Travessias Científicas da África Recursos e Dependências**. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1987, série separatas 185, p.10.

esses grupos, ganham destaque os cuamatos e cuanhamas, que habitavam a Ovambolândia e tiveram que desenvolver formas de adaptação ao conturbado regime do rio, que contava com períodos de grandes inundações alternados com longos períodos de seca, que acarretavam na escassez de água potável. Assim, a partir dessa adaptação, foram desenvolvendo sua própria dinâmica social e econômica.

Além disso, o capítulo analisa as primeiras interações desses grupos com as autoridades portuguesas que acarretaram na ocorrência de guerras coloniais com as tropas portuguesas. Durante as batalhas, mais uma vez o papel do rio foi decisivo, visto que o controle dos recursos hídricos da região, especialmente as cacimbas e chanas, determinou quem sairia vitorioso nas batalhas, em função da importância da água para os soldados e de seu papel social e político para os grupos.

No capítulo 3, chamado de *O rio Cunene e a diplomacia na zona neutra*, analisa a perspectiva política gerada em torno do rio. Objeto constante de discussão entre Portugal e Alemanha, na década de 1910, a área do rio Cunene foi definida, através de um acordo entre as duas nações, como uma “zona neutra”. Essa nova característica política da região perdurou além da Primeira Guerra Mundial, quando o Sudoeste Africano passa a ser tutelado pela União Sul Africana. E nesse novo cenário político, a posse do rio Cunene, especialmente no ponto onde se localizam as cataratas do Ruacaná, passa a ser o diferencial nos acordos, visto que a utilização dos recursos nesse ponto do rio passa a ter importância política estratégica.

Importante ressaltar que esses debates sobre a fronteira política ocorreram sem qualquer participação dos grupos locais, fazendo com que estes, por muito tempo, desconsiderassem essa fronteira imposta e transitassem por ambos os lados em busca de melhores oportunidades, que quase sempre eram oferecidos pelos mandatários do Sudoeste Africano, interessados em atrair mão de obra para sua região. Simultaneamente aos debates, os mandatários do Sudoeste Africano passam a promover estudos que visavam por fim ao problema da seca na Damaralândia, como o projeto desenvolvido pelo alemão Dr. Schwarz, e assim atrair imigrantes para a região.

Por fim, o quarto e último capítulo, denominado *O aproveitamento hidráulico da bacia do Cunene e o Estado Novo*, aborda os projetos de aproveitamento do Cunene desenvolvidos durante o governo de António Salazar, também conhecido como Estado Novo. O fim da Segunda Guerra Mundial, a fundação da ONU e a Guerra Fria

trouxeram consigo novo cenário político mundial, no qual o colonialismo na África ia lentamente perdendo seu espaço. Diante disso, o governo português, na tentativa constante de não perder suas colônias, promoveu mudanças, que na prática permaneciam mais no campo teórico, como a mudança de nome de colônias ultramarinas para províncias do ultramar.

Outras ações ocorreram nesse período, dentre as quais se destacam os Planos de Fomento, que visavam à propagação da ideia de integração nacional. De um modo geral, esses planos abarcavam uma gama considerável de ações e projetos do governo, sendo o projeto do Colonato do Cunene, com vistas a atrair colonos para a região, um dos exemplos. A opção pelo estabelecimento do colonato nas margens do Cunene estava relacionada às possibilidades de obras que seriam empreendidas com o aproveitamento hidráulico formalizados através do Plano do Cunene, que deveria promover, entre outras coisas, a produção de energia elétrica e o regadio nas áreas mais secas. Além disso, como pode ser visto ao longo desse capítulo, essas ações estavam intimamente vinculadas a questões políticas e alianças com a África do Sul, com vistas a manter no sul de Angola a povoação branca.

Para atender a todos os objetivos deste trabalho, uma ampla gama de fontes documentais foi utilizada, sendo estas das mais distintas procedências. A análise deste material foi feita a partir de discussões pertinentes à metodologia aplicada à História Ambiental, aliada a questões presentes nos estudos de colonialismo. Essa metodologia foi contemplada por uma análise com auxílio da interdisciplinaridade, uma vez que para compreender determinadas questões hidráulicas, tornam-se indispensáveis alguns estudos de geografia e engenharia, além de questões da antropologia e sociologia.²³

As fontes escritas, sobretudo as chamadas “fontes oficiais”, constituem a maior parte do corpo documental dessa tese, foram selecionados telegramas, relatórios, publicações de jornais, entre outros. Do ponto de vista metodológico, estas fontes foram questionadas e problematizadas com questões surgidas a partir das próprias fontes e do material bibliográfico já produzido sobre esse tema.

Além das fontes escritas, optou-se pela análise de fontes visuais do colonialismo produzidas principalmente durante as guerras coloniais, pelo registro de militares e durante o Estado Novo, em que se verifica

²³ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177 – 197.

que essas imagens foram utilizadas para a realização de propagandas governamentais. No contexto colonial, como argumenta James Ryan, a fotografia não foi utilizada apenas para representar as colônias para aqueles que nunca estiveram na África, mas também promoveu a criação de uma experiência colonial.²⁴ São esses aspectos que se tentou analisar nas imagens aqui apresentadas.

Todas as fontes utilizadas são procedentes de arquivos portugueses, tendo a maioria delas sido pesquisada diretamente nos arquivos e as demais consultadas em depositórios digitais, como os Boletins da Agência Geral das Colônias, disponível no site Memórias de África e do Oriente²⁵.

Em Portugal, as pesquisas foram feitas no Arquivo Histórico Ultramarino, onde foram consultados os fundos do Ministério do Ultramar e Ministério das Colônias, em que se localizam documentos de diversos tipos, como relatórios, correspondências, entre outros. Além dele, no AHU foram localizados os arquivos do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), que apresenta documentos referentes ao período salarizarista e que estavam ligados às construções de barragens no Cunene. Além de material cartográfico e iconográfico.

No Arquivo Histórico Diplomático, localizado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, pode-se encontrar a documentação referente aos acordos firmados entre Portugal, Alemanha, Grã-Bretanha e União Sul Africana. Nela se encontram os próprios acordos, a troca de correspondências entre o Ministério do Ultramar/das Colônias e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, e destes com as embaixadas estrangeiras, além de recortes de jornais publicados em Portugal, em Angola e na África do Sul.

Por fim, foram localizados títulos importantes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Portugal que ajudaram a compor essa análise. Especialmente os relatos publicados, escritos tanto por militares quanto por líderes de expedições científicas. No caso dos relatos de viagem, ressalta-se que estes trazem consigo os registros das grandes expedições organizadas por portugueses no século XIX. Dentre os relatos que ganham destaque estão os relatos de Serpa

²⁴ RYAN, James R.. Introdução. Fotografia Colonial. In: VICENTE, Filipa Lowndes (Org.). **O Império da Visão: Fotografia no contexto colonial português** (1860-1960). Lisboa: Edições 70, 2014, p. 18.

²⁵ Memórias d'África e d'Oriente. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/CGP.aspx>> (acesso em 10 de janeiro de 2014).

Pinto e Capelo e Ivens, tendo este último apresentado uma boa discussão no que concerne às características físicas e sociais da região do Cunene. Ambos os relatos encontram-se digitalizados e irão se juntar a outros registros para compor a visão que o sul de Angola produzia nesses viajantes e qual era a imagem da África que foi repassada para os leitores europeus.

Por fim, destaca-se a imprensa ilustrada que compôs este conjunto de fontes. Alguns periódicos portugueses ilustrados, tais como a revista *Pontos nos ii*, *O Occidente* e *O António Maria*, disponíveis no site da Hemeroteca Municipal de Lisboa²⁶, foram importantes para a popularização do debate acerca da partilha da África, especialmente quando o assunto eram as pretensões portuguesas em Angola e Moçambique. Com caricaturas e textos sarcásticos, muitas dessas revistas tentaram semear o fervor nacionalista entre a população portuguesa, por meio da exaltação do império ultramarino.

²⁶ Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>> (acesso em 10 de janeiro de 2014).

Capítulo 1 – O Colonialismo português e as expedições no sul de Angola

Para analisar o papel do rio Cunene durante o período colonial, faz-se necessário compreender como se deu a construção desse novo cenário político da segunda metade do século XIX, protagonizado por nações europeias e pelo poder local africano, o qual ficou conhecido como colonialismo. Esse momento foi marcado por intensos debates em território europeu, por uma série de acordos dentro do território africano e por uma sucessão de batalhas diplomáticas, comandadas por governantes europeus que possuíam um objetivo em comum, adquirir possessões na África.

O governo português tinha contatos com algumas regiões africanas desde o século XVI, quando iniciou a construção do seu grande império ultramarino. Esses contatos tiveram início a partir do tráfico de escravos, em que foram construídas feitorias comandadas por portugueses ao longo da costa ocidental africana, com a ocupação de pontos estratégicos, como o porto de Luanda e a costa da Mina. O fim do tráfico legal no Atlântico, ocorrido efetivamente em 1850²⁷, motivou os comerciantes portugueses a procurarem outra fonte de renda no território africano, o que foi solucionado com a comercialização de azeite de dendê e outros produtos nativos.

Assim, quando as demais nações europeias demonstraram interesse em adquirir colônias na África, a única pretensão portuguesa era garantir que essas regiões onde já havia comerciantes portugueses e acordos com líderes locais fossem mantidas como colônias portuguesas, algo entendido em Portugal como “direito histórico”. Para atingir seus objetivos, o governo português, no entanto, precisaria medir forças com seus vizinhos continentais, como será analisado no decorrer deste capítulo.

27 Para mais informações ler: LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história das suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

1.1 O colonialismo português em África

O último quartel do século XIX trouxe consigo acontecimentos que marcaram em definitivo a história do continente africano. Embora boa parte das nações europeias já vinha mantendo contato com alguns líderes africanos desde o século XVI (ou até em períodos mais remotos, como é o caso do norte da África), foi no século XIX que a África passou a ser vista como uma opção para a reconstrução dos impérios europeus, abalados pelas independências de muitas de suas colônias e pelos conflitos ocorridos dentro de seus territórios.

Para compreender de que forma se constituiu o colonialismo europeu na África, é necessária uma breve análise das transformações políticas e socioeconômicas do período oitocentista ocorridas em ambos os continentes. Em um primeiro ponto, é importante ressaltar que o fim do tráfico de escravos no Atlântico não acarretou no fim do tráfico de africanos. Na medida em que foi diminuindo o envio de escravos para as Américas, foi aumentando o tráfico de escravos para regiões do Oceano Índico, através de postos de venda em Zanzibar, e até mesmo para algumas regiões dentro da África, que necessitavam de mão-de-obra para conseguir marfim, óleo de palmas, amendoins, entre outros, levando a um aumento considerável no tráfico interno.²⁸

O fim do tráfico de escravos com os europeus, no entanto, motivou o início de novas produções de mercadorias, que promoveram mudanças significativas na economia interna africana e nas estruturas políticas. O mercado interno, baseado na produção agrícola, empregava mais africanos do que a captura de escravos, assim, desenvolveu-se uma economia capaz de manter o desenvolvimento africano sem necessitar de dependências europeias. Segundo Ajayi, essa agricultura era capaz de empregar a população e prover as necessidades básicas, como alimentação, moradia e vestimentas.²⁹

Quanto às estruturas políticas, com a alteração no mercado houve uma alteração também na composição das classes dirigentes nos pontos de comércio no litoral. Essa mobilidade, no entanto, foi conquistada em longos processos, com base em apoios de guerreiros e mercadores

²⁸ AJAYI, J. F. Ade. África no início do século XIX: problemas e perspectivas. In: AJAYI, J. F. Ade (org.). **História Geral da África – VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 6.

²⁹ *Ibidem*, p.11.

européus. Para os chefes locais, o comércio externo teve grande importância, visto que a venda de produtos africanos em muitos casos estava vinculada a trocas com os mercadores europeus, que poderiam fornecer mercadorias que não eram produzidas na África, como por exemplo, as armas de fogo.³⁰ Essas relações de trocas, tratados e benefícios com um chefe foi de grande valia para os europeus quando teve início a corrida pela partilha da África.

Vale ressaltar aqui que muitos historiadores associam o subdesenvolvimento da África aos longos séculos de relações entre africanos e europeus. Como é o caso do historiador Walter Rodney que, em seu estudo denominado *Como a Europa subdesenvolveu a África*, aponta dois aspectos para esse subdesenvolvimento: o primeiro está relacionado ao bloqueio do desenvolvimento interno do continente no que concerne ao aproveitamento de seus próprios recursos, enquanto o segundo se refere ao sistema de exploração comandado pelas elites europeias instaladas dentro do continente africano.³¹

Do ponto de vista europeu, o século XIX trouxe um avanço tecnológico significativo. O mundo tornou-se praticamente todo conhecido, o deslocamento passa a ser mais rápido e ágil com a navegação a vapor e os trens. A construção das grandes ferrovias proporcionou a facilidade de acesso às áreas distantes e desconhecidas até então. A construção de ferrovias empregava mais funcionários do que qualquer outro empreendimento industrial, já na década de 1880, quase dois bilhões de pessoas viajava por ano nas ferrovias, sendo 72% europeus.³² Era a modernidade chegando com os trilhos dos trens.

O historiador Eric Hobsbawm, em sua obra *A Era dos Impérios*, traz uma extensa análise sobre esse período da história, com questões que devem ser consideradas para a compreensão do processo. Para ele, o mundo parecia geograficamente menor, em virtude da facilidade de deslocamento, porém o abismo entre dois mundos parecia cada vez maior e inevitável.³³

Um dos principais responsáveis por essas diferenças seria justamente o avanço tecnológico, especialmente o armamentista. Este fazia com que os países chamados de “primeiro mundo” apresentassem

³⁰ Idem.

³¹ Para saber mais: RODNEY, Walter. **Como a Europa desenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

³² HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios** (1875 – 1914). São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 52.

³³ Ibidem p. 33.

grandes vantagens sobre os demais, o que os deixava a mercê de uma possível derrota, caso se iniciasse algum conflito bélico. “(...)a revolução industrial, que se fez presente nos conflitos armados em meados do século, fez a balança pender mais ainda a favor do mundo ‘avançado’ graças aos explosivos potentes, às metralhadoras e ao transporte a vapor.”³⁴ Além de que, como pode ser visto acima, a superioridade armamentista era usada na conquista de aliados na África, a partir do fornecimento de armas de fogo.

Mas não apenas de desenvolvimento vivia a Europa oitocentista. As marcas das revoluções que ocorreram na virada do século ainda estavam presentes, bem como as consequências da industrialização a pleno vapor, que embora trouxesse o desenvolvimento, também pôde presenciar o crescimento das populações pobres, formadas pela classe operária³⁵. Além disso, o século se encaminhava para transformações profundas nas estruturas políticas e sociais na Europa e no mundo. A hegemonia britânica estava com os dias contados, assim como as monarquias absolutas (nos poucos países que ainda resistiam), Espanha e Portugal perderam suas colônias na América Latina, o recém-criado Estado Alemão despontava como uma ameaça, visível pela derrota sofrida pelos franceses, na qual perderam a Alsácia e a Lorena.

Enfim, o século XIX no continente europeu foi aos poucos desenhando o cenário político que mais tarde iria desencadear a partilha da África e, por fim, o grande conflito mundial com a Primeira Guerra. No entanto, há que se compreender que o colonialismo nada mais foi do que o encontro de duas realidades políticas e sociais (África e Europa) e contrariando o que muitos autores parecem demonstrar este não foi apenas mais um exemplo da participação da África na história europeia. Tão pouco o colonialismo se restringe a mais um exemplo de superioridade europeia. A África foi protagonista de sua própria história e elemento importante na história europeia.

Para iniciar a análise do colonialismo na África é preciso expor a conceitualização escolhida para esta pesquisa, tendo em vista que os termos imperialismo e colonialismo serão utilizados com frequência. Edward Said entende que o imperialismo é a prática de dominação, do ponto de vista prático e teórico, de uma metrópole sobre um território geograficamente distante. O colonialismo, por sua vez, seria uma consequência direta do imperialismo, quando essas metrópoles passam a

³⁴ *Ibidem*, p. 35.

³⁵ HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções** (1789 – 1848). São Paulo: Paz e Terra, 2013, p. 467.

implantar colônias nesses territórios distantes.³⁶ Este fato pode ser identificado em grande parte das metrópoles europeias, que iniciaram uma propaganda de incentivo à migração para suas colônias africanas tão logo os acordos e tratados iam sendo firmados.

Os imperadores e impérios sempre existiram na história mundial, porém o imperialismo aplicado nesse momento foi novíssimo, trazendo consigo um novo significado e com implicações econômicas que não se perderam jamais. Nos escritos de Lênin, inclusive, o colonialismo aparece como uma das etapas do capitalismo.³⁷ Para Eric Hobsbawm,

(...) o período entre 1875 e 1914 pode ser chamado de Era dos Impérios não apenas por ter criado um novo tipo de imperialismo, mas também por um motivo mais adequado. Foi provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam ‘imperadores’, ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título.³⁸

As explicações para a ocorrência deste fenômeno são diversas. De acordo com o discurso que associa o capitalismo com o imperialismo, este último teria ocorrido, em grande parte, em virtude da necessidade europeia de movimentar setores da economia que algumas décadas atrás haviam passado pela Revolução Industrial. Desta forma, era preciso recorrer a novos mercados, encontrar novas fontes de matéria-prima e movimentar o mercado industrial europeu que naquele momento já era constituído por um público ávido por produtos industrializados e oriundos de materiais exóticos que não eram encontrados na Europa.

(...) O “novo imperialismo” foi o subproduto natural de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão

³⁶ SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 43-44.

³⁷ HOBBSAWM, Eric. Op. cit, p. 92.

³⁸ Ibidem, p. 97.

econômica dos anos 1880. Daí não decorre que se esperasse a transformação de qualquer colônia em particular, por si só, no Eldorado, embora isto tenha efetivamente acontecido no caso da África do Sul, que se tornou o maior produtor mundial de ouro. As colônias podiam propiciar apenas bases adequadas ou trampolins para a penetração da economia da região.³⁹

Não são poucos os autores que apontam o fator econômico como principal motivador do colonialismo, especialmente os primeiros estudos a contemplarem esse tema. Uma das teorias foi empregada por John Atkinson Hobson, que acredita que,

(...) a superprodução, os excedentes de capital e o subconsumo dos países industrializados levaram-nos a colocar uma parte crescente de seus recursos econômicos fora de sua esfera política atual e a aplicar ativamente uma estratégia de expansão política com vistas a se apossar de novos territórios.⁴⁰

Apesar da relevância do fator econômico nesse quadro de constituição do colonialismo, percebe-se que nem de longe foi alcançado algum tipo de sucesso econômico para grande parte dos impérios. Poucas foram as regiões em que se encontraram metais preciosos, além de que, os gastos com as guerras coloniais acabaram deixando a balança do colonialismo mais em déficit do que em lucro. Sendo assim, a falta de representatividade do sucesso econômico das colônias abre o caminho para outras teorias, tais como as explicações políticas.

Como foi visto acima, a Europa vinha de uma série de guerras dentro do seu próprio território, que acarretaram em perdas territoriais para algumas nações, além de desentendimentos diplomáticos que feriam o sentimento nacionalista. Carlton Hayes, inclusive, afirma que “o novo imperialismo era um fenômeno nacionalista”⁴¹. Ou seja,

³⁹ Ibidem, p. 101.

⁴⁰ UZOIGWE. Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (org). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 23.

⁴¹ Ibidem, p. 27.

adquirir novas colônias e constituir um novo império, tinha, sobretudo, a intenção de inflar o ego da nação perante as demais. Além disso, percebe-se que o colonialismo foi uma forma de desviar os conflitos físicos para outro campo de batalha, que não dentro da Europa, o que acabou acontecendo inevitavelmente no início do século XX.

Dentro dessa perspectiva destaca-se o papel de alguns grupos de pressão, formados por militares, empresários, intelectuais, que exerciam pressão sobre os chefes de estado. A notícia de lucros dos concorrentes vindos da África era um dos motivadores dessa pressão, assim como a questão do ego nacionalista, que incitava disputas territoriais na África apenas baseada na ideia de “ter” um império, independente dos lucros que este trouxesse. Caso ocorrido, por exemplo, com militares franceses, que tencionavam resgatar sua imagem perante a opinião pública, após a derrota para os alemães na Guerra Franco-Prussiana, através da conquista de um vasto território na África.⁴²

Apesar das motivações políticas e econômicas, o discurso disseminado pelos governantes europeus à época indicava que as ações de seu Estado na África seriam de fundo filantrópico, supervalorizando assim, a ideia de uma África subdesenvolvida. O pensamento profundamente enraizado nas ideias do darwinismo social era uma justificativa para subjugar grupos tidos como raças inferiores. Sendo assim, a partilha da África seria uma ação social, uma responsabilidade assumida pelos brancos de levarem a civilização para os grupos ditos inferiores.⁴³

Durante algum tempo, muitos estudos apontaram a Conferência de Berlim, ocorrida na cidade homônima entre 1884 e 1885, como a etapa mais importante do processo de partilha do continente africano. No entanto, hoje já se considera que ela não foi a principal etapa, tão pouco foi responsável pela divisão das colônias. Assim, tendo como base o colonialismo português, objeto de estudo desse capítulo, será analisado o desenrolar dos eventos que desencadearam na divisão do continente africano.

A definição exata do início do colonialismo é incerta. Seria ingênuo apontar a Conferência de Berlim como o início dos eventos, visto que esta só ocorreu como medida para regulamentar as ações que já vinham ocorrendo há muito tempo. Henri Wesseling afirma que a

⁴² BITTENCOURT, Marcelo. Partilha, resistência e colonialismo. In: BELLUCCI, Beluce (coord.) **Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: CEEA/CCBB, 2003, p. 6.

⁴³ UZOIGWE. Godfrey N. op. Cit, p. 25.

ideia da partilha começou na década de 1870, quando após perder a batalha contra a Alemanha, os franceses encontraram na África Ocidental uma forma de estabelecer o expansionismo colonial francês. Em 1879, com Charles Freycinet na condição de primeiro-ministro e Jauréguiberry como ministro da Marinha, o governo francês passa a dar assistência mais efetiva a expansão militar no Sudão Ocidental.⁴⁴

Apesar de pontuado como primeiro grande acontecimento da partilha, este não foi um evento de grande repercussão no cenário político europeu. Ao observar o desenrolar da história da partilha, entende-se que esta se desenhou aos poucos, envolvendo duas ou três nações em cada evento, retardando assim a visualização da questão como um problema a ser discutido por todas as nações europeias em âmbito internacional. Nesse ponto de vista, a questão do Congo desponta claramente como um dos principais acontecimentos a criar um choque de interesses, envolvendo países como França, Portugal, Bélgica e Inglaterra. Foi com a Questão do Congo que os portugueses entraram em definitivo na briga pelas colônias africanas.

A região do Congo era vista como um ponto estratégico na ocupação do território africano atraindo os olhares de várias nações. Portugal reivindicava esta região em nome do vínculo no seu passado, o do descobridor. Porém, para assegurar a nova colônia seria preciso burlar o interesse de alguns rivais, especialmente de Leopoldo II, o astuto imperador da Bélgica. A disputa portuguesa pelo Congo foi essencial para o desenrolar de todos os tratados e acordos firmados entre o governo português e as outras nações europeias envolvidas na partilha.

O interesse de Leopoldo II na partilha da África, mais precisamente no Congo, é ainda anterior aos grandes debates, tendo surgido já na década de 1870 após estar ciente dos resultados da viagem de exploração do britânico Henry Stanley. Stanley por sua vez, teve suas pretensões descartadas pelo governo de sua terra natal, o que o levou a se aliar a Leopoldo II. A proposta deste visava o estabelecimento de bases no Congo, que mais tarde viriam a se tornar colônias belgas. Para isto, seria necessária a construção de ferrovias que contornariam o trecho não navegável do rio Congo. Já nas partes navegáveis, seriam criados entrepostos comerciais para o abastecimento das embarcações a vapor.⁴⁵

⁴⁴ WESSELING, Henri. **Dividir para Dominar: A partilha da África (1880 – 1914)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2008, p. 15.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 103.

Em 1879, Stanley chegou ao Congo e começou a assinar os primeiros tratados em nome do rei Belga. Dentre as exigências estava a exclusividade na exploração de atividades agrícolas e na construção de estradas. No ano seguinte, o explorador francês Pierre Brazza firmou o tratado Brazza-Makoko. De acordo com o tratado, seria cedido à França o direito hereditário a suas terras, acordo este simbolizado pelo hasteamento da bandeira francesa⁴⁶. Criando assim uma contenda diplomática, envolvendo os governos da Bélgica, França e Portugal.

Esse tipo de acordo foi muito comum durante o período pré-colonial e em muitos lugares significou a existência de um protetorado. Na grande maioria dos casos, os chefes africanos não tinham conhecimento dos detalhes dos acordos e não compreendiam que estavam dando poderes a estrangeiros, especialmente no interior do continente, onde a presença branca ainda era uma raridade. Para os africanos destas localidades, o contrato firmado seria igual aos acordos feitos com qualquer outra tribo, eles julgavam estar selando “laços de amizade” e não cedendo seu território.OK.

Os problemas diplomáticos no Congo, de fato, viriam a surgir em 1882, quando o governo português passou a reivindicar seus direitos históricos sobre a região. Até a década de 1880, embora alegasse ter direito sobre uma área considerável, a presença portuguesa estava restrita em algumas regiões de Moçambique, povoadas por uma quantidade pequena de soldados e pequenos comerciantes, além de Lourenço Marques. Em Angola, a presença estava restrita a poucas regiões como: Luanda e Ambriz ao norte e ao sul, Benguela e Moçamedes⁴⁷. Sendo assim, a aquisição do Congo era essencial para a construção do novo império ultramarino português.

O governo português já vinha de uma negociação com os britânicos que acarretou no Tratado de Lourenço Marques, finalizado em 1881, após anos de discussões. Interessados em Lourenço Marques, mas querendo evitar uma guerra, o governo britânico indagou o governo português sobre um possível acordo que lhes garantisse a utilização da baía e do porto moçambicano. Com interesse na construção de uma ferrovia entre o Transvaal e Lourenço Marques, o ministro português Andrade Corvo assinou o acordo e em troca os ingleses teriam liberdade de comércio e navegação na região, uso livre do porto, inclusive para o

⁴⁶ Ibidem, p. 107

⁴⁷ Ibidem, p. 113.

desembarque de armas, munições e tropas britânicas, bem como a regulamentação da venda de armas para os nativos.⁴⁸

O tratado sofreu o empecilho da política interna portuguesa, durante meses e até anos, a constante troca de partidos no poder e o descontentamento destes com as cláusulas do tratado, fez com o que a própria população contestasse o mesmo. Ao fim, após dois anos de discussão, o tratado não foi ratificado, os ingleses foram convencidos pelo fato de que eles não possuíam mais o domínio do Transvaal, visto que os britânicos haviam perdido a região com a derrota na Guerra Anglo-Boer.

Não foi apenas no que tange ao Tratado de Lourenço Marques que a opinião pública se fez presente. Enquanto dentro dos escritórios e salas de reuniões o futuro colonial português ia sendo debatido por meio de tentativas quase frustradas de acordos, nas ruas a opinião pública ia se moldando com o auxílio dos jornais e revistas ilustradas que circulavam pela cidade. As revistas ilustradas, especificamente, utilizando-se de tiradas de humor, iam criando no imaginário popular o novo império colonial português. Para Robert Thornton⁴⁹, a formação de impérios ultramarinos em territórios africanos, para a grande maioria esmagadora dos europeus, não passava de uma descoberta no papel. Pouquíssimos eram os europeus que efetivamente conheciam o território africano pessoalmente.

Por meio de caricaturas, a história do pré-colonialismo português foi sendo contada por essas revistas. No dia cinco de março de 1881, a revista *O António Maria*, trouxe em seu suplemento, de autoria do caricaturista Raphael Bordallo Pinheiro, a seguinte imagem (figura 1), referente ao Tratado de Lourenço Marques:

⁴⁸ MARTINS, Leonor Pires. **Um Império de Papel**: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875 – 1940). Lisboa: Edições 70, 2012, p. 59.

⁴⁹ THORNTON, Robert *apud* MARTINS, Leonor Pires. op. Cit, p. 22.

Figura 1- O Tratado de Lourenço Marques nas páginas da revista O António Maria.



Fonte: O António Maria, 5 de março de 1881, numero 92, volume III, p. 73.

Na imagem estão as duas figuras que representam a personificação nacional britânica e portuguesa, John Bull e Zé Povinho, respectivamente. Em uma forca que simboliza o Tratado de Lourenço Marques, Zé Povinho é enforcado, enquanto John Bull, acima, sorri com a bandeira da Grã-Bretanha, representando assim o sucesso britânico sobre os portugueses. Para o povo português, o tratado significava nada mais do que a perda das colônias para os britânicos. Reconhecidamente republicano, Raphael Bordallo Pinheiro aproveita o espaço da revista para criticar a monarquia portuguesa:

(...)ZÉ POVINHO acha-se n'esta situação curiosa: Se appella para o parlamento, o governo expulsa-o da galeria e amordaça os deputados que protestam em nome d'elle. Se apela para a representação na praça publica, o governo manda dar-lhe pranchadas. N'estas condições aconselhamos ZE POVINHO a que peça ao governo que o enforque.⁵⁰

O fim dos debates em torno do porto de Lourenço Marques transferiu mais uma vez os olhares portugueses para a bacia do Congo, que novamente esbarrou nos conchavos britânicos. As tentativas de acordo entre os dois países permaneceram por alguns anos, no entanto, os interesses que até então eram governamentais, passaram a atingir a opinião pública de Portugal, que pressionava o governo para não aceitar as imposições britânicas.

Por fim, em 26 de fevereiro de 1884 foi assinado o tratado anglo-português, em que a Grã-Bretanha reconhecia a soberania portuguesa sobre a costa que iria de Ambriz a Ponta Negra, região esta que abrangia o estuário do Congo. Como era de se esperar, o tratado não foi bem aceito nem entre os próprios britânicos, comandados pela câmara de comércio de Manchester e outras cidades, que alegavam que esse tratado era um ataque ao comércio e a indústria britânica. Mas, principalmente, por Leopoldo II, que imediatamente iniciou uma reação, assim como a França e a Alemanha que se uniram em oposição ao tratado.⁵¹

⁵⁰ O António Maria, 5 de março de 1881, numero 92, volume III, p. 73.

⁵¹ WESSELING, Henri, op. Cit, p. 116.

Em solo português, a intenção era fomentar o sentimento imperialista na população. O jornal *O Occidente*, conhecido por trazer matérias entusiásticas sobre o colonialismo, como poderá ser visto a seguir com as expedições, apresenta algumas reportagens tencionando justificar o direito histórico português. Na edição número 187, de primeiro de março de 1884, é publicado o artigo intitulado “Os portuguezes nos seculos XV e XVI e os estrangeiros no seculo XIX em Africa”⁵², ressaltando as ações dos portugueses na África muito antes do surgimento dos interesses coloniais dos demais países europeus.

Quando pegamos em uma carta de Africa, feita por 1850, antes das viagens de Barth, de Livingstone e de Speke, e a comparamos a uma carta feita pelo fim do seculo XVI, depois das grandes explorações e Diogo Cam, Francisco de Gouvea e Duarte Lopes, compreendemos que o interior da Africa era muito menos conhecido ha trinta anos, do que o era há trezentos annos.⁵³

O texto ainda ressalta com certa ironia a falsa descoberta do curso do rio Nilo por Stanley, que durante sua primeira expedição anunciou ter encontrado o Nilo, quando na verdade estava no Congo. “Se Stanley, (...) houvesse lido a mesma descrição da Africa impressa em 1598 [por Duarte Lopes], teria ido direto ao Congo, sem discutir, sem titubear, e teria seguido, com perfeito conhecimento de matéria”.⁵⁴ Todo apelo em volta do direito português sobre a região só se fez ouvir entre a própria população, pois para os governantes dos demais países, era necessário muito mais do que um contato antigo para justificar a ocupação da nova colônia.

Este período foi marcado por uma sequencia de propostas e acordos diplomáticos, que em alguns casos se converteram em perda de tempo, já que após anos de debate, nenhuma conclusão era tomada. O interesse de várias potências no território do Congo, além do surgimento de novos interessados na corrida pelas colônias africanas, como o Chanceler alemão Otto Bismarck, fez com que se julgasse necessária a organização de uma conferência internacional que deveria pontuar todas essas questões.

⁵² **O Occidente**. 01 de março 1884, vol VII, nº 187, p. 54.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

Em abril de 1884, Bismarck propôs a alguns estadistas a emergência da organização desta conferência que deveria discutir inclusive as cláusulas do Tratado anglo-português, que perante as demais nações, parecia não possuir validade alguma. O governo português, por sua vez, percebeu que o tratado nunca seria aceito internacionalmente, além de que, o governo britânico estava visivelmente se esquivando da aprovação do mesmo em seu parlamento. Diante dos fatos, a única chance dos portugueses reivindicarem sua parcela no Congo era através de uma conferência internacional.⁵⁵

A Conferência de Berlim, ocorrida entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, tinha três pontos a serem discutidos:

- 1) Liberdade de comércio da bacia e no estuário do Congo;
- 2) Liberdade de navegação no Congo e no Níger;
- 3) Determinação das formalidades que deveriam ser seguidas em caso de interesse em tomar posse de algum território na costa africana.

As formalidades e a questão do Níger foram rapidamente solucionadas. O Estado mais interessado na região era a Grã-Bretanha.⁵⁶ Bismarck apoiou os britânicos e logo a questão foi resolvida. A questão do Congo, no entanto, continuava pertinente. Leopoldo II, a fim de atrair a simpatia dos demais, apresentou um projeto que já vinha sendo trabalhado há algum tempo, no qual o Congo se transformaria em uma área de livre comércio. Como era de se esperar, a proposta foi aceita pela grande maioria. O debate passou a girar em torno da definição da área que corresponderia ao livre comércio.

Stanley sugeriu que a região cortasse a África Central, do Atlântico ao Índico. Portugal e França, por sua vez, tentaram diminuir o máximo possível do território na costa ocidental, enquanto os ingleses contestaram a região leste. Por fim, foram determinadas duas áreas:

A primeira foi definida como ‘a bacia do Congo e seus tributários’ e estendia-se do Atlântico até os grandes lagos. Na costa, o limite setentrional foi fixado em 2° 30’S, e adotou-se o estuário do Rio Loge como o limite sul. (...) Na direção Leste, estava a outra área de livre comércio, chamada de ‘zona marítima oriental’, que se estendia dos

⁵⁵ WESSELING, Henri, op. Cit, p. 129.

⁵⁶ Ibidem, p. 131.

grandes lagos ao Oceano Índico. Fixou-se em 5°N seu limite costeiro norte, e o sul na embocadura do Rio Zambezi.⁵⁷

Definitivamente, essa não era a notícia que os jornais portugueses esperavam noticiar. Em onze de janeiro de 1885, ou seja, dois meses após o início da Conferência, o jornal *O Occidente* ao falar sobre o assunto, ressalta os objetivos do evento:

(...) uma conferencia internacional de varias potencias colonias ou que se presumem colonias, para regular a navegação e commercio no Zaire, demarcar os limites occupados por Portugal, o principal senhor d'aquella região, e de outras nações que ali occupam pequenas extensões, como a França, Inglaterra e ultimamente a Allemanha, etc.⁵⁸

Em resumo, a Conferência de Berlim e a questão do Congo teve mais uma conclusão desastrosa para os planos coloniais portugueses. Nos dias que se seguiram ao fim da Conferência, o jornal *O Occidente* voltou a se pronunciar sobre o evento demonstrando claramente sua insatisfação com a conclusão dos fatos. De início, a publicação ressalta o agradecimento de Bismarck a Portugal, “(...) que se não conseguira quanto desejava, era todavia certo o ter obtido grandes vantagens no reconhecimento definitivo de territórios que até aqui lhe eram contestados”⁵⁹, referindo-se as colônias de Angola e Moçambique. Essas palavras foram suficientes para provocar o aborrecimento do autor da notícia e, certamente, de muitos outros portugueses, políticos e civis.

Entretanto não podemos deixar de fazer reparo nas palavras do ilustre diplomata, que denunciam uma contradicção flagrante com a declaração que de princípio fez no seio da conferencia, quando disse que a questão magna da mesma conferencia era a liberdade de commercio, e não a contestação de domínios africanos que estivessem na posse de qualquer potencia. Esta declaração, feita em plena conferencia, era evidentemente dirigida a

⁵⁷ *Ibidem*, p. 132.

⁵⁸ *O Occidente*. 11 de janeiro de 1885, n. 218, vol. VIII, p. 10.

⁵⁹ *O Occidente*. 01 de março de 1885, nº 223, vol. VIII, p. 55.

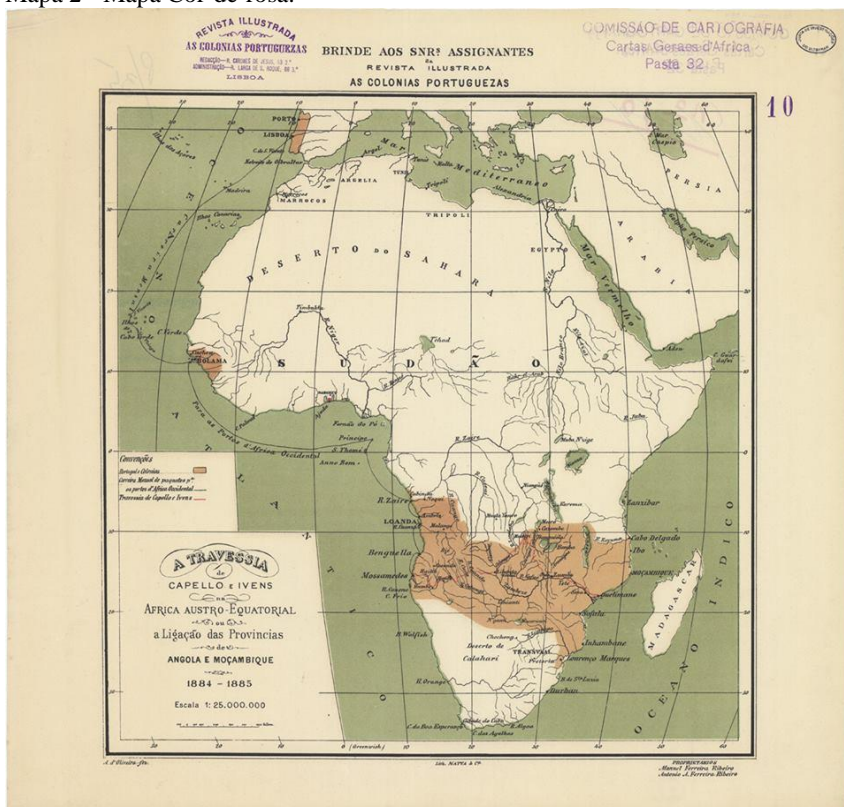
Portugal, como o que maiores domínios tinha sob a sua protecção. Se elle os tinha e a conferencia não se reunia para lh'os contestar, como poderemos acreditar na seriedade das palavras do príncipe de Bismarck, quando nos felicita por não termos perdido tudo, mas só parte, do que, por direito de descoberta e vassallagem dos povos, desde quatro seculos se acha sob a nossa protecção.⁶⁰

A insatisfação era visível em todos os setores da política portuguesa, mas enquanto isso, no território africano, várias nações europeias iam hasteando suas bandeiras. Desistindo oficialmente das tentativas de instalar uma colônia portuguesa no Congo, o governo português achou mais prudente garantir a posse das outras regiões por eles contestadas através do direito histórico, ou seja, Angola e Moçambique. O plano era antigo: a concretização do Mapa Cor-de-Rosa, que iria estabelecer uma faixa de influência portuguesa na África Austral, partindo da costa do Atlântico até a costa do Índico.

A ideia do mapa cor-de-rosa promoveu um aumento significativo nas expedições científicas, organizadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa. Em 1885, Capelo e Ivens comandaram a travessia do continente, de costa a contra-costa, com a intenção de investigar a viabilidade do projeto a partir dos rios. Acreditava-se que o rio Cunene estava ligado ao Zambeze, o que seria de grande auxílio para o projeto, como será exposto no próximo subcapítulo. Caso concretizado, o mapa africano ficaria assim (mapa 2):

⁶⁰ Idem.

Mapa 2 - Mapa Cor-de-rosa.



Fonte: D'OLIVEIRA. A. **A travessia de Capello e Ivens na África Austro-Equatorial ou a ligação das províncias de Angola e Moçambique, 1884-1885.** Escala: 1:25 000 000. Litografia em papel; Colorida; 470x 445. Comissão de Cartografia. Disponível no Instituto de Investigação Científica Tropical.

O mapa em questão foi produzido na década de 1880 e publicado pela Comissão de Cartografia, baseado na travessia de Capelo e Ivens. Na imagem, ganha destaque em rosa o que seriam as colônias portuguesas da época: Guiné-Bissau e ao sul, o mapa cor-de-rosa, englobando Angola e Moçambique.

No entanto, para a concretização deste projeto, o governo português buscou a aprovação dos signatários que haviam participado da

Conferência de Berlim, mas novamente se deparou com os britânicos em seu caminho. Com os franceses, a negociação foi mais rápida, visto que não havia conflito de interesses entre os dois países, a área reivindicada por Portugal não influenciaria as colônias francesas, situadas mais ao norte do continente. Sem demonstrar um apoio entusiástico, o governo francês apenas consentiu com o corredor português sem grandes restrições.⁶¹

Com os alemães, as negociações não foram tão simples. Ao sul de Angola estava situada a colônia Alemã do Sudoeste Africano, enquanto que ao norte de Moçambique encontrava-se a colônia África Oriental Alemã, localizada na região da Tangânica. Desta forma, a situação a ser debatida era o estabelecimento da fronteira nas duas regiões. Para o sul de Angola, a região em debate era justamente as margens do rio Cunene.

As negociações duraram cerca de um ano e as trocas de propostas foram intensas, até finalmente, haver a concretização do tratado. A primeira proposta portuguesa para o sul de Angola era estabelecer a fronteira na região do Cabo Frio, ao sul do rio Cunene. Para os alemães, no entanto, a melhor opção para a demarcação era justamente a foz do rio Cunene, visto que este possuía a vantagem de ser uma fronteira natural. Consequentemente, esta nova demarcação empurraria a fronteira da colônia alemã mais para o norte.⁶²

Como era de se esperar, o governo português não aceitou a proposta, justificando o caráter temporário da foz do Cunene que prejudicaria a definição da fronteira. A contraproposta apresentada demonstra a falta de conhecimento sobre o interior do continente e da área que estavam reivindicando. A sugestão era de que fosse traçada uma linha de Cabo Frio ao interior através de alguns pontos que os próprios portugueses possuíam conhecimento vago, ao norte do Lago Etocha, a nordeste, no Cuando, seguiriam em direção a confluência com o Zambeze. O ministro alemão recusou a proposta.⁶³

A proposta final alemã consistia no seguinte:

⁶¹ NOWELL, Charles E. **The Rose-Colored Map**: Portugals attempt to build na African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean. Junta de Investigação Científica do Ultramar. Centro de Estudos de Cartografia Antiga. Secção de Lisboa 21. Lisboa, 1982, p.128.

⁶² Ibidem, p. 131.

⁶³ Ibidem, p. 131.

The Angola boundary was drawn as already agreed, passing just north of Andara and ending to the least at the Katima rapids of the Zambezi. by this arrangement, Portugal gained considerably more south Angolan territory than Germany had at first planned to concede. In eastern Africa, Portugal's frontier would be the Ruvuma from its mouth to the juncture with the M'sinje tributary, and from there on a parallel to Lake Nyasa.⁶⁴

Os debates na câmara portuguesa persistiram por alguns meses. A ideia geral era de que no caso de Moçambique, o governo alemão não estava cedendo nada, visto que não havia interesse alemão na área ao sul do rio Ruvuma. Quanto à Angola, a impressão que se tinha era de que os portugueses estavam cedendo aos alemães a região que ia de Angra Pequena até o rio Cunene, considerada até então parte do território português.

Em suma, acreditava-se que os portugueses estavam perdendo território com o acordo firmado, porém era consenso que não seria uma boa opção provocar um conflito com os alemães, afinal, era preciso ter aliados fortes para enfrentar o governo britânico. Assim, a convenção luso-alemã foi concluída, porém, a pauta sobre a fronteira sul de Angola voltaria à tona durante muitas décadas a frente, como será visto nos próximos capítulos.

No que tange ao posicionamento britânico, este gerou um desgaste profundo na já frágil relação luso-britânica. A princípio, a proposta portuguesa não feria os interesses declarados da Grã-Bretanha, que até aquele momento não havia manifestado interesse pela região reivindicada. No entanto, já havia a pretensão, embora não pública, de se realizar a ligação do Cabo (no extremo sul do continente) ao Cairo, no Egito, formando uma faixa perpendicular sobre o mapa cor-de-rosa.

O conflito iniciou-se sobre o território moçambicano, próximo as minas de Transvaal, onde as tropas portuguesas se mantinham estacionadas no território dos Macololos e dos Machonas. Em janeiro de 1890, o governo britânico exigiu a retirada das tropas da região, ameaçando-os de pôr fim às relações diplomáticas. De imediato, o governo português optou por atender à exigência britânica e retirou suas tropas, causando insatisfação geral em Portugal.⁶⁵

⁶⁴ Ibidem, p. 133.

⁶⁵ Ibidem, p. 72.

A exemplo do que havia acontecido com a Conferência de Berlim, os jornalistas portugueses utilizaram seus jornais para expor o descontentamento português com a contenda diplomática luso-britânica. Na edição de primeiro de janeiro de 1890 do jornal *O Occidente*, mais uma vez o direito português sobre a região foi exaltado, “(...) só a Inglaterra não têm querido reconhecer esses limites na parte oriental, como se ella tivesse alguns direitos ulteriores a questionar com Portugal na Africa, desde que foram os portuguezes quem primeiro devassaram a Africa inteira.”⁶⁶ Ressalta-se inclusive a violência utilizada pelos britânicos para a conquista de novas terras, afirmando que estes não tinham prestígio algum entre os nativos. O que acaba sendo contrariado com a questão dos Macololos, que o jornal é o próprio a afirmar se tratar de uma região sob domínio português, mas que os britânicos tem feito a defesa, em virtude do conflito dos nativos com as tropas de Serpa Pinto.

A narrativa do conflito e as acusações contra a Grã-Bretanha seguem nas edições seguintes de *O Occidente*. Baseado em uma teoria altruísta de que os portugueses colonizavam a África para o bem desta, o jornal segue com matérias que deveriam tornar público “o modo como os ingleses civilizam a Africa”, com a narrativa detalhada da morte de um nativo, mutilado pelos soldados britânicos.

É assim que os ingleses civilizam a África, e no entanto accusam-nos a nós de fazermos escravatura e dar-mos maus tratos aos pretos. É com estes castigos bárbaros e deshumanos que pretendem vencer a natural repugnância que o africano tem por eles, e não satisfeitos em lhes semear o extremio por meio da pólvora e do alcool com que os embrutecem, vão-lhe inflingindo estes supplicios de que só a covardia ingleza é capaz.⁶⁷

⁶⁶ *O Occidente*, 01 de janeiro de 1890, vol. XIII, n.397, p. 03.

⁶⁷ *O Occidente*, 21 de março de 1890, n. 405, vol XIII, p. 67.

Nota-se que em meio ao debate sobre o conflito anglo-português, o explorador Serpa Pinto retorna a Portugal de sua viagem pela África (viagem esta que causou o conflito com os macololos). Recebido em Lisboa com festa, este acontecimento foi utilizado para provocar o fervor nacionalista que penetrava na nação portuguesa naquele momento. Incitando ainda mais o rancor contra os britânicos e defendendo a necessidade da construção do império português na África.

Enquanto o jornal *O Occidente* aproveitava suas páginas para fazer circular as notícias contrárias à Grã-Bretanha, o caricaturista Raphael Bordallo Pinheiro mais uma vez utilizava as páginas dos jornais para mais uma de suas sacadas humorísticas e inteligentes. No dia do Ultimato Britânico, ou seja, quando os britânicos exigiram a retirada das tropas portuguesas, o jornal *Pontos nos ii* (figura 2) apresentou um suplemento a edição 237 com a seguinte caricatura:

Figura 2: O Ultimato Britânico na revista Pontos os II.



Fonte: **Pontos nos II**, 09 de janeiro de 1890, n. 237, [s/p].

Na imagem, o rei de Portugal D. Carlos I entrega a rainha Vitória da Inglaterra mais um pedaço da África, com a frase “Aqui tem, tia Victoria, mais um bocado d’Africa. Custou-me a arrancar-o dos dentes do meu povo, mas o governo foi hábil (...)”⁶⁸. A crítica claramente dirigida ao governo monárquico português traz ainda a rainha Vitória se referindo ao povo português como “raça de macacos”, e o rei Carlos I afirmando “todo meu ideal seria ser rei de Portugal, em Paris.” E, por fim, toda cena ocorre com o Zé Povinho sendo pisoteado, sob os pés da rainha Vitória.

Os meses seguintes só iriam complicar ainda mais a situação de Portugal. Cecil Rhodes, da *British South African Company*, aproveita-se do conflito entre os dois países e vai alargando sua influência no sul da África chegando a territórios portugueses. Ironicamente, apenas um acordo com os ingleses poderia garantir aos portugueses as definições de suas antigas fronteiras territoriais. A atual conjuntura, fez com que o governo português assinasse o tratado oferecido pelos britânicos, na tentativa de salvaguardar ao menos suas antigas regiões em Angola e Moçambique. Mais uma vez os planos expansionistas do império português foram interrompidos.

Enquanto na Europa os Estados nacionais se confrontavam na divisão das colônias, na África as opiniões dos africanos e luso-africanos eram divididas. Uma parte da sociedade de Angola formada por colonos agricultores, comerciantes e pequenos empresários se mobilizavam em nome de seus interesses, que poderiam ser supridos com o auxílio de um bom governo colonial. Dentre suas reivindicações estava a construção de estradas de ferro e o apoio à agricultura e aos colonos em suas áreas de atuação.⁶⁹

A resistência africana à colonização, no entanto, foi maior do que o apoio. Muitos sobas eram contra a ocupação portuguesa, isto porque em muitas regiões, a instalação de portugueses estava vinculada a perda de suas terras. Além disso, as imposições coloniais tais como as cobranças de impostos à Coroa portuguesa, a imposição de longas jornadas de trabalho, levaram a contestação da autoridade portuguesa, que acarretou em revoltas em várias partes de Angola, inclusive na fronteira sul de Angola, como será visto nos próximos capítulos.⁷⁰

⁶⁸ **Pontos nos ii**, 09 de janeiro de 1890, n. 237, [s/p].

⁶⁹ FREUDENTAL, Aida. Voz de Angola em tempo de Ultimato. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, nº1, 2001, p. 150.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 155.

Por fim, os crioulos, grupos formados por luso-angolanos caminhavam num limbo entre ser africano e ser português. Da mesma forma, eram assim vistos pela sociedade. Embora fossem a favor do desenvolvimento, do progresso e do acesso ao conhecimento, este grupo sofria a discriminação dos governantes portugueses, que os viam como africanos. Este fator fez com que com o tempo, os crioulos fossem criando certa resistência ao colonialismo empreendido pelos portugueses em Angola.⁷¹

Enfim, após uma sequência de conflitos de interesses na África e na Europa, o mapa da África Austral iniciou a década de 1890 com as divisões abaixo (mapa 3):

Mapa 3 - A partilha da África Austral.



Fonte: Carta das possessões portuguesas da Africa meridional segundo as convenções celebradas em 1891 [Material cartográfico]/ Comissão de Cartographia – 2ª ed.. Escala 1:600000 [Lisboa], 1891. Paris: Erhard F[re]res

⁷¹Ibidem, p. 157.

Rue Denfert- Rochereau, 35 bis. Litografia, color. 47,80 x 66,00 cm, em folha de 55,00x72,30 cm.

Todos os acordos diplomáticos desse período foram fomentados pelos resultados apresentados pelas expedições científicas empreendidas no território africano e financiadas por várias nações. O governo português, ávido pela realização do mapa Cor-de-rosa, promoveu uma seqüência de expedições que visavam à travessia do continente.

1.2 As expedições portuguesas em Angola e nas margens do rio Cunene no século XIX.

Durante esse período de debates pré-coloniais fomentados pela corrida por acordos e tratados, o conhecimento geográfico do território africano entrou em pauta nas grandes rodas europeias. Como solicitar para si uma colônia em determinada região, se não se conhece as dimensões e peculiaridades do território a que se pleiteia? Como exigir a demarcação de determinada fronteira, se não se sabe os acidentes geográficos que compõe aquele espaço? O conhecimento do território não era decisivo para se conquistar uma colônia, porém, inegavelmente, fazia parte dos trâmites.

Além de ser encarregadas de formular o conhecimento geográfico, as expedições científicas também serviam aos interesses políticos. Os exploradores deveriam assinar tratados com líderes africanos, oferecer bandeiras e estabelecer postos avançados.⁷² Nesse cenário, o governo português, muito embora alegasse seu direito histórico sobre algumas regiões, não possuía muitos contatos oficiais na *hinterland*, mantendo sua área de atuação limitada às duas costas do continente.

As expedições de portugueses ou em nome destes já ocorriam desde séculos anteriores. Em um primeiro momento, essas viagens eram realizadas, em sua grande maioria, em nome do comércio

⁷² SANTOS, Maria Emília Madeira. **Capelo e Ivens**: Um fecho europeu para uma tradição nacional. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987, p.12.

intercontinental. Comandados por comerciantes luso-africanos que habitavam o litoral de Angola, as expedições e caravanas adentravam o continente com a intenção de negociar com chefes locais de grandes impérios, como o império Lunda. Os viajantes daquele tempo tinham a consciência que o caminho para o poder na África passava pelas condições de acesso dadas pelos nativos⁷³.

Além das expedições com interesses comerciais, os estudos de ciências naturais promovidos na Europa durante o século XVIII proporcionaram um novo modelo de viagens. Estes estudos fomentaram nos cientistas europeus o desejo de conhecer e classificar as espécies naturais existentes no mundo. E assim, com uma análise baseada no eurocentrismo, pretendeu-se promover viagens para África e América em busca do conhecimento de novas espécies. E junto com o desejo do conhecimento, caminhavam as pretensões de descobrir novas possibilidades de incorporar riquezas ao mundo europeu.⁷⁴ Bem como identificar as áreas que poderiam se tornar destinos para imigrantes europeus.

Os exploradores do século XIX, no entanto, buscavam realizar uma expedição científica, amparados pela tecnologia e pelos avanços da ciência. Algumas técnicas desenvolvidas iriam trazer facilidades para os viajantes europeus nessa nova empreitada. Os rios vistos até então como uma ameaça em virtude das febres e a própria dificuldade de navegação começaram a se tornar importantes meios de ligação do litoral com o centro do continente, graças à navegação a vapor. As febres também deixaram de ser um problema, pois se dispunha de quinino, além das novas noções de higiene e melhor forma de conservação de alimentos, evitando assim o surgimento de uma série de doenças.⁷⁵

A proposta dessas novas expedições era a não utilização do saber africano. Ou seja, os portugueses tinham a pretensão de cruzar o continente utilizando-se apenas do seu conhecimento e de seus pares. A participação dos nativos deveria se restringir à condição de carregadores e ao fornecimento de parte da alimentação. Vale destacar, no entanto, que as descobertas apresentadas por esses viajantes não diferiam muito

⁷³ SANTOS, Maria Emília Madeira. Em Busca dos Sítios do Poder na África Centro Ocidental. Homens e Caminhos, Exércitos e Estradas (1483-1915). In: HEINTZE, Beatrix; OPPEN, Achim von (eds). **Angola em movimento: Vias de transporte, comunicação e História**. Frankfurt: Lembeck, 2008, p. 28.

⁷⁴ PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 42.

⁷⁵ SANTOS, Maria Emília Madeira. Op. Cit, 1987, p. 9.

do conhecimento já apresentado pelos viajantes dos séculos anteriores, a novidade estava no registro destas em mapas, que até então apresentavam muitas áreas em branco no interior do continente. Se até aquele momento as poucas informações que constavam nos mapas da África Central eram resultados de notícias fornecidas pelos sertanejos⁷⁶, agora as informações vinham dos próprios viajantes que aos poucos foram desenhando estes espaços em branco.

Em 1876 (...), o centro do continente apresentava-se praticamente coberto de linhas correspondentes aos acidentes hidrográficos e morfológicos. A partir da década de 50, Livingstone, Burton, Speke, Grant, Baker, Cameron, Stanley cruzavam a África Austral em todos os sentidos.⁷⁷

Os novos viajantes evitavam passar pelos caminhos comumente percorridos pelas caravanas. Obviamente, esses caminhos selecionados ao longo de décadas pelos comerciantes eram os que apresentavam melhores condições para o deslocamento no interior do continente, em que carregavam fardos entre 30 e 40 quilogramas. Os sertanejos e africanos que se dedicavam ao comércio desenvolveram com o tempo um grande conhecimento sobre a África, porém, ignoravam a hidrografia, que para eles não passava de obstáculo a ser transposto. “Os seus caminhos, sem dúvida os melhores para progredir no interior, não serviam aos geógrafos que desejavam estudar a hidrografia na África. E esse era sem dúvida o problema máximo que o movimento geográfico europeu desejava resolver (...)”⁷⁸.

Além de estabelecer novos contatos e promover o conhecimento geográfico, os exploradores tinham um novo propósito, a eles cabia a propagação do conhecimento sobre o território africano para o grande público europeu. As novas descobertas na África só faziam sentido quando eram expostas e discutidas em público, seja através de livros publicados com os relatos ou em matérias entusiásticas nos jornais. A divulgação desses relatos promovia a aproximação do cidadão português

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem..

⁷⁸ SANTOS, Maria Emília Madeira. **Travessias Científicas da África Recursos e Dependências**. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1987, série separatas 185, p.6.

com esse novo império que se formava, em uma região tão distante que muitos deles não faziam a mínima ideia de onde ficava.

Pratt analisa essas novas descobertas como um ato considerado heroico, de superar barreiras físicas e políticas e impondo a presença oficial de europeus em lugares remotos da África, mas que não passavam de “(...) um ato de conversão dos conhecimentos (discursos) locais em conhecimentos europeus nacionais e continental, associados a formas e relações europeias de poder”⁷⁹. E mais do que isso, essa descoberta que sacrificou tantas vidas anônimas e misérias suportadas, foram colocadas na cultura europeia como uma “experiência puramente passiva”, a experiência de simplesmente ver.

Em Portugal, ao regressar a sua terra natal, os exploradores das grandes expedições eram recebidos com pompas, com a realização de banquetes festivos, desfiles pelas ruas de Lisboa, sessões solenes, além de grande destaque nos jornais. Na perspectiva da formação do mais novo império ultramarino português, esses exploradores eram vistos no imaginário popular como os herdeiros “(...) do espírito aventureiro dos grandes navegadores portugueses (...)”⁸⁰. O jornal *O Occidente*, inclusive, publicou uma nota a respeito da recepção organizada para a chegada dos exploradores Capelo e Ivens, recém-regressados da travessia na África Austral, fazendo referência aos antigos heróis nacionais:

As festas do centenário de Camões afirmaram ao mundo moderno que os portugueses sabiam compreender e admirar os seus heroes: as festas da recepção de Capelo e Ivens levam mais longe essa afirmação: os portugueses sabem admirar os seus heroes, mas sabem também imital-os; sabem compreender as grandes heroicidades, mas sabem também pratical-as.⁸¹

Grande parte das expedições portuguesas do último quartel do século XIX foi organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa. Verdadeiro ícone dos interesses imperiais portugueses, a SGL foi fundada em 1875, pelo cientista e escritor Luciano Cordeiro, e durante décadas atuou na área dos conhecimentos científicos da África, mas

⁷⁹ PRATT, Mary Louise. Op. Cit, p. 341.

⁸⁰ MARTINS, Leonor Pires, op. cit, p. 38.

⁸¹ *O Occidente*, 21 de setembro de 1885, n. 243.

sempre com vistas a trabalhar em prol do império ultramarino português.

Em 1879, durante uma de suas sessões a SGL define seu papel como

(...)tendo em vista animar e proteger os estudos geográficos e tornar conhecidas as colónias e os territórios que lhe ficam próximos, delibera (...) mandar explorar por pessoas competentes as colónias, estudando-as e descrevendo-as sob o ponto de vista da sua geografia, linguística, etnografia, climatologia, demografia e patologia. Publicar os trabalhos geográficos e científicos que tivessem por objecto observações e estudos directamente feitos nas respectivas localidades tropico-equatoriais. Previa-se a instituição de um prémio para a melhor memória em trabalho original que se escrevesse a respeito de geografia e colonização das terras de África tropico-equatorial.⁸²

Embora estivesse vinculada a questões científicas, a SGL agia com vistas ao melhor aproveitamento econômico das colônias. Ainda na mesma ata, manifesta-se a emergência em se abrir o caminho entre o litoral e o interior do continente, ressaltando a importância que a abertura de vias seguras iria trazer para o comércio e a indústria portuguesa. Nessa perspectiva, Francisco Chamiço, do Banco Nacional Ultramarino, afirmava que “(...) os consumidores existiam já na África: eram os indígenas e apenas se tornava necessário estabelecer relações com o interior, abrindo vias de comunicação”.⁸³

Seguindo o seu propósito, em 1881, a Sociedade solicitou um parecer da Associação Comercial do Porto acerca das possibilidades de aumentar as relações comerciais de Portugal com as colônias,

⁸² SANTOS, Maria Emília Madeira. **Das travessias científicas à exploração regional em África**: uma opção da sociedade de geografia de Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 1991, p. 6.

⁸³ Idem.

considerando para isso o desenvolvimento da navegação comercial e a aceitação dos produtos industrializados portugueses nas colônias.⁸⁴

Para melhor atuar na campanha portuguesa na África, a SGL fundou em 1878 a Comissão Africana, que visava aprofundar os conhecimentos e as expedições em território angolano e moçambicano. Solicitava-se assim a exploração geológica e mineralógica do terreno. Bem como um estudo da hidrografia das costas e portos, exploração botânica, que deveriam gerar pareceres para serem entregues ao governo.⁸⁵ A ideia era promover estudos dessas regiões que pudessem auxiliar na construção de estradas de ferro e portos, que ajudassem no comércio e no estabelecimento de “estações civilizadoras”.

Um parecer da Comissão Africana fala por si só o propósito deste órgão:

(...) o país que sabe e conhece já o que em África existe, o que precisa saber é onde e como explorar em proveito da fortuna portuguesa o que ali se encontra, valor relativo dos terrenos, dos produtos indígenas ou aclimáveis, recursos naturais, possibilidade de aclimação da raça branca, fórmulas embrionárias administrativas a introduzir, viação a estudar, meios de exercer a soberania sem esforços excessivos, nem quebra da nossa dignidade nacional, cursos dos rios e afluentes, linhas de água, constituição geológica e, finalmente, uma apreciação exacta do que nos pertence, e do que estamos encarregados de civilizar.⁸⁶

Ao lado da Sociedade de Geografia de Lisboa, passou a atuar em 19 de abril de 1883, a Comissão de Cartografia ligada ao governo de Portugal. A CC estava enraizada em questões científicas, dos quais se destacam o interesse em formular a cartografia das colônias africanas, além de apresentar estudos de hidrografia, meteorologia, astronomia entre outros. Essa busca pelo conhecimento se dava através da preparação e acompanhamento de missões científicas. Além disso, cabia

⁸⁴ CAPELA, José. **Burguesia mercantil do Porto e as colônias**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 1975, p. 94.

⁸⁵ SANTOS, Maria Emília Madeira. Op. Cit, 1991, p. 7.

⁸⁶ CAPELA, José, op. cit., p. 107.

às missões ainda organizar as cartas de delimitação das fronteiras coloniais e a formulação de atlas e cartas hidrográficas.⁸⁷

Sem dúvida, esses fomentos do governo português foram essenciais para a realização das expedições científicas, que por sua vez foram indispensáveis para a promoção do conhecimento científico de terras longínquas. Mais do que isso, foram essenciais para a disseminação do conhecimento do território africano ao grande público. As expedições portuguesas impulsionadas por esses órgãos que mais se destacaram nesse momento estavam relacionadas ao grande sonho do governo português mencionado no primeiro subcapítulo, a definição do mapa cor-de-rosa.

Como pôde ser visto o mapa cor-de-rosa não foi concretizado em virtude de desacordos diplomáticos, sendo assim, as expedições definidas como travessia da África renderam a Portugal o conhecimento geográfico, os acordos comerciais e o fervor nacionalista e imperialista que se instalou entre os portugueses quando do regresso dos exploradores. O sonho era realizar a travessia da África Austral, dirigindo-se da costa de Angola à costa de Moçambique, sendo comandada e executada por portugueses. O primeiro a realizar essa conquista foi Serpa Pinto, em 1876, seguido por Capelo e Ivens (1884 e 1885).

As travessias causaram debates dentro da SGL e dúvidas quanto a sua eficácia. Um grupo, liderado por José Júlio de Rodrigues, manifestava sua preferência por explorações mais pontuais, parciais, que trariam um conhecimento mais específico de cada região das colônias. Enquanto isso, Luciano Cordeiro exaltava o brilhantismo da travessia, que acarretaria em uma penetração mais rápida e prática ao interior. Sem dúvidas, as travessias trouxeram consigo um maior apelo popular em virtude da grandiosidade do ato.⁸⁸

Apesar do entusiasmo gerado por elas, as travessias da SGL não foram as primeiras ocorridas entre Angola e Moçambique. A expedição de travessia da África por portugueses já era pensada desde o século XVI, mas esbarrava na incongruência dos interesses de dois grupos, o governo português e os comerciantes locais. Enquanto os primeiros

⁸⁷ ALVES, Jorge Manuel Santos; RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar. O Funcionamento da Comissão de Cartografia visto através do Arquivo da sua Secretaria (1910 – 1936). In: SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel. (org). **O Domínio da Distância**. Lisboa: Departamento de Ciências Humanas, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006, p. 96.

⁸⁸ SANTOS, Maria Emília Madeira. Op. Cit., 1991, p. 4.

buscavam a ligação entre os dois pontos da África de influência portuguesa nas costas oriental e ocidental, os comerciantes almejavam aumentar seus lucros com o avanço em busca de mercadorias.

A primeira tentativa efetiva ocorreu no fim do século XVIII, quando o luso-brasileiro Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida foi nomeado para governar os Rios de Sena (Zambeze), em Moçambique, com a missão de cartografar o território e averiguar a viabilidade de se fazer a travessia da África.⁸⁹ A orientação era para que fosse investigada a existência de montanhas entre o rio Cunene e o rio Zambeze. E assim, o rio Cunene surge pela primeira vez em um debate no contexto colonial.

Algumas décadas antes, mais precisamente em 1754, a expedição de D. António Álvares da Cunha já havia analisado o caminho entre o rio Cuanza e o Alto Cuango. A conclusão foi que a travessia de costa a contra-costa deveria ser realizada em uma latitude mais meridional, nas proximidades do Zambeze, o que, acreditava-se, deveria corresponder a região do Cunene. Assim, Lacerda e Almeida deveria averiguar a nascente dos dois rios, para então definir o itinerário que deveria ser seguido.⁹⁰

O pedido oficial era para que Lacerda e Almeida observasse a possibilidade da travessia, não que ele mesmo a fizesse, no entanto, o paulista decidiu se aventurar pelo interior do continente. A viagem foi penosa, marcada por conflitos com chefes locais, que muitas vezes foram gerados pela quebra de algum protocolo, como a visita ao líder quando em seu território adentrasse ou o não envio de presentes. Além disso, as doenças assolaram os membros da expedição, frequentemente abatidos pela malária e outros males. Ao fim, Lacerda e Almeida veio a falecer em Cazembe.⁹¹

Com a morte do comandante da caravana, esta foi autorizada a regressar a Tete se findando assim, em 1799, o sonho da primeira travessia transcontinental. Porém, três anos depois, em 1802, Pedro João Baptista e Amaro José, dois pombeiros negros foram encarregados pelo diretor da feira de Cassange, Francisco Honorato da Costa, a atravessarem a África. Desta vez, no sentido contrário, o itinerário seguido partiu de Lunda, em Angola, seguindo por Cazembe até o Tete,

⁸⁹ RODRIGUES, Eugénia. Francisco José de Lacerda e Almeida: viagem e ciência na África Oriental (1797 – 1798). In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. **Francisco José de Lacerda e Almeida: Um astrônomo paulista no sertão africano**. Curitiba: Editora UFPR, 2012, p. 85.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 92.

⁹¹ *Ibidem*, p. 122.

em Moçambique. A viagem de ida durou oito anos e três meses e quatro anos na volta, chegando ao litoral de Moçambique em 1814.⁹²

O interesse pela travessia organizada apenas por portugueses na África ressurgiu quando a Inglaterra começou a manifestar interesse pelas expedições à África equatorial. Neste momento, os trilhos de caravanas vindas de Angola e vindas dos Suaílis de Zamzibar começam a se cruzar na bacia do Zaire. Em dado momento, parte do governo colonial angolano o interesse de uma nova travessia. Essa expedição foi executada pelo sertanejo de Bié, Antonio Francisco Ferreira da Silva Porto, que aproveitou o regresso de árabes para concretizar a travessia. A viagem ocorreu entre 1853 e 1854.⁹³

Essas travessias empreendidas antes da corrida pela partilha da África não tiveram grande representatividade entre os portugueses. Vale destacar que Portugal vivia um período conturbado na política interna durante a primeira metade do século XIX. Em meio as Guerras Napoleônicas, a sede do império português havia se transferido para o Brasil, criando uma crise sem precedentes em Portugal, que culminou com a Revolução do Porto, a volta da Família Real e a iminente independência da maior colônia portuguesa, o Brasil. Neste cenário, pouca importância foi dada às descobertas científicas na África.

No contexto da partilha, no entanto, a receptividade foi diferente. A primeira grande expedição organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1877, foi comandada pelo militar Alexandre de Serpa Pinto e os oficiais da marinha, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, e ficou conhecida na imprensa periódica como “Expedição Geográfica Portuguesa à África Austral”. Embora tenham partido juntos, em Belmonte, na região do Bié, em virtude de um desentendimento acerca do itinerário, o grupo se dividiu em dois. Serpa Pinto seguiu a leste, com a intenção de seguir o curso do rio Zambeze, enquanto Capelo e Ivens exploraram os rios Cassai e Cuango, nascentes do rio Cuanza.⁹⁴

Ao contrário do que havia acontecido com as travessias anteriores, as notícias sobre o feito de Serpa Pinto circularam por Portugal. Alguns jornais reservaram espaço para noticiar a expedição e enaltecer os envolvidos, como se pode observar no jornal *O Occidente*. Importante destacar, no entanto, que nem sempre o que é retratado nos

⁹² Ibidem, p. 130.

⁹³ SANTOS, Maria Emília Madeira. **Capelo e Ivens**: Um fecho europeu para uma tradição nacional. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987, p. 8.

⁹⁴ MARTINS, Leonor Pires. op. cit., p. 30.

jornais representa exatamente as ações da sociedade em questão. Para este caso específico a proximidade de Luciano Cordeiro, fundador da SGL, com o jornal *O Occidente*, do qual era colaborador coloca à prova a real popularidade da expedição entre o público. É possível afirmar que havia um interesse tanto da SGL quanto dos jornais e do próprio governo de provocar o fervor nacionalista através desses episódios.

Em 1878, este jornal apresentou em edições consecutivas notas com o título de “A Expedição Geographica Portugueza à África Austral”, assinadas por Luciano Cordeiro, bem como imagens fornecidas pelo mesmo, enaltecendo a imagem de Serpa Pinto e os resultados da expedição finalizada no ano anterior, período em que o jornal ainda não estava em circulação.

Seguia no Zaire [paquete] a expedição geographica portuguesa que ia como que representar o paíz na gloriosa e dura campanha do desvendamento scientifico dos sertões africanos, ou mais exactamente, partiam n’aquelle navio dois dos três briosos expedicionários, e o farto material que eles com admirável e judiciosa diligencia tinham, n’uns vinte dias apenas, organizado e reunido em Londres e em Paris.⁹⁵

Apesar do destaque dado na imprensa para as duas expedições que resultaram dessa viagem, alguns historiadores são enfáticos ao afirmar que ambas falharam. A escassez de mantimento fez com que Capelo e Ivens não conseguissem completar o percurso a que se propuseram a fazer, regressando a Luanda. Serpa Pinto, por sua vez, encontrou um missionário francês (François Coillard) próximo à confluência do rio Lui com o Zambeze e optou por acompanhar o missionário para o sul, em direção a Durban. O resultado das duas expedições pode ser lido nos relatos publicados chamados: *Como eu atravessei África* de Serpa Pinto e *De Benguela às Terras de Iaca*, de Capelo e Ivens.⁹⁶

Maria Emília Madeira Santos⁹⁷ inclusive classifica a travessia de Serpa Pinto como uma “travessia romântica”, que visava mais a realização de um feito histórico e, para tanto, acabou sacrificando os

⁹⁵ **O Occidente**, 01 de janeiro de 1878, n.1, vol. I, p. 6.

⁹⁶ MARTINS, Leonor Pires, op. cit., p. 30.

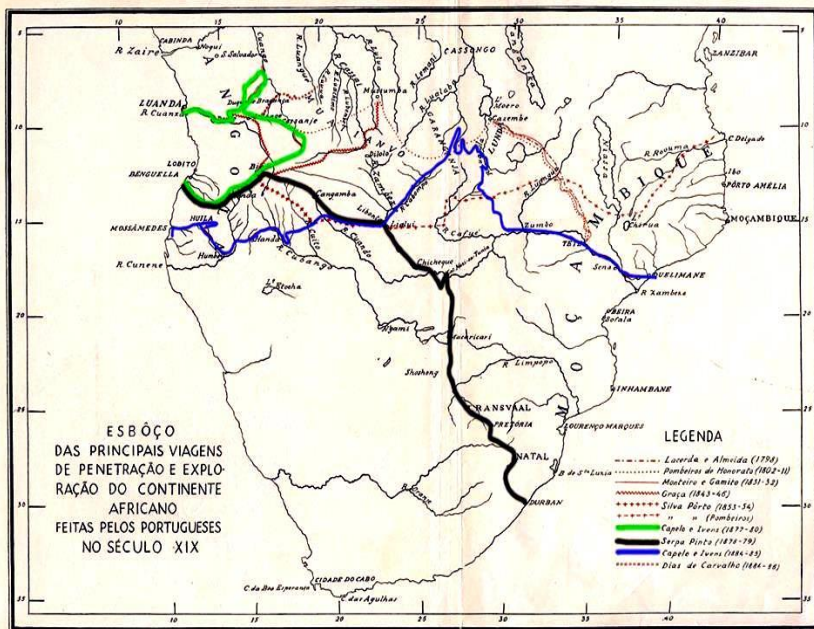
⁹⁷ SANTOS, Maria Emília Madeira. Op. cit, 1987, p.11.

interesses científicos. O itinerário escolhido por ele foi o trilho das caravanas comerciais, indo para o Barotse, seguindo a margem norte do Zambeze até Zumbo, em Moçambique. Sendo assim, Serpa Pinto teria sacrificado uma das principais motivações das expedições científicas do fim do século XIX: a descoberta científica.

Se a popularidade da travessia de Serpa Pinto é questionável, o mesmo não se pode falar sobre a travessia comandada por Capelo e Ivens. Iniciada às vésperas da Conferencia de Berlim, a expedição foi amplamente divulgada nos jornais, além de receber uma recepção pomposa. A expedição teve passagem pelo rio Cunene e através de seus relatos pode-se observar a paisagem e a dinâmica social desenvolvida às margens do rio, mas, sobretudo, é possível analisar qual imagem da África que Capelo e Ivens buscavam disseminar na Europa.

No mapa 4 é possível visualizar o percurso das três expedições. O destaque em verde representa o itinerário de Capelo e Ivens em 1877, que apesar de terem partido junto com Serpa Pinto, seguiram outro caminho que lhes rendeu uma expedição pelo interior de Angola. Em preto, observa-se a travessia de Serpa Pinto e, por fim, em azul a travessia de Capelo e Ivens, passando por alguns pontos às margens do Cunene.

Mapa 4 - Principais viagens de exploração do continente africano feitas por portugueses no século XIX.



Fonte: Esbôço das principais viagens de penetração e exploração do continente africano feitas pelos portugueses no século XIX. Disponível em: <http://www.socgeografialisboa.pt/wp/wp-content/uploads/2010/01/Apresenta%C3%A7%C3%A3oCinf%C3%A3es1.pdf> (acesso em 30 de março de 2014).⁹⁸

Da travessia de Capelo e Ivens resultou o livro de relatos de viagem, escrito no retorno a sua terra natal, em 1886, denominado *De Angola à Contra-costa*. Por ter sido escrito no regresso a Portugal, as impressões ali encontradas já merecem algumas considerações. Trata-se de uma análise com abordagens de diversos segmentos africanos, ou seja, ganham destaque os povos, a paisagem natural, a fauna e os percalços da viagem. A que se ressaltar, no entanto, que por se tratar de

⁹⁸ O mapa original não possui o grifo nos itinerários aqui destacados.

um texto escrito a posteriori e não durante a viagem, os autores puderam selecionar e repensar as informações que seriam ali expostas para o grande público português.

Ao contrário de Serpa Pinto, Capelo e Ivens optaram por seguir um curso diferente dos percorridos pelas caravanas. A ideia era alcançar o máximo de zonas desconhecidas e solucionar questões de hidrografia que ainda não haviam sido esclarecidas. O caminho escolhido foi difícil de seguir, sentido inclusive pela falta de carregadores em alguns trechos da viagem, que ao saberem o percurso que seguiriam, acabavam por desertar, como aconteceu nas proximidades do Cunene. Ao solicitar carregadores ao soba local, ouviram do mesmo que certamente iriam morrer, “(...) pois nunca pessoa alguma ali fôra. Isto foi suficiente, com uns additamentos, que a imaginação gentília costuma condimentar facilmente com avores, para que os espíritos dos nossos começassem a incitar-se.”⁹⁹

A principal relação do rio Cunene com essa expedição e, conseqüentemente, com o mapa cor-de-rosa, era que se acreditava que o rio Cunene se cruzaria com o Zambeze em algum ponto, sendo assim, seria possível realizar a travessia seguindo o curso desses dois rios. Naquela época, apesar das inúmeras expedições ocorridas na região do rio, o curso deste ainda era incerto. Até mesmo no início do relato de viagem, quando os exploradores justificam as causas por escolher o porto de Pinda como o ponto de início da expedição, um dos motivos era: “Enfim, o reconhecimento do curso do Coróca, e o acertar se este rio tinha ligação com o Cunene, como suppunhamos (...)”¹⁰⁰. Ao fim, descobriu-se que o rio Coróca nada tinha a ver com o Cunene, que se localizava mais ao sul.

No relato que se segue a respeito do Cunene, os autores se mostram impressionados com os aspectos naturais do rio. As margens foram atingidas em um período chuvoso e lá encontraram um rio com grande volume de água, o que causou espanto nos viajantes. Isto porque, em virtude de sua perenidade em algumas partes, esperava-se encontrar um rio com pouca vazão de água. De acordo com o autor, a imagem do rio volumoso reitera algumas informações que já haviam sido passadas por outros viajantes, mas que muitos julgavam exageradas. O que demonstra que a paisagem de um rio seco e despretensioso já estava

⁹⁹ CAPELO, Hermenegildo & IVENS, Roberto. **De Angola à Contracosta: Descrição de uma viagem pelo continente africano**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, p. 102.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 92.

imbricada nas representações que o rio Cunene passava para os europeus que não o conheciam pessoalmente.

E fácil será também compreender como o Cunene, drenando todo o plateau de Galangue, chega ao mar com pouca água; basta para isso considerarmos que pelo lado do valle as suas margens têm o mesmo aspecto, e portanto, n'este colossal alagamento, vae elle em seu curso médio, perdendo parte das águas por infiltração e estagnação, sobre centenas de kilometros quadrados.¹⁰¹

A flora e a fauna também ganham espaço das considerações. A vegetação causa estranheza ao olhar eurocêntrico, ainda adaptado com a percepção de bonito ou feio quando se fala em espécies não comuns na Europa e, inevitavelmente, são vistas como negativas quando fazem parte de um cenário árido. “Á vegetação falta fácies especial n'este sítio; densa na margem do rio, começa a rarear nas zonas do grés, mostrando leguminosas de espinho e plantas de triste aspecto, que para o oriente são substituídas por espécies de maior vulto.”¹⁰² Essas observações a cerca da flora local vem reiterar uma imagem criada na Europa sobre aspectos da africanidade da paisagem, elementos que por não serem comuns no hemisfério norte, ajudam a construir no imaginário europeu uma ideia de africanidade, quase sempre vista de forma homogênea.

Quando descrevem os animais que encontraram nas margens do rio Cunene, os autores apresentam uma grande diversidade de aves, animais aquáticos e terrestres que habitam as margens do rio. A abundância de aves chama a atenção dos viajantes de imediato. “Cegonhas, patos, garças, gaivotas pardas do interior, pelicanos, pernaltas exóticas, como se fosse um jardim de aclimação, vivem feliz nas lagoas.”¹⁰³ Uma ave azul, a qual os autores acreditam ser o *Charadrius caríncula*, também é descrita. Conhecida por sua pouca timidez, a espécie que se diz ser um pouco menor que uma rola, faz parte de relatos de outros viajantes que foram para o sul da África.¹⁰⁴

Outras espécies de animais também chamaram atenção dos viajantes por sua grande quantidade:

¹⁰¹ Ibidem, p. 232.

¹⁰² Ibidem, p. 247.

¹⁰³ Ibidem, p. 232.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 233

Abundam no rio os hippopotamos e os crocodilos, bem como julgamos existirem duas variedades de bagres *Clarias capensis*, e outra de que não conservamos noticia, enquanto que na terra divagam leões e elephantes (muito numerosos), rhinocerontes, leopardos e lobos, que nos mimosearam com uma serenata na derradeira noite ali passada, e no acampamento teve o seu echo no permanente latido dos nossos cães.¹⁰⁵

A amplitude térmica local, digna de deserto, causou desconforto nos portugueses durante a viagem. À noite, o termômetro registra 0° C, fato que, segundo os autores, possa explicar a salubridade desta zona, cheia de pântanos. Porém, teoricamente, o frio não deveria castigar os europeus, acostumados a enfrentar temperaturas equivalentes, no entanto, “(...) torna-se doloroso e insupportavel”,¹⁰⁶ em virtude da grande amplitude térmica da região, já que durante o dia, geralmente, o termômetro bate os 30° C.

Por fim, identificam-se nos relatos de Capelo e Ivens suas impressões sobre os grupos que habitam as margens do Cunene. Certamente, a visão estereotipada do gentil como preguiçoso e indolente se faz presente ainda que para elogiar o comportamento do grupo. “Sujeitos aos trabalhos agrícolas e commerciaes, os indígenas, sob a suave pressão da auctoridade, perderam a sua ferocidade nativa, entregando-se a uma vida de certo modo laboriosa, que proporciona ao viajante o modesto bem-estar de que carece.”¹⁰⁷ Os povos pastores da região costumam levar seus rebanhos para o sul nas épocas de chuva, por ser uma região com belas pastagens.¹⁰⁸

Mas não apenas de descobertas científicas foi feita a travessia de Capelo e Ivens. Incumbidos de finalizar a carta de Angola, em que deveriam preencher os espaços que ainda geravam dúvidas no mapa da colônia, também foram encarregados de promover ações diplomáticas. Aos moldes do que fizeram Stanley e Brazza, os exploradores portugueses poderiam assinar tratados de amizades com os sobas locais para que “(...) afirmassem os direitos de Portugal aos territórios

¹⁰⁵ Ibidem, p. 247.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 236.

¹⁰⁷ Ibidem p. 243.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 233.

demarcados a leste pelo Cubango e a sul pelo Ovampo. Fora-lhes mesmo confiado um modelo a preencher para a consumação das declarações dos termos de vassalagem.”¹⁰⁹

Na imprensa portuguesa, a expedição teve destaque considerável. As notas sobre a travessia de Capelo e Ivens foram frequentes nas páginas de jornais como *O Occidente* durante muitas edições. O que surpreende, no entanto, é que poucas dessas edições trataram da conquista especificamente ou de qualquer análise da contribuição científica destes. A maioria esmagadora trazia reportagens que buscavam exaltar a figura dos exploradores, narrando a festa de recepção e as sessões solenes oferecidas para eles em todo o país.

As duas imagens a seguir são representações do dia da chegada dos exploradores, recebidos com uma grande festa. Segundo o jornal (figura 3), o evento reuniu milhares de pessoas que “acotovellavam-se nos caes”. O rei D. Luiz foi até o paquete que trouxe os exploradores para busca-los. “Ahi conversou uns dez minutos com elles, dando a Hermenegildo Capello as insígnias da gran-cruz da ordem de S. Thiago do mérito litterario, scientifico e artistico, e a Roberto Ivens a commenda da Torre Espada, do valor, lealdade e mérito.”¹¹⁰

¹⁰⁹ SANTOS, Maria Emília Madeira. Op. Cit, 1987, p. 14.

¹¹⁰ **O Occidente**, 21 de setembro de 1885, n. 243, vol VIII, p. 209.

Figura 3 - Recepção dos exploradores Capello e Ivens.



Fonte: **O Occidente**, 21 de setembro de 1885, n. 243, vol VIII, p. 209.

Até mesmo o caricaturista Raphael Bordallo Pinheiro deixou de lado suas caricaturas, que geralmente promoviam críticas à situação política portuguesa na partilha da África. Na edição de 19 de setembro de 1885, o jornal *Pontos nos ii* publicou a imagem a seguir (figura 4), de autoria de Raphael com a seguinte legenda “Este numero consagrado aos heroicos exploradores representa o tributo da nossa imensa admiração e da nossa enorme sympathia – que a rhetorica não saberia expressar.”¹¹¹

Figura 4: O retorno de Capello e Ivens.

¹¹¹ **Pontos nos ii**, 19 de setembro de 1885, n. 20, p. 153.



Fonte: **Pontos nos II**, 19 de setembro de 1885, n. 20, p. 153.

Apesar de importante, a expedição de Capello e Ivens não foi a única que encontrou as margens do Cunene. Nos anos que se seguiram, a SGL permaneceu organizando e divulgando expedições ao sul de Angola, algumas com foco exclusivo em conhecer o curso do Cunene, como foi o caso da viagem empreendida em 1896, por João Mascarenhas Manuel de Mendonça Gaivão, então governador de Moçamedes.

Segundo o governador, a viagem tinha a pretensão de

[...] reconhecer rapidamente uma região em que tanto se fala, sem que haja acerca d'ella harmonia de opiniões, pintando-a uns como zona de fertilidade tropical, dizendo outros improductiva e estéril, o que prova ser pouco conhecida ou menos conscienciosas as observações realizadas.¹¹²

Observa-se, no entanto, que as informações desencontradas não devem ser resultado de falta de conhecimento da região ou informações errôneas, mas sim uma consequência das grandes diferenças físicas que podem ser encontradas ao longo do Cunene. Desta forma, entende-se que nem sempre os viajantes visitavam as mesmas regiões, fazendo com que as informações parecessem desencontradas de fato. Além disso, o contraste de paisagem produzido no período das secas e das cheias pode facilmente surpreender o viajante, como ocorreu com Capello e Ivens, que por cruzarem o rio em um período de cheias e em um ponto onde o rio é naturalmente mais cheio, surpreenderam-se com o volume de água.

A julgar pelas reflexões de Gaivão, conclui-se que o viajante observou a região em um período de seca e em uma faixa do Baixo Cunene, tendo em vista seu discurso de menosprezo para com a região. O autor analisa afirma que, “creio, sem receio de errar, que nem o grande rio que marca a nossa fronteira sul nem a sua margem portuguesa tem qualquer valor. O Cunene, nem se presta para a navegação, nem para fertilizar as suas margens.”¹¹³

Apesar do prognóstico do governador, observa-se que o rio Cunene apresentou um valor imensurável para os povos que habitavam suas margens e se adaptaram a dinâmica de suas águas. Bem como para

¹¹² Relatório da viagem em 1896 empreendida pelo governador de Mossamedes. In: **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 16ª serie, nº 3, 1897, p. 203.

¹¹³ *Ibidem*, p. 216.

os interesses do governo português, que ao longo de todo o colonialismo encontrou finalidades para o Cunene que iam muito além da navegação, como, por exemplo, utilizando-o como moeda de troca em acordos diplomáticos e como ícone da política desenvolvimentista do Estado Novo.

Se no fim do século XIX já havia um consenso, pelo menos no que se refere ao curso do Cunene, nem sempre foi assim. Durante séculos, o curso do rio gerou dúvidas entre governantes de Angola e os portugueses que moravam na região. Muito possivelmente esta incerteza motivou a várias teorias a respeito da importância do rio Cunene para a concretização do mapa cor-de-rosa. Em consequência disto, grande parte das expedições empreendidas no curso do Cunene tinha como objetivo descobrir se o rio em questão seria de fato a via necessária para atingir a contra-costa e assim fornecer condições para uma futura expedição de travessia.

Basicamente, durante muitos anos, tanto sua foz quanto sua nascente permaneceram incógnitas para todos, o que acabou motivando uma série de expedições para a região. A dúvida sobre sua foz ocorreu em virtude de sua perenidade. Nas proximidades do Atlântico, o rio Cunene sofre com secas constantes, apagando qualquer marca de sua ligação com o mar. A foz foi localizada na área de Cabo Negro, no fim do século XVIII, na expedição comandada por José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, o Barão de Moçamedes.¹¹⁴ Porém, a grande dúvida sobre a nascente persistia.

Ainda durante o governo do Barão de Moçamedes foi formulado um projeto que pretendia reforçar o domínio dos portugueses no interior de Angola, mas precisamente em Benguella, região que vinha sofrendo com isolamento, tornando o local propenso ao ataque estrangeiro. Além disso, havia o interesse de desvendar os mistérios das cabeceiras do Cunene. Em suas orientações, o Barão solicita que se investigue se, efetivamente, este teria contato com a contra-costa, algo que ele questiona:

(...)entranhando-se no certão pela provincia de Huila, segundo o rumo L. L. N. O., hirá topar com a margem do rio Cunene, até onde tem chegado os nossos certanistas, persuadindo-se erradamente que elle corre a contra costa, quando pelas cartas inglezas, e francezas, se acha a sua fôz quaze em

¹¹⁴ RODRIGUES, Eugénia, op. cit., p., 92

meia distancia entre o Cabo Negro, e o da Boa Esperança.¹¹⁵

O governador, no entanto, não deixa de destacar que, embora não acredite que o rio se direcione a contra-costa, acredita sim que este tenha alguma relação com a porção oriental do continente. O projeto em questão deveria funcionar da seguinte forma: um grupo iria por terra, liderados por Gregório José Matos, penetrando para o interior. Outro grupo, sob a liderança de Pinheiro Furtado e António José Valente iria por mar costeando a região e, por fim, a expedição de António José da Costa deveria explorar o Cunene. Entrar no interior do continente seguindo o curso do Cunene tinha como objetivo alcançar sua nascente e assegurar comércio com os Humbes e os Ganguelas, visto que o comércio com esses povos facilitaria a ocupação do sertão.¹¹⁶

Como muitas outras nesse período, a expedição de Costa não atingiu seus objetivos. Ao fim, a nascente do rio Cunene não foi localizada, o que desmotivou as relações com Benguella, visto que para eles, o Cunene não seria mais a sonhada ligação com a contra-costa. No entanto, apesar das incertezas que rondavam todas as expedições, não faltaram relatos que descrevessem o curso do Cunene, situando inclusive a foz e a nascente. O próprio José Maria de Lacerda, membro da expedição de Costa afirma que:

É pois agora de saber que o maior rio e mais poderoso que se conhece desde o Zaire ao Cabo da Boa Esperança, é sem dúvida um a que os naturais chamam Cunene, que quer dizer grande na língua do país. Nasce este rio em Candimbo, perto de Caconda Nova, corre para o Sul e, depois de ter engrossado suas correntes com os rios Cobango e Cutado, atravessa os domínios dos sobas de Lobando e do Luceque, trinta léguas da sua origem; mas já então assás caudaloso, que não dá passagem aos viajantes; e o soba do Luceque

¹¹⁵ Doc. 14: 1785, Maio, 20. Luanda. Ordem do Barão de Moçâmedes para a tropa transportada na fragata Luanda que se destina à exploração dos sertões de Benguela, foz do rio Cunene e altura do Cabo Negro. Arquivo Histórico Ultramarino, códice 1642, ff. 54-61v.

¹¹⁶ VIEIRA, Carla da Costa. **Os Portugueses e a travessia do continente africano: projectos e viagens (1755 – 1814)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Universidade de Lisboa, 2006, p. 19.

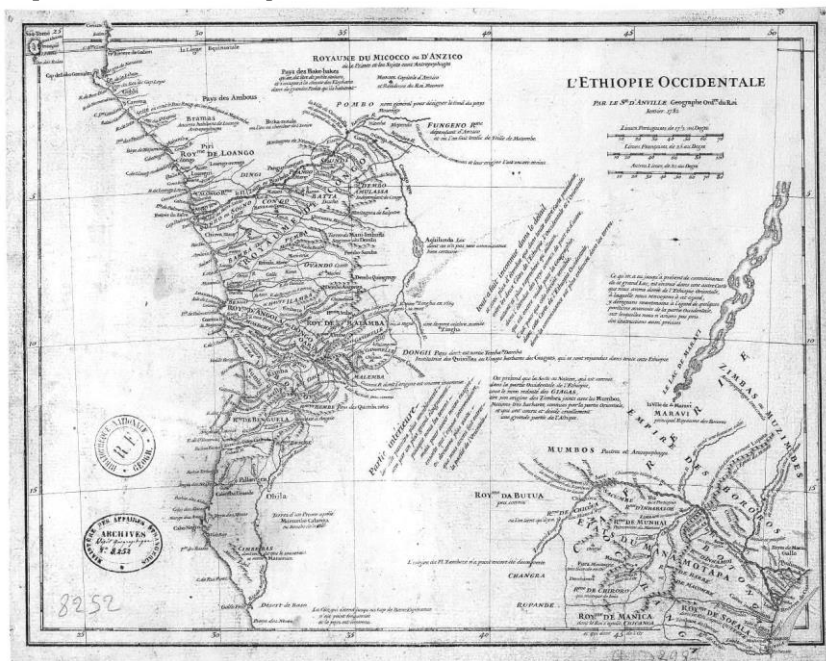
tira bem interesse dos fretes das canoas que aí tem, para os transportes de uma à outra margem. Continua a correr dirigindo-se para leste, e, tendo recebido vários rios, chega ao Humbe ou Monomatapa – cinquenta léguas da sua nascente – já tao arrogante e enriquecido, que tem aí seiscentas toezas de largura, e depois lá prossegue a sua corrente para leste; e nada mais pode dizer-se com certeza deste famoso e grande rio.¹¹⁷

Certamente a teoria fundamentada por Lacerda não era verídica, a começar pelo fato de que este propôs a ideia de que o Cunene iria desaguar no Índico, não no Atlântico. Apesar do erro crasso cometido por muitos viajantes no final do século XVIII, o cartógrafo francês Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville já havia apresentado em Paris, em 1732, a *Carte de L'Ethiopie Occidentale* (mapa 5), na qual o curso do rio Cunene é apresentado de forma muito próxima do seu verdadeiro curso. Com a nascente nos sertões de Benguela, suas águas correriam para o sul, desaguardo no Golfo Frio, na latitude de 19° 30'.¹¹⁸ Conforme a carta a seguir:

¹¹⁷ LACERDA, José Maria de. *Apud* DIAS, Gastão Sousa. **Pioneiros de Angola**: Explorações portuguesas no sul de Angola (séculos XVII e XVIII). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971, p. 12.

¹¹⁸ VIEIRA, Carla da Costa. *Op. cit.*, p. 33.

Mapa 5 - *Carte de L'Ethiopie Occidentale, 1732 d'anville*



source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: L'Ethiopie Ocidental. Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b7759546g.f1.langPT>> (acesso em 20 de março de 2014).

Como foi aqui exposto, a informação apresentada em 1732 por D'Anville não foi suficiente para fazer os portugueses desistirem de encontrar a ligação do Cunene com a costa oriental ou com o rio Zambeze. O que sugere que as informações passadas não tinham tanta credibilidade dentro do governo português. Só em 1854, com a viagem do então governador de Moçamedes, Fernando Leal, que se teve certeza do ponto em que este desaguava no Atlântico.¹¹⁹

Nas observações desta expedição, foi ressaltado que um banco de areia dividia a água doce, do oceano Atlântico, tornando o rio visível

¹¹⁹ DIAS, Gastão Sousa. **Pioneiros de Angola**: Explorações portuguesas no sul de Angola (séculos XVII e XVIII). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971, p. 8.

a quem passasse pela costa apenas entre novembro e abril, período de cheias. Completando ainda que o rio era “(...) a nordeste cheio de cachoeiras e suas margens de nenhuma fertilidade por sete léguas e meia que se percorreram, e assim pareceu continuavam ainda por umas sete a dez léguas até uma cordilheira que corria de Sul a Norte e que era de presumir o rio cortasse.”¹²⁰

Apesar de todo debate em torno da cabeceira do Cunene, esta já havia sido visitada por portugueses ainda no século XVII, pelo governador de Benguela, Lopo Soares Lasso:

Pelo sertão desta, ou destas províncias (Huíla) atravessa o Rio Cuneni, que quer dizer na língua da terra Rio Grande; não se sabe com certeza em que paragem da costa se mete em o mar, o que deve ser muito além do cabo Negro, e da Costa descoberta de dezoito graus (...).¹²¹

Desta forma, observa-se que as informações há muito descobertas mantiveram-se por muitos séculos na obscuridade. O que comprova que as expedições científicas da segunda metade do século XIX elucidaram questões que já haviam sido resolvidas há muito tempo. Vale lembrar que mesmo já conhecendo sua foz e nascente, durante a travessia de Capelo e Ivens, o rio Cunene ainda se mantinha duvidoso para o governo português, bem como mantinha a esperança da ligação com o Zambeze.

A descoberta de que o rio Cunene não possuía ligação com o Zambeze, no entanto, fez com que o rio em questão fosse ganhando novas funcionalidades para os interesses coloniais portugueses. Durante as primeiras décadas do período colonial português, período em que não restam muitas dúvidas significativas no que concerne ao curso do Cunene, as expedições no sul de Angola ganham outro objetivo: manter longe de Angola o avanço alemão que se instalara ao sul da fronteira. Além disso, o governo português precisava conquistar alguns reinos angolanos que se mantinham resistentes à colonização portuguesa. Assim, poderão ser observadas nos próximos capítulos as ações efetivas do colonialismo português sobre o Cunene e os conflitos gerados a partir destas com alemães, britânicos e grupos nativos.

¹²⁰ Ibidem, p. 17.

¹²¹ Ibidem, p. 10.

Capítulo 2 – O rio Cunene no contexto das guerras coloniais

O rio é um “curso de água natural, mais ou menos torrencial, que corre de uma parte mais elevada para uma mais baixa e que deságua em

outro rio, no mar ou num lago”¹²². Na condição de acidente geográfico, puro e simples, o rio não se caracteriza como um marco divisório ou como um traçado de união. Na prática, no entanto, os rios ganham outras definições e utilidades. Para algumas sociedades, o rio pode apresentar uma conotação espiritual, sendo importante elemento de religiosidade. Para outras, especialmente em uma visão ocidental, convencionou-se adotar o rio como um limite que exerceria a função de dividir duas regiões administrativamente distintas, sendo entendido muitas vezes como uma fronteira natural.

Em um terceiro ponto de vista, o rio deixa de ser entendido apenas como um marco divisor. Em alguns casos ele se caracteriza como um ponto de ligação entre duas regiões. Um elemento agregador que tem a capacidade de ligar uma margem à outra, bem como duas regiões longínquas localizadas em sua margem e que se ligam através do rio. Sendo assim, como nos traz Lucien Febvre em seu clássico *O Reno: História, Mitos e Realidades*¹²³, o rio pode ser entendido como um “traço de união” ou um “limite geográfico”. Quem define o papel do rio são as populações que habitam as áreas próximas a ele. Trata-se de uma atribuição de sentido que nem sempre redundava em consenso entre as populações ribeirinhas.

Tal qual o rio Reno, o rio Cunene se transformou ao longo da história em um elemento de aproximação e de distanciamento dos povos. No período histórico a que compete este estudo, o rio Cunene se caracterizou como elemento chave para a conquista do sul de Angola. O controle do rio e dos demais recursos hídricos provenientes de suas cheias foi indispensável durante as guerras coloniais do início do século XX, que acarretou na interrupção de séculos de autonomia dos Cuamatos e Cuanhamas.

A ocupação portuguesa fez do rio um laço entre os povos de aquém e além Cunene. Estas regiões não possuíam nenhuma administração central em comum, tão pouco pertenciam ao mesmo grupo étnico. Com a ocupação portuguesa, porém, tornam-se pertencentes à colônia angolana. Em contrapartida, essa ocupação transformou o Cuanhama, até então unificado administrativamente em parte angolano e parte pertencente ao Sudoeste Africano, através de uma

¹²² HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. LIX, 1986, p. 1669.

¹²³ FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, Mitos e Realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 81.

divisão que tomava como ponto de partida as cataratas localizadas no Médio Cunene.

Neste capítulo analisa-se as relações dos nativos de Angola com o rio Cunene, especialmente os indígenas¹²⁴ do Cuamato e Cuanhama, que em função do caráter temporário do rio em sua região, tinham sua vida fortemente influenciada pelo regime do rio. A região conhecida como além-Cunene foi a última a ser oficialmente identificada como colônia portuguesa, exigindo que o governo português disponibilizasse um significativo aparato de guerra. Muito dessa resistência estava diretamente relacionada ao distanciamento provocado pelo curso do rio com relação ao restante de Angola, bem como se deve ao controle das cacimbas, controle este decisivo em meio às batalhas ocorridas durante o período das secas.

2.1 As populações do Cunene: contatos e interações com o rio

Durante o período de colonialismo português em Angola, as terras do sul da colônia serviram de cenário para a interação de diversos grupos, como os nativos, os imigrantes vindos do sul da África (como os bôeres da África do Sul) e os europeus (portugueses, alemães e britânicos). De todos esses grupos, no entanto, os nativos foram os que mais atuaram na região e os que mais tiveram suas vidas alteradas com todas as transformações políticas e ambientais ocorridas durante este século. Neste subcapítulo analisam-se estes grupos, atentando para suas características socioculturais e suas interações com o rio Cunene.

Obviamente, em virtude de sua extensão, o rio Cunene passa pelo território de alguns povos, todos com características, crenças, costumes, relações com o rio e com os europeus bastante distintas. Tendo em vista a proposta de análise, deste trabalho, já discutida anteriormente, optou-se por trazer para o debate os grupos que habitavam a região do médio ao baixo Cunene, ou seja, os grupos que sofreram interferência efetiva com a demarcação da fronteira sul. Além disso, as características dessa parte do rio, como as secas temporárias e as quedas d'água, exigiram uma adaptação ao regime do rio ainda mais significativa do que em outras regiões.

¹²⁴ Importante frisar que o termo indígena está presente na documentação pesquisada e analisada nesta tese, por este motivo, em algumas passagens o termo será utilizado. Ressaltando sempre que se trata de um termo originário do colonialismo português.

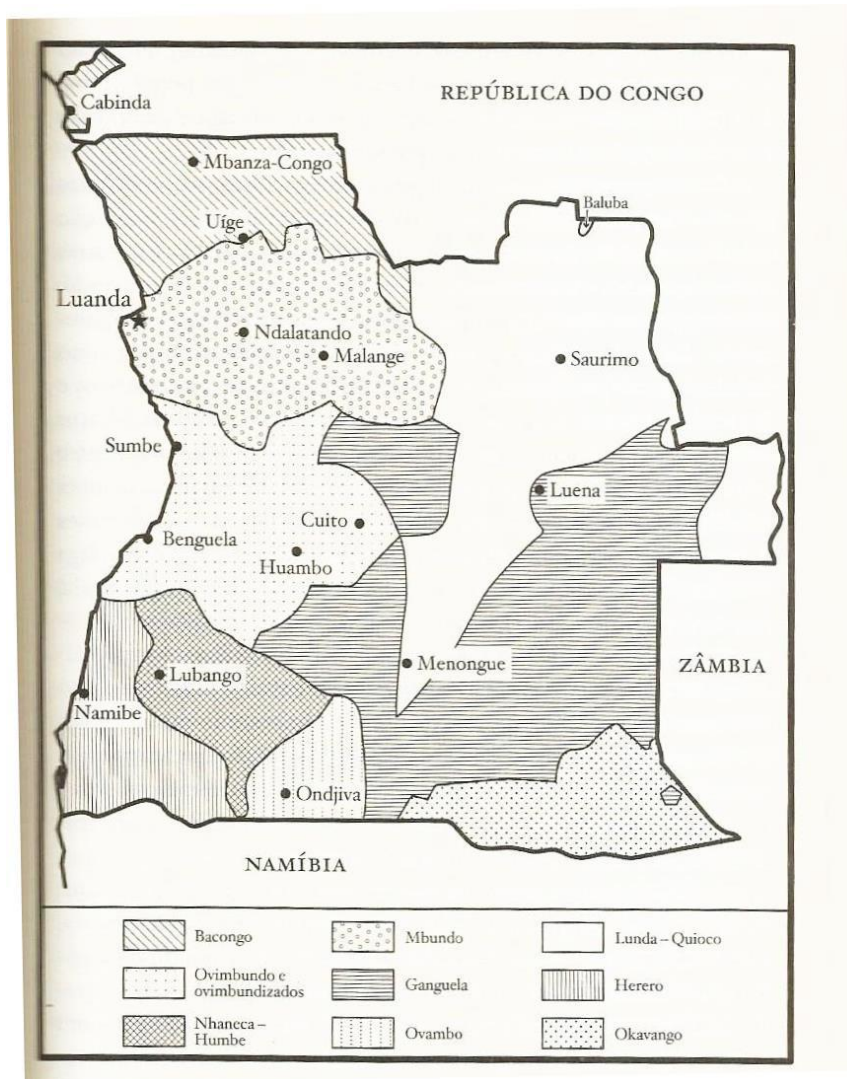
No que concerne a toda extensão do território angolano, identifica-se uma composição étnica bastante diversificada, dividindo a região em vários grupos etnolinguísticos. Douglas Wheeler divide o território em oito grupos distintos (mapa 6): os *Bacongo*, que se encontram no noroeste de Angola e no enclave de Cabinda ao norte; os *Quimbundo*, localizados na capital Luanda e no baixo vale do Cuanza; os *Ovimbundo*, que localizados no planalto central de Angola constituem o grupo mais numeroso, com aproximadamente 1,7 milhões de pessoas; a nordeste, encontram-se os *Lunda-quioco*; os *Nganguela*, que tiveram suas terras divididas entre os *Ovimbundo* e *Lunda-quioco*. Entre esses povos, os que mais nos interessam aqui, são os três grupos localizados no sul de Angola: os *Nyaneka-humbe*, os *Herero* e os *Ovambo*.¹²⁵

Os *Nyaneka-humbe* são em sua grande maioria pastores e ao contrário de seus vizinhos do norte, foram muito resistentes às influências externas. Habitam a região do planalto de Humpata, no distrito de Huíla e no vale do Cunene. Os *Herero* vivem nas planícies áridas e circulam entre a Namíbia e Angola, em sua maioria praticam a criação de gado e, conseqüentemente, uma intensa transumância. E, por fim, os *Ovambo* que habitam as planícies secas a leste do Cunene. Assim como os *Herero*, também são adeptos da criação de gado, embora pratiquem um pouco de agricultura. O autor ressalta que para esse grupo a definição da fronteira sul não teve grande relevância, visto que eles se deslocavam regularmente entre os dois lados da fronteira.¹²⁶

Mapa 6 - Mapa etnolinguístico de Angola.

¹²⁵ WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Edições Tinta da China, 2013, p. 32.

¹²⁶ *Ibidem*, p. 35.



Fonte: WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Edições Tinta da China, 2013, p. 33.

Todos esses grupos possuíam algumas subdivisões, construindo assim uma diversidade étnica ainda mais relevante. Tanta variedade em uma única colônia dificultou o reconhecimento desses grupos por parte dos portugueses. Um dos principais responsáveis por tentar

compreender essa diferenciação étnica foi o padre alemão Carlos Estermann. Missionário do Espírito Santo, o Pe. Estermann nasceu na Alsácia no período em que esta se encontrava sob domínio alemão, após servir ao exército alemão na Primeira Guerra Mundial, Estermann recebeu o sacerdócio na Congregação do Espírito Santo. Em sua passagem por Portugal, na década de 1920, o padre resolveu exercer seu sacerdócio nas missões católicas em Angola, onde permaneceu por quase cinquenta anos, até sua morte.¹²⁷

Durante sua estadia em Angola, Padre Estermann se dedicou, entre outras coisas, a um detalhado estudo etnográfico da região sul de Angola. Seus estudos contemplam questões culturais, etnolinguísticas, religiosas e até mesmo geográficas. A relevância desses escritos acarretou em publicações que visavam difundir em Portugal e em toda Europa algum conhecimento acerca desses povos tão distantes, mas tão importantes para manutenção da autoridade portuguesa na África.

Em uma de suas publicações, Estermann afirma, “sem receio de errar”, que nem mesmo as pessoas em Angola, seriam capazes de responder às seguintes perguntas: “[...] quantas tribos, ou pelo menos quantos grupos étnicos existem em Angola? Quais são as suas designações étnicas?”¹²⁸

Diante deste impasse, um dos meios mais comuns para tentar solucionar o problema é utilização da língua como critério de divisão etnográfico. Porém, para Estermann, esta forma de distinção eventualmente se torna falha, pois há grupos angolanos que possuem a língua em comum, embora não pertençam ao mesmo grupo étnico. Isto ocorre, por exemplo, com grupos *Kedes* que vivem em pequenos aglomerados em meio aos Cuanhamas. Embora pertençam a etnias distintas, acostumaram-se a falar a língua dos Cuanhamas.¹²⁹

Apesar da distinção de línguas na região do Cunene, Estermann chamou atenção para o fato de que embora o rio atravessasse três áreas linguísticas diferentes (*Nyaneka-humbe*, *Ovambo* e *Herero*), em todos os grupos ele possui a mesma denominação, Kunene. Isto se dá porque o radical *nene*, significa *grande* em todas as línguas do sul de Angola, enquanto o prefixo *Ku* é utilizado quase que exclusivamente para denominar rios da região, pois seu significado dá a ideia de movimento,

¹²⁷ ESTERMANN, Carlos. **Etnografia de Angola (sudoeste e centro)**: coletânea de artigos dispersos. Volume I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 1.

¹²⁸ ibidem p. 17.

¹²⁹ Ibidem, p. 18.

curso. Vale destacar que além do Cunene, o sul de Angola possui outros rios com esse prefixo, como o Cuanza e o Cubango.¹³⁰

No entanto, entre a população local, o Cunene acaba sendo mais conhecido pelo substantivo comum, ou seja, “o rio”. Na língua dos nativos que moram entre a Matala e as cataratas do Ruacaná, onde o rio Cunene apresenta maior caudal e é entendido como um rio grande (por isso chamado de kunene), o termo utilizado é *Omulonga*. Enquanto os rios menores são chamados de *Oka-longa*.¹³¹

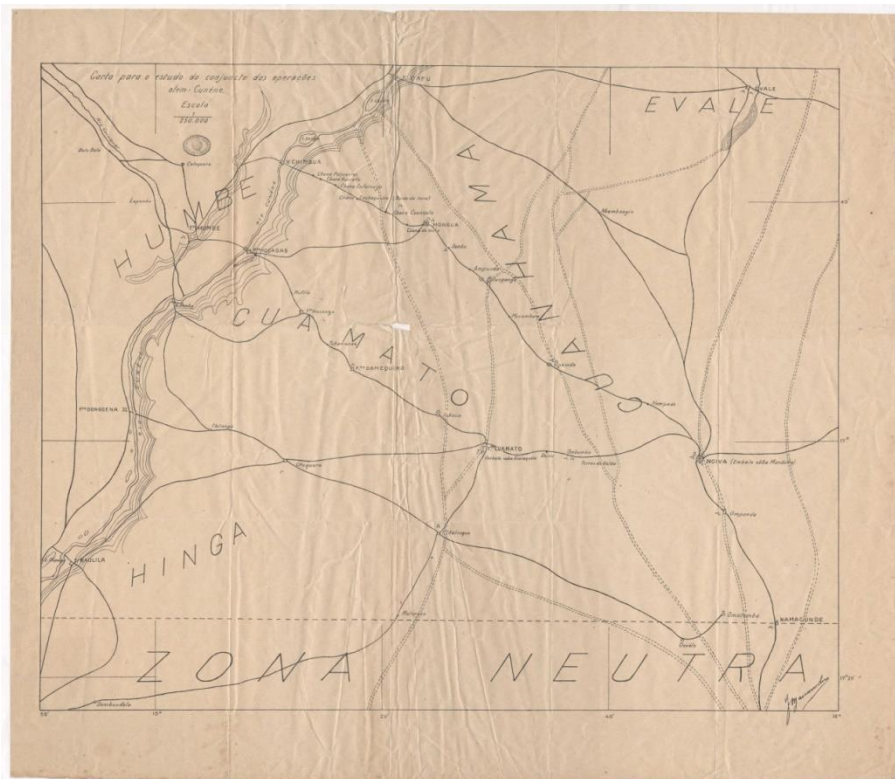
Os três grupos etnolinguísticos (*Nyaneka-humbe*, *Ovambo* e *Herero*) que habitavam as margens do rio Cunene, vivenciaram as interações com as águas do rio. Mas foi em duas subdivisões dos *Ovambo*, que se percebe com mais força a relação do trinômio rio, nativos e europeus, são eles os Cuamatos e Cuanhamas. Os motivos de tamanha interação podem ser explicados por alguns fatores:

Em primeiro lugar, o Cuamato e o Cuanhama fazem parte do território conhecido por Ovambolândia, que está localizado na região do baixo Cunene, mais precisamente na sua margem esquerda, ocupando parte do sul de Angola e o norte do território do Sudoeste Africano. Ou seja, todo esse território fica dentro da área que se manteve litigiosa por muito tempo, o que levou a participação desses grupos nativos nos debates entre os europeus, interessados em definir qual seria a real fronteira entre a então colônia portuguesa e a alemã. No mapa 7, observa-se a distribuição dos dois grupos, estando o curso do rio Cunene à esquerda e abaixo a zona neutra. Embora não haja identificação temporal, estima-se que este mapa tenha sido produzido na década de 1910, uma vez que a denominação de zona neutra foi definida em 1911 e as operações no Além-Cunene (título da cartografia) ocorreram até 1915.

Mapa 7 - Carta para o estudo do conjunto das operações além-Cunene.

¹³⁰ ESTERMANN, Carlos. **Etnografia de Angola (sudoeste e centro)**: coletânea de artigos dispersos. Volume II. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 401.

¹³¹ *Ibidem*, p. 399.



Fonte: AHU_CARTi_001,D.441. Escala: 1:250.000. Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Segundo, esses dois grupos possuíam uma organização política e administrativa muito bem organizadas. Durante boa parte do período de influência portuguesa em Angola, que teve início no século XVI, essa região além-Cunene permaneceu isolada das ações portuguesas, mantendo assim dentro de Angola dois reinos administrativamente autônomos. Como poderá ser visto mais a frente, foi apenas no início do século XX que as autoridades portuguesas conseguiram conquistar a região, pondo fim ao último reino independente de Angola.

E, por fim, têm-se as características físicas do baixo Cunene, sendo estas as principais responsáveis pela relação diária dos grupos com o rio. O fato do rio se tornar temporário nesses territórios, fez com que os nativos se adaptassem a um estilo de vida que exigia o

deslocamento frequente em busca de água para seus gados e para si próprios. Além disso, a existência de cacimbas e chanas definiu a distribuição de embalas pelo território e se mostraram decisivas nos períodos de guerras coloniais.

Toda essa área localizada entre o Cunene e o Cubango manteve-se pouco explorada pelas autoridades portuguesas até meados do século XIX. Com a soberania estabelecida no litoral de Angola, o interior do sul da colônia pouca importância representava. Porém, com o crescimento da presença europeia e boers, principalmente com o estabelecimento do protetorado alemão no Sudoeste Africano, viu-se a necessidade de dar início à vassalagem dos povos estabelecidos dentro dos territórios que as autoridades portuguesas acreditavam ser seus por direito.

No entanto, se o real curso do rio Cunene permaneceu obscuro por tantos séculos, as terras localizadas na outra margem eram ainda mais incógnitas. E assim, o reino Cuanhama manteve-se desconhecido por grande parte das autoridades portuguesas e viajantes até o fim da primeira metade do século XIX. De acordo com o tenente Eduardo Costa, que elaborou um intrigante estudo em 1906 acerca da questão do Cuanhama, “os vastos territórios que se estendem para leste do curso médio do Cunene não foram conhecidos, sequer de nome, pelos nossos antigos.”¹³²

A primeira vez que Eduardo Costa alega ter tido notícias sobre esse grupo nativo foi com o viajante Ladislau Magdayar e um velho sertanejo português chamado Brochado. Desde esse primeiro momento, a descrição era de que se tratava de uma tribo¹³³ feroz e guerreira, que habitava o leste do rio e exercia certa hegemonia sobre as demais tribos vizinhas.¹³⁴ Obviamente, esta não foi a primeira vez que um português soube da existência dos Cuanhamas, no entanto, tendo em vista a pesquisa apresentada pelo tenente Costa para a elaboração de seu trabalho, entende-se que para grande parte da sociedade portuguesa e até mesmo para alguns sertanejos e autoridades portuguesas residentes em Angola, o conhecimento sobre este grupo era bem restrito.

Para realizar seu trabalho, Eduardo Costa consultou a geografia de Reclus, os folhetos de Lord Mayo, a Enciclopédia Britânica e as publicações coloniais portuguesas, que poucas informações traziam

¹³² COSTA, Eduardo. **A questão do Cuanhama** (Sul de Angola). Lisboa: Typographia Universal, 1906, p. 2.

¹³³ O termo “tribo” é utilizado por Eduardo Costa ao longo de seu trabalho.

¹³⁴ *Ibidem*, 1906, p.2

sobre as terras além-Cunene. Além disso, Costa produziu um questionário que foi distribuído entre viajantes e militares que haviam estado no Cuanhama anteriormente, dentre os quais se destacam o tenente coronel Luna de Carvalho, que esteve na região em 1895, o tenente reformado, Paulo Amado de Mello Ramalho, que foi ao Cuanhama em 1890, tendo ambos participado da coluna que investiu no Cuamato, o comerciante e antigo sertanejo Manuel Nunes Correia, que fez longas e repetidas viagens entre o sertão de Benguella e Moçamedes, os capitães Faria Leal e João de Mascarenhas Galvão, entre outros.¹³⁵

De fato, a consolidação do reino Cuanhama como um estado unificado ocorreu neste mesmo período, com o rei Aimbiri. Durante seu governo Aimbiri procurou fazer contato comercial com os europeus, mas encontrou resistência em Sisaama, um profeta Cuanhama que afirmou que a entrada do comércio branco iria resultar no domínio europeu. A própria morte de Aimbiri foi entendida como uma consequência da influência europeia.¹³⁶

No entanto, mais de meio século se passou até que as autoridades portuguesas conseguissem enfim adentrar ao território Cuanhama e dominar a região. Grande parte disso se deve ao caráter aguerrido desta população:

O nome de cuanhama passou a ser um nome de terror: as pacíficas povoações ganguellas, ambuellas, etc., só procuram na fuga o remédio contra o mal. Muitas vezes chamados por alguns dos sobas, ou grandes, contra inimigos da mesma raça, outras vezes de sua própria indústria, as quadrilhas cuanhamas, vadeando o Cunéne em vários pontos, como os vaus de Mulondo e Capelongo, etc., aparecem de surpresa das povoações designadas á sua fúria e accommetem-nas de madrugada, matando os poucos homens que ousam resistir-lhes ou não podem fugir a tempo, roubando mulheres, gado e mantimentos, destruindo as povoações ou libatas, cobrando tributos, etc.

¹³⁵ Ibidem, p. 10

¹³⁶ WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. op. Cit, p. 57.

De fato, os Cuanhamas sempre foram conhecidos por sua bravura, tanto para com as missões militares portuguesas, quanto com seus conterrâneos pertencentes a outros grupos étnicos. A prática de razias era comum em todo o sul de Angola, esses assaltos eram, na maioria das vezes, protagonizados pelos nativos Cuanhamas em suas incursões nas terras de seus vizinhos do Cuamato, exímios criadores de gados e pastores.¹³⁷

Durante a travessia da África empreendida por Capelo e Ivens, em 1884, sua expedição atravessou as terras Cuanhamas e as observações não diferem muito do que muitos viajantes já descreviam naquele momento.

O Cuanhama é hoje um estado de que se falla, não pela sua extensão, mas pelo pavor que os seus habitadores têm sabido incutir aos povos circunvizinhos, sobretudo no sul, e que ultimamente deveria ter progredido muito se as luctas, em que seu chefe Nampani anda sempre, a isso não obstassem.¹³⁸

Capelo e Ivens chamam atenção para o fato de os Cuanhamas aparentam ser mais belicosos e audazes do que os outros povos, ressaltando, no entanto, que não foi travado contato direto com o grupo. Informam apenas que o país dos Cuanhamas conta com no máximo cinco mil milhas quadradas e sua capital, situada em Ghiva [Onghiva], é por eles chamada de embala do Toquero, localizada em “[...] meio de extensas planuras alagadiças, despidas na sua maior parte de vegetação, secas durante a estiagem.”¹³⁹

Naturalmente, as escassas informações fizeram com que aos poucos antropólogos e demais cientistas europeus fossem nutrindo o interesse em conhecer as particularidades desse povo até então ausente da literatura especializada. No decorrer das primeiras décadas do século XX, começaram a ser divulgados alguns trabalhos na Europa com este propósito. Geralmente, estes trabalhos se dedicavam a analisar

¹³⁷ MACHADO, Carlos Roma. O desvio das aguas do rio a região Cuamato-Cuanhama. In: **Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa**. 1921, 39ª serie, nº 7-12, p. 211.

¹³⁸ CAPELO, H.; IVENS, R. **De Angola á Contra-costa**: Descrição de uma viagem atravez do continente africano. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, p. 224.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 228.

especificidades culturais, tais como religião, organização familiar, divisão dos trabalhos e organização das embalas, além de reservar uma atenção especial aos aspectos biológicos e físicos desse grupo étnico, que visavam explicar esse aspecto destemido da personalidade Cuanhama.

Escusado lembrar que neste período, a ciência passa a promover estudos antropológicos que se encontravam imbricados de teorias darwinistas. As análises monogenistas¹⁴⁰ passaram a dar lugar aos estudos poligenistas, que com as contestações dos dogmas da igreja, passaram a acreditar que os seres humanos eram derivados de vários centros de criações que dariam origem a diferentes grupos raciais. Estas pesquisas foram encorajadas pelo surgimento da antropometria, teoria que interpreta a capacidade humana considerando o tamanho do cérebro de diferentes povos.¹⁴¹ Com o surgimento de teorias baseadas no darwinismo, os poligenistas passaram a admitir alguns ancestrais em comum em uma pré-história absolutamente remota. Isto teria permitido que espécies humanas se separassem e configurassem heranças e aptidões diversas.¹⁴²

As teorias darwinistas encontraram resistência na academia portuguesa e, sobretudo, na população, uma vez que eram vistas como antagônicas às ideias religiosas amplamente disseminadas em uma sociedade cristã.¹⁴³ Porém, algum tempo depois, quando alguns cientistas começaram a adotar as ideias darwinistas, como o botânico Júlio Augusto Henriques¹⁴⁴, muito outros passaram a elaborar estudos racistas, apropriando-se de ideias do Darwinismo, porém apoiados em pressupostos pseudo-científicos.

¹⁴⁰ Ao contrário da visão poligenistas, os monogenistas, mais comuns até meados do século XIX, acreditavam, com base nas escrituras bíblicas que toda a humanidade possuía um ancestral em comum. Sendo assim, as diferenças existentes entre os grupos humanos seria resultado de uma degeneração ou aperfeiçoamento da raça humana.

¹⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 48.

¹⁴² *Ibidem*, p. 55.

¹⁴³ BERNARDO, Luis Miguel. **Cultura Científica em Portugal: uma perspectiva histórica**. Porto: U. Porto Editorial, 2013, p. 182.

¹⁴⁴ PEREIRA, Ana Leonor. A recepção do Darwinismo em Portugal. In: PEREIRA, Ana Leonor, et. Al. **A natureza, as suas histórias e seus caminhos**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Em 1930, por exemplo, o tenente-coronel-médico e professor da Escola Médica de Nova Goa, Alberto Carlos Germano da Silva Correia, apresentou no XV Congresso Internacional de Antropologia, em Coimbra e Porto um estudo ao qual deu o título de *Os Cuanhamas: contribuição ao seu estudo antropométrico e etnográfico*.¹⁴⁵ Embora apresente elementos a cerca de questões políticas, sociais e administrativas, a questão antropométrica é a que o autor busca dar maior destaque.

O estudo antropométrico em questão foi executado dentro do Hospital Central, em Luanda, e contou com a participação de soldados e cabos de origem Cuanhama que estavam aquartelados na capital de Angola. Em um gabinete intitulado “Gabinete Antropológico do Instituto de Investigações Científicas”, foram recebidos 25 praças naturais do Ovampo angolano, com idade entre 25 e 35 anos.¹⁴⁶ Dentre os aspectos físicos, concluiu-se que os Cuanhamas apresentam a cor da pele variando entre o “negro vulgar” e o castanho escuro, com olhos e cabelos igualmente pretos. Não costumam apresentar fartura de pelos no corpo, o mesmo ocorre com a barba e bigode, visto que tendem a apresentar mais comumente uma ausência capilar nos rostos do que a abundância.¹⁴⁷

No que concerne às análises de antropometria de fato, percebe-se claramente o enfoque nos termos evolucionistas, especialmente no que diz respeito à envergadura e à medição do crânio. Assim, os Cuanhamas possuem uma envergadura média de 10 centímetros, sendo considerada superior aos das raças brancas, porém inferiores a muitos subgrupos negros (figura 5), concluindo assim, que “[...] os Cuanhamas são dos menos inferiores sub-grupos étnicos da raça preta, cuja característica inconfundível, sob esse ponto de vista, consiste em ter uma grande envergadura superior à estatura em mais de 8 centímetros.”

Embora o autor se isente de fazer uma conclusão objetiva sobre os aspectos físicos dos Cuanhamas, fica evidente, com base nos dados, que há uma significativa proximidade destes com o que se considerava padrão para as raças brancas, sobretudo nos elementos que naquele momento eram tidos como sinais da evolução da raça humana. Apesar da ausência da conclusão, o autor traz a seguinte observação e que,

¹⁴⁵ CORREIA, Alberto Carlos Germano da Silva. **Os Cuanhamas: contribuições ao seu estudo antropométrico e etnográfico**. Porto: Tip. Rangel Bastorá, 1930.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 998.

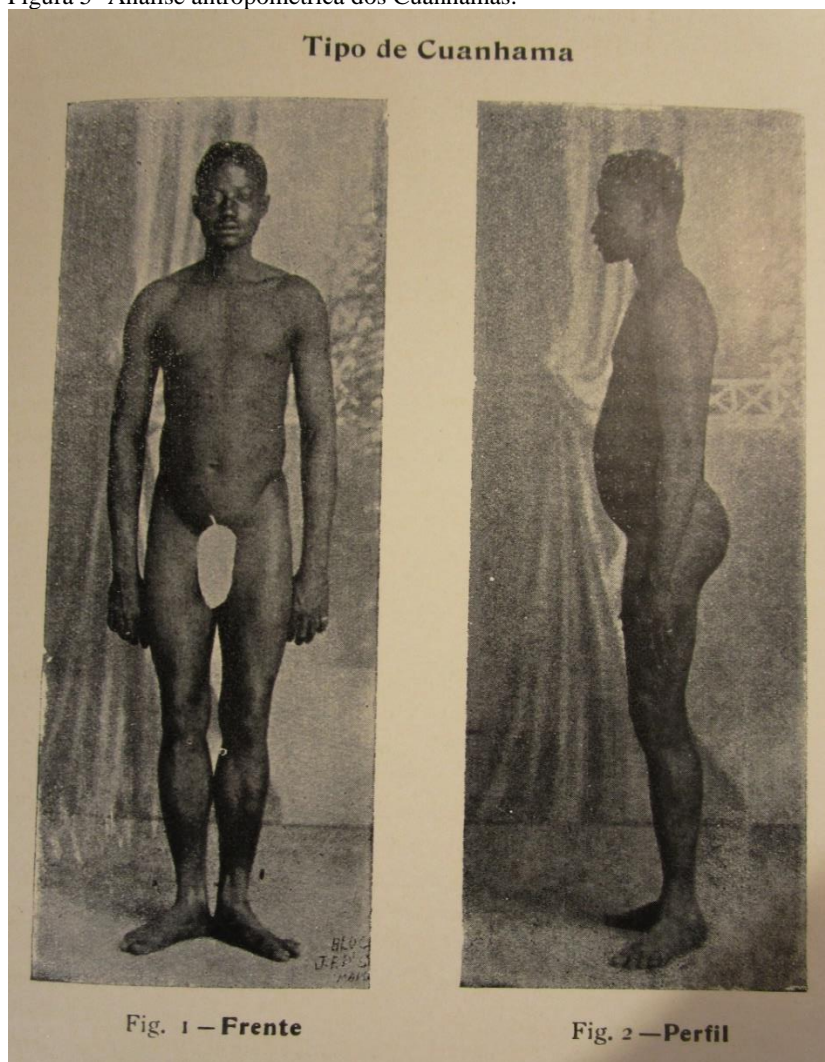
¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 1000.

segundo ele, explica todas as considerações apresentadas sobre este grupo até aquele momento:

São, como se vê indivíduos fortes, ágeis e resistentes, qualidade que, aliadas à inteligência, de que são também dotados, fazem deles um povo destemido, aguerrido, e tendo muitas semelhanças físicas e moraes com os seus vizinhos herreros e zulus, dos quais parecem ser, etnicamente, parentes bem próximos.¹⁴⁸

¹⁴⁸ Idem.

Figura 5- Análise antropométrica dos Cuanhamas.



Fonte: CORREIA, Alberto Carlos Germano da Silva. **Os Cuanhamas:** contribuições ao seu estudo antropométrico e etnográfico. Porto: Tip. Rangel Bastorá, 1930.

Outra particularidade deste grupo foi sua relação com os missionários luteranos enviados pelo governo alemão. E aqui se observa o papel do rio Cunene colocado ora como fronteira, ora como elo de ligação. Neste sentido, o rio foi utilizado pelos missionários não como uma fronteira que dividiria o Sudoeste Africano e a colônia portuguesa, mas sim como o elo de ligação entre as duas terras. Instalados no Sudoeste Africano desde a década de 1880, os alemães enviaram missionários para a África com o propósito de catequisar e civilizar os indígenas. Como já foi visto anteriormente, a Ovambolândia tinha parte de suas terras situadas no território do Sudoeste Africano, nas proximidades da Damaralândia, e a outra parte no que hoje corresponde a Angola.

Os missionários instalados inicialmente na Damaralândia foram se interiorizando até chegar às terras dos Cuanhamas. A primeira missão luterana no Cuanhama foi estabelecida em 1891, na capital Onghiva, nas proximidades da embala do soba. Nos anos seguintes foram ainda fundadas em Omunpanda, Namacunde e, por fim, em 1907 em Omatemba¹⁴⁹. Obviamente estas missões permitiram o crescimento do prestígio dos alemães junto aos Cuanhamas, o que levou a proibição portuguesa nos anos seguintes.

Esta aproximação missionária alemã, que inicialmente havia sido consentida pelas autoridades portuguesas, acabou tendo consequências diplomáticas que se refletiram nas ações em torno da definição da fronteira entre as duas colônias, mas, sobretudo, no que concerne à aceitação dos Cuanhamas como membros da província angolana. Estas consequências serão detalhadamente discutidas nos próximos capítulos.

Cabe aqui destacar, no entanto, que esta atuação dos missionários promoveu uma mudança sociocultural nos nativos. Foram mais de vinte anos de interação, assim, os Cuanhamas se tornaram mais “civilizados” aos olhos dos europeus, passaram a usar mais roupas, os chefes com camisa e calça, além é claro na ênfase na educação religiosa¹⁵⁰, ao quais os portugueses tentaram converter instalando a missão do Espírito Santo.

Os missionários protestantes atuavam como educadores, médicos e pastores. O ensino religioso era feito em língua vernácula, depois que

¹⁴⁹ CALDEIRA, Arlindo (ed.) **O Sul de Angola no início do Século XX: Cadernos de guerra do coronel Alberto Salgado**. Lisboa: CEPCEP, 2011, p. 16.

¹⁵⁰ MACHADO, Carlos Roma. O desvio das águas do rio a região Cuamato-Cuanhama. In: **Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa**. 1921, 39ª serie, nº 7-12, p. 212.

as crianças aprendiam sua língua materna, a bíblia era traduzida para essas línguas. Em geral, os missionários eram capazes de falar diversas línguas indígenas, enquanto os chefes de postos portugueses mal falavam uma frase nas línguas nativas.¹⁵¹

Enquanto é possível encontrar muitas informações e vastos trabalhos acerca dos nativos que habitavam a região do Cuanhama, percebe-se claramente a lacuna historiográfica e, sobretudo, nas produções do início do século no que concerne aos nativos do Cuamato. Embora René Pelissier, em sua obra *História das Campanhas de Angola*¹⁵² insista em definir o Cuamato como um povo mais temido do que os próprios Cuanhamas, não muitas referências a este fato são encontradas nas fontes. Claramente, os dois grupos que dividem o Ovampo angolano não despertaram o mesmo interesse em viajantes, militares e cientistas portugueses.

A participação dos cuamatos na produção bibliográfica e nas próprias fontes primárias está mais presente nos relatos de guerra e em estudos elaborados por militares que estiveram presentes nas campanhas militares do Cuamato, com maior destaque para o episódio chamado “massacre do Cunene”, que será abordado no próximo subcapítulo. Enquanto os Cuanhamas se mantiveram autônomos até 1915, o Cuamato se rendeu ainda em 1907. Outro fator que dificulta o entendimento sobre as particularidades dos cuamatos é a constante fusão de trabalhos sobre estes povos, com informações que em teoria serviria para os dois principais grupos Ovambos.

O engenheiro militar Carlos Roma Machado¹⁵³ que por muitos anos permaneceu na região coordenando as demarcações da fronteira sul traz algumas informações sobre este povo em artigo publicado no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Segundo Machado, os nativos do Cuamato aparentam ser uma mistura das raças Cuanhama, Va-n-Cumbis e Herrerros. Apresentam uma boa estrutura física, são altos e magros. Além disso, dispõe de um considerável volume de armamento moderno, que lhes eram fornecidos pelos brancos do Sudoeste Africano, o que acabou levando aos intensos conflitos bélicos contra os portugueses.¹⁵⁴

¹⁵¹ WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. op. Cit, p. 129.

¹⁵² PELISSIER, René. **História das Campanhas de Angola**. Lisboa: Editorial Estampa, 2013.

¹⁵³ MACHADO, Carlos Roma. Op. cit, p. 211.

¹⁵⁴ CALDEIRA, Arlindo (ed.) op. Cit, p. 16.

Diferentemente do Cuanhama que estabeleceu um Estado unificado na figura do soba, dos quais inclusive alguns tiveram relevância considerável na história do sul de Angola, o Cuamato não possui um chefe central. Eles se dividem em grupos e cada grupo escolhe um indivíduo antigo para ser o chefe da mucunda. Após a ocupação efetiva portuguesa, os chefes servem como intermediários entre a população e as autoridades portuguesas. Nesse período, inclusive, a nomeação dos chefes de mucunda era feita de acordo com o capitão-mor da região.¹⁵⁵

Outra divisão administrativa estava vigente no momento que se iniciaram os contatos mais regulares dos cuamatos com os portugueses. Seu Estado era dividido em duas monarquias distintas: o Cuamato Grande, ao sul, e o Cuamato Pequeno, localizado ao norte (mapa 3). Observa-se a sua esquerda o curso do Rio Cunene e a direita o território Cuanhama. Outro elemento que merece destaque diz respeito ao tipo de solo do Cuamato e Cuanhama.

O Cuamato é formado por pastos de qualidade, sobretudo nas proximidades da margem do rio Cunene, isto justifica a intensa criação de gado empreendida por este grupo que, obviamente, se dá em função de suas terras ficarem mais próximas do rio do que as terras Cuanhamas. No entanto, por se tratar de uma região em que o rio é intermitente, ou seja, seca durante alguns meses do ano, as terras um pouco mais afastadas do rio se tornam áridas e podem ser abatidas pela seca inclusive durante a estação chuvosa. Em 1920, por exemplo, a seca gerou uma crise de mantimentos, o que ao longo do tempo ocasionou na redução drástica da população, que deixou a região em busca de melhores condições.¹⁵⁶

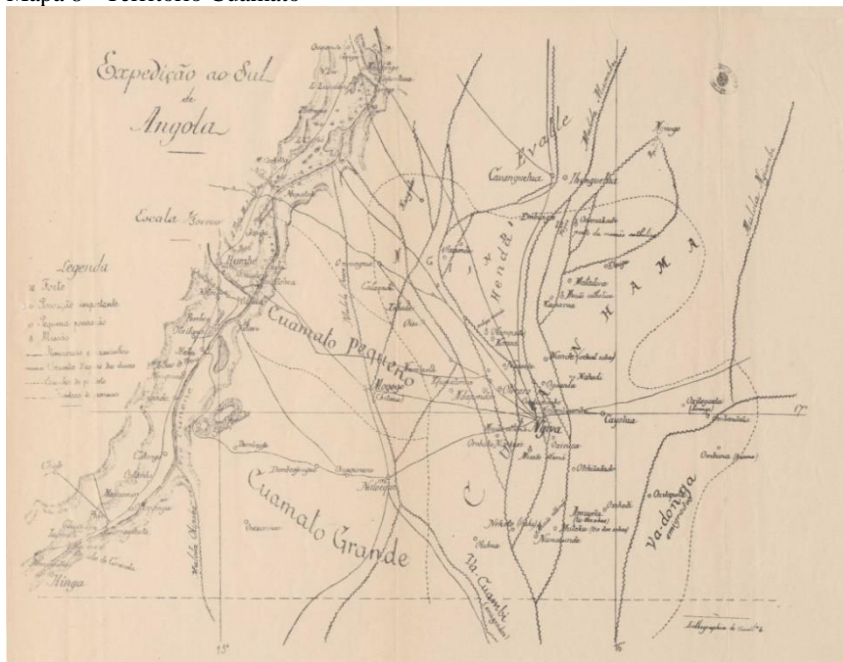
Em contrapartida, o Cuanhama apresenta uma situação geográfica inteiramente diferente. Apesar de não possuir bons pastos, a região possui melhores condições para ser habitada e por isso conta com uma população mais densa, além de ser rico em floresta. O que explica estas condições são as chanas espalhadas pelo território em maior quantidade do que no próprio Cuamato. As chanas são canais que levam as águas das chuvas, como pode ser visto no mapa 8 representado em linhas de

¹⁵⁵ MACHADO, Carlos Roma. Op. Cit, p. 211.

¹⁵⁶ MACHADO, Carlos Roma. O desvio das águas do rio a região Cuamato-Cuanhama. In: **Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa**. 1921, 39ª serie, nº 7-12, p. 207.

zig-zag, onde, inclusive, é possível observar a diferença na quantidade destas chanas no território Cuanhama e no Cuamato.¹⁵⁷

Mapa 8 - Território Cuamato



Fonte: Mç 969-970 – mapa 2. Arquivo Histórico Ultramarino.

Este complexo sistema de chanas é muito comum no Baixo Cunene nas áreas planas. As chanas são cobertas por capim alto que formam verdadeiras estradas em meio às matas. No período de chuvas e cheias, elas dão vazão às águas. Em sua grande maioria, as chanas do Baixo-Cunene impedem que as águas alaguem as áreas de vegetação arbórea, onde se desenvolvem gramíneas finas, utilizadas para

¹⁵⁷ Ibidem.

alimentação dos animais domésticos e selvagens e onde a própria população indígena vive.¹⁵⁸

A grande quantidade de chanas leva a formação de inundações, contrastando com a região no período da seca. Apenas os pontos mais altos, como fortes e as missões não são inundados.

Mas passa-se a época da inundação, o terreno seca depressa por a humidade se infiltrar por ele, visto ser todo de areia siliciosa, nateiro silicioso e tufa, tendo apenas 17 pés de profundidade uma camada argilosa que retém, embora muito pouco a água; começada a seca abrem-se cacimbas que sucessivamente vão secando: algumas vimos no Cuanhama perto da Ondiva [Onghiva] com escadas abertas na tufa em pendor e em espiral, até 12 metros de fundo e mais, e famílias de povoações inteiras com painéis de barro andam por vezes 20 a 30 kilometros á procura d'água em passo ginastico, fazendo-se vêr as garridas raparias, depois de uma marcha de 15 a 20 kilometros, clamar tristemente por encontrarem seca a cassimba que dias antes estava cheia, vendo-se forçadas a percorrer ao sol ardente e cantando melopeias tristes, mais 15 a 20 kilometros á procura da incerta água.¹⁵⁹

Algumas chanas transbordam com o excesso de água, formando assim novas chanas em tamanho menor, que em algum ponto se encontra com outra ou com o próprio rio, constituindo então as ilhas no meio da planície. O período de chuvas torrenciais no Baixo-Cunene ocorre entre os meses de fevereiro e maio. A quantidade excessiva de chuva gera alguns pântanos e charcos na superfície mesmo após este período. Esses acúmulos de água permanecem formados no máximo até o mês de julho, variando em função da quantidade de água e da permeabilidade do solo.¹⁶⁰

¹⁵⁸ LEBRE, António. **Costumes gentílicos dos povos de além Cunene.** Extracto das Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Porto: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934, p. 5.

¹⁵⁹ MACHADO, Carlos Roma. Op. Cit., p. 207.

¹⁶⁰ LEBRE, António. Op. Cit, p. 9.

Para se conhecer efetivamente os costumes dos nativos, é necessário conhecer os sistemas hidrográficos e a natureza do terreno, visto que foi necessário criar meios de adaptação a essas condições físicas do meio ambiente. Os nativos do Cuamato, por exemplo, encontraram na transumância o único meio para manter sua atividade de criação de gado. Durante o período da seca, os criadores levavam seu gado para região onde era possível encontrar pastos e água. Regiões estas muito próximas das cacimbas, que durante boa parte do ano eram os únicos locais onde se poderia encontrar água.

A figura 6 é um registro de 1910 e faz parte do álbum de fotografias de Velloso de Castro, que atuou militarmente na região do Cuamato durante as guerras coloniais. Na imagem, pode-se observar o deslocamento do rebanho pelo rio Cunene, na altura do Capelongo, reafirmando esta como a principal atividade do Cuamato, tão cobiçado pelos nativos do Cuanhama.

Figura 6 - Passagem de gado no rio Cunene – Capelongo.



Fonte: Álbum de Velloso de Castro, Arquivo Histórico Militar. Disponível em: <http://arqhist.exercito.pt/details?id=160365>

Apesar de tentar encontrar soluções, a criação de gado sofre com uma série de problemas decorrentes da seca. A partir de junho, quando tem fim o período de chuvas, os reservatórios onde o gado consome água costumam estar sujos, o que pode provocar algumas doenças decorrentes do parasitismo. Além disso, a falta de pastos e o aumento das distâncias a percorrer, acarretam no emagrecimento do gado. Essa distância pode chegar a 150 km e, geralmente, começam a ser

percorridos quando o gado já se encontra debilitado com a falta de água. Assim, a cada ano morrem milhares de cabeças de gado.¹⁶¹

Além do deslocamento de gado, era comum a construção das próprias cacimbas, por meio de escavações feitas na terra. Também foram desenvolvidos meios para criar reservatórios de água com as chanas.

(...) os naturais, tendo uma visão prática das coisas, fizeram, em locais para onde as águas das chuvas e das chanas convergem, escavações circulares, de altos valados ou muros de terra, abertos do lado donde vêm as águas, para lhes dar entrada, conseguindo assim magníficos reservatórios de água que se mantêm durante longo tempo e que aproveitam para usos domésticos, para dar de beber aos animais e para pescar.¹⁶²

Assim como acontece com o gado, a água encontrada para suprir as necessidades dos grupos humanos também é suja e poluída, sobretudo após os primeiros meses de seca. E então, com a diminuição das cacimbas, vai aumentando o tempo de espera para conseguir encher um vasilhame de água. Estima-se que em determinadas épocas do ano uma mulher gaste em média 2,54 horas para conseguir água suficiente para seu consumo diário. Chegando inclusive a um gasto de 5 a 6 horas para recolher água para seu consumo doméstico, que naquela altura já estava reduzido ao mínimo possível.¹⁶³

Ao longo das décadas, no entanto, o governo colonial e os próprios nativos foram criando mecanismos que pudessem trazer soluções para o problema da falta de água na Ovambolândia. Esses projetos eram variados e muitos não saíram do papel, eram propostas que iam desde perfuração do solo para captação de água subterrânea, até a construção de grandes barragens. Como todas estas alterações se deram no decorrer do período abordado por todo esse trabalho, elas serão analisadas ao longo dos próximos capítulos.

¹⁶¹ NETO, José Pereira. **O Baixo Cunene**: subsídios para o seu desenvolvimento. Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais. Lisboa, nº 68, 1964, p. 130.

¹⁶² LEBRE, António. Op. Cit, p. 10.

¹⁶³ NETO, José Pereira. op. Cit, p. 130.

A participação das águas do Cunene na vida desses nativos não se resume apenas a suprir suas necessidades diárias. Carlos Estermann em seus relatos apresentou outros usos das águas que não são tão convencionais assim. Trata-se de costumes culturais que associam o rio a rituais sagrados e até mesmo a castigos. É o caso de um tipo de castigo aplicado a uma adolescente que engravidasse antes de ter passado pela cerimônia de puberdade.

Embora se fale só nela, o sedutor sofre a mesma sorte. Obrigatoriamente o caso era levado ao tribunal do soba; este, feito o julgamento entregava os sentenciados ao carrasco que os levava á beira do rio Cunene. Aí, obrigava-os a subir a uma árvore debruçada sobre o rio. Depois de ambos se terem agarrado á extremidade de um ramo forte, o executor da condenação cortava-o. Assim os dois supliciados caíam ao rio, onde eram quase sempre devorados pelos jacarés.¹⁶⁴

Mas, o rio não servia apenas para castigar as grávidas antes da cerimônia de puberdade. O próprio rito da puberdade contava com a participação do rio Cunene. Em seu ritual, as moças eram levadas a força para uma cabana montada embaixo de uma árvore frondosa, enquanto em sua casa, eram realizados alguns cerimoniais. Durante todo o período, as moças se entretêm na baixa planície marginal do Cunene. Seu traje é constituído por um corselet produzido por cordas de junco, localizadas nas partes alagadiças do terreno. Gerando assim, uma conexão “espiritual” entre a futura mãe e o rio¹⁶⁵.

Outro ritual praticado em muitos grupos da Ovambolândia é a cerimônia de purificação da viúva, esta era indispensável para se contrair matrimônio com outra pessoa. No rito, é realizada “(...) uma lavagem em água lustral praticada por uma quimbanda especializada”¹⁶⁶. Como a água em questão não pode ser retirada de poços, mas sim de rios com água corrente, muitos grupos percorriam longas distâncias até o rio Cunene. Estermann ressalta, no entanto, que

¹⁶⁴ ESTERMANN, Carlos. **Etnografia de Angola (sudoeste e centro)**: coletânea de artigos dispersos. Volume II. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 403.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 405.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 404.

embora seja um ritual, a água do Cunene não é entendida como sagrada, a ideia da cerimônia é apenas utilizar água corrente para levar consigo as inibições causadas pelo estado da viuvez.

Entretanto, a partir do momento que se crê que a água, ainda que não seja necessário ser do Cunene, tem a capacidade de levar consigo não só a sujeira do corpo físico, mas também do espiritual, entende-se sim que esta cerimônia associa a água do rio a algo sobrenatural. Especialmente, tendo em vista, que para alguns povos politeístas, os elementos da natureza possuem conotações sagradas.

Outra crença também relatada por Estermann nos chama atenção. Segundo o missionário, para os sobas do Cuanhama, conhecidos por sua bravura, o Cunene pode ser um sinal de mau agouro. Muito espanto provoca esta afirmação, visto que as águas do Cunene, como mencionado anteriormente, são essenciais para a manutenção das comunidades, além de não ter sido encontrada nenhuma outra menção a este curioso fato em nenhuma outra fonte. De qualquer forma, Estermann afirma que “havia uma proibição absoluta de eles [os sobas] se aproximarem deste curso de água. A não observância deste tabu causaria as piores desgraças pessoais e tribais.”¹⁶⁷

O missionário apresenta este fato sem demonstrar espanto. Da mesma forma, alega que, embora não haja confirmação do fato, acredita que os líderes dos grupos vizinhos, como os régulos do Cuamato, possuíam esta mesma lei proibitiva, e em tempos não muito distantes.

No entanto, foi outra relação com o rio que pôs os nativos em proximidade com as autoridades portuguesas, a noção do rio como fronteira. Durante muitos séculos, o rio Cunene foi entendido como a fronteira que dividia o Ovampo do restante do território angolano. As terras localizadas na margem direita do Cunene foram submetidas ao poder português muito antes das terras de além Cunene, portanto, para eles, estas duas regiões não possuíam qualquer administração em comum.

Esta barreira natural mantinha o Ovampo isolado e ao mesmo tempo em segurança, visto que as tropas portuguesas demoraram décadas até sentirem necessidade e segurança de transpor as águas do Cunene para pôr fim à autonomia dos sobas nativos. Porém, o mesmo não pode ser dito sobre as invasões ocorridas na direção leste – oeste. Apesar de ser uma barreira perigosa, o conhecimento sobre o curso do rio que os nativos possuíam fazia com que esta fronteira fosse muitas vezes transposta.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 405.

As práticas de razias tão comuns entre os povos do Ovampo e até mesmo da Damaralândia, também se estendiam para a outra margem do Cunene. O coronel Eduardo Marques ao apresentar um estudo para possíveis ataques militares ao Cuamato destaca que estes povos têm

[...] expandido largamente áquem e além Cunene os seus instintos sanguinários e de pilhagem. [...] Presentemente, mesmo, a sua gente vem á margem do rio insultar e ameaçar os povos da margem direita que recebem os europeus e as autoridades, e já no corrente anno pretendeu passar o rio para atacar a Dongoena, não o chegando talvez a fazer pelo tiroteio com que foi recebida.¹⁶⁸

E foi assim que foram tomando formas os primeiros contatos entre o efetivo militar português e os guerreiros do Cuamato e Cuanhama. A ameaça dos nativos transporem o rio a qualquer momento para atacar as terras de aquém-Cunene levaram à necessidade de estabelecer ao longo do rio Cunene postos militares, formados por fortificações a espera de aquartelamento de tropas.

Mas não foi apenas a ameaça de ataque iminente que motivou as autoridades portuguesas a promoverem tentativas de ocupar o além-Cunene. Na medida em que foi se firmando o colonialismo europeu no território africano, era cada vez mais necessário garantir as marcas da soberania portuguesa em todos os cantos de Angola. O sul de Angola, mais precisamente, sofria com a ameaça da proximidade dos alemães, naquele momento situados no Sudoeste Africano, além dos boeres, que eram grupos de origem holandesa e que habitavam a África austral desde séculos anteriores e começaram a migrar para a região sul de Angola.

Em um primeiro momento, a bravura dos boeres e sua capacidade de combate contra os indígenas alimentou a simpatia dos portugueses. Seus carros de bois e as estradas abertas na mata ajudaram na expansão do comércio e nos campos de batalha. O interesse dos boeres neste

¹⁶⁸ MARQUES, Eduardo. Estudo preparatório das futuras operações na margem esquerda do rio Cunene e das medidas a adoptar para garantir a segurança dos territórios da margem direita do mesmo rio. 1905. Arquivo História Ultramarino. SEMU/DGU/1L/969-970.

¹⁶⁸ LIMA, David Martins de. **A Campanha dos Cuamatos**. Lisboa: Livraria Ferreira, 1908.

momento era encontrar terras bem servidas de água para se estabelecerem longe do alcance das autoridades britânicas e, nesse sentido, a região entre o Cunene e o planalto do Bié parecia ser a terra prometida. Foram distribuídas terras a chefes de família boeres em Humpata, onde estabeleceram a colônia de São Januário. Lá era permitida que fosse praticada sua religião, a isenção de impostos por dez anos e o direito de eleger as autoridades locais, desde que aceitassem a soberania portuguesa.¹⁶⁹

Nas décadas seguintes, no entanto, a relação foi se desgastando. Os boeres se mostravam insatisfeitos com sua vida nômade e agrícola, fazendo com que aos poucos fossem ocorrendo emigrações para o Congo ou para o Sudoeste Africano, enquanto os que ali permaneciam, passaram a praticar assaltos nas criações de gados de alguns grupos nativos. Os portugueses, por sua vez, deram início a uma política de aculturação, na tentativa de instituir a língua portuguesa e o catolicismo, as autoridades portuguesas enviaram padres e professores que não foram bem vistos pelos boeres que se recusaram a colocar seus filhos na escola.¹⁷⁰

Com o cenário montado e os protagonistas devidamente posicionados, tiveram então início então as primeiras organizações de tropas e estudos militares empreendidos por militares portugueses visando orquestrar os ataques à Ovambolândia. Os Cuamatos e Cuanhamas, por sua vez, foram se organizando na margem esquerda do Cunene, ora atacando gradativamente as terras da margem direita, ora aguardando um ataque português além-Cunene. Os primeiros ataques não tardaram e em 1904, as tropas portuguesas cruzaram o Cunene em direção ao Cuamato Pequeno, onde foram pegos em uma emboscada, evento este que abateu a moral das tropas portuguesas e ficou conhecido por “massacre do Cunene”. E assim, teve início uma série de guerras coloniais que após uma década fez o Cunene deixar de ser a fronteira do Ovampo, transformando-se no elo de ligação entre o litoral angolano e as terras do interior.

2.2 Guerras coloniais e a posse dos recursos naturais

O alvorecer do século XX trouxe consigo o prenúncio de batalhas que ficariam para sempre marcadas na história do colonialismo em

¹⁶⁹ WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. op. Cit, p. 118.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 119.

Angola. De um lado do rio Cunene, as tropas militares portuguesas preparavam-se para invadir aqueles que até então eram os últimos reinos independentes de Angola. Do outro lado, as forças do efetivo nativo buscavam a todo custo manter sua autonomia política. A exemplo do que acontece em muitos campos de batalha, o vencedor seria definido nos pequenos detalhes, neste caso, mais do que a superioridade numérica, o que de fato fez a diferença foi o controle dos recursos naturais, especialmente os recursos relacionados ao fornecimento de água.

O Cuamato, que como foi visto no subcapítulo anterior passou para a história como um grupo menos ameaçador, é apresentado nos relatos de militares como um grupo extremamente perigoso. Desde as primeiras investidas nos últimos anos do século XIX, passou-se mais de uma década até que enfim a guerra fosse empreendida e vencida, pondo fim à soberania dos sobas do Cuamato Pequeno e Cuamato Grande, em 1907.

O Cuanhama, por sua vez, manteve relações minimamente amigáveis com os portugueses, o que acabou retardando o confronto direto destes com aqueles. Além disso, a localização do Cuamato no caminho entre o Cuanhama e o rio Cunene obrigou as tropas portuguesas a atuar primeiro na pacificação do Cuamato para, posteriormente, investir contra o Cuanhama. A redenção final ocorreu apenas em 1915, após um conflito generalizado que acabou por criar diversas histórias sobre o soba Mandume, que até hoje possui uma história cheia de incógnitas entre os povos do Cuanhama.

Para compreender como ocorreu o desenrolar destes eventos bélicos e de que forma os recursos naturais foram pontos cruciais durante as batalhas, inicia-se a narrativa pela conquista do Cuamato. Antes de ocorrer a guerra efetiva em 1907, as autoridades portuguesas residentes em Angola haviam tentado cruzar o Cunene em ao menos duas ocasiões, que foram marcadas pela vitória dos nativos, abalando o moral das tropas portuguesas.

A primeira das batalhas luso-ovamba ocorreu a partir de uma grave decisão do coronel Lourenço Justiniano Padrel, que após ter investido contra o Humbe, resolveu cruzar o Cunene e agir no Cuamato. Estes eventos ocorreram sem a concordância do governador do distrito, em 1891. Esta batalha contra o Cuamato contaria com o auxílio de Weyulu, o rei Cuanhama, que ofereceu 3500 homens para compor o

exército português, que naquele momento já contava com 4600 homens.¹⁷¹

Logo que cruzaram a vau do Pembe, com dois canhões, as tropas portuguesas foram recebidas por um contingente de 10 mil homens. Segundo os dados registrados pelos portugueses, após nove horas de batalha, as tropas portuguesas teriam causado uma baixa de duzentos homens cuamatos, enquanto elas teriam tido apenas dois mortos e sete feridos. No entanto, os canhões portugueses teriam sido danificados e aos poucos os soldados Cuanhamas foram desertando do exército português. Por fim, ao perceber-se ilhado, o coronel Padrel se viu na obrigação de bater em retirada, tendo em vista que a derrota era iminente.¹⁷²

Escusado ressaltar que o número de soldados acima postados e os que serão citados ao longo deste capítulo fazem parte dos relatórios e relatos dos militares portugueses, por tanto, não se pode excluir a possibilidade de haver mudanças nestes números. Deve-se considerar que em alguns casos (não generalizando) há uma tendência em aumentar o número e a agressividade das tropas inimigas com a finalidade de destacar a força das tropas portuguesas, que embora estivessem com menor número venceu heroicamente, ou foi vencida justamente em virtude da superioridade numérica do inimigo.

Pois bem, a malograda investida portuguesa no Cuamato serviu para ativar um alarme entre as autoridades portuguesas: os gentios localizados na outra margem do Cunene não eram incapazes de se defender, tão pouco eram incapazes de se organizarem militarmente e lutarem de igual para igual. Diante desta situação, passaram-se mais de dez anos até que algum governador tivesse a iniciativa de organizar uma coluna para deslocar-se para a outra margem do Cunene.

Esta iniciativa veio a ocorrer em 1904, quando o governador do distrito de Huíla, o capitão de engenharia João Maria Aguiar, com o auxílio do capitão de mar e guerra e governador geral de Angola, Custódio Borja, estudou um plano de ocupação militar das terras de além-Cunene, que visavam avassalar o Cuanhama, mas para isso teriam que cruzar o território do Cuamato. Uma vez aprovada a campanha, partiu-se para a organização da coluna, que viria a se juntar no Lubango, em agosto daquele mesmo ano. E, encaminhando-se para o Humbe,

¹⁷¹ PELISSIER, René. **História das Campanhas de Angola**. Lisboa: Editorial Estampa, 2013, p. 165.

¹⁷² Ibidem, p. 166.

iriam encontrar o destacamento indígena que seguiria com as tropas nesta campanha.¹⁷³

Para o historiador militar René Pelissier, a grande falha do projeto estava na atuação do governador da Huíla, que embora fosse apenas capitão de engenharia, optou por atuar como se fosse um general. A falta de desenvoltura militar de Aguiar fez com que este não elaborasse um plano organizado de ataque, além de não se entender diretamente com seus soldados. Passando para estes a impressão de que “[...] cada um ia combater contra os negros como se estivessem numa caça às medalhas e numa corrida para a promoção.”¹⁷⁴

Apesar disto, o projeto foi posto em prática e no dia 19 de setembro a coluna se pôs em marcha até o rio Cunene. A travessia foi efetuada novamente pelo Vau do Pembe e após grande dificuldade de cruzar os carros, devido à consistência do leito do rio naquela região, as tropas enfim se encontravam no Cuamato. Cem metros após o curso do rio foi estabelecido o acampamento, mas não tardou para que todo o aparato fosse desmontado e a coluna batesse em retirada.¹⁷⁵

Foi preciso apenas cinco dias para que os cuamatos vencessem a coluna portuguesa. Logo nos primeiros dias, juntamente com os ataques dos cuamatos (que tiveram início já no dia 20 de setembro), os soldados começaram a sofrer com disenteria. Além disso,

[...] as febres palustres irritavam o estado moral das tropas. As noites de vigília acompanhadas de sobressaltos, o clima terrível, com temperaturas opostas de dia e de noite, a falta de defesa contra o sol abrasador e contra o relento húmido e frio, completavam o horror da situação. E tudo isso parecia dar-nos aspectos tristes de cadáveres...¹⁷⁶

Após quatro dias seguidos de ataques, o governador Aguiar resolveu destacar um grupo de soldados para fazer um reconhecimento das áreas à frente. O destacamento contava com seis pelotões de infantaria, duas peças de artilharia e dois pelotões de cavalaria, resultando algo em torno de quinhentos homens, além dos auxiliares

¹⁷³ CONTREIRAS JÚNIOR, Manoel Francisco. Massacre do Cunene. In: **Cadernos Coloniais**, nº 44, Lisboa. Edições Cosmos, 1937. p. 6.

¹⁷⁴ PELISSIER, René. op. Cit, p. 188.

¹⁷⁵ CONTREIRAS JÚNIOR, Manoel Francisco. Op. Cit. p. 12.

¹⁷⁶ *Ibidem*. p. 15.

armados.¹⁷⁷ Porém, logo ao avançar, o destacamento foi interpelado por um grupo de cuamatos que havia organizado uma emboscada.

Importante ressaltar que os nativos do Cuamato, assim como do Cuanhama, possuíam um rico arsenal bélico. Todo este armamento chegava às mãos dos nativos por meio de alemães, britânicos e bôeres. Durante um período, inclusive, foi comum a troca de gado, criado pelos cuamatos, por armamento, comércio este praticado diretamente na Damaralândia, ou seja, dentro do protetorado alemão do Sudoeste Africano.

E assim, com um armamento considerável, os soldados do Cuamato orquestraram um massacre que ficou marcado na história portuguesa, conhecido como o “massacre do Cunene”. A malograda campanha militar além-Cunene foi considerada a maior derrota portuguesa na África desde a fatídica batalha de Alcacér-Quibir, ocorrida no norte da África, em 4 de agosto de 1578 e que resultou no desaparecimento do então rei português, D. Sebastião.

Em relatório escrito por José Maria Aguiar algum tempo depois, o então comandante da missão credita a derrota a curta instrução que seus soldados tiveram sobre o manejo das armas e sobre a própria batalha em si, ressaltando que os soldados europeus chegavam a Angola pela primeira vez, sem qualquer experiência.¹⁷⁸ A falta de experiência aliado ao ataque surpresa e em grande número do Cuamato gerou pânico nos soldados. Da mesma forma, a retirada dos soldados mortos e feridos provocou abatimento moral nos soldados que haviam permanecido no acampamento.

O espetáculo que offerecia o hospital de sangue era de molde a incutir pavor em ânimos desprevenidos. [...] N^o um carro passam [no rio] os mortos. Os feridos e doentes passam em barcos e contra elles durante a passagem, abre fogo o inimigo postado na margem esquerda e a montante do vau.¹⁷⁹

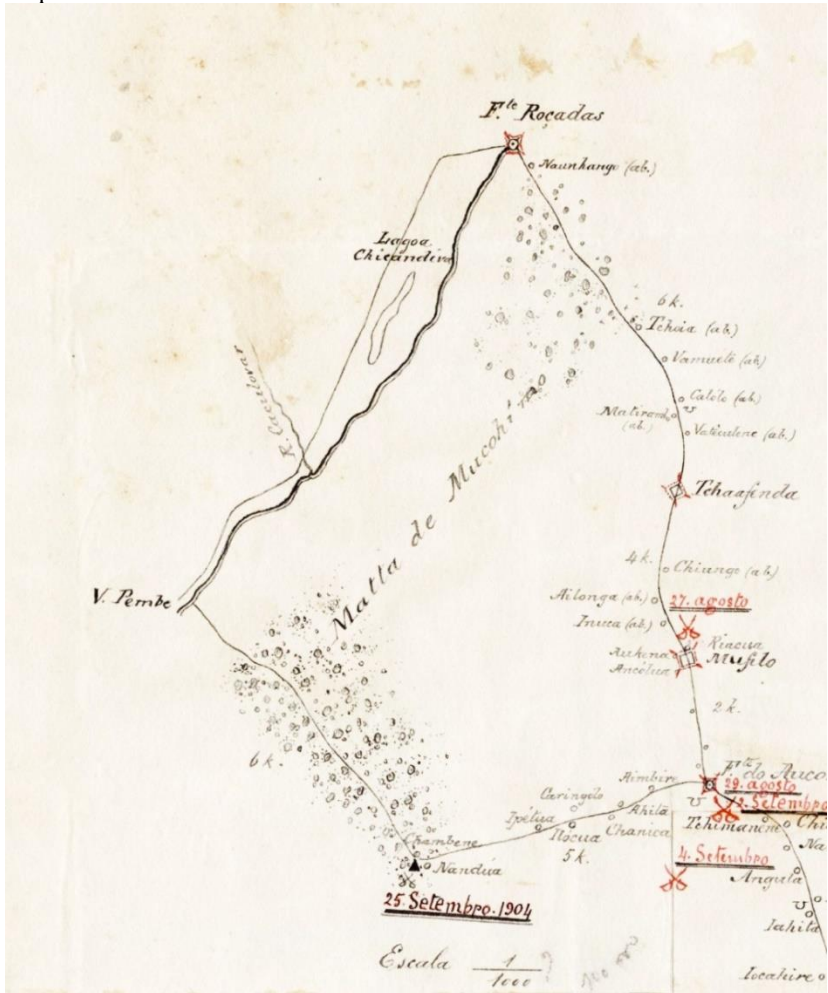
¹⁷⁷ PELISSIER, René. op. Cit, p. 191.

¹⁷⁸ AGUIAR, José de. Relatório das operações executadas desde 1^o a 25 de setembro de 1904 pela columna de operações ao Quanhama. Arquivo Histórico Ultramarino, SEMU/DGU/979, p. 40.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 36.

No mapa 9 observa-se dois percursos, um mais ao norte que refere-se à campanha de 1907 que será analisada a seguir, e ao sul o caminho percorrido pelas tropas do governador Aguiar. Como se nota, elas partiram do Vau do Pembe e pouco percorreram até o ponto assinalado no mapa como sendo o dia 25 de setembro, dia e local onde ocorreu o “massacre do Cunene”.

Mapa 9 - Massacre do Cunene.



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, mapa AHU_CARTm_001,D.1542, escala 1: 100000.

De acordo com os números fornecidos pelas fontes portuguesas, a quantidade de vidas perdidas foi desconcertante. Em apenas duas horas de batalha, morreram aproximadamente 300 homens, entre soldados europeus e indígenas, oficiais e sargentos. Dos dezenove oficiais que presenciaram o combate, apenas três saíram com vida.¹⁸⁰ Ou seja, em um único dia foi eliminado cerca de 10% do total de efetivo português em todo território angolano.¹⁸¹

O clima de horror e pesar atravessou as fronteiras da África e se instalou em Portugal e até mesmo entre os portugueses que moravam no Brasil. Já em novembro de 1907, por exemplo, o presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa solicitou ao Diretor Geral do Ultramar que lhe fosse enviada a lista completa dos praças mortos no combate de 1904, para que pudesse ser repassado as famílias os donativos doados pelos portugueses que moravam no Brasil.¹⁸²

Apesar da importância da batalha naquele momento, tanto pelo impacto causado quanto por sua influência nos acontecimentos que estavam por vir, percebe-se certa ausência de análises sobre o massacre do Cunene na historiografia. É certo que a derrocada portuguesa não foi um estímulo para que se propagasse tal história, que buscou ser apagada ao longo das décadas, deixando reverberar apenas as vitórias de 1907 e 1915. A omissão do ocorrido resultou inclusive na proibição da circulação da obra “Massacre do Cunene” de autoria de Manoel Francisco Contreiras Júnior e já aqui utilizada, que passou a figurar na lista de obras censuradas pelo Secretariado Nacional de Informação, durante o governo de António Salazar, em 1942.¹⁸³

Em contrapartida, os combates de 1907 que resultaram na ocupação efetiva do Cuamato não encontraram qualquer dificuldade em ser orgulhosamente recontados durante todos esses anos. No entanto, é inegável que a experiência de 1904 foi extremamente importante para o planejamento dos militares portugueses, isto porque, durante estes três anos que separam estes dois eventos, foram estudados detalhadamente cada passo que deveria ser dado em uma nova missão militar ao

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ PELISSIER, René. op. Cit, p. 192.

¹⁸² Telegrama para Direção Geral do Ultramar. Arquivo Histórico Ultramarino, SEMU/DGU/979.

¹⁸³ Relatório n.º 1678 sobre o Massacre do Cunene. Secretariado Nacional de Informação, Censura, cx. 573, mct. 1, relatório n.º 1678, 15 de março de 1942. PT/TT/SNI-DSC/35/1/01678. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Cuamato, especialmente no que concerne aos aspectos físicos da região, chamado por muitos militares como o “teatro de operações”. Tudo visando não repetir os erros de 1904.

Destes estudos, destacam-se dois que foram amplamente discutidos durante esse momento pré-ataque, o relatório do capitão Eduardo Marques e o estudo de Eduardo da Costa, ambos já mencionados anteriormente e publicados algum tempo depois. Costa havia sido chefe de estado-maior de António Ennes, em Moçambique, e foi encarregado diretamente em Lisboa para a realização de tal estudo, deixando claro pela primeira vez as intenções portuguesas de ocupar o sul de Angola, tendo sido a primeira vez que o governo português demonstrava interesse em organizar metodicamente uma campanha militar em Angola.

Eduardo Marques, por sua vez, ocupava o cargo de chefe do estado-maior da província e foi encarregado pelo governador geral de Angola, Ramada Curto, da tarefa de seguir para Huila. Lá deveria realizar um estudo que propusesse a adoção de medidas necessárias que visassem garantir a segurança da margem direita do Cunene e as futuras ações para conquistar as terras da margem esquerda.¹⁸⁴

Em ambos os estudos, o principal elemento que compõe este teatro de operações é o rio Cunene. As grandes questões estão envoltas pelo ponto onde se deve cruzar o rio e, principalmente, onde se devem estabelecer os pontos de aquartelamento. Toda a margem direita do Cunene que faz fronteira com o Cuamato, e as terras a jusante e a montante, são áreas baixas e alagadiças no período de chuvas, dificultando assim o estabelecimento de uma fortificação que pudesse servir como base de apoio para os dois lados do Cunene.

Segundo Marques, o único ponto onde seria possível organizar esta base de operações seria na fortificação do Humbe, onde se aproveita a água do Caculovar, possui estrada aberta ligando-o à sede do governo do distrito, além de estar próximo do ponto de ligação do Humbe com o Cuamato.¹⁸⁵ Nestas proximidades foi construído o forte Roçadas, localizado sobre uma colina e amplamente utilizado durante a incursão de 1907. Destaca-se inclusive que nestes três anos que separaram as duas missões, e período em que estes estudos foram feitos, algumas mudanças haviam sido empreendidas, como a instalação de linhas de

¹⁸⁴ MARQUES, Eduardo Augusto. **As operações militares no sul de Angola em 1905**. Lisboa: Typographia do annuario commercial, 1907, p. 4.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

telégrafo, ligando Moçâmedes ao Humbe, além do próprio forte Roçadas.¹⁸⁶

Eduardo Costa, por sua vez, ressalta os pontos positivos que o rio Cunene pode oferecer para as tropas portuguesas. Segundo ele, o Cunene é uma excelente linha defensiva, isto porque com a presença de postos fortificados e a largura do seu leito dificultam a passagem de tropas para a outra margem. No que concerne à navegação, o rio permite a circulação de barcos pequenos em todo o perímetro do teatro de operações e seus vau possuem bom fundo de areia e margens suaves. Segundo alguns militares, já em maio pode-se utilizar o vau, enquanto que a partir de novembro, a seca dificulta a travessia.¹⁸⁷

Porém, as operações não teriam início apenas com a travessia do Cunene. O caminho percorrido até o ponto de aquartelamento deveria ser considerado, visto que as tropas não poderiam chegar desgastadas ao ponto inicial. O cuidado com o bem-estar da tropa deveria começar antes mesmo da chegada nas margens do rio Cunene. As linhas d'etape devem estar preparadas para receber estas tropas em boas condições, para isto, Marques diz que é necessário

[...] construir abrigos em todos os postos d'etape, se devem abrir cacimbas n'alguns pontos, se devem construir alguns fornos de pão, depósitos no Lubango, nos Gambos e no Humbe, uma enfermaria nos Gambos e um hospital no Humbe, e se deve dotar enfim a linha d'etapes com o pessoal e o material necessários ao seu regular funcionamento.¹⁸⁸

E este problema de fato veio a ocorrer em 1907. Ao chegar ao ponto de concentração nas margens do rio Cunene, as tropas já se apresentavam com um obstáculo vencido. Grande parte do efetivo chegava ao Cunene vindo de Moçâmedes, percorrendo uma área inóspita, com pouquíssima água e terreno arenoso. Para facilitar o trajeto, o governo geral mandou construir uma estrada de ferro que

¹⁸⁶ PELISSIER, René. op. cit, p. 203.

¹⁸⁷ COSTA, Eduardo. op. Cit. p. 12.

¹⁸⁸ MARQUES, Eduardo. Estudo preparatório das futuras operações na margem esquerda do rio Cunene e das medidas a adoptar para garantir a segurança dos territórios da margem direita do mesmo rio. 1905. Arquivo Histórico Ultramarino, SEMU/DGU/1L/969-970.

ligasse Moçâmedes ao planalto. Porém, nem toda tropa utilizava a estrada de ferro e tinham que se organizar em uma marcha que levava em torno de seis dias.¹⁸⁹ Embora muito curta, com extensão de apenas 73 km, a estrada de ferro possibilitava que os soldados evitassem a fadiga que lhes causaria caso percorressem esta zona que só possuía areais e pedras e sem uma gota d'água.¹⁹⁰

Segundo o soldado de infantaria, David Martins de Lima,

A chegada ao acampamento a sede era tao devastadora, que se não perguntava por comer, apesar de o rancho estar quase cozinhado. Tudo queria agua! O que nos valeu, foi o sr. Tenente Beirão, incancavel para com os estropiados. Deunos laranjas, que, á sua chegada adquiriu na fazenda, e pediu instantemente que não se bebesse muita agua, para não apanharmos refriamentos.¹⁹¹

Em vários pontos do planalto foram construídos postos de etape que visavam organizar o material que seria utilizado nas batalhas, assim como os víveres necessários para a sobrevivência das tropas. A passagem das tropas pelos postos, especialmente no Lubango foi organizada de forma que cada grupo passasse sucessivamente por cada posto em dias diferentes.¹⁹²

O fornecimento de água durante as operações militares é outro ponto crucial deste teatro de operações, sobretudo para Eduardo Costa, por ter feito um trabalho mais elaborado e se interessado em conhecer mais profundamente as características da região de além- Cunene. Segundo Costa, a região ora tem água demais, ora tem água de menos, isto porque seu terreno plano e arenoso faz com que o rio e as mulolas transbordem nos períodos de chuva, inundando assim as chanas, todo o país se torna um charco, tornando difícil o deslocamento das tropas pelos caminhos alagados.¹⁹³

Com a estiagem, no entanto, as chanas e as mulolas secam e é possível encontrar água apenas no curso permanente do rio e nas

¹⁸⁹ LIMA, David Martins de. **A Campanha dos Cuamatos**. Lisboa: Livraria Ferreira, 1908, p. 53.

¹⁹⁰ CASTRO, Velloso de. A Campanha do Cuamato, em 1907. Loanda: Imprensa Nacional, 1908, p.29.

¹⁹¹ LIMA, David Martins de. op. Cit, p. 58.

¹⁹² CASTRO, Velloso de. op. Cit. p. 31.

¹⁹³ COSTA, Eduardo. op. Cit. p. 14.

cacimbas, abertas junto às libatas. Esses poços por sua vez, em alguns casos não dão conta nem mesmo de abastecer a população, e pode ser usado como instrumento para envenenar os grupos. Se com as inundações são difíceis os deslocamentos, a estiagem pode tornar crítica qualquer marcha.¹⁹⁴

Para resolver este problema, Marques aconselha que a realização das operações deve ocorrer entre os meses de abril e junho (o que não foi atendido, já que a operação ocorreu entre agosto e outubro de 1907), período em que as mulolas encontram-se inundadas, além de possibilitar o transporte de água no comboio da coluna.¹⁹⁵ Mais preciso em suas considerações, Costa aponta que

Qualquer expedição deve levar consigo os meios necessários para explorar e pesquisar essas águas subterrâneas, caso existam, mas as pesquisas, mesmo que deem resultado positivo, serão, por vezes, demoradas. Há, pois, impreterível necessidade de prever a falta de água em 1 ou 2 dias de percurso, pelo menos, e d'ahi a indispensabilidade de organizar um comboio de água, que tornará a columna muito pesada, é certo, mas que, ao mesmo tempo, a preservará do mais terrível de todos os flagelos que a podem accommetter, a sede.¹⁹⁶

E, como era de se esperar, logo na concentração das tropas o problema da falta de água se fez presente. O clima africano se mostrava como um problema para o organismo desacostumado dos soldados europeus. Junte-se a isto a ausência de recursos locais para se obter água e a morosidade no transporte de carga (inclusive água) dificultando o abastecimento. Felizmente o período de aquartelamento foi breve e não foi suficiente para desfalecer alguns dos soldados.¹⁹⁷

Outro ponto discutido nestes trabalhos era o número de soldados que as tropas nativas possuíam. Como já foi mencionado anteriormente, via de regra este número é apresentado maior do que ele efetivamente é, ou seja, muito possivelmente os números exagerados apresentados tanto antes quanto após as operações sejam números destorcidos.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ MARQUES, Eduardo. op. Cit. 1905.

¹⁹⁶ COSTA, Eduardo. op. Cit. p. 15.

¹⁹⁷ CASTRO, Velloso de. op. Cit p. 23.

O total desconhecimento da organização militar dos nativos e da própria densidade demográfica da região levou a necessidade de se estabelecerem cálculos e relações complexas. Na década de 1890, por exemplo, o reverendo Antunes associou ao Cuanhama, 140 mil habitantes e 85 mil ao Cuamato, chegando a um total de 225 mil pessoas em todo o Ovampo. Já em 1903, dr. Bricker calcula 50 mil pessoas no Cuanhama e 100 mil as demais tribos do Ovampo. Eduardo Costa associa essa queda brusca na população em poucas décadas às guerras empreendidas por estes grupos, uns contra os outros. Importante ressaltar também que isto pode ter ocorrido, especialmente, pelo fato de que nestas guerras era cada vez mais comum o uso de armas de fogo. Tendo uma estimativa do número total da população, Costa tenta chegar a um número parcial de soldados que as tropas deveriam ter.

Para isto, ele seguiu alguns dados que afirmavam que, os adultos (de 15 a 60 anos) do sexo masculino correspondem à $\frac{1}{4}$ da população inteira. Tirando os idosos, os muito jovens, os doentes, entre outros grupos que não participam de guerras, entende-se que $\frac{1}{6}$ da população pegará em armas. Considerando os números de população total apresentadas anteriormente, o autor conclui que o número de guerreiros do Ovampo ficaria entre 17 e 21 mil homens. Porém, o autor faz uma ressalva e afirma que este número difere de outros números informados durante as entrevistas, portanto seria apenas uma suposição.¹⁹⁸

Eduardo Marques, por sua vez, nos traz um número ainda mais expressivo. Embora afirme que estes dados não são seguros, o que de fato se concretiza quando se observam fontes diversas e com números tão contrastantes. Se para Costa o número de guerreiros de todo Ovampo ficaria, supostamente, em torno de 20 mil homens, Marques apresenta alguns números que concluem que apenas o Cuanhama teria 20 mil homens, somando ainda mais 10 mil combatentes cuamatos, além dos demais grupos que compõe o Ovampo.¹⁹⁹

Escusado ressaltar, no entanto, que em momento algum de seus relatos os dois autores apresentam um número que consideram exato para o número de combatentes de além-Cunene. Todos os números apresentados são informações obtidas de terceiros, as quais ambos tem o cuidado de não tomar como verdade absoluta.

As informações e propostas apresentadas por Eduardo Marques e principalmente por Eduardo Costa tiveram suma importância no momento de iniciar a operação. No entanto, de certa forma provocaram

¹⁹⁸ COSTA, Eduardo. op. Cit. p.. 24.

¹⁹⁹ MARQUES, Eduardo. op. Cit. 1905.

o adiamento das ações, visto que os altos custos necessários para pôr em prática tal organização militar desencorajavam as autoridades militares portuguesas.

A operação derradeira enfim ocorreu no segundo semestre de 1907. Analisando o desenrolar das batalhas, observa-se que toda ação estava voltada para o aproveitamento dos recursos naturais oferecidos pela região e demonstrando que, enfim, após algumas tentativas falidas, os oficiais portugueses haviam dado a devida importância ao conhecimento do território que seria invadido.

Com 1306 soldados europeus, 906 africanos, 115 auxiliares, 87 oficiais, 24 degredados e 57 civis, e portando 1602 espingardas, 31 carros boers, treze carros alentejanos e quatro metralhadoras, as tropas portuguesas sob o comando de Alves Roçadas, partiram em agosto de 1907 em direção ao Cuamato. Enquanto isso, do outro lado do Cunene, a liga Ovampo se organizava para receber os ataques portugueses. Além de seus próprios soldados, os cuamatos puderam contar com os reforços vindos de outra região do Ovampo, como alguns guerreiros cuanhamas, cuambis, ongandjeras e ombalantus. Alves Roçadas (governador de Huíla) avaliou as tropas cuamatas em cerca de 25 mil homens.²⁰⁰

Claramente, a estratégia da nova operação estava voltada para a seguinte sequência: a travessia do Cunene deveria ocorrer na altura do forte Roçadas, de lá partiriam as colunas em direção a embala do Cuamato Pequeno, era primordial que estas colunas adentrassem ao Cuamato através das chanas e assim foi feito. A descoberta pelas tropas portuguesas da chana que levaria ao coração da primeira embala foi imprescindível para o sucesso da operação. Ainda que estivessem no período de secas, as chanas se constituíam como uma opção menos desértica. Além disso, a ausência de vegetação fechada e alta facilitaria a instalação do acampamento militar, que eram organizados com a construção de trincheiras e dificultaria a ação de uma emboscada.

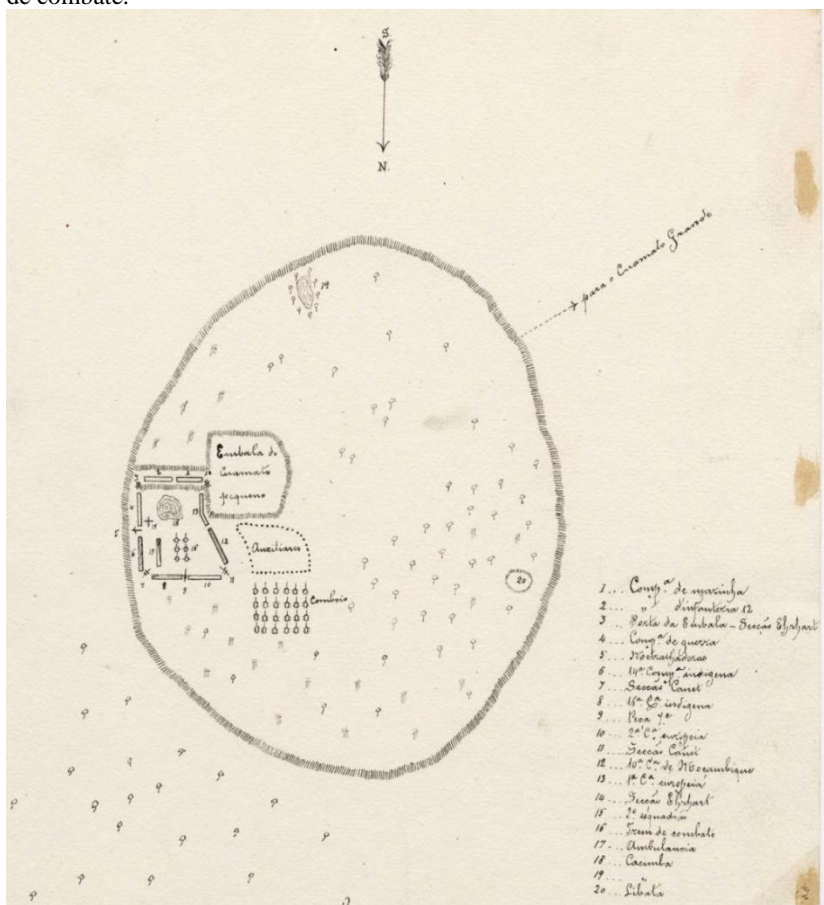
Outra questão de extrema importância que foi priorizado nessa operação se comparada com as demais foi a conquista das cacimbas. As cacimbas eram poços perfurados em meio ao território Ovampo e que era capaz de fornecer água potável para as tropas. Porém, estas cacimbas não foram invenções dos portugueses. Elas já existiam em grande quantidade, tanto no Cuamato quanto no Cuanhama e foram criadas pelos nativos, visto que eram indispensáveis para a manutenção da vida humana nessa região. Essas cacimbas se localizavam nas proximidades de todas as libatas e embalas, portanto, uma vez conquistada a cacimba,

²⁰⁰ PELISSIER, René. op. Cit., p. 207.

as tropas acabariam com o problema da sua própria falta de água e ainda acabariam com o funcionamento da organização política dos nativos.

Na figura 7, observa-se a planta da embala do Cuamato Pequeno, que foi conquistada em 22 de setembro. Nela localizam-se duas grandes cacimbas, assinaladas no mapa como números 18 e 19. Estando a primeira localizada no canto superior e a segunda dentro da região de combate efetivamente. No momento em que a cacimba 18 foi conquistada, a batalha já poderia ser considerada virtualmente vencida, pois junto com a perda da cacimba, o soba deveria encarar a perda de seu prestígio diante do seu povo.

Figura 7 - Planta da embala do Cuamato Pequeno com a disposição das forças de combate.

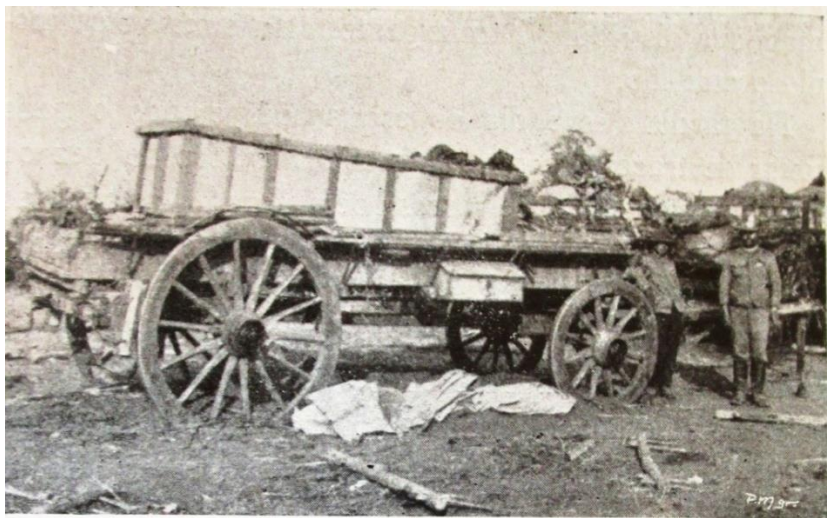


Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, planta AHU_CARTm_001, D.1556.

A necessidade de localizar e ocupar a cacimba era uma solução para o problema de transporte de água no comboio. O fornecimento de água durante o deslocamento da coluna até às margens do rio Cunene já havia sofrido com o insucesso dos carros boers que haviam sido transformados em tanques d'água (Figura 8). A princípio o transporte de água seria realizado por meio de carros Lefèvre, porém, estes não chegaram a tempo. Assim, a solução encontrada foi construir tanques de zinco delgado, utilizado em cobertura de casas, no comprimento do estrado de um carro boer, com quase três metros e com uma capacidade

para 2,5 mil a 3 mil litros de água. Para finalizar construíam-se grades de madeira com pregos, que mais prejudicava do que auxiliava. No entanto, sendo flexíveis ao extremo, eles “[...] facilmente cederam e se desmantelaram aos primeiros baldões dos pesados e enormes veículos que os conduziam. De modo que, logo a partida da columna, se perdeu uma importante reserva de água.”²⁰¹ Diante disto, a solução adotada foi a de se apossar dos recursos hídricos localizados pelo meio do caminho.

Figura 8 - Carro boers transportando água no comboio.



Fonte: CASTRO, Velloso de. **A Campanha do Cuamato**, em 1907. Loanda: Imprensa Nacional, 1908.

A figura 8 é de autoria de Velloso de Castro e faz parte dos álbuns por ele criados durante a guerra do Cuamato enquanto atuou como ajudante do comandante. Ao regressar a Luanda após o fim da guerra, Castro foi convidado a escrever um relato sobre as batalhas em uma obra que seria publicada em Angola e, posteriormente, em Portugal. O trabalho escrito por ele não tinha a pretensão de trazer análises militares profundas sobre as batalhas empreendidas. Sua ideia era poder registrar a posteriori os eventos dos quais ao qual se recordava, baseado especialmente em seu amplo álbum de fotografias

²⁰¹ CASTRO, Velloso de. op. Cit. p. 50.

que fez questão de organizar durante todo o período que esteve atuando na campanha. Para sanar a falta de dados específicos sobre os combates, Castro recorreu ao trabalho de Eduardo Costa.

Embora não fosse sua pretensão escrever um livro durante as campanhas, por isso a necessidade de recorrer a outros escritos que foram registrados à época, a ideia de publicar um álbum de fotos já estava em pauta. Desta forma, suas incursões no campo de batalhas foram acompanhadas de um desejo de efetuar os registros sempre que sua função de ajudante do comandante lhe permitisse. Ao fim, Castro tinha em mãos mais de trezentas fotografias que mostram seu olhar sobre o ocorrido.

No decorrer de todo o relato, fica evidente o olhar eurocêntrico do autor, que em várias passagens se entrega a uma narrativa que busca enfatizar a inferioridade militar e cultural dos nativos. Ao se referir à passagem do efetivo militar português nas proximidades do Cunene, ele ressalta a admiração que estas tropas causaram nos nativos, que teriam dado como certa a vitória sobre o Cuamato. Concluindo, no entanto, que embora causasse espanto nos povos locais, o corpo militar português era medíocre comparado ao exército europeu, concluindo que aquele “[...] colosso que o gentio admirava [era] uma simples brigada mixta.”²⁰²

Durante quase um mês, as tropas portuguesas seguiram o caminho das chanas em direção a Mogogo, a embala do Cuamato Pequeno. No percurso, algumas batalhas que quase sempre eram realizadas na proximidade de uma cacimba, que sinalizava a aproximação da próxima libata. A cada libata conquistada, o moral da tropa se fortalecia e, em contrapartida, os chefes nativos iam perdendo seu prestígio diante de seus súditos.

A conquista efetiva do Cuamato Pequeno se deu a partir do momento que as cacimbas de Inhoca foram conquistadas. Essa era uma região que possuía água em abundância e onde se localizavam as principais cacimbas do soba, sendo considerada a residência de campo da família, relativamente afastado do centro da embala, seu local predileto de distrações.²⁰³ A pouca resistência dos soldados cuamatos surpreendeu o comando português. Após algumas horas de caminhada, as tropas foram recebidas com poucos ataques se comparados aos acontecidos nos dias anteriores.

²⁰² Ibidem, p. 39.

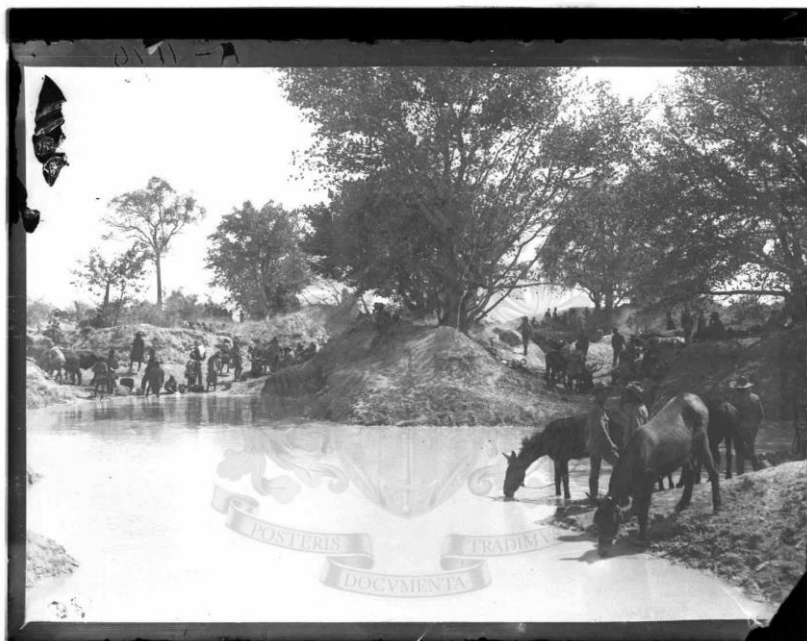
²⁰³ Ibidem, p. 130.

Poucos segundos depois a infantaria da face da frente, galgando por sobre os valados e fossos das cacimbas, transpondo com agilidade os amontoados de terreno que em volta de grandes depósitos de água havia, estava do outro lado d'essas cacimbas e despejava descargas sobre um grupo de cuamatos que desapareciam na nossa frente, embrenhando-se nas mattas. Correram muitos auxiliares em sua perseguição, mas foram baldados os seus esforços. O inimigo escapava-nos mais uma vez, escoando-se subtilmente ao abrigo das mattas densas, onde só elles podem saltar e correr. Estavam tomadas as celebres cacimbas do soba e, com esse acto, virtualmente terminada a lucta no Cuamato Pequeno, como ao outro dia reconhecemos. D'ali á embala era um salto.²⁰⁴

Em mais um registro de Velloso de Castro, vê-se a grandiosidade de uma das cacimbas de Inhoca (Figura 9). Como se pode observar, as cacimbas eram as principais responsáveis pela hidratação das tropas e dos animais que acompanhavam a coluna. O controle sobre esses oásis em meio à terra árida ditava quem estava à frente durante as batalhas, tanto pelo ponto de vista biológico quanto pela importância política e social.

²⁰⁴ Ibidem, p.160.

Figura 9 - Cacimbas de Inhoca – Cuamato Pequeno.



Fonte: Álbum de Velloso de Castro, Arquivo Histórico Militar. Disponível em: <http://arqhist.exercito.pt/viewer?id=159881>.

[...] o que porém nunca, em caso algum, esperávamos ver n'esse dia era a soldadesca entretida n'ellas á pesca durante toda a tarde; á pesca, com a competente linha e anzol. Por mais extraordinário que isto pareça, os nossos soldados surgirem no coração do Cuamato munidos de anzol e linha, material que ninguém aconselhára para um paiz onde não havia rios e onde todos suppunham precários os recursos de agua, por mais extraordinário que isso pareça é a pura realidade e tao real e authentica que n'essa tarde tivemos o prazer de saborear belos bagres,

pescados nas cacimbas de Inhoca em quantidade.²⁰⁵

As cacimbas da embala do Cuamato Pequeno eram mais profundas do que as primeiras que haviam sido encontradas no início da operação. Ocupando uma grande extensão do terreno, estas cacimbas foram aumentadas já pelos nativos antes da chegada dos portugueses. Geralmente elas apresentavam um raio de 30 a 40 metros de extensão, com uma profundidade que permitia ao gado do comboio nadar.²⁰⁶

E assim, em 22 de setembro de 1907, sem necessitar dar nenhum tiro, as tropas portuguesas entraram na embala do Cuamato Pequeno e a ocuparam em definitivo. Logo foi ordenada a construção de um forte, chamado D. Luis de Bragança. Este, com uma guarnição para 600 soldados se tornou a chave do dispositivo militar português na região de além-Cunene. Ao fim, já sob a égide da bandeira portuguesa, os nativos que haviam fugido da embala aos poucos foram retornando e aceitaram a nova autoridade.²⁰⁷

A última batalha da Guerra do Cuamato seria realizada com a tomada da embala do Cuamato Grande por parte das tropas portuguesas. No percurso entre as duas embalas, houve confrontos entre os dois grupos, a exemplo do que havia acontecido nas outras chanas desde a partida nas margens do Cunene. Segundo Velloso de Castro, quando a coluna portuguesa entrou na embala Naloeque a encontrou vazia.²⁰⁸

Porém, uma questão se manteve duvidosa após o fim dos conflitos. Durante toda a operação militar, o comando português havia sido auxiliado por um nativo chamado Caripalula, que teria repassado todo seu conhecimento acerca da ação militar dos cuamatos. Após a ocupação da última embala, os comandantes portugueses convocaram todos os nativos a comparecerem à cerimônia de posse de Caripalula que se tornaria o novo soba do Cuamato Grande, como sinal de reconhecimento do seu trabalho. Durante a cerimônia, no entanto, Caripalula se suicidou.²⁰⁹

Esta informação, no entanto, ficou registrada apenas nas fontes escritas pelos militares portugueses. Sendo assim, não se pode tomá-la

²⁰⁵ Ibidem, p. 161.

²⁰⁶ Ibidem, p. 186.

²⁰⁷ PELISSIER, René. op. Cit, p. 211.

²⁰⁸ CASTRO, Velloso de. op. Cit. p. 212.

²⁰⁹ LIMA, David Martins de. op. Cit, p. 211.

como verdade inquestionável, e, minimamente, deve-se questionar se a morte de Caripalula não teria sido ocasionada por ordem de alguma autoridade portuguesa, como modo inviabilizar a promoção dada a ele. Ou, até mesmo, não teria sido provocada pelos próprios Cuamatos, insatisfeitos com o posicionamento de Caripalula durante a campanha além-Cunene. O fato é que as circunstâncias do suicídio se mantiveram incógnitas. No dia seguinte um novo soba foi indicado pelos nativos e aprovado pelas tropas portuguesas. Era o fim da autonomia cuamata além-Cunene.

Naquele momento, na virada dos anos de 1910, o Cuanhama tornou-se o maior problema das autoridades portuguesas situadas em Angola. Por muito tempo, os Cuanhamas tentaram manter uma relação amigável, com os sobas evitando os conflitos diretos, porém sem aceitar a bandeira portuguesa. A percepção das autoridades portuguesas era de que a região se tornava cada dia mais ameaçadora. Percepção esta endossada pela proximidade dos alemães, o fornecimento de armas e as razias praticadas em vários lugares.

A influência alemã sobre o Cuanhama era tida como o ponto crucial. Além das missões luteranas que atuavam no Ovambo, as missões de estudos empreendidas na região provocaram um alerta vermelho no governo português. Desde o início do século XX pairavam no ar dúvidas acerca do interesse alemão nas terras de além-Cunene, dúvidas estas que para as autoridades portuguesas se mostravam cada vez mais certas. Escusado ressaltar que desde 1911, como será observado no próximo capítulo, já havia um acordo assinado entre portugueses e alemães que considerava que a faixa de 11 quilômetros de largura desde o Cuanga à Chimenha, entre o Cunene e o Cubango, adotaria um regime de neutralidade, dando origem a tão discutida Zona Neutra.²¹⁰

O protetorado alemão do Sudoeste sofria com a seca, especialmente na região norte, próximo às margens do rio Cunene e da própria Ovambolândia, onde se situava o deserto do Kalahari. A aridez do território dificultava a adaptação dos colonos europeus na região. Para muitos, a solução para o problema estava na vizinha colônia portuguesa, para tanto, algumas missões de estudos foram dirigidas para o outro lado da fronteira, buscando entre outras coisas, definir um possível caminho de ferro que ligasse Moçâmedes à Damaralândia e para facilitar o transporte de gêneros alimentícios para a região.

²¹⁰ OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. **Os Caminhos Históricos das Fronteiras de Angola**. Luanda: Cefolex, 2010, p. 82.

Grande parte das fontes portuguesas é absolutamente taxativa ao afirmar que havia sim um interesse colonial sobre Angola por parte dos alemães. Antonio Fernandes Varão, por exemplo, afirma que “[...]evidenciou-se que o fim da missão, que se dizia estudar o caminho de ferro de Mossamedes á Damaralandia, era apoderar-se da nossa província de Angola, por bem ou por mal, e, se não fosse a guerra europeia, tê-lo-iam conseguido.”²¹¹ Porém, percebe-se que há uma tensão exacerbada, visto que as provas efetivas de que visavam ocupar a região nunca existiram. O general Pereira d’Eça, por exemplo, questiona em seu relatório se as forças alemãs que partiram da Damaralândia a fim de vingar o Incidente de Naulila, fizeram-no com ordem vinda da Alemanha ou se atuaram de forma isolada.²¹²

O incidente em questão foi a lembrança deixada pelas tropas alemãs à história militar portuguesa na África. Além de ter resultado na necessidade de se empreender uma operação militar decisiva no Cuanhama. Tão logo teve início a Grande Guerra na Europa, o governador geral José Mendes Ribeiro Norton de Matos anunciou que o distrito de Huila, a qual pertencia a área além-Cunene, seria posto em estado de sítio. Segundo ele, isso ocorreria devido “[...] aos acontecimentos reveladores de manifesta rebeldia por parte dos povos indígenas que teimam em não reconhecer a nossa soberania”.²¹³ Uma vez estabelecido o estado de sítio, estava proibida a circulação de qualquer estrangeiro ou indígena dentro do distrito, a menos que estivessem a trabalho do governo português. Caso fosse encontrado alguém, seria imediatamente enviado para Moçâmedes onde deveria prestar esclarecimentos. Da mesma forma, os residentes que viajassem para outros lugares do distrito deveriam recolher-se, imediatamente para sua residência.²¹⁴

Desde a ordem de sítio, muitos grupos de alemães foram apreendidos no território angolano, soldados estes que alegaram estar a trabalho de alguma missão ou transportando alimentos para o Sudoeste Africano. Entre elas estava a missão do Dr. Schultz-Jena, administrador de Otjo, que foi localizada no Cuamato. O grupo se apresentou ao forte de Naulila, conforme solicitado, porém, ao esboçar uma tentativa de

²¹¹ VARÃO, António Fernandes. **Investidas alemãs ao sul de Angola:** subsídios para a História. Lisboa, 1934., p. 16.

²¹² D’EÇA, Pereira. Relatório da campanha sul d’Angola 1915. Arquivo Histórico Ultramarino. MU/DGC/1L/1100, p. 3

²¹³ VARÃO, António Fernande. Op. Cit, p. 18.

²¹⁴ Ibidem, p. 20.

fuga, foram todos assassinados por um soldado português. Já no mesmo mês (outubro de 1914), uma tropa alemã fez um ataque ao forte de Cuangar, no Cubango, quando o capitão-mor Joaquim Ferreira Durão e mais 20 pessoas, entre eles soldados e oficiais foram mortos.²¹⁵

Em novembro, Alves Roçadas, após sua bem-sucedida operação no Cuamato foi nomeado governador da Huila. Sabendo do avanço das tropas alemãs comandadas por Franke, em direção ao sul de Angola, guarneceu os fortes de Naulila e Cuamato. Franke, por sua vez, pois a frente da tropa o antigo soba do Cuamato Pequeno, deposto por Roçadas sete anos atrás. A presença do ex-soba fez com que as tropas africanas recuassem, deixando a tropa portuguesa desguarnecida.²¹⁶

E assim, tal qual o massacre do Cunene, o incidente de Naulila se transformou em uma página vergonhosa da história militar portuguesa. Foi a primeira vez que as tropas portuguesas se depararam com tropas europeias no território angolano desde 1784. E de lá saiu com um saldo de 69 mortos, 76 feridos e 37 prisioneiros²¹⁷. Num ato impensado, Roçadas mandou evacuar todos os fortes localizados além-Cunene e partirem todos os soldados com suas munições para a outra margem do rio. Em dois dias, foi o fim de sete anos de ocupação portuguesa no Ovambo. Enquanto isto, as tropas de Franke já marchavam de volta para seu território.

Os nossos postos, isolados e gloriosos na imensidade do sertão, estavam abandonados. As nossas forças retiraram com rapidez para dezenas de quilômetros à retaguarda. Todo o território ficava entregue ao gentio estimulado pela guerra branca, a que assistira.²¹⁸

No entanto, a reconquista do Cuamato não exigiu muito trabalho dos militares portugueses. Com uma reação mínima, apenas nas proximidades das cacimbas de Inhoca, o forte do Cuamato foi reocupado. Pelissier atribui a fácil ocupação a diminuição demográfica da região. Indicando que muitos cuamatos haviam fugido para o sul

²¹⁵ PELISSIER, René. op. Cit, 233.

²¹⁶ MONTEIRO, Henrique Pires. **Pacificação do sul de Angola**. Lisboa: Gráfica Minerva, 1947, p. 56

²¹⁷ PELISSIER, René. op. Cit, 235.

²¹⁸ MONTEIRO, Henrique Pires. op. cit., p. 64.

tentando sobreviver a fome e a sede, mal este que também teria levado alguns deles a morte.²¹⁹

A exemplo do que havia ocorrido no Cuamato em 1907, a conquista do Cuanhama não esboçaria a mesma tranquilidade para as tropas portuguesas. De certa forma, isto se deve a figura de Mandume, o soba Cuanhama que se tornou verdadeiro protagonista deste conflito. Educado nas missões luteranas, Mandume quebrou uma tradição de sobas que possuíam boas relações com as autoridades portuguesas, como seu antecessor Nande, e postou-se no campo de batalhas contra a soberania portuguesa.

E, assim como havia ocorrido em 1907, a vitória estaria do lado de quem tivesse a água sob seu domínio. Todo o processo foi muito semelhante à operação passada. Até mesmo o aquartelamento das tropas no planalto foi dificultado pela falta de água. Os carros boers, por exemplo, que deveriam fazer o transporte de cargas ficou impossibilitado devido à seca que levou muitos bois a morte. Ao fim, o transporte precisou ser efetuado com o auxílio de carregadores, tornando a preparação mais onerosa.²²⁰

Se o fornecimento de recursos básicos na guerra do Cuamato como água e alimentos já foi difícil, na guerra no Cuanhama a situação era ainda mais delicada. Primeiro porque a região distava 600 quilômetros do litoral, o que dificultava o transporte de alimentos, por este motivo, o general Pereira d'Eça alertava para a necessidade de se realizar a operação em menor tempo possível para evitar que um grande número de soldados permanecesse no Cuanhama. Além disso, a região era cortada por muitas chanas e durante o período de chuvas se tornava intransitável, era preciso finalizar todos os trabalhos até o início das chuvas.²²¹

Logo nos primeiros dias de marcha a falta de água se fez presente. Atravessando a chana das palmeiras, o objetivo da tropa de Pereira d'Eça era chegar às cacimbas de Mongua. Sob fogo cruzado, no dia 17 de agosto de 1915, a coluna portuguesa conseguiu ocupar as cacimbas, porém, estas estavam completamente secas. As cacimbas cheias de água se encontravam alguns quilômetros dali, resguardadas pelos nativos. Mandume estava ciente de que a vitória dependia diretamente do controle das cacimbas. A sede certamente provocaria um grande abatimento nas tropas, o que, conseqüentemente, os levaria a

²¹⁹ PELISSIER, René. op. Cit., p. 244.

²²⁰ D'EÇA, Pereira. Op. Cit, p. 11.

²²¹ Ibidem, p. 19.

derrota. E sem os locais para fornecimento deste recurso, a derrota era óbvia.²²²

O confronto ocorrido nas cacimbas que possuíam água durou dois dias. Entrincheirados, os soldados que atuavam do lado português foram atacados e sofreram com algumas baixas significativas, porém, a batalha se findou com a vitória dos homens de Pereira d'Eça.

Essa água representou um grande alívio para as tropas e principalmente para os solípedes. Estes encontravam-se incapazes de qualquer esforço, alguns mal se sustentavam em pé, e por isso tivemos que deixar no local de estacionamento anterior todas as viaturas que estavam vasias, tanto as de viveres como as de munições.²²³

Sabendo do valor das cacimbas, Mandume persistiu nos combates. Em 20 de agosto com um número significativo de soldados e com um armamento que impressionou as tropas portuguesas, atacaram a região de Mongua. Foram dez horas de combate, com uma proporção de 15 cuanhamas para um português, segundo as fontes portuguesas, todos com um único objetivo, recuperar sua água. Com o auxílio da coluna do Cuamato e do Evale, Pereira d'Eça saiu vitorioso e manteve sob seu domínio o controle das cacimbas.²²⁴

A perda da cacimba representou para Mandume a derrota da guerra. Logo após a batalha na Mongua, Mandume se retirou para o lado sul da zona neutra. Lá chegando, foi informado que as tropas alemãs haviam sido expulsas do Sudoeste Africano pelas forças britânicas e que agora o Sudoeste passava a responder diretamente à União Sul Africana. E assim, o grande soba Cuanhama passava a ser súdito de Pretória, porém, sua trajetória não se findava assim. No lado português da Ovambolândia, a guerra continuava, porém com pouquíssimas chances para os nativos que haviam perdido o controle de água, seu soba e sua população se encontrava dividida entre continuar ou capitular.²²⁵

²²² PELISSIER, René. op. Cit., p. 245.

²²³ D'EÇA, Pereira. Op. Cit, p. 26.

²²⁴ PELISSIER, René. op. Cit, p. 248.

²²⁵ CALDEIRA, Arlindo. **O Sul de Angola no início do século XX**: Cadernos de guerra do Coronel Alberto Salgado. Lisboa: CEPCEP, 2011, p. 33.

Quando a coluna de Pereira d’Eça entrou em Onghiva, encontrou uma embala abandonada: “Entramos na embala da Ngiva às 14 horas do dia 4 de setembro, encontrando-a ainda fumegante, pois o soba, á nossa aproximação, a mandara incendiar, assim como á missão alemã que lhe fica próximo e de que encontramos só as paredes.”²²⁶

Enquanto a bandeira portuguesa era hasteada no Cuanhama, o soba destronado Mandume fundava uma nova embala em Yole, nas proximidades da fronteira.²²⁷ As relações com a União Sul Africana foram se desgastando e levou ao assassinato do soba. Sua morte, no entanto, ainda permanece uma incógnita. Acredita-se que a morte Mandume tenha sido motivada por divergências entre as autoridades portuguesas e as sul-africanas, por esta ter permitido o estabelecimento do soba em seu território. Visando não entrar em desacordo com os portugueses, uma tropa de sul-africanos teria sido ordenada a morte de Mandume em sua própria embala.²²⁸ Mesmo após sua morte, a figura de Mandume manteve certa influência sobre os Cuanhamas, que até hoje questionam as reais circunstâncias de sua morte e tornaram, por muito tempo, o local de sua sepultura em local de peregrinação.²²⁹

Mesmo após a conquista das terras além-Cunene, a questão do Cunene como fronteira ainda se mantinha presente, como se pode observar no relatório do general Pereira d’Eça. Embora o Cuamato já estivesse, em teoria, sob domínio da bandeira portuguesa, era o Cunene o limite seguro considerado pelas autoridades. Durante todas as operações realizadas além-Cunene, mesmo após o avanço da soberania dos europeus em 1907, o ponto de apoio efetivo das tropas em campo de batalha ainda se encontravam no Cunene. Todo e qualquer auxílio deveria ser feito no sentido Cunene – Cuanhama, do contrário, correria-se o risco de parecer abandono.

Outra questão intrigante existente no relato do general diz respeito à publicação do texto, ocorrida em 1922. O texto foi publicado em um livro intitulado *A Campanha do Sul de Angola: Relatório do General Pereira de Eça – com um estudo político de João de Castro – e*

²²⁶ D’EÇA, Pereira. Op. Cit, p. 34.

²²⁷ MONTEIRO, Henrique Pires. op. cit, p. 95.

²²⁸ PADRÃO, Cerviño. **A colonização do sul de Angola** (1485 – 1974). Sintra: Gráfica Europam, 1998, p. 245.

²²⁹ Ibidem, p. 246.

*uma carta do general João Jalles*²³⁰, ao longo do texto reproduzido, há três passagens em que aparecem o termo “(cortado pela censura)”. Observando o texto original, estas três passagens aparecem circuladas e tratam das forças alemãs e britânicas²³¹ que atuavam na Damaralândia naquele momento. Em um deles, inclusive, o autor fala que recebeu uma carta de um serviçal de Mandume, que havia sido escrita por um major inglês que se propunha atuar como mediador entre Pereira d’Eça e Mandume. A proposta foi negada pelo general português, porém este se refere a este incidente como algo que julga “muito significativo”.²³²

Em telegramas trocados poucos meses depois, percebe-se que a questão gerou um incidente diplomático. José Maria Teixeira Guimarães envia um telegrama a Pereira d’Eça mostrando-se conivente com a postura do então governador geral da província ao negar o auxílio britânico. Para ele, a intenção do major era tomar conhecimento dos recursos militares que a operação portuguesa dispunha.²³³

As causas desta omissão no livro publicado não estão claras, porém, é possível fazer algumas especulações. Um dos fatos mais contundentes, por exemplo, é que durante a década de 1920, o governo português buscava manter boas relações com os britânicos visto que havia um impasse diplomático que deveria ser resolvido o mais rápido possível, que era a demarcação da fronteira sul. Durante estes primeiros anos da década uma missão britânica se encontrou com uma missão portuguesa em terras angolanas, visando por fim ao impasse. Sendo assim, não seria bom publicar textos em que os generais portugueses se opunham aos britânicos.

Embora as tropas portuguesas tenham tido o entendimento de que haviam vencido as guerras no Ovambo, isto não significou a efetiva ocupação da autoridade portuguesa sobre a região, especialmente aos olhos das autoridades mandatárias do Sudoeste Africano. Assim, além da guerra armada, o governo português se envolveu em uma batalha

²³⁰ **A Campanha do Sul de Angola.** Relatório do General Pereira de Eça - com um estudo político de João de Castro - e uma carta do general João Jalles. Lisboa: Tipografia Lusitania, 1922.

²³¹ Neste momento, em meio a Primeira Guerra Mundial, o governo alemão já havia perdido o protetorado do Sudoeste Africano, que agora passava a ser subordinado à União Sul Africana, que por sua vez pertencia ao reino da Grã-Bretanha.

²³² D’EÇA, Pereira. Op. Cit, p. 34.

²³³ Telegrama de José Maria Teixeira Guimarães. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/DGC/1L/1100.

diplomática que deveria definir a real fronteira entre as duas colônias africanas e as regras que iriam ditar a utilização dos recursos hídricos oferecidos pelo Cunene. E então durante as décadas de 1910 e 1920, muitos debates foram realizados a fim de definir estas questões no âmbito internacional.

Capítulo 3 – O rio Cunene e a diplomacia na zona neutra

Embora tenha direcionado esforços de guerras significativos, com o objetivo de estabelecer o poder colonial no sul de Angola, o governo português se deparou com uma questão que ainda perdurou por muitas décadas, a demarcação da fronteira entre Angola e o Sudoeste Africano. Apesar de ter sido de suma importância para as autoridades assegurarem seu poder na *hinterland*, como as terras Além-Cunene, e, através das incursões, demonstrar conhecimento específico sobre a região e seus povos, era preciso enfrentar um debate político que se encontrava genuinamente imbuído por impasses diplomáticos e diretamente influenciado pelo clima de guerra estabelecido na Europa.

Esses debates acerca da delimitação da fronteira foram protagonizados pelo governo português com as autoridades alemãs, seguidas pelas britânicas e, enfim, pelo governo sul-africano. Essa variação de opositores ocorreu em virtude das alterações políticas originadas a partir da Primeira Guerra Mundial, na qual a Alemanha perdeu o controle de suas colônias africanas, passando o Sudoeste Africano a ser tutelado pela União Sul Africana, que naquele momento fazia parte dos domínios britânicos. Embora acordos bilaterais tenham sido comuns durante as primeiras décadas do colonialismo, a necessidade de ocupação dos recursos hídricos do rio Cunene deu origem a um caso inédito na África, a criação de uma zona neutra, que por muitos anos permaneceu litigiosa. E assim, o rio Cunene que já havia sido elemento chave para as pretensões de travessia da África e para as guerras coloniais, passa a ter outras utilidades, como a posição deste como objeto de barganha diante da diplomacia internacional, além de demonstrar ser a única solução para amenizar a aridez da Damaralândia.

Em meio a essa disputa que, muitas vezes, ocorreu apenas dentro das salas de reuniões entre os ministérios estrangeiros, tem-se uma população fixada na área litigiosa. Uma população dependente dos recursos hídricos oferecidos pelo rio e que nunca foi convidada a se posicionar diante do governo colonial sobre tais decisões, porém, uma população que de alguma forma tentou utilizar o impasse a seu favor, circulando de um lado a outro da fronteira e barganhando com ambos os poderes, visto que uma terra desabitada, de nada serviria ao colonialismo.

3.1 A delimitação da fronteira sul de Angola

A fronteira [...] é a única realidade, em que o limite, a linha não é mais do que uma abstração. A fronteira é ela mesma um lugar de transformação, devido à influência conjugada de duas forças opostas, um corpo intermediário, nascido na sua acção combinada.²³⁴

Embora tenha sido escrito com o propósito de generalizar a definição de fronteira, esta afirmação de Ratzel poderia ser exemplificada pelo caso do sul de Angola. Passaram-se quase cinquenta anos para que enfim, essa linha abstrata fosse delimitada, porém, essa demarcação não significou o isolamento das influências políticas, culturais e sociais em ambos os lados da fronteira. Não se pode acreditar que aquela linha seria o suficiente para repartir ao meio uma região e isolando suas características socioculturais apenas dentro do seu território correspondente.

A fronteira é um espaço territorial complexo por excelência. Um espaço misto, no qual os Estados precisam exercer funções administrativas diferentes do interior do território, na constante tentativa de assegurar a ordem e a defesa da integridade. Do ponto de vista internacional, no entanto, a fronteira é um local de relação entre dois Estados, uma área de constante contato, uma região periférica que reúne características dos Estados que a compõe.²³⁵

Se o espaço de uma fronteira definida já exige uma postura diplomática entre ambos os lados visando à manutenção de uma convivência pacífica, os debates que antecedem a definição da delimitação territorial são ainda mais complexos. Enquanto na Europa a definição da fronteira foi resultado de um processo histórico entre os próprios envolvidos, nos demais continentes, especialmente na África, a delimitação foi uma ordem arbitrária que partiu de um poder externo. Cenário que pode ser constatado no sul de Angola, onde se desconsiderou o limite estabelecido há séculos por grupos étnicos

²³⁴ RATZEL *apud* OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. **Os Caminhos Históricos das Fronteiras de Angola**. Luanda: Cefolex, 2010, p. 13.

²³⁵ OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. **Os Caminhos Históricos das Fronteiras de Angola**. Luanda: Cefolex, 2010, p. 14.

específicos e se buscou criar novos recortes, quase sempre baseados em acidentes geográficos.

Sem dúvidas, o aproveitamento hídrico do rio Cunene foi um dos principais motivadores para o impasse protagonizado pelo governo português e os mandatários do Sudoeste Africano. A aridez da Damaralândia encontrava nos projetos de desvio das águas do rio, talvez a única solução para tornar esta região uma terra com condições mais habitáveis. Da mesma forma, o regime de águas da bacia do Cunene era decisivo para abastecer a região da Ovambolândia, que como foi visto no capítulo anterior, encontrou nas chanas e cacimbas a melhor forma de suprir a falta da água. Importante ressaltar que na outra ponta da fronteira, encontrava-se outro recurso cobiçado pelo Império Alemão, a margem do rio Cubango, área rica de culturas e habitantes, se comparado com o lado do Sudoeste Africano.²³⁶

Porém, como podem ser observados ao longo de todo o período colonial, os impasses protagonizados por nações europeias em território africano envolviam questões que iam muito além de um problema específico. Muitos dos problemas criados nas colônias eram resultados de situações limites, originadas no continente europeu, mas que reverberavam nas colônias, como é o caso da tendência imperialista das nações envolvidas no colonialismo e dos reflexos da Primeira Guerra Mundial, responsável pela troca de poder colonial no Sudoeste Africano.

Embora o primeiro acordo para delimitação da fronteira sul tenha sido estabelecido em 1886, através do tratado luso-alemão, as cláusulas do acordo serviram mais para acentuar debates do que solucionar o problema. Assim, foi apenas em 1931 que a demarcação foi efetivamente concluída. Durante esse período, a indefinição foi uma questão recorrente na pauta do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Ministério da Marinha²³⁷ e das Colônias, com a acentuação dos debates a partir da virada do século.

A conjuntura em que o tratado luso-alemão foi estruturado e assinado já foi objeto de estudo no primeiro capítulo, porém, cabe aqui ressaltar uma cláusula importante aprovada nesse tratado, que era o

²³⁶ FERNANDES, Marisa Alexandra Santos. Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. In: **Revista de Ciências Militares**, vol. II, Nº 1, maio 2014, p. 79.

²³⁷ A partir de setembro de 1911, ocorre uma divisão no Ministério da Marinha e das Colônias, e então as questões referentes às colônias passam a cargo do Ministério das Colônias. Já durante o Estado Novo, o então Ministério das Colônias passa a se chamar Ministérios do Ultramar.

paralelo que seria definido como fronteira. A utilização de parte do curso do Cunene, partindo de sua foz, como o início da fronteira foi a única questão que foi definida já em 1886 e assim perdurou durante todo o período, permanecendo inalterada. O que viria a partir do Médio Cunene, no entanto, é que foi a grande questão. Segundo o tratado assinado em 30 de dezembro de 1886,

A fronteira entre as possessões portuguesas e alemãs no Sudoeste de África seguirá pelo curso do rio Cunene desde a sua embocadura até às cataratas que aquele rio forma no Sul do Humbe, ao atravessar a serra Canná. Dêste ponto em diante seguirá o paralelo até o rio Cubango, daí o curso dêste rio até o lugar de Andara, que ficará na esfera dos interesses alemães, e deste logar seguira a fronteira em linha recta na direcção de leste até os rápidos de Catima no Zambeze.²³⁸

Embora tenha sido assinado pelos representantes dos dois Estados, o tratado em questão não foi executado, sendo seguido por uma fase em que ambos ignoraram os termos do acordo, especialmente o que diz respeito ao paralelo mencionado acima como linha da fronteira. O governo alemão parece ter sido o que menos atenção deu a fronteira, visto que por muitos anos ainda foram mantidas missões religiosas nas terras dos cuanhamas, além de cultivar uma estreita relação com os sobas da região, tornou-se uma pedra no sapato para as autoridades portuguesas durante a guerra colonial de ocupação do Cuanhama.

Não tardou para que o constante fluxo de alemães que cruzavam a fronteira comesasse a causar incômodo nas autoridades portuguesas responsáveis por essa região. Vale lembrar que nesse período, ainda no fim do século XIX, tanto a região do Cuamato quanto do Cuanhama ainda não havia sido conquistada pelos portugueses, que não possuíam representantes da autoridade dentro dos territórios. Foi então que, em 1896, através de um ofício, o então governador de Moçâmedes propõe uma alteração na fronteira quase fictícia. De acordo com a proposta, a fronteira,

[...] teria por divisória uma linha que partindo da foz do Cunene subiria a linha central do leito

²³⁸ OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. Op. Cit, p. 146.

d'este rio, até um ponto sito na margem esquerda do mesmo ao sul do forte de Humbe por dezesseis graus cincoenta e oito segundos e quinze graus E.GW. D'aqui seguir-se-hia uma recta até ao extremo sul da fronteira do Cuanhama e d'ali ao paralelo até ao Cubango continuando d'ali como se acha tratado.²³⁹

Com a nova divisão as terras do Cuamato e Cuanhama não mais seriam repartidas entre os dois Estados, mas sim cada um ficaria com uma região inteira, com o Cuamato fazendo parte do território do Sudoeste Africano, enquanto que o Cuanhama estaria integralmente dentro de Angola. A proposta do governador, no entanto, não foi aceita pelas demais autoridades portuguesas. A própria Comissão de Cartographia, a quem foi solicitado à elaboração de um mapa com o novo traçado, recusou-se a realizar tal trabalho, alegando que não “[...]concordaria em propor a revisão da fronteira, por a considerar objecto bastante delicado, para um pequeno paiz como o nosso.”²⁴⁰

O motivo principal da recusa estava no fato de que com a nova fronteira, haveria um aumento na extensão do rio considerada como fronteira, portanto, entendido como águas internacionais, com o agravante de que se perderia a soberania sobre uma área importante do rio, onde este deixa de ser intermitente e passa a ser mais navegável.²⁴¹ Porém, prevendo que a proposta seria relevante para o governo alemão e cientes de que se passaria um bom tempo até que um retorno fosse dado, as autoridades portuguesas julgaram interessante apresentar a proposta visando com ela, reabrir o debate sobre a fronteira, que seguia adormecido há dez anos. De fato, o retorno não foi dado, o que para o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, já em 1901, serviu para comprovar que as relações entre os dois países “[...]não era, como então se julgou e se deve julgar ainda, isenta de perigos.”²⁴²

²³⁹ Ofício confidencial numero 45, do Governador de Mossamedes, em que trata da fronteira sul e da necessidade de limita-la. 13 de abril de 1895, Arquivo das Fronteiras, CxP26V01.

²⁴⁰ Comissão de Cartographia, Lisboa, 20 de maio de 1895. Arquivo das Fronteiras, CxP26V01.

²⁴¹ Comissão de Cartographia, Lisboa, 14 de dezembro de 1896. Arquivo das Fronteiras, CxP26V01.

²⁴² Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direcção Geral dos Negócios políticos e diplomáticos. Lisboa, 5 de novembro de 1901. Arquivo das Fronteiras, CxP26V02.

As negociações sobre a fronteira de fato não avançaram e os anos que se seguiram foram marcados pelas incursões militares portuguesas na tentativa de ocupar as terras dos Cuamatos, como foi visto no capítulo anterior. Também neste mesmo período, o governo alemão se envolvia em uma sangrenta guerra colonial no Sudoeste Africano contra os herero. Sendo o assunto da demarcação retomado apenas em 1910, quando ambos os Estados já haviam, em partes, posto fim à questão bélica.

A retomada dos debates foi marcada pelo interesse das autoridades portuguesas em afastar qualquer dúvida acerca da fronteira, que, segundo elas, deveria seguir exatamente os termos do tratado de 1886. Eliminando, assim, as alterações que haviam sido propostas na década anterior, visto que o Cuamato, que segundo a proposta passaria a pertencer ao Sudoeste Africano, já havia sido conquistado pelas tropas portuguesas. Apesar disto, foi justamente o tratado luso-alemão que fomentou a contenda diplomática, qual seria o ponto do rio Cunene do qual deveria partir o paralelo que corresponderia à fronteira?

O tratado de 1886 é muito claro quando afirma que o paralelo deveria partir da serra do Caná, também conhecida como serra do Ruacaná. Porém, quando o tema é retomado, as autoridades do governo imperial alemão alegam que a mencionada serra não existe com essa denominação, entendendo assim, que o paralelo em questão deveria partir da “[...] da primeira cataracta formada pelo Cunene abaixo do Humbe, ou seja, a de Kazombuo.”²⁴³

Os representantes do governo português, no entanto, não corroboraram com a afirmação alemã. Para comprovar a veracidade de suas afirmações, decidiu-se enviar para as margens do Cunene um grupo organizado pelo oficial de marinha Filipe de Carvalho, com a solicitação de se reconhecer a serra do Caná e sua respectiva latitude. Importante ressaltar que, de acordo com a documentação, o tratado de 1886 foi entregue ao governo português acompanhado de um mapa, denominado Livro Branco, que continha o ponto do rio onde deveria se situar a serra, com sua respectiva latitude.

²⁴³ Correspondência do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro da Marinha e Colônias, Lisboa, 21 de dezembro de 1910. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

O resultado apresentado por Filippe de Carvalho parece ter sido favorável à defesa portuguesa, o que não poderia ser diferente, já que estava a serviço de tal governo. Segundo seu relato, foi localizada uma

[...] cataracta grande a que o indígena chama ORUACANA, nome da serra da qual se despenha: uma altura muito próximo a cem metros. [...] Dando a latitude média pelas alturas do sol 17° 22' 37", 28 S. e pelas das estrelas 17° 22' 42", 14 e tomei pois a média d'estas médias que muito se deve aproximar da latitude verdadeira.²⁴⁴

Segundo consta, a latitude informada por Carvalho era muito semelhante à latitude indicada no Livro Branco, considerando assim, que a catarata do Ruacaná deveria ser o ponto de partida do paralelo da fronteira. A catarata em questão ainda foi apresentada pelo pesquisador como a maior da região e que, ainda que se quisesse considerar a afirmação alemã, esta se enquadraria, já que seria a primeira catarata abaixo do Humbe, visto que os outros acidentes geográficos eram menores e não se enquadrariam na definição de catarata. Junto ao relatório, Carvalho anexou imagens que comprovam a existência da serra do canná.

Na figura 10, observa-se uma das fotografias feitas por Filippe Carvalho. Embora seja considerada a maior catarata da região, chama atenção o pequeno fluxo de águas, além da altura modesta da referida serra. Porém, nas décadas seguintes, esta mesma região foi utilizada para construção da barragem do Ruacaná, o que indica que, possivelmente, esta imagem tenha sido feita durante o período de seca, quando o fluxo de águas do rio é reduzido drasticamente, alterando totalmente a paisagem do Cunene.

²⁴⁴ Correspondência do Ministro da Marinha e Colónias ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 23 de março de 1911. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colónia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Figura 10 - Catarata do Ruacaná no Rio Cunene, segundo uma fotografia do 1º tenente Filipe de Carvalho, 1910.



Fonte: Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Por certo que a divergência sobre a localização correta da serra a que o tratado se referia, vinha acompanhada de divergências de interesses. Desde as primeiras conversações está claro que ambos os Estados possuíam o interesse de estender o máximo possível sua área de atuação, como em muitas outras colônias africanas. O elemento diferenciador neste caso, no entanto, é a presença do curso do rio Cunene, que poderia ser considerado um oásis em meio uma região tão carente de recursos hidráulicos. Como se observou no primeiro capítulo, as primeiras versões de fronteira apresentadas por ambos os governos enquadravam o curso do rio dentro do seu território correspondente.

Além de ser rico em recursos que poderiam auxiliar o desenvolvimento da região de diversas formas, o curso do rio ainda se mostra como um objeto importante para todos os demais acordos

diplomáticos que possa haver naquela região. Ter o controle sobre esses recursos, além de facilitar as ações do Estado sobre a região, ainda era um importante instrumento de barganha. Em longo prazo, seria possível disponibilizar os recursos ofertados pelo rio em troca de favores, concessões e apoio político, o que de fato se observou durante o Estado Novo, quando os governos português e sul-africano utilizaram-se dos aproveitamentos do Cunene para estabelecer alianças políticas.

Naquele momento, no entanto, era preciso resolver o impasse sobre a linha de fronteira, de forma que fosse benéfica para ambos os lados, porém, deixando de lado os interesses dos povos que habitavam a região. Esse cenário acarretou na definição de uma situação inédita no colonialismo, a criação de uma zona neutra. A proposta partiu do governo alemão e já foi apresentada tão logo foi mencionado que a serra em questão não existia. Isto aponta para um fato importante, o governo alemão estava ciente de que sua afirmação não seria bem-vinda entre as autoridades portuguesas, talvez por saber que essa afirmação não era verídica. Nesse caso, é possível que a sugestão de uma nova linha fosse apenas um artifício para chegar a seu verdadeiro objetivo, que era a exploração da região que, em tese, caberia a Portugal.

De acordo com uma correspondência escrita em nome do Ministro dos Negócios Estrangeiros, já em 1915, portanto, quando as tropas alemãs já haviam se retirado do Sudoeste Africano, acredita-se que não tivesse havido interesse na demarcação por parte dos representantes do governo alemão. Segundo o relato, “ao contrario do que succedia comnosco [autoridades portuguesas], o que à Allemanha convinha era conservar a questão em aberto”²⁴⁵.

De acordo com Oliveira²⁴⁶, o interesse das autoridades alemãs em não estabelecer uma fronteira fixa na região se deve ao fato de que aquela região era povoada, o que poderia fornecer muita mão-de-obra para as minas de cobre de Otawi, no Sudoeste Africano. Além disso, facilitaria o acesso ao planalto angolano, local fértil, povoado e de ótimo clima, utilizado, inclusive, como caminho para o abastecimento de víveres na Damaralândia.

Assim, esperava-se que a proposta de uma zona neutra entre os dois pontos contestados fizesse parecer ser uma opção em que todos

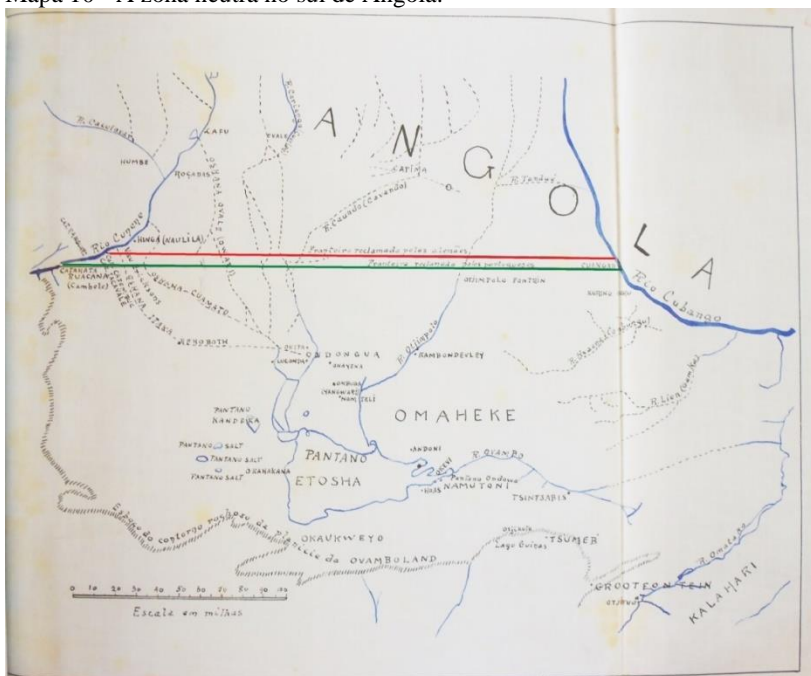
²⁴⁵ Correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 27 de setembro de 1910. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

²⁴⁶ OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. Op Cit, p. 81.

sairiam ganhando. O trecho de neutralidade corresponderia a uma faixa de onze quilômetros de largura, entre os rios Cunene e Cubango, indo desde o Cuangar e ao Chimenha.²⁴⁷ No mapa 10, observa-se o traçado das duas linhas que correspondem aos paralelos a que ambos os governos alegavam ser a linha da fronteira. À esquerda o curso do rio Cunene e à direita o curso do rio Cubango. Entre os rios, os traçados que correspondem às linhas de fronteira, sendo que o verde representa a linha defendida pelo governo português e o vermelho representa a proposta do governo alemão.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. 82.

Mapa 10 - A zona neutra no sul de Angola.



Fonte: Relatório de uma missão especial ao sul de Angola por Coronel Ernesto Machado. Ministério das colônias. Direcção Geral das Colônias do Ocidente. Repartição de Angola e S. Tomé. Processo nº 265-E. 1925. Arquivo Histórico Ultramarino.

A partir desse momento, as negociações não mais saíram da pauta do Ministério e os anos que se seguiram a proposta foram marcados por acontecimentos políticos relevantes. A proposta da zona neutra foi aceita pelo governo português, permanecendo aquela região em litígio até 1920. Porém, isso não significa que os indivíduos que ocupavam cargos no governo português possuíam um pensamento coeso e de acordo com tal situação. Por esse motivo, não é raro encontrar correspondências com conteúdos que apontam para discussões entre as próprias autoridades.

Um exemplo disso é a discrepância nas opiniões defendidas pelo Ministério das Colônias e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Enquanto o primeiro hesitava em concordar com a criação da zona neutra, o segundo tentava amenizar as discussões, caminhando em direção a um acordo. Esta postura, possivelmente, estava relacionada ao

papel de ambos os ministérios dentro do governo, enquanto o Ministério da Marinha e das Colônias tinha como prioridade defender os interesses coloniais, assegurando a presença portuguesa nas colônias, o Ministério dos Negócios Estrangeiros possuía outras atribuições, dentre as quais, manter relações amigáveis com os demais países, especialmente em um momento de turbulência política que pouco tempo depois iria acarretar no início da Primeira Guerra Mundial.

Em correspondência de 28 de abril de 1911, Bernardino Machado, então ministro dos Negócios Estrangeiros, argumenta que se caso a recusa da zona neutra tenha o propósito de garantir a circulação dos portugueses até a catarata do Ruacaná, isso também daria fundamento para que os alemães circulassem livremente até a catarata do Kosombuo. Questionando ainda,

[...] se devemos concordar, [...] em que qualquer ponto indevidamente ocupado não constituirá direitos para a ulterior demarcação, não será mais útil aceitar a neutralização da zona duvidosa, que evitaria conflitos tanto para receber na hypothese de recusa?²⁴⁸

A resposta do representante do Ministério da Marinha e das Colônias é taxativa, porém sem forte argumentação, baseada apenas nos relatos fornecidos pelo oficial Fillipe de Carvalho: “Aceitar a neutralização da zona duvidosa para os alemães, não o podemos [...], porquanto para nós não existe tal zona, visto termos a certeza de que o paralelo é o que corresponde ao da catarata Ruacaná, como dispõe o tratado.”²⁴⁹ Apesar das desavenças, em 10 de agosto de 1911, o governo português sinalizou para a aprovação da determinação da zona neutra.²⁵⁰

O acordo em defesa de uma zona neutra não significou, mais uma vez, o fim dos problemas entre os dois governos. A real sensação que se tinha com aquela área, era de que se tratava de uma zona litigiosa, o que

²⁴⁸ Correspondência Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28 de abril de 1911, Lisboa. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

²⁴⁹ Correspondência Ministério da Marinha e das Colônias, 26 de maio de 1911, Lisboa. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

²⁵⁰ OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. Op. Cit, p. 82

fomentou uma série de acusações de ambas as partes. A insatisfação com a situação ultrapassava as salas dos ministérios e era uma questão abordada também nos jornais, que por sua vez, tinham o papel de informar a população sobre a situação fronteiriça da colônia africana.

Em 16 de fevereiro de 1912, o jornal lisboeta *O Século* publicou uma matéria com o título de “O Sul de Angola: As exigências da Alemanha são derivadas da nossa falta de tato diplomático e da incúria e abandono a que temos votado o nosso domínio colonial”. A notícia trazia algumas falas do governador do distrito de Huila, o capitão de infantaria Alfredo de Albuquerque Felner, que se encontrava em Lisboa naqueles dias. O governador ressalta a importância de se demarcar o quanto antes a linha da fronteira, que segundo ele, é urgente não pelo fato de assegurar uma parcela de terra, mas sim para dificultar outros interesses alemães, motivados pelo fácil acesso ao território angolano, de onde poderiam conseguir recursos hídricos e um porto para o mar, visto que o caminho entre o porto de Swakopmund e a Damaralândia apresentava dificuldades de locomoção em virtude da seca.²⁵¹

A imprensa ilustrada de Lisboa, fortemente enraizada em demonstrar posicionamentos políticos, também se valeu dos debates sobre a malfadada delimitação da fronteira para expor suas críticas. Como foi o caso do semanário humorístico *O Thalassa*, ferrenho defensor da monarquia portuguesa, que trouxe em suas páginas em 1914, uma caricatura com o título de “Ceia e Tango”²⁵² (Figura 11).

²⁵¹ O Sul de Angola: As exigências da Alemanha são derivadas da nossa falta de tato diplomático e da incúria e abandono a que temos votado o nosso domínio colonial. Jornal *O Século*, 16 de fevereiro de 1912. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

²⁵² **O Thalassa**: semanário humorístico e de caricaturas. 27 de fevereiro de 1914, n. 49, p. 04 -05.

Figura 11 - Questões diplomáticas nas páginas do semanário O Thalassa.



Fonte: **O Thalassa**: semanário humorístico e de caricaturas. 27 de fevereiro de 1914, n. 49, p. 04 -05.

A caricatura publicada traz vários elementos da situação política e diplomática das colônias portuguesas naquele momento. Em um cenário que reproduz um jantar, duas mesas exemplificam as questões do momento, uma com um homem simbolizando a colônia de Moçambique recebendo uma moeda de uma mulher que representa a Grã-Bretanha. O ato reproduz o interesse britânico no porto de Lourenço Marques para utilização de suas possessões no Transvaal. Em outra mesa, Angola é cortejada pelo homem que simboliza os alemães. Junto a eles, um trem em referência à estrada de ferro que o governo alemão almejava construir, ligando o planalto de Angola às terras do Sudoeste Africano com a finalidade de abastecer a região, visto que o caminho até o litoral do Sudoeste Africano era demasiado árido.

Enquanto a cena se desenrola, Bernadino Machado, que havia ocupado o cargo de presidente do ministério algumas semanas antes, aparece dançando um tango com o presidente anterior, Afonso Augusto da Costa. A legenda da imagem, “enquanto elles dançam os outros vão comendo”, apresenta as duas autoridades do governo português como coniventes com a situação que, irremediavelmente, deveria levar a perda das colônias. A imagem em questão representa o pensamento político daqueles que defendiam a retomada da monarquia, demonstrando as falhas e desinteresse do governo republicano com aquelas que seriam a grande riqueza do Estado português, as colônias.

Embora não haja um acordo entre os próprios portugueses sobre a melhor opção para solucionar essa questão diplomática, uma afirmação parece comum a quase todos, a recorrente presença alemã no território Ovambo. Além dos jornais e correspondências, esse tipo de afirmação era muito comum em outras esferas, como nos relatos de militares, discutidos no capítulo anterior, e em artigos escritos para publicação na época, como em revistas. O caso mais contundente foi o Incidente em Naulila, importante episódio militar que antecedeu a efetiva ocupação do Cuanhama pelas tropas portuguesas, analisado no capítulo anterior.

O governo imperial alemão também possuía reclamações quanto à postura das autoridades portuguesas situadas nas proximidades da fronteira. Em 27 de dezembro de 1911, por exemplo, foi feita uma nota da legação alemã sobre alguns incidentes ocorridos na região, dentre os quais, a destruição de um posto de expedição alemão localizado dentro do território alemão, o estabelecimento de um posto militar português

nas proximidades do Cubango e a “influência perturbadora” das autoridades portuguesas sobre o soba Mandume.²⁵³

No que concerne à localização de fortes portugueses dentro da zona neutra, o ministro dos Negócios Estrangeiros não foi permissivo e determinou

[...] imediatamente que se mudasse o forte de Mucusso para outro ponto, e se não effectuassem a occupação por meio de collocação de fortes, ou postos militares, junto às secções de fronteira que não fossem determinadas por linhas naturais, cursos d'água, ou montanhas, etc.²⁵⁴

A presença de estabelecimentos oficiais na zona neutra já vinha sendo uma questão debatida há algum tempo. Em agosto daquele mesmo ano, uma correspondência assinada pelo Ministério das Colônias defendia a não retirada dos postos militares portugueses da região enquanto os alemães não retirassem suas missões localizadas no Cuanhama. Ainda segundo a correspondência, “retirar o forte, perante o indígena, é um signal de fraqueza e um desprestígio.”²⁵⁵ Apesar das discussões constantes, a ordem para a retirada definitiva do forte Couceiro, localizado na zona neutra se deu apenas em fevereiro de 1913, ou seja, quase dois anos depois.²⁵⁶

Todas essas correspondências mencionadas acima nos mostram que os debates acerca da delimitação da fronteira, que tanto movimentaram a diplomacia portuguesa, na verdade foram muito além de um problema diplomático, tratava-se também de um problema

²⁵³ Correspondência do Ministério das Colônias, janeiro de 1912. Arquivo das Fronteiras, CxP27V03Cubango-Cunene1911-120001.

²⁵⁴ Correspondência do Ministério das Colônias, 28 de dezembro de 1911. Arquivo das Fronteiras, CxP27V03Cubango-Cunene1911-120001.

²⁵⁵ Correspondência do Ministério da Marinha e das Colônias, 18 de agosto de 1911. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

²⁵⁶ Correspondência da Direção Geral das Colônias, Ministério das Colônias. 14 de fevereiro de 1913. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

interno do Estado. Vale ressaltar, no entanto, que essa falta de coesão dos membros do governo não foi uma particularidade da zona neutra, muito menos uma exclusividade do governo português. A manutenção de uma colônia além-mar, imbricada por questões diplomáticas tão sérias naturalmente iria gerar conflitos de poder mesmo entre os “aliados”.

Outra questão pertinente é o fluxo de alemães e portugueses cruzando a fronteira mesmo após a determinação da zona neutra. Nem sempre essas ações devem ser entendidas como ações do governo responsável, mas sim, atitudes individuais, que em alguns casos iam contra a postura defendida por seu próprio governo. Muitas vezes, o Estado mantinha um discurso sobre a demarcação na fronteira, que era elaborado na Europa, mas que não condizia com a realidade vivenciada na África. Essa discrepância entre ação e discurso poderia ser visto, inclusive, a partir de ações comandadas por generais que atuavam na região e que agiam de forma distinta à orientação de seu Estado Maior.

A ordem para a efetiva desocupação do forte militar localizado na Zona Neutra ocorreu em fevereiro de 1913.²⁵⁷ Porém, mais uma vez, a ação não significou o fim dos percalços da zona litigiosa. Poucos meses depois, já circulavam correspondências entre os ministérios das Colônias e dos Negócios Estrangeiros, debatendo a ameaça que a ausência de uma fiscalização militar na fronteira causava para a colônia de Angola. De acordo com um desses relatos, a região se encontrava a mercê de roubos e ataques de grupos, segundo consta, liderados por alemães, que promoviam o fornecimento de armamentos para os Cuanhamas.²⁵⁸

Nos anos que se seguiram, uma série de acontecimentos mudou o rumo das negociações. O ano de 1914 trouxe consigo a iminente eclosão da Primeira Guerra Mundial, que acarretou em consequências imediatas no sul de Angola. O primeiro deles foi o conflito bélico envolvendo as tropas alemãs e portuguesas, em território africano, como esses conflitos já foram abordados no capítulo anterior, torna-se aqui dispensável a análise.

²⁵⁷ Correspondência do Ministério das Colônias, 14 de fevereiro de 1913. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

²⁵⁸ Correspondência do Ministério das Colônias, 13 de junho de 1913. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

É importante ressaltar também que simultâneo aos embates entre as tropas portuguesas e alemãs, as tropas sul-africanas, com o auxílio dos britânicos, iniciaram ataques pelo sul do Sudoeste Africano. A derrota do exército alemão levou a ocupação sul-africana na então colônia alemã.²⁵⁹ A perda efetiva da colônia foi concretizada durante o Tratado de Versalhes, em 1919, quando se estabeleceu que a Alemanha não tinha mais nenhuma colônia na África, passando assim o Sudoeste Africano a ser tutelado pela União Sul Africana, que naquele momento fazia parte do império britânico.

Apesar da complexa situação política que o mundo vivia com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, especialmente com seus reflexos no continente africano, a zona litigiosa do sul de Angola permaneceu na pauta dos ministérios em Portugal. Mesmo antes do aval dado pelo Tratado de Versalhes, as negociações sobre a fronteira passaram a cargo dos britânicos. Porém, do ponto de vista das autoridades portuguesas, a saída das forças alemãs colocava os portugueses mais próximos de um acordo definitivo sobre a fronteira e que atendesse suas expectativas.

O primeiro passo em direção a um acordo ocorreu no início de 1916, quando as próprias autoridades militares portuguesas e britânicas estabelecidas na região elaboraram um “*modus vivendi*” provisório para uma boa convivência na fronteira. Desse acordo, alguns pontos se destacam:

1) That for the present, and pending definite settlement, a line running due East and West and passing through Namakunde shall be regarded as the boundary; 2) that Namakunde shall be the residentil head-quarters for a representative of the British Protectorate and that a Portuguese Political officer shall also reside there; 3) that the boundary agreed upon, falling as it does between the frontier claimed by the German Government and that claimed by the portuguese government, shall be regarded as a neutral zone.²⁶⁰

²⁵⁹ COELHO, Adelino de Matos. O expansionismo alemão em África. In: **Revista Militar**. N° 2548, maio de 1914.

²⁶⁰ Acordo provisório entre autoridades militares portuguesas e britânicas, 08 de janeiro de 1916. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Como se pode observar, o ponto crucial que é a manutenção da zona neutra não foi alterado, trazendo como novidade apenas a presença de uma autoridade residente representante de cada governo em Namacunde. A troca de correspondência entre Augusto Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros e o representante da Legação de Portugal em Londres explicita a preocupação das autoridades portuguesas em se fazer acordar uma nova lei, atendendo suas antigas exigências.

Augusto Soares se mostra insatisfeito com a manutenção do *modus vivendi* estabelecido entre os militares, ressaltando a necessidade de afirmar a delimitação da fronteira conforme o tratado de 1886. Para o ministro, não há problema em considerar a anexação do Sudoeste Africano pela União Sul Africana, desde que seja respeitado o limite solicitado. Porém, preocupa-se em esclarecer a “[...] necessidade de deixar sempre bem claramente estabelecido que a delimitação do sul de Angola, tal como a pretendemos, nada tem que ver com as compensações a que nos possam dar direito os nossos sacrifícios durante a guerra.”²⁶¹

Para o representante da Legação de Portugal em Londres, no entanto, a manutenção do *modus vivendi* provisório é conveniente para os interesses portugueses, visto que “[...] proceder á delimitação definitiva implicaria reconhecer desde já a anexação dos territórios allemães como um facto indiscutível, inutilizando assim o nosso voto para quando esse capítulo se discuta depois da guerra terminar”.²⁶² E aqui se observa, mais uma vez, o sentido político que o entrave do sul de Angola teve para as relações internacionais portuguesas, atuando como

²⁶¹ Correspondência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, direcionada ao representante de Portugal na Inglaterra, 25 de setembro de 1916. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

²⁶² Correspondência da Legação de Portugal em Londres, 8 de setembro de 1916. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

uma “carta na manga” a ser utilizada em outras situações externas a questão da fronteira.

Com o fim da guerra e o cumprimento do tratado que estabelecia o Sudoeste Africano como tutela da União Sul Africana, enfim, as negociações tomaram um rumo mais efetivo e em poucos anos se estabeleceu um acordo que durante décadas não foi possível fazer com o Império Alemão. Embora as negociações tenham sido desenvolvidas entre o governo português e sul-africano, foram autoridades britânicas que mediarão a negociação que acarretou no acordo firmado em 1920.

Enquanto o governo português insistia na mesma delimitação que vinha sendo solicitada desde 1886, a União Sul Africana tomou uma posição muito distinta daquela ocupada anteriormente pelos alemães. Enquanto este último mantinha-se pleiteando a ocupação de uma região além-Cunene sem qualquer justificativa oficial, os sul-africanos se destacaram pela elaboração de estudos contundentes que justificassem seu interesse no curso do rio Cunene. Como será visto no próximo subcapítulo, a utilização das águas do Cunene para amenizar a seca na Damaralândia deixou de ser apenas um argumento e se transformou, pelas mãos sul-africanas, em projetos concretos, que embora possuíssem uma exequibilidade duvidosa, foram decisivos para a concretização do acordo de delimitação da fronteira.

E assim, as negociações deixam de ser uma questão diplomática e, profundamente, mediada pelos interesses de nações europeias, e passam a apontar de forma cada vez mais evidente a importância do rio para a região. Com o interesse declarado dos sul-africanos nos recursos hídricos do Cunene, fica claro que qualquer acordo de delimitação da fronteira que atendesse a solicitação portuguesa, só seria possível mediante um segundo acordo que deveria estabelecer normas para a utilização das águas do rio.

Ao contrário do que pôde ser verificado nos debates anteriores acerca da delimitação da fronteira, as autoridades portuguesas desta vez parecem ter entrado em um consenso sobre os rumos das negociações. Tanto o representante português em Londres, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Ministro das Colônias, mostraram-se favoráveis a solicitação britânica de que fosse estabelecido na fronteira uma

[...] pequena comissão mixta nomeada pelas duas partes interessadas que determine ‘in loco’ não só aquele ponto, a proporção em que a corrente deve ser tomada, e as condições em que o deve ser,

como também o ponto exacto das cataractas Rua Caná por onde deve passar a linha da fronteira reclamada por Portugal. A comissão estabeleceria também a identidade das diferentes cataractas denominadas diversamente por alemães e portugueses.²⁶³

Não tardou para que ambos os governos enviassem seus representantes para a fronteira. Do lado português, a comissão era liderada pelo Coronel Engenheiro Carlos Roma Machado de Faria e Maia, com o auxílio do capitão Luiz de Menezes Leal e o capitão José Luiz Gonçalves Canelhas. A União Sul Africana contava com a presença de Francis Edgar Kanthack, diretor da União Sul Africana, e os comissários residentes na Ovambolândia, Herman Schoch e Charls Manning. A comissão atuou na região durante boa parte da década de 1920, elaborando importantes estudos sobre os recursos hídricos do Cunene, que serão discutidos no próximo subcapítulo. O que é importante destacar aqui, no entanto, foi a enfim concretização do primeiro acordo luso-britânico sobre a definição da fronteira, assinado pela comissão acima exposta, no dia 5 de julho de 1920, nas proximidades das cataratas do Ruacaná.

A princípio decidiu-se elaborar um acordo sobre três pontos importantes: o primeiro seria a delimitação da fronteira em si, o segundo abarcaria a questão da partilha e do desvio das águas do rio, visando o aproveitamento hidráulico e, por fim, o terceiro ponto deveria se referir à utilização e regulamentação das águas do Cunene para o Sudoeste Africano. O último ponto, no entanto, não foi debatido sob o argumento de que o delegado português não possuía credenciais para decidir esse aspecto.²⁶⁴ A necessidade de incluir no acordo sobre a delimitação da fronteira cláusulas que discutissem a utilização dos recursos hídricos já denota de antemão a mudança na percepção sobre a importância do rio para a região sul da fronteira. Lembrando que essa mudança decorre também do fato de que agora os projetos eram solicitados por pessoas

²⁶³ Correspondência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Couceira da Costa, dirigida ao ministro das Colônias, 11 de fevereiro de 1919. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

²⁶⁴ Fronteira Sul de Angola e aproveitamento das águas do Cunene – Original manuscrito da acta da Comissão de Delimitação da Fronteira. Assinada em 5 de julho de 1920. Arquivo Fronteira Ultramarina, C. Cartografia, cx azul 02, sobre 18.

que habitavam a África, que apesar de ainda não serem solicitações de pessoas nativas da Ovambolândia, mas também não eram europeus que se mantinham distante da realidade local.

O primeiro ponto acertado era de que a fronteira entre Angola e o Sudoeste Africano seguiria “[...] pelo meio do principal leito do Cunene desde a sua foz ate ao centro da crista ou borda da grande cataracta Ruacaná”.²⁶⁵ Porém, embora concordassem com a posição da catarata do Ruacaná, a delegação britânica não concordou com a marca posta pelos portugueses, julgando-a como “uma distancia considerável ao sul da crista da catarata”, não sendo concernente com o tratado de 1886. O delegado português aceitou provisoriamente o ponto estabelecido pelos britânicos, estando posteriormente sujeito a confirmação do governo português.

Outro ponto discutido no acordo é a necessidade de que a fronteira seja demarcada com marcos fixos, com distância de dez quilômetros entre um e outro. Essa necessidade se justifica em virtude da falta de água em alguns pontos, especialmente no período de seca. É importante ressaltar, no entanto, que se estabelece que a demarcação desses pontos só ocorrerá depois que todas as condições expostas na ata forem aprovadas pelos dois governos e que a fronteira só será efetivada após a demarcação da linha física, até lá, a zona neutra será mantida.²⁶⁶ Assim, constata-se que embora tenha havido um acordo que atendia as necessidades de ambos os lados, o acordo em questão não teve muita relevância prática, visto que a zona neutra continuou em vigor durante algum tempo.

Se a primeira parte do acordo não provocou muitas mudanças, a segunda parte que se refere à utilização dos recursos hídricos do rio Cunene teve grande importância, visto que foi a primeira vez que as águas do Cunene figuraram como elemento chave de um acordo. O primeiro ponto exposto afirma que, estando a catarata do Ruacaná localizada exatamente na fronteira, esta se caracteriza como águas internacionais, sendo assim, o caudal do rio neste ponto poderá ser utilizado igualmente por ambos os lados da fronteira.²⁶⁷

O governo que administra o protetorado do Sudoeste d’Africa terá o direito de captar na sua metade da agua e introduzi-la nos seus canais na

²⁶⁵ Ibidem, p. 2.

²⁶⁶ Ibidem, p. 2.

²⁶⁷ Ibidem, p. 4.

margem esquerda do rio. O canal na margem esquerda do rio onde ele atravessa o território português, como fica definido nesta acta, sera colocado num alinhamento que é considerado o mais econômico e pratico pelo Governo do Protectorado do Sudoeste d’Africa, e os limites dentro dos quais as obras de construção poderão fazer-se dentro do território português serão definidos pelo rio Cunene, do lado direito do canal, e por uma linha de trezentos metros, paralela ao canal e do seu lado esquerdo e por uma distancia de trezentos metros medida ao longo do Cunene para montante da represa, barragem ou albufeina. O governo português terá sempre domínio sobre esta área triangular.²⁶⁸

Quanto aos gastos, fica definido que os custos com a construção de represas e barragens para uso comum dos dois lados da fronteira será pago pelo lado que primeiro desenvolver tal construção. Os projetos deverão ser aprovados por ambos os lados, bem como a construção efetiva e a fiscalização financeira²⁶⁹. Embora nenhum projeto tenha sido executado no decorrer dos anos que se seguiram à assinatura do acordo, percebe-se que as cláusulas deste serviram como parâmetros para os acordos de utilização dos recursos hídricos que vieram a seguir, inclusive nos acordos referentes à década de 1960, quando projetos de barragens e desvio do rio foram efetivamente concretizados.

Apesar de ter sido dado um importante passo em direção a um acordo sobre a delimitação da fronteira, é necessário ressaltar que o acordo firmado com as autoridades de ambos os países não significou a concretização de boas relações entre eles. A exemplo do que ocorreu em outros momentos, enquanto alguns estabeleciam acordos, outros grupos criavam desavenças por motivos aleatórios que fugiam da questão da fronteira, porém que causavam influência sobre ela.

Um exemplo pertinente disso é a própria relação estabelecida entre as autoridades portuguesas, as autoridades sul-africanas e os grupos residentes da região, sobretudo do Cuanhama e Cuamato, que foram as pessoas que efetivamente sofreram a influência dessa ocupação colonial. Pode-se ressaltar como exemplos desses problemas a

²⁶⁸ Ibidem, p. 5.

²⁶⁹ Ibidem, p. 6.

insinuação feita no Parlamento da União Sul Africana, já durante os anos de 1920, de que as tropas portuguesas haviam realizado um massacre durante a ocupação militar do Cuanhama em 1915, levando a morte de quatro a cinco mil indígenas.

Na ocasião, alguns militares que atuaram nas batalhas se posicionaram, em sua grande maioria, admitindo que o número de mortos pudesse ser efetivamente este, porém, ressaltando que “[...] o que não houve foi ‘massacre’, visto que por massacre se entende a morte violenta dada a criaturas inermes e inofensivas.”²⁷⁰ O Tenente Henrique Pires Monteiro ratifica a versão, afirmando que

Não posso avaliar as perdas do inimigo; foram grandes. Julgo, que os oficiais portugueses não possuiriam elementos para precisar essas perdas [...]. Se os efectivos das regiões sublevadas eram de cinquenta mil indígenas, grande numero dos quais bem armados [...], base que serviu ao estado mario, aquelas perdas teriam sido de dez por cento [...]. Chacina, na significação pejorativa do termo, não se deu e o emprego de tal designação poderá provir duma má compreensão das expressões dos oficiais portugueses.²⁷¹

Ao observar esse tipo de acusação, percebe-se que se trata mais de falácia política do que de comprometimento com a causa dos grupos locais. O número de mortos não foi contestada pelas autoridades portuguesas, o que comprova a veracidade da informação, porém, ela se torna irônica quando pensada em um plano mais amplo em que se pode observar também os assassinatos cometidos pelas tropas sul-africanas em todas as guerras coloniais em que se envolveram.

Esse não foi o único debate ocorrido entre os governos, outras questões foram levantadas durante esse período, porém uma delas

²⁷⁰ Relato do Tenente-Coronel António Gorjão Couceiro d’Albuquerque, 28 de novembro de 1923. Arquivo Histórico Diplomático, Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colónia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

²⁷¹ Relato do Tenente-Coronel Henrique Pires Monteiro, 25 de novembro de 1923. Arquivo Histórico Diplomático, Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colónia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

merece um destaque maior que se refere ao papel dos grupos locais nesse contexto de fronteiras incertas. O tema será discutido no próximo subcapítulo, porém cabe aqui ressaltar que o grande fluxo de pessoas cruzando a fronteira em direção ao sul causou certo desconforto entre as autoridades portuguesas, que tiveram que gradativamente mudar sua postura diante das ações atrativas exercidas pelas autoridades do Sudoeste Africano.

As décadas de debates com os mandatários do Sudoeste Africano só encontraram desfecho no dia 22 de junho de 1926, na cidade do Cabo, quando os representantes de Portugal e da União Sul Africana assinaram os dois acordos concernentes à delimitação da fronteira sul de Angola e a utilização dos recursos hídricos do rio Cunene. Seguindo as propostas de 1886 e 1920, o acordo decretava que,

(...) a linha da fronteira entre a Província de Angola e o Território Mandatado é a linha de mediana do Rio Cunene desde a sua embocadura até um ponto das grandes Cataratas Rua Caná em cima do seu bordo ou crista, e que o paralelo de latitude que ahi continua a formar a linha da fronteira parte daquele ponto em direção de leste verdadeiro, de modo que o Rio Cunene acima das Cataratas do Rua Caná fica todo excluído do Território Mandatado.²⁷²

Ao menos para os delegados que representavam o Estado português, os termos do acordo foram vistos de forma positiva. O presidente da delegação, Augusto de Vasconcellos enviou uma correspondência ao ministro dos Negócios Estrangeiros, dando notícias do acordo, ao qual ele definiu como “[...] uma questão, que termina,

²⁷² Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da União da África do Sul para regular o uso da água do Rio Cunene, produzir energia hidráulica, inundações e irrigação no território mandatado do Sudoeste da África, 26 de junho de 1926. Arquivo das Fronteiras do Ultramar, C. Cartografia, cx azul 02, sobre 19.

como devia ser, pela vitória da justiça e da razão.”²⁷³ De certa forma, esta deve representar a opinião de grande parte das autoridades portuguesas, visto que durante todo o período de debates, nenhuma outra solicitação havia sido feita.

Até mesmo as questões discutidas na segunda parte do acordo referentes à utilização das águas do Cunene, e que não encontraram muitos adeptos em Portugal, foram expostas de forma favorável por Vasconcellos, alegando que “[...] os delegados sul-africanos discutiram sempre animados do melhor espírito de entendimento, com evidente boa fé, o devido respeito pelos nossos direitos e leis e com inexcedível cortesia”²⁷⁴.

No que concerne a essa questão, os termos do acordo seguiram as ideias do acordo de 1920, estabeleceu-se assim que o governo da União Sul Africana poderia usar até metade do caudal do rio Cunene para efeito de irrigação e inundação do território do Sudoeste Africano. Da mesma forma, poderiam ser construídas barragens, represas ou açudes visando à produção de energia elétrica para o território mandatário, desde que tais barragens não fossem feitas a uma distância superior a três quilômetros a montante das cataratas do Ruacaná.²⁷⁵

No que se refere aos custos financeiros das obras, fica definido que a construção ficaria a cargo do governo que manifestasse interesse em realizar as obras. Uma vez elaborado o projeto, o outro governo teria até dois anos para decidir se deseja compartilhar ou não da construção, caso não queira, o governo que realizar a obra arcaria com todos os custos e poderia utilizar toda água enquanto o outro governo não manifestar interesse na região.²⁷⁶

Apesar do acordo final ter sido estabelecido em 1926, a zona neutra deixa de existir oficialmente após a assinatura da ata assinada em

²⁷³ Correspondência de Augusto de Vasconcellos, 22 de junho de 1926. Limites do Sul de Angola. Relações com a África do Sul. Convénio com a União, 1926/1929. cota 3º piso, Armário 9, Maço 23.

²⁷⁴ Correspondência de Augusto de Vasconcellos, 01 de julho de 1926. Limites do Sul de Angola. Relações com a África do Sul. Convénio com a União, 1926/1929. cota 3º piso, Armário 9, Maço 23.

²⁷⁵ Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da União da África do Sul para regular o uso da água do Rio Cunene, produzir energia hidráulica, inundação e irrigação no território mandatado do Sudoeste da África. Arquivo das Fronteiras do Ultramar, C. Cartografia, cx azul 02, sobre 19.

²⁷⁶ Ibidem.

23 de setembro de 1928, em Kakeri. A partir desta data, tendo em vista que parte da fronteira era terrestre e não possuía nenhum acidente geográfico, tem início o estabelecimento de 47 marcos na fronteira. Os marcos seriam construídos de cimento e numerados de 1 a 47, com formato de pirâmides, com 65 centímetros na base e 25 centímetros no topo. Na face sul do marco estará gravado “SWA”, no norte a palavra “ANGOLA” e no oeste o número do marco. Sendo que o número 1 deve ser colocado junto à catarata do Ruacaná, onde foi colocado o marco referente ao acordo de 1920, e o último marco estará junto à margem do Cubango, chamada de Kakeri, local em que os termos desta ata foram assinados.²⁷⁷

Observados os relatórios referentes a esse período que se estendeu de 1926 até 1931 (ano em que a demarcação foi concluída), entende-se que a relativa demora na concretização dos trabalhos referentes à delimitação da fronteira está relacionada a questões práticas, como o atraso no fornecimento do material, mão-de-obra dos nativos utilizada na região e, principalmente, o problema com as intempéries climáticas. Cabe ressaltar aqui, que em determinado período do ano, a construção dos marcos era paralisada em virtude do alagamento provocado nos períodos chuvosos, aquele mesmo alagamento que já havia, em outro tempo, ditado o período em que as incursões militares deveriam ocorrer no Cuamato e Cuanhama.

O fim dos percalços para a definição da fronteira não significou a paz diplomática da região, tão pouco significou o sucesso da ocupação portuguesa. Em momento algum, os acordos sequer mencionaram o posicionamento ou, até mesmo, a existência de moradores nativos no local. A ausência dessas pessoas no debate, no entanto, não significava a ausência desses indivíduos, sendo assim, durante a década de 1920 se pôs fim em uma querela diplomática, porém, não proporcionou o estabelecimento real de uma fronteira, como será visto a seguir.

3.2 – O projeto de Schwarz e a atração de grupos locais

Como foi observado até aqui, para que o governo português se estabelecesse politicamente no sul de Angola era necessário solucionar

²⁷⁷ Acta final assinada em Kakeri, junto ao marco nº 47, em 23 de setembro de 1928. Arquivo das Fronteiras. C. Cartografia, cx azul 02, sobre 21.

dois problemas criados pela sua própria ambição colonial. O primeiro se refere ao estabelecimento de autoridades portuguesas na região, questão esta que se acreditava ser solucionada com a vitória nas guerras contra os cuamatos e cuanhamas. E a outra questão estava relacionada à delimitação da fronteira sul, questão igualmente solucionada através dos acordos diplomáticos com os mandatários do Sudoeste Africano. Sendo assim, em teoria, ambas as questões foram resolvidas ainda no início da década de 1920, e conforme consta, de forma favorável aos interesses portugueses.

Porém, observando a documentação, percebe-se que não tardou para que as autoridades portuguesas se dessem conta de que a ocupação do sul de Angola ia muito além dessas questões. Embora se tenha tentado implantar novas dinâmicas sociais na região, aqueles grupos que há décadas habitavam aquele local possuíam suas próprias dinâmicas, que fizeram com que os acordos estabelecidos no papel não fossem considerados por esses grupos. O ponto fundamental para que isto tenha ocorrido está relacionado ao total descaso com que os grupos locais foram tratados durante as negociações diplomáticas, promovendo a exclusão daqueles que seriam os principais interessados no problema.

O problema é evidente, a fronteira tão intensamente debatida pelas autoridades europeias não passava de uma fronteira política e artificial. Em resumo, o Cuanhama e Cuamato eram estados organizados, com seus líderes locais e uma população de origem étnica comum, que foram drasticamente divididos ao meio, criando uma fronteira que até então não existia e que foi constantemente desconsiderada pelos membros desses grupos, que circulavam de ambos os lados, na medida em que lhes eram proporcionadas melhores condições de vida.

Como destacou o tenente-coronel Ernesto Machado, os indígenas que não se harmonizassem com os processos de administração, “(...) procurariam os pontos do seu paiz onde mais á vontade se encontrassem.”²⁷⁸ E contrariando os desejos das autoridades portuguesas, os locais em que os cuanhamas viam mais vantagens eram os territórios da zona neutra e do Sudoeste Africano. Essa situação denota a independência dos nativos diante do poder colonial e, mais do

²⁷⁸ MACHADO, Ernesto. (1925b). Relatório da minha missão no sul de Angola em julho-outubro de 1925, p. 46. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

que isso, aponta para um novo problema para essa nova autoridade, de que serve possuir terras sob seu comando, se essas terras não tiverem pessoas para desenvolvê-la economicamente? Importante destacar que durante esse período, a presença de colonos portugueses era muito restrita, especialmente em uma área árida como a Ovambolândia e que ainda possuía resquícios de uma guerra colonial.

Nota-se que o fluxo de pessoas cruzando a fronteira demandou preocupação nas autoridades portuguesas, sobre tudo naqueles que estavam residindo no sul de Angola durante esse período. Não foram raras as vezes que Carlos Roma Machado, que fazia parte do grupo de delimitação da fronteira escrevia textos para serem publicados no Boletim Geral das Colônias, em que esse tema era abordado. Bem como as correspondências internas dirigidas de Angola para Lisboa, em que as autoridades demonstravam preocupação com o caso.

A decisão dos nativos de migrarem para o outro lado da fronteira tinha como motivação, na maioria dos casos, a sua insatisfação com as questões burocráticas introduzidas pelo governo português, como a cobrança demasiada de impostos e obrigatoriedade de trabalho compulsório em obras públicas. Em contrapartida, os mandatários do Sudoeste Africano, cientes da necessidade de atrair mão-de-obra para sua região e sabendo dos problemas ocorridos no sul de Angola, ofereciam para essas pessoas o que elas consideravam melhores condições para viver, que incluía a redução de impostos e oportunidades de emprego nas minas de Otawi.

Como se observou, a primeira aproximação desses povos com os mandatários do Sudoeste Africano foi através das missões religiosas empreendidas pelos alemães, no sul de Angola. Inicialmente, essas missões foram instaladas com a permissão das autoridades portuguesas, o que Carlos Roma Machado alegou ter sido o grande erro português. O problema estava na relação próxima entre os missionários e autoridades alemãs, com os sobas do Cuanhama. Para Machado, antes da chegada das missões, os sobas mantinham uma boa relação com os portugueses, especialmente Eyuolo e Nandi, permitindo inclusive o estabelecimento de casas comerciais em Onghiva. Com a morte dos sobas aliados e a ascensão do soba Mandume, que como foi visto, havia sido educado em uma missão alemã, as relações locais sofreram algumas mudanças.²⁷⁹

²⁷⁹ MACHADO, Carlos Roma. A região Cuamato-Cuanhama celeiro do planalto. Sua questão indígena e relação com a Fronteira sul de Angola. Repovoação e cultura. In: **Boletim Geral das Colônias**. 19(3). Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1927, p. 77.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a consequente perda do domínio alemão na África, as autoridades portuguesas tomaram a iniciativa de fechar as igrejas protestantes das missões de Ompanda, Matemba e Namacunde, o que gerou o descontentamento dos sobas da região. Em resposta a ação portuguesa, as autoridades da Damaralândia ergueram novas igrejas no Mafo, ao sul de Namacunde e na zona neutra. Neste caso, após anos de catequização, os missionários responsáveis pelos ensinamentos religiosos eram os próprios grupos locais, que ao migrarem para o sul, levaram milhares de conterrâneos Cuanhamas²⁸⁰.

Outro fator que colaborou para a emigração de pessoas para o outro lado da fronteira foi a obrigatoriedade de prestação de serviços para as autoridades portuguesas, quase sempre acompanhada da falta de pagamento. Desde os primeiros anos da pacificação, convencionou-se empregar os nativos em trabalhos de obras públicas, tais como aberturas de estradas, atribuindo a eles uma remuneração baixa ou nenhum pagamento²⁸¹.

Ernesto Machado é taxativo ao discordar da postura adotada pelas autoridades portuguesas no que concerne ao tratamento dispensado a essas pessoas:

Essa má política é completada pela falta de pagamento aos negros que ás suas terras nós vamos arrancar para o trabalho. O trabalho forçado sem remuneração incomoda altamente o preto. Deve-se aos cuanhamas muitos milhares de escudos de salários por pagar desde Março de 1924. Pede-se-lhes o imposto e eles respondem que se lhes pague os salários em dívida, a fim de poderem satisfazer a importância d'esse imposto. E se não pagam procede-se contra eles. Bonita política h'uma região contigua á fronteira litigiosa. Faltam-me as palavras...²⁸²

O descontentamento de Ernesto Machado não está relacionado a uma compaixão para com a situação colonial imposta, mas sim com os

²⁸⁰ Ibidem p. 78.

²⁸¹ MACHADO, Ernesto. Relatório da minha missão especial no sul de Angola em janeiro-fevereiro de 1925^a, p. 29. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

²⁸² Ibidem.

resultados dessas ações, que iam de encontro com as ações empreendidas no Sudoeste Africano, em que eram fornecidas melhores oportunidades de emprego. A necessidade de mão-de-obra nas minas de Otawi fez com que as autoridades mandatárias do Sudoeste Africano sentissem a necessidade de atrair trabalhadores, oferecendo-lhes salários razoáveis, menores cobranças de impostos, além de uma política que discursava contra as ações praticadas do lado angolano.

Nesse momento, a maior incidência de migrações é de homens jovens, motivados justamente pela remuneração oferecida nas minas do Sudoeste Africano, onde se trabalhava menos do que do outro lado da fronteira, mas recebia-se mais. Se comparar os valores pagos para os trabalhadores em Angola e nas regiões de Tsumeb e Omaruru (no Sudoeste) identifica-se que no primeiro, o trabalhador ganha entre 1/9 e 1/6 do que lhe é pago do outro lado da fronteira. “Cuanhama que regresse da Damara apresenta-se completamente vestido, traz em geral uma mala de folha cheia de roupa e bugigangas, e as mais das vezes faz-se acompanhar d’um cavalo, ou duas vacas, sua maior ambição”²⁸³

Além do pagamento em espécie, era comum que a remuneração fosse dada através de fornecimento de armas e cavalos, suscitando o medo das autoridades portuguesas, que temiam um levante dos nativos em direção ao sul de Angola.

Tanto os agentes das minas como especialmente o agente dos negócios indígenas da Donga retribuem em parte o trabalho dos Quanhama das minas e outros serviços com armas algumas de repetição e cavalos especialmente o tenente Hann referido agente e que tem um terrível cadastro contra nós com bastantes mortes dos nossos pretos, o que seria longo referir, mas já por vários artigos tenho indicado; é conhecido que este ultimo manda vir cavalos do sul que vende diretamente aos pretos e de forma tal que pode se diser que não há um preto homem dos que fugiram do nosso território que não tenha o seu cavalo e a sua arma. Todos elles pensam no dia da

²⁸³ MACHADO, Ernesto. Relatório da minha missão no sul de Angola em julho-outubro de 1925b, p. 51. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

vigância e tem-nos grande ódio ineitados pelos brancos nossos visinhos²⁸⁴

Importante ressaltar que, assim como a preocupação do coronel Machado não era fruto de sua benevolência, a política de atração empregada pelas autoridades do Sudoeste Africano também não o eram. Identifica-se apenas que foi adotada uma política mais organizada, com vistas a atrair mão-de-obra, suprir a necessidade local, mas com o consentimento e satisfação dos nativos. Isto denota que ao contrário das autoridades portuguesas, as autoridades sul-africanas estavam cientes da liberdade de ir e vir a qual os nativos se apropriaram, fazendo assim com que suas ações fossem mais estudadas e ambiciosas.

Logicamente, é preciso levar em consideração que as informações acima expostas partem exclusivamente dos relatos de dois coronéis portugueses, porém, suas posições de crítica ao seu próprio governo e suas considerações sobre a situação local, que por sinal não era nada favorável aos interesses portugueses e eram consequências de erros promovidos pelos próprios portugueses, faz-nos crer que a situação real era bastante próxima dos relatos.

Carlos Roma Machado também chamava atenção para o considerável número de pessoas cruzando a fronteira. Se considerar a fronteira política construída no Cuanhama, se observará que apenas ¼ do Cuanhama ficou dentro do território do Sudoeste Africano, ou seja, mais da metade do território estaria dentro dos domínios portugueses²⁸⁵. Apesar disso, em meados da década de 1920, do total pertencente a este grupo, apenas 1/3 habitava a parte angolana do Cuanhama, sendo que antes da Grande Guerra e, portanto, antes da guerra colonial, a região do Cuamato e Cuanhama era habitada por mais de 80.000 pessoas²⁸⁶.

Além de questões pessoais, outro motivador para a migração era seguir seus líderes locais, quando estes optavam por cruzar a fronteira, como foi o caso de Calinaxo, soba da Donga, localizada no Cuanhama. Calinaxo subiu ao poder após a morte de sua mãe, a rainha Anhaca, em 1924. Vale ressaltar que nesse período, a escolha do novo soba estava atrelada a concordância das autoridades portuguesas, que deveriam dar o seu aval à escolha do grupo. Pelo fato de Anhaca possuir boas relações

²⁸⁴ MACHADO, Carlos Roma. Correspondência para o Ministro das Colônias. Fronteira Sul de Angola – Desvio das águas do Rio Cunene. [s/d], p. 3. Arquivo Histórico Ultramarino. MU/DGAPC/1H/1180.

²⁸⁵ Ibidem.

²⁸⁶ MACHADO, Carlos Roma. Op Cit, 1927, p. 77.

com os portugueses, a fuga de Calinaxo para o Sudoeste Africano poucos meses após assumir o poder foi uma surpresa para as autoridades oficiais.

A escolha da rainha por um dos lados traz consigo algumas implicações de efeito moral visto que o poder das autoridades coloniais ficaria estremeado. Uma vez que se a sua soba não se submete a tal autoridade, por que seus súditos o fariam? Outro ponto relevante é que, uma vez estabelecida no novo território, seu filho e futuro soba dos Cuanhamas, passaria a ser educado do outro lado da fronteira, tal como havia ocorrido com Mandume. E, por fim, e ainda mais prejudicial, a partida de um líder local implicava na transferência de um número considerável de seguidores. No caso de Calinaxo, por exemplo, deslocaram-se para o sul junto com ela, cerca de trezentas pessoas e três mil cabeças de gado.

Estranhamente, no dia 22 de abril de 1926, portanto no ano seguinte ao relato desse acontecimento pelo coronel Machado, o jornal português *Diário de Lisboa*, de 22 de abril de 1926, publicou uma reportagem a respeito das ameaças que a zona neutra causava, como o despovoamento do sul de Angola. Nessa mesma reportagem, uma nota final faz referência à morte da rainha Anhaca, anunciando que sua filha mais nova, Calinaxo, havia assumido o poder, a quem o jornal fez votos de “[...] que a jovem princesa continue as gloriosas tradições de sua mãe.”²⁸⁷ Demonstrando assim a importância do poder exercido por Calinaxo para os portugueses, porém, denotando também a falta de informação obtida em Portugal sobre os acontecimentos em Angola.

O caso de Calinaxo não foi um caso isolado na história,

Outros chefes tradicionaes teem fugido para o Sudoeste nos últimos tempos, lembrando-se de Ahita, Chinedino, dois do Chiéde com uns duzentos homens, etc. pode dizer-se que hoje desapareceram do Cuanhama os chefes tradicionaes, havendo os chefes impostos por nós a quem os indígenas não obedecem.²⁸⁸

²⁸⁷ A delimitação do sul de Angola: uma questão muito delicada que a missão portuguesa deve estudar e resolver. *Diário de Lisboa*, 22 de abril de 1926. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

²⁸⁸ MACHADO, Ernesto. Relatório da minha missão no sul de Angola em julho-outubro de 1925b, p. 48. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul

É importante constatar que a atuação dos grupos locais no contexto da definição da fronteira não apenas foi ignorado durante os debates para a concretização dos acordos, mas também pela bibliografia referente a esse tema. Raramente se encontram referências a esse problema nos estudos que tratam das primeiras décadas do século XX. Apesar disso, o tema é de suma importância, visto que aponta para uma característica que, igualmente, costuma ser ignorada, que é a necessidade de adequação das ações políticas e sociais das autoridades portuguesas às exigências dos grupos locais, que possuíam como forma de barganha a ameaça da migração.

Essa adequação obrigou as autoridades coloniais a repensarem sua organização e formas de administrar a região. Não raramente se encontram relatórios de oficiais portugueses que apontavam algumas mudanças que deveriam ser adotadas para a região. Em seu relatório de Fevereiro de 1925, Ernesto Machado discute a necessidade de se empregar uma política que ele chama de assimilação por endosmose. Ou seja, em vez de se tentar praticar uma política de assimilação integral, na qual os nativos deveriam aderir à cultura, às regras sociais, entre outros elementos político-sociais do colonizador (que se vinha praticando até então), deveria ser empregado um processo lento. A assimilação por endosmose “(...) não visa a transformar prontamente os pretos, mas a modifica-los por infiltração lenta nos seus rythmos intelectuais, econômicos e moraes”²⁸⁹ segundo o autor, essa política vinha sendo praticada pelos sul-africanos e alemães no Sudoeste Africano.

Com ações mais práticas, Carlos Roma Machado sugere suspender imediatamente a cobrança de impostos de palhotas, prática não realizada no Sudoeste Africano e utilizado como forma de atração dessas pessoas²⁹⁰. Além disso, enfatiza a importância de se manter os mesmos representantes das autoridades portuguesas na região, independente das mudanças políticas realizadas em Portugal. Para ele, o processo de atração de pessoas pode ser lento, e por isso, deverá manter

de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

²⁸⁹ MACHADO, Ernesto. Relatório da minha missão especial no sul de Angola em janeiro-fevereiro de 1925^a, p. 38. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

²⁹⁰ MACHADO, Carlos Roma. Op. Cit, 1927, p. 81.

uma administração coesa durante algum tempo, passando assim segurança aos cuanhamas e cuamatós.²⁹¹

Na altura das observações de Carlos Machado, em 1927, o percalço com relação à fronteira sul já havia sido totalmente solucionado com a assinatura do tratado de 1926. Porém, este acordo firmado entre os mandatários não teve muito significado no dia-a-dia dos nativos da região, que permaneciam migrando de um lado ao outro. Ao fim do seu artigo, Carlos Roma Machado²⁹² conclui que acredita que nenhum dos esforços citados seria suficiente para frear a emigração da região, visto que seriam ações que levariam algum tempo para serem concluídas. Assim, sugere que diante do despovoamento eminente do Ovambo angolano, sejam promovidas políticas de povoamento com nativos do planalto, como do Bié, por exemplo.

Simultaneamente a esta política de atração empreendida em direção ao Sudoeste Africano, teve início a elaboração dos projetos voltados para utilização das águas do Cunene, com o intuito de amenizar o problema da seca na Damaralândia, mais precisamente no deserto do Kalahari e, conseqüentemente, facilitar o estabelecimento de pessoas na região. O projeto que mais destaque teve foi o projeto desenvolvido pelo meteorologista e geógrafo alemão, Dr. Schwarz.

O projeto consistia em promover o desvio das águas do Cunene e foi apresentado pela primeira vez no jornal de Johannesburg, *Star*, em 31 de janeiro de 1918. No mesmo ano, a publicação lhe gerou uma comunicação realizada no congresso da *South African Association for the Advancement of Science*. Por fim, Schwarz começou a ganhar destaque na imprensa europeia com o lançamento do livro *The Kalahari or Thirstland Redemption*.

O projeto era audacioso, pensava-se em desviar para o norte do Sudoeste Africano as águas de três rios: Cunene, Cubango e Cuando. As águas desviadas seriam direcionadas para a lagoa Etocha, o lago Ngami e o Macaricari, onde seriam formadas planícies de inundações. Isto porque, acreditava-se que

[...] uma das causas da aridez do centro de Africa, provém da captação das aguas da região central, pela acção erosiva das ribeiras costeiras. O facies principal da Africa é o de uma massa de terra central de certa altitude, com flancos áridos e

²⁹¹ Ibidem, p. 79.

²⁹² Ibidem, p. 82.

abruptos, d'ahi os rios interiores serem lentos, e os costeiros rápidos, e eroerem estes activamente o domínio dos rios interiores, captando as suas aguas e tornando a região central árida.²⁹³

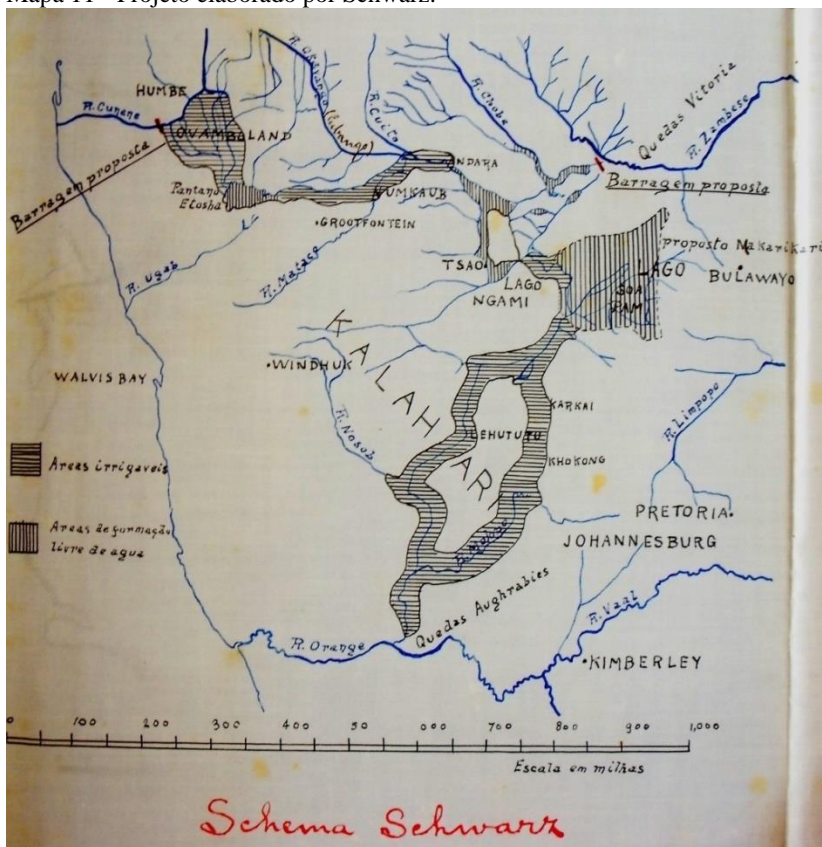
Para o caso do Cunene a sugestão era de que fosse construída uma barragem a 40 pés de altura a montante das cataratas, no local que pode ser observado no mapa 11, assinalado em vermelho. A partir de então, a água desviada para a Ovambolândia originaria uma nova planície de inundação, representado pelas linhas horizontais. A sequência dos acontecimentos traria uma transformação significativa no ciclo de chuvas da região.

Isto deveria ocorrer porque primeiro as águas seriam absorvidas pelo solo, criando um novo cenário, mais úmido e, conseqüentemente, transformaria a Ovambolândia em uma região fértil. O excesso de água que não fosse absorvido seria direcionado para o lago Etosha (representado em linhas verticais). Quando o nível do lago atingisse 20 pés, a água alcançaria o rio Cubango e o lago Ngami. A quantidade significativa de água provocaria um aumento na evaporação e, conseqüentemente, aumentaria a frequência de chuvas na Ovambolândia e Damaralândia. E, por fim, quanto maior a quantidade de chuva, maior a vazão de água do Cunene e o ciclo recomeçaria (mapa 11).²⁹⁴

²⁹³ MAIA, Carlos Roma Machado de Faria e. **O sul de Angola e as águas do Rio Cunene**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922, p. 3.

²⁹⁴ Ibidem, p. 3.

Mapa 11 - Projeto elaborado por Schwarz.



Fonte: Relatório de uma missão especial ao sul de Angola por Coronel Ernesto Machado. Ministério das colônias. Direcção Geral das Colônias do Ocidente. Repartição de Angola e S. Tomé. Processo nº 265-E. 1925. Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa

Segundo os cálculos apresentados no livro do Schwarz, o desvio dos três rios direcionados para a mulola Etaca, provocaria um fluxo de setenta bilhões de metros cúbicos de água para a região. Sendo assim, no ano seguinte se teria esse valor somado ao fluxo de chuvas que seria provocado pela evaporação das águas na região e assim sucessivamente, somando-se ainda o aumento do caudal dos rios que se estimava ser de

10% ao ano. Por fim, após o sexto ano, o fluxo que até então era de setenta milhões, passaria a 4840 bilhões de metros cúbicos.²⁹⁵

A comprovação científica desse projeto baseava-se na ideia do leito primitivo do Cunene e do Cuando. Alegava-se que alguns milênios antes, os rios em questão, juntamente com o Zambeze e o Cubango, corriam através da mulola Etaca em direção ao lago Etosha. Desta forma, o Kalahari era uma região pantanosa e altamente produtiva. Devido à quantidade de água, a região possuía um regime de chuvas permanente, que em nada lembra a seca que se assolou na região nos séculos seguintes.²⁹⁶

Em virtude do acúmulo de nateiro trazido pelas inundações ao longo dos anos, as águas dos rios começaram a ter dificuldade de se dirigir ao sul, diminuindo gradativamente a quantidade de água no Kalahari. Por fim, em decorrência da elevação da margem esquerda do Cunene, sua foz passou a ser no Oceano Atlântico. Acredita-se ainda que esta elevação tenha provocado o desenvolvimento das famosas cataratas do Cunene.²⁹⁷

Embora os acordos sobre a utilização das águas do rio Cunene tenham sido aceitos pelas autoridades portuguesas, o projeto de Schwarz enfrentou críticas ferrenhas tanto das autoridades, quanto de cientistas e da própria imprensa portuguesa. Isto aponta para o fato de que o acordo de utilização só foi aceito porque se transformou em moeda de troca para que os sul-africanos aceitassem estabelecer a fronteira na posição solicitada pelo império português. Segundo correspondência de Gago Coutinho, chefe da Direção dos Serviços Diplomáticos, Geográficos e de Marinha, em 22 de julho de 1920,

Para tentar forçar o Governo Portuguez a aceitar a proposta apresentada, o Comissário Inglez faz depender, a delimitação da fronteira e a escolha do ponto de partida, da solução que fôr dada à sua proposta, continuando até resolução, a zona

²⁹⁵ FEIO, Mariano. O plano de Schwarz e o aproveitamento do rio Cunene. In: **Geographica**: Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa. A. 1, nº 4 (out. 1965), p. 84.

²⁹⁶ MAIA, Carlos Roma Machado de Faria e. A modificação geofísica da peneplanície do Owampo ou a invasão do Vale do Cunene-Canhama pelo deserto do Calaári. **A Terra**: Revista Portuguesa de Geofísica. N. 23, Coimbra, Março de 1936. P. 2 e 3.

²⁹⁷ *Ibidem*. P. 6.

neutra, conforme está, e a demarcação só será feita depois de resolvido este assunto.²⁹⁸

E, de fato, o maior interesse da União Sul Africana em resolver o problema da delimitação da fronteira era poder utilizar as águas do rio, na esperança da efetiva concretização do projeto que Schwarz vinha desenvolvendo. O interesse era tanto, que segundo o relatório de Ernesto Machado, quando as missões portuguesa e inglesa se encontraram no Ruacaná para a assinatura do acordo de 1920, a única demarcação feita pelo engenheiro hidrografo Mr. Kanthack foi um triângulo na margem esquerda do Cunene, local onde se encontra a grande catarata, onde existia maior potencial para se fazer o desvio.²⁹⁹

Dentre as críticas feitas pelos geógrafos, geólogos e engenheiro portugueses, a única informação que não foi questionada foi o desvio primitivo do rio. Mariano Feio, embora tenha apresentado ferrenhas críticas ao estudo de Schwarz, ao qual chamou de “[...] livro fantasista, ficção enroupada em conhecimentos científicos [...]”³⁰⁰ concordou com a tese do desvio. Segundo ele, o rio Cunene, assim como o Cuando, havia sofrido captura por drenagem para o Atlântico, enquanto o segundo havia sido capturado para o Zambeze.

Atualmente, ainda é consenso entre os geólogos que o rio de fato corria em direção ao lago Etosha e que o desvio para o oceano Atlântico ocorreu a cerca de 30 mil anos, o que seria, em termos geológicos, um período recente, transformando o Cunene no rio africano que sofreu desvio mais recentemente. Dentre os elementos que apontam para esse desvio está, por exemplo, o perfil do rio nitidamente maduro até a região do Cafu e tornando-se jovem a partir desse ponto, além das linhas de água mal definidas em direção ao Etosha, que pode sinalizar para o antigo curso do rio.³⁰¹

²⁹⁸ Correspondência do Ministério das Colônias, 22 de julho de 1920. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

²⁹⁹ Relatório de uma missão especial ao sul de Angola por Coronel Ernesto Machado. Ministério das colônias. Direcção Geral das Colônias do Ocidente. Repartição de Angola e S. Tomé. Processo nº 265-E. 1925. Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, p. 8

³⁰⁰ FEIO, Mariano. Op. Cit. p. 83.

³⁰¹ FERNANDES, A.; RIBEIRO, C. O desvio recente do Rio Cunene (sul de Angola) para o mar. In: **Memórias e Notícias**, nº 3 (nova série), 2008. Coimbra, p. 187.

Porém, com exceção dessa questão, todos os demais argumentos de Schwarz foram questionados pelos portugueses. O coronel Ernesto Machado que era contemporâneo de Schwarz apresentou alguns argumentos para defender a inviabilidade do projeto. Cabe ressaltar aqui, que Machado não possuía qualquer conhecimento técnico, ainda assim, posicionou-se contrário ao projeto, visto que de acordo com ele, o solo da região é de areia siliciosa, o que lhe dá uma característica de ser muito permeável. Em pouco tempo, as águas da chuva se infiltrariam no terreno e em poucas semanas este já se encontraria seco novamente, “sem tempo para grandes aumentos de evaporação, que possam dar em resultado a saturação necessária para a precipitação da chuva.”³⁰² Além disso, o Cunene costuma passar por períodos de seca de 4 em 4 anos. E, por fim,

A água do Cunene não chegaria á região da Etocha senão durante as inundações, o que já agora acontece por transbordo através da Hinga, Cuamato e Cuanhama, por onde segue principalmente pelas chanas Chimbele a norte do Café e Etaca a norte e perto do rápido de Cazombu. Nunca as aguas do Cunene chegariam à Etocha em cerca de 5 mezes do anno, por não serem em quantidade suficiente para saírem do curso do Cunene e se não perderem por evaporação, atravessando as areias sobreaquecidas, antes de lá chegarem.³⁰³

Apesar de discordar, Ernesto resalta que o livro de Schwarz se torna notável pelo conhecimento apresentado pelo geógrafo. Completando ainda que a maior ameaça do livro está em seu poder de persuasão e sua boa apresentação da questão. A estrutura da obra foi montada com vistas a impressionar, através de gravuras de muitos esqueletos humanos no Ovambo de pessoas que morreram de fome em virtude da seca da região.³⁰⁴ Não foi à toa que o projeto apresentado se

³⁰² Relatório de uma missão especial ao sul de Angola por Coronel Ernesto Machado. Ministério das colônias. Direcção Geral das Colônias do Ocidente. Repartição de Angola e S. Tomé. Processo nº 265–E. 1925. Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, p 13.

³⁰³ Ibidem, p. 13.

³⁰⁴ Ibidem, p. 12.

tornou um fenômeno. E não foi à toa também, que o projeto em questão foi o elemento chave para que a União Sul Africana pudesse ter acesso às águas do Cunene.

O próprio chefe da delimitação inglesa, Mr. Kanthack também se mostrou contrário à proposta do desvio alegando que a mesma era apenas aceitável do ponto de vista metodológico, mas não era exequível do ponto de vista prático. Assim como afirmado pelo coronel português, Kanthack acredita que o principal motivo para a seca do solo é o tipo de areia da região, muito permeável. Além de que, ainda que toda água do Cunene fosse desviada em direção à lagoa Etocha, esta sofreria uma elevação do nível de apenas 2 pés (sendo que o necessário era 8 pés). Por fim, o inglês acredita que a única forma de resolver o problema da infertilidade da região não é provocando uma área de inundação, mas sim desviando as águas por canais de irrigação.³⁰⁵

Mariano Feio, que escreveu algumas décadas depois e, por tanto, com acesso a novos dados que não eram conhecidos naquele período, acredita que o maior erro de Schwarz estava em afirmar que a quantidade de evaporação ocorrida na região seria suficiente para promover um aumento significativo no volume de chuvas que iria cair naquele local, como se a quantidade de evaporação fosse o único elemento para ditar a quantidade de chuva, o que não era verdade, já que a pressão atmosférica pode espalhar essa evaporação por outras regiões. Segundo ele, o raciocínio da época era como se

[...] a África do Sul funcionasse como vaso fechado, de modo que toda a humidade já ali existente e toda a que se lhe viesse a juntar (trazida pelos rios que corresse para as suas depressões centrais) não mais dali saísse: evaporava-se, mas voltava a cair como chuva na mesma bacia.³⁰⁶

Apesar de apontar os erros, Feio considera que o ponto positivo deste estudo está no fato de ter colocado em debate os problemas do aproveitamento do curso do Cunene³⁰⁷. Essa colocação faz todo sentido quando se considera que no período em que ele estava escrevendo (década de 1950), havia um número significativo de pesquisas que

³⁰⁵ MAIA, Carlos Roma Machado de Faria, op. Cit, 1922, p. 5.

³⁰⁶ FEIO. Mariano. Op. Cit. p. 89.

³⁰⁷ Ibidem, p. 91.

visavam à exploração dos recursos hídricos do Cunene, que como será visto no último capítulo, movimentou a política do Estado Novo durante muitos anos e promoveu obras significativas na região. Importante ressaltar, no entanto, que embora muitos projetos de barragens tenham sido desenvolvidos, inclusive com a construção da barragem no Ruacaná, o projeto, aos moldes propostos por Schwarz não foi realizado, nem sequer discutido, o que comprova que a exequibilidade do projeto era nula.

Enquanto relatórios de militares instalados na zona neutra iam chegando a Lisboa e cientistas iam publicando artigos para revistas portuguesas tratando do projeto de desvio das águas, os jornais lisboetas também dedicavam espaço para críticas à ambição sul-africana. Com o título de “A Zona Neutra do Sul de Angola: os nossos incontestáveis direitos á posse integral das cataratas e rápidos do Sul de Angola serão outra vez postergados?”, o jornal *Diário de Notícias* de 12 de outubro de 1921, apresenta um histórico da ocupação dos portugueses na região sul, desde 1500, a fim de reforçar seus “direitos históricos” sobre a região.³⁰⁸

Além desta notícia, diversas outras com títulos que exaltavam a obra da colonização portuguesa, como “A obra colonial dos portugueses: a justificação dos nossos processos coloniais baseia-se em factos insofismáveis – Ouçam-se os que mais têm trabalhado no Sul de Angola e provar-se-á a deslealdade dos que pretendem contrariar os direitos dos portugueses”³⁰⁹, circulavam por Lisboa. O conteúdo das notícias, via de regra, não se alterava, as notas eram feitas com o propósito de reforçar o “direito histórico” português sobre Angola, sendo, vez ou outra, alimentado por entrevistas de militares e políticos que haviam atuado na região e estavam de volta a Lisboa, reiterando o mesmo argumento.

Em contraposição, os jornais publicados tanto na União Sul Africana quanto no Sudoeste Africano abordavam o tema de forma muito diferente. Em vez de defender seu direito sobre as águas do

³⁰⁸ A Zona Neutra do Sul de Angola: os nossos incontestáveis direitos á posse integral das cataratas e rápidos do Sul de Angola serão outra vez postergados?. **Diário de Notícias**. 12 de outubro de 1921, capa.

³⁰⁹ A obra colonial dos portugueses: a justificação dos nossos processos coloniais baseia-se em factos insofismáveis – Ouçam-se os que mais têm trabalhado no Sul de Angola e provar-se-á a deslealdade dos que pretendem contrariar os direitos dos portugueses, [s/d]. Arquivo Histórico Diplomático, Limites do Sul de Angola. Relações com a África do Sul. Convénio com a União, 1926/1929. cota 3º piso, Armário 9, Maço 23.

Cunene com argumentos frágeis como o direito histórico, os sul-africanos adotaram o discurso da fome para atrair atenção para a necessidade de controlar os recursos hídricos da região. Como pode ser observado na matéria “*The Angola Boundary Dispute*”³¹⁰, veiculada no jornal *Rand Daily Mail*, de 07 de maio de 1926 em Johannesburg. Com uma reportagem ampla, o jornal apresenta as características do rio, os debates sobre a zona neutra e os problemas por quais os nativos passam, problemas estes que seriam amenizados com os projetos para a região.

It must not be forgotten that almost six years have elapsed since the yet unpublished Boundary Agreement was signed at the Great Ruacana Falls, within sound of the rushing river. And it is, indeed, pitiable to reflect that the most industrious race of aborigines in that vast desert country – the Ovambos – as well as many other tribes, are today eking out a precarious existence, frequently faced with famine, and often in dire distress, mainly due to the silting up of their old Oshanas, which were formerly well-watered river channels, and which even now might be restored as great natural canals by irrigation Works of a simple, inexpensive and comprehensive character.³¹¹

Claramente há uma considerável diferença nas abordagens feitas pelos jornais de Portugal e da União Sul Africana/Sudoeste Africano e que refletem o tratamento que os governos dos dois países dão para a questão das águas do Cunene. Enquanto este último se dedica a elaborar projetos para aproveitamento hidráulico e que são divulgados na mídia, as autoridades portuguesas demoraram muito tempo para que projetos fossem efetivamente realizados. Durante todo o período de debate sobre a fronteira e os primeiros acordos sobre o uso das águas, nenhum projeto

³¹⁰ *The Angola Boundary Dispute*. *Rand Daily Mail*, 07 de maio de 1926. Arquivo Histórico Diplomático, Limites do Sul de Angola. Relações com a África do Sul. Convénio com a União, 1926/1929. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 23.

³¹¹ *The Angola Boundary Dispute*. *Rand Daily Mail*, 07 de maio de 1926. Arquivo Histórico Diplomático, Limites do Sul de Angola. Relações com a África do Sul. Convénio com a União, 1926/1929. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 23.

foi elaborado para suprir os problemas de seca que também assolavam a parte angolana da Ovambolândia. Da mesma forma, os jornais, com a clara ausência de uma argumentação coerente, seguem repetindo o discurso do “direito histórico”, visto que simplesmente não há nenhum outro argumento que reitere a importância da região para o império português.

Importante ressaltar, no entanto, que a análise aqui não se trata de apontar benfeitorias ou descuidos por parte dos mandatários de ambas as regiões, mesmo porque, embora utilize um discurso benevolente, as autoridades sul-africanas não estavam interessadas em saciar a fome dos nativos da Ovambolândia, mas sim reiterar seu poder na região, atrair pessoas e assim produzir divisas para a União Sul Africana. Porém, há que se observar que os sul-africanos se deram conta das potencialidades do rio Cunene, muito antes dos portugueses, visto que estes levaram mais de meio século para efetivamente utilizarem esses recursos em prol do desenvolvimento colonial e assegurando a ele uma função no colonialismo português a mais do que uma função diplomática.

Ao fim da elaboração do projeto de Schwarz, a utilização dos recursos hídricos entrou para o acordo de 1926. No próprio texto introdutório do acordo, são feitas algumas considerações que deveriam justificar as cláusulas do acordo, dentre elas, uma que aponta que a justificativa para o compartilhamento das águas em um trecho que a princípio ficaria dentro do território angolano, onde se manifesta que,

Considerando que o Governo da República Portuguesa é conhecido o facto de que, desde tempos imemoriais, partes do Ovampo atualmente fazendo parte do Territorio Mandatado do Sudoeste de Africa, eram periodicamente inundadas pelas águas das cheias do Rio Cunene, que saham para fora das suas margens em vários pontos do Territorio Portugues³¹²;

Adotando o discurso da benevolência, segue dizendo que “[...] que é essencial para a saúde e bem estar das tribos indígenas do Ovampo, senão para a sua própria existência, assegurar que estes canaes

³¹² Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da União da África do Sul para regular o uso da água do Rio Cunene, produzir energia hidráulica, inundação e irrigação no território mandatado do Sudoeste da África. Arquivo das Fronteiras do Ultramar, C. Cartografia, cx azul 02, sobre 19.

naturaes sejam e se mantenham abertos”³¹³. E assim, “[...] o Governo da República Portuguesa, por motivos de humanidade, concorda em permitir, so certas condições o desvio das águas do Rio Cunene, para beneficio do Território Mandatado³¹⁴.”

Portanto, de uma forma mais astuta que as autoridades alemãs, os sul-africanos identificaram nas águas do Cunene a moeda de troca ideal para saírem beneficiados do debatido acordo, sem causar desconforto entre as nações envolvidas. Porém, nos anos que se seguiram a assinatura do acordo, nenhuma barragem foi feita com vistas a desviar as águas do rio. Após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, começam a ser desenvolvidos novos projetos de aproveitamento hidráulico do Cunene, surgindo a necessidade de um novo acordo, tornando aquele de 1926 obsoleto. Como será visto no próximo capítulo, é só a partir deste momento que as águas passam a ser, de fato, divididas entre as duas regiões.

No que concerne à funcionalidade da fronteira para os grupos locais, percebe-se que embora a linha traçada pelo governo colonial tenha permanecido a fronteira política de Angola após a independência, ela se mantém até os dias de hoje como uma fronteira de certa forma fictícia. Um grande exemplo é o documentário produzido pelo ISCTE, do Instituto Universitário de Lisboa, em que, com o título de *Esta fronteira não existe*³¹⁵, apresenta-se a realidade desses povos que habitam hoje a fronteira, alegando que fisicamente, em muitas partes, a fronteira não é encontrada, fazendo com que as pessoas não saibam se estão dentro do território angolano ou na Namíbia. Além disso, ressalta-se que há uma manutenção da cultura e da identidade Ovambo comum às pessoas dos dois lados da fronteira, utilizando como exemplo o dia 6 de fevereiro, dia em que Mandume morreu, dia em que cuanhamas de ambos os lados da fronteira prestam suas homenagens ao último soba Cuanhama.

Apesar das questões aqui abordadas, a enfim delimitação da fronteira sul de Angola proporcionou ao governo português a oportunidade de estabelecer novas ações políticas na região. Esse período coincidiu com um momento de relevantes mudanças, como a Segunda Guerra Mundial, o advento do Estado Novo e o governo Salazar, além de toda conjuntura mundial pós-guerra, que fez com que o

³¹³ Ibidem.

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ RODRIGUES, Cristina. *Esta Fronteira Não Existe (This Border Does Not Exist)*. Portugal, 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10071/3029>>.

governo português tivesse que adotar um novo discurso, no qual o rio Cunene possuía um papel de suma importância.

Capítulo 4 – O aproveitamento hidráulico da bacia do Cunene e o Estado Novo

Os anos que se sucederam a ocupação efetiva do sul de Angola pelas autoridades portuguesas e o fim do impasse diplomático com a União Sul-Africana, com o acordo de 1926, foram marcados por novas questões, suscitadas por uma nova conjuntura política, social e econômica. A partir da década de 1930, Portugal entrava no período conhecido como Estado Novo, liderado pelo então presidente do Conselho dos Ministros, António Oliveira Salazar.

No âmbito mundial, este período foi marcado por mudanças ainda mais significativas. Nas décadas de 1930 e 1940, o mundo conheceu os horrores da Segunda Guerra Mundial, que embora tenha ocorrido com mais voracidade no continente europeu, também envolveu diversos países por todo mundo. Os reflexos da guerra se fizeram sentir nas décadas seguintes, com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a guerra fria, polarizando o mundo em dois blocos distintos.

Todas estas mudanças foram refletidas nas colônias portuguesas. As estruturas políticas do colonialismo se mantiveram no pós-guerra, porém, era inegável que precisariam de novos elementos e justificativas para se manterem vivas em um mundo que ensaiava os primeiros passos para a descolonização. E assim, durante os quarenta anos que separaram a ascensão do salazarismo e a queda do colonialismo em Angola, muitas mudanças foram efetuadas, no âmbito dos discursos e das ações.

E, como será visto nesse capítulo, o rio Cunene que por tantas décadas se manteve em debate no sul de Angola, assim permaneceu, se tornando expoente da nova propaganda colonial. A partir daquele momento, as colônias portuguesas já não mais tinham essa denominação, mas sim passam a atender pelo nome de “províncias ultramarinas”. Em virtude de tantas mudanças conjunturais ocorridas nesse período, esse capítulo apresenta uma maior contextualização, se comparado aos demais.

4.1 Rio Cunene no Estado Novo e o povoamento branco da bacia do Cunene

A formação do Estado Novo em Portugal e os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial foram fatores importantes na constituição das questões políticas e sociais que ditaram os acontecimentos nas últimas décadas de colonialismo em Angola. Como puderam ser observadas até o momento, as mudanças políticas ocorridas ao longo dos anos estavam imbricadas em questões ambientais promovendo assim uma interferência mútua.

Uma vez enraizado o poder colonial no sul de Angola e com a finalização aparente dos acordos de delimitação da fronteira sul e dos usos das águas do Cunene, o governo colonial dá início a um novo projeto que visava estabelecer povoamentos nas margens da bacia do Cunene, de preferência com a presença de colonos europeus. A ideia de estabelecer colônias não era uma novidade do Estado Novo, tão pouco uma exclusividade do sul de Angola, porém, ganhou um novo impulso através dos planos elaborados pelo novo governo.

As políticas que visavam o estabelecimento de povoamentos europeus na África foram comuns em várias colônias africanas. Esta prática ocorreu em locais distintos e em períodos diferentes, como por exemplo, os degredados franceses que se estabeleceram na Argélia, especialmente os indesejados políticos ou pessoas com baixas condições financeiras, ou o caso dos colonos britânicos oriundos da Grã-Bretanha e da África do Sul, que migravam para a Rodésia e o Quênia com vistas ao investimento. Em quase todos os casos, no entanto, uma característica foi comum, a separação e discriminação dos nativos. Inclusive entre os imigrantes britânicos vindos da Grã-Bretanha que se consideravam superiores aos imigrantes de origem britânica, mas nascidos na África do Sul.³¹⁶

Em Angola, a introdução de imigrantes brancos nas colônias era uma questão recorrente desde as primeiras décadas do colonialismo português. Projetos defendidos por políticos, militares e pesquisadores eram frequentemente discutidos em fóruns e encontros especializados. O precursor de um projeto colonizador na África portuguesa foi Sá da Bandeira, que defendia a necessidade de se promover a colonização branca, visando entre outras coisas, o desenvolvimento da economia

³¹⁶ CASTELO, Cláudia. **Passagens para África**: O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920 – 1974). Porto: Editora Afrontamentos, 2007, p. 24.

ultramarina, a civilização dos indígenas e o reforço da extensão da soberania portuguesa.³¹⁷

Nas primeiras décadas do século XX, defendia-se que para assegurar uma sociedade e economias coloniais dinâmicas era preciso garantir concessões de terrenos aos grupos que provassem ter condições de aproveitá-los, prevendo inclusive o deslocamento de africanos de suas terras caso estas fossem produtivas, repassando-as aos imigrantes. Discutiu-se a formação de possíveis reservas indígenas para onde seriam deslocados os nativos que fossem tirados de suas terras, a exemplo do que foi feito em territórios da África britânica. Assim, buscava-se ordenar o espaço e os grupos que viveriam nele, organizando até mesmo a distribuição do trabalho, no qual os nativos deveriam servir de mão-de-obra para os imigrantes.³¹⁸

O pensamento de desenvolvimento colonial defendido em Portugal seguia as tendências de outras colônias, como as colônias francesas e britânicas. Após a Primeira Guerra Mundial, os projetos coloniais começaram a promover o que seria uma inserção dos nativos nessa política colonial, através do acesso à terra. Durante o Congresso de Agricultura Colonial, organizado por Chailley-Bert, em 1918, em Paris, discutiu-se novas políticas de acesso à terra nas colônias, baseada no *mise en valeur*, que apontava para uma necessidade de “valorização” da colônia. O debate apontou para o surgimento de um novo grupo de “agricultores indígenas”. Estes teriam acesso à propriedade privada e fariam parte de um planejamento a longo prazo que visava o crescimento da produção agrícola.³¹⁹

O principal representante do pensamento de uma política agrícola em colônias portuguesas foi Norton de Matos, que havia sido governador-geral de Angola entre 1912 e 1915 e entre 1921 e 1924 ocupou o cargo de alto-comissário da República em Angola. Em seus discursos, Norton destaca a importância de se constituir comunidades rurais formadas por imigrantes brancos em Angola, porém, ressalta que estes colonos deveriam ser acostumados com a vida rural em sua terra natal. Assim, defende a fixação de aldeias de agricultores que tenham uma mesma origem geográfica. Alegava a importância de se proibir a

³¹⁷ CASTELO, Cláudia. *Ibidem*, p. 50.

³¹⁸ DIREITO, Barbara. Terra e africanos no pensamento colonial português, c. 1920 – c. 1945. In: **Análise Social**, 213, XLIX (4º), 2014, p. 771.

³¹⁹ *Ibidem*, p. 773.

utilização de mão-de-obra nativa, visto que isto transformaria rapidamente os imigrantes em patrões ou capatazes.³²⁰

Para obter êxito neste quesito era necessário promover a distribuição de terras também aos negros e assim criar uma parcela de agricultores nativos. Porém, esta percepção não indicava a noção de igualdade entre negros e brancos, mas sim um reforço à negação da miscigenação. Para Norton, negros e brancos não se encontravam equiparados do ponto de vista civilizacional, portanto a miscigenação seria um problema. Esta iria ocorrer em algum momento, mas só depois que os negros fossem entendidos como pessoas mais evoluídas.³²¹

Norton de Matos mostrou uma personalidade ambígua em suas ações no que concerne à distribuição de terras e configuração do trabalho rural. Em seu primeiro mandato, defendeu uma política que visava o crescimento da produção de gêneros alimentícios para atender ao mercado europeu e africano. Dentro deste pensamento foi favorável ao trabalho rural em propriedades de nativos, assegurando a estes o registro de posse de terras. Mas, fornecendo sempre as áreas mais ricas e cobiçadas aos colonos brancos.³²²

Já seu segundo mandato foi marcado por um surto de projetos que visavam trazer modernização à colônia. Norton na condição de alto-comissário de Angola passou a controlar as forças militares, as questões financeiras, entre outros. Incentivou a colonização branca e o desenvolvimento de obras públicas, tais como portos, caminhos-de-ferro e estradas. Praticou uma política social controversa, mostrando-se contrário ao trabalho forçado e aos castigos corporais, mas, promulgou uma legislação trabalhista que legalizava a prestação de trabalho obrigatório. Da mesma forma, tentava aumentar a entrada de colonos, porém preconizava o desenvolvimento de negros e brancos de forma separada.³²³

Se a formação de colônias de brancos em Angola gerou discussões intermináveis, a regulamentação do fornecimento de terra para os nativos foi ainda mais discutível. A possível falta de consciência de posse da terra por parte dos nativos foi um dos argumentos utilizados pelas autoridades coloniais para justificar o fornecimento das melhores

³²⁰ CASTELO, Cláudia. Op. Cit, p. 66.

³²¹ Ibidem, p. 68

³²² MARQUES, A.H. de Oliveira (org). **Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Africano (1890 – 1930)**. Lisboa: Editora Estampa, 2001, p. 285.

³²³ Ibidem, p. 286.

terras para os colonos brancos. O Inspetor Geral da Administração Colonial, José Silvestre Ferreira Bossa, associa a falta de noção de propriedade imobiliária a um atraso civilizacional, comparando os nativos aos europeus primitivos.

Por muitos casos observados, é nossa opinião que a generalidade dos indígenas não tem a noção de propriedade imobiliária, talvez porque a sua rudimentar inteligência apenas conceba a posse sobre os objetos apreensíveis (*manu capientis*), como sucedeu entre os primitivos povos europeus, ou talvez porque na organização consuetudinária das tribos indígenas todo o direito sobre a terra se confundia com o poder político do chefe, do governante, a quem se pagava o imposto (mussôco), que era simultaneamente um tributo de vassalagem e uma taxa devida pela fixação da residência e ocupação da terra.³²⁴

Em 1919 foi criada a lei de regulamentação à concessão de terrenos do Estado em Angola, com o Decreto nº 5.847-c de 31 de maio de 1919. De acordo com o decreto, haveria áreas de Reservas de terras destinadas exclusivamente para os indígenas, terras estas escolhidas pela própria administração. O acesso à terra, no entanto, não confere ao nativo o título de propriedade. Outra categoria abordada pelo decreto é referente às terras que não estão dentro das reservas, mas que são ocupadas por indígenas:

[...] a todo o indígena é permitido ocupar terrenos incultos e devolutos, onde não recaiam direitos exclusivos da propriedade oficialmente demarcada. [...] Estes terrenos ocupados pelos indígenas, quando nêles haja culturas que os valorizem com carácter permanente, podem ser titulados a favor do indígena ocupante, bastando para tal efeito o seu pedido verbalmente apresentado à autoridade administrativa.³²⁵

³²⁴ BOSSA, José S. Ferreira. O regime de concessão de terras aos indígenas nas colônias de África. In: **Boletim Geral das Colônias**. Ano XI, 1935, vol. 117, p. 6.

³²⁵ *Ibidem*, p. 8.

De acordo com a lei colonial criada pelas autoridades portuguesas, os nativos só passam a ter direito à propriedade da terra com o Decreto nº 16.473, de 6 de fevereiro de 1929, ou seja, dez anos depois.³²⁶ Apesar das mudanças, o que vê, no entanto, são resquícios de uma lei falha que na prática não assegura o direito dos desse grupo, visto que prevê a perda da posse de sua terra caso a família se ausente por um certo tempo ou a deixe sem cultivar. E é com base nestes decretos de lei que se constituem os planejamentos de incentivo a migração branca, em que se utilizam discursos que diminuíam a participação do nativo na produção agrícola colonial, como se fossem dispensáveis economicamente.

Na prática, no entanto, entende-se que o cenário agrícola local era diferente, especialmente nas primeiras décadas do colonialismo, quando ainda persistia uma estrutura econômica independente da ação da metrópole. Além da já conhecida agricultura de subsistência, as plantações de feijão, rícino e milho figuravam como um setor exportador, movimentando o comércio externo e interno. Durante a 1ª Guerra Mundial, a produção dos nativos exportou feijão, açúcar, trigo e milho para Portugal.³²⁷

Até mesmo na região do Baixo Cunene, como foi visto anteriormente, onde a agricultura era inviável, a criação de gado se tornou parte da economia local, com a introdução do gado no circuito comercial, através da permuta com os próprios europeus. Nos trinta primeiros anos do século XX, no entanto, o aumento do poder colonial foi enfraquecendo as estruturas econômicas tradicionais. Um dos fatores foi justamente o deslocamento de nativos para outras regiões, inclusive para serem utilizados como mão-de-obra nas plantações dos colonos europeus ou para os trabalhos forçados em obras públicas.³²⁸

Estas mudanças na estruturação dos grupos nativos geraram alguns conflitos entre estes e os colonos brancos. Segundo Cláudia Castelo, o ponto de maior conflito está na relação entre os nativos que ocupam o topo de seu grupo e os colonos que ocupam a base. Nestes casos, o quesito “raça” se torna mais importante do que a “classe”. Além disso, é comum que os colonos tenham problemas com a administração colonial, por exigirem os melhores terrenos e as regalias que nem

³²⁶ Ibidem, p. 13.

³²⁷ MARQUES, A.H. de Oliveira (org).op. Cit, p. 344.

³²⁸ Ibidem, p. 347.

sempre a administração pode lhes oferecer. Quando o problema é entre colonos e nativos, no entanto, a tendência da administração colonial é defender os colonos em detrimento dos nativos.³²⁹

A partir da década de 1930, as tentativas de implantação de colônias de imigrantes brancos em Angola ganham um novo impulso. Isto se deve, em parte, em função das mudanças políticas ocorridas com a ascensão de António Oliveira Salazar, que entre 1932 e 1968 ocupou o cargo de Primeiro Ministro de Portugal, dando início ao Estado Novo, que se estendeu até 1974. Esta nova fase foi marcada pela necessidade de se reiterar o poder colonial português em África através do discurso da vocação colonial.

Já em 1931, quando ainda ocupava o cargo de Ministro das Finanças, durante uma manifestação do partido União Nacional, Salazar expôs sua ideologia colonial,

Temos por nós, aqui e ao longe, o direito – da ocupação, da conquista, da descoberta, da acção colonizadora, da fazenda e sangue dos portugueses regando a terra por todas as partes do mundo, cultivando solo, desbravando a floresta, comerciando, pacificando, instruindo. É a vontade do povo; é o imperativo da consciência nacional.³³⁰

A posição pró-colonialismo se intensificou após o fim da Segunda Guerra Mundial, contrariando a nova tendência que apoiava o fim do colonialismo. Tendência esta, motivada pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e acompanhada de um surto de independências ocorridas em muitas regiões da África. Neste novo cenário, o colonialismo em Angola que décadas atrás parecia dispensar justificativas para que existisse, passava a ser uma questão que demandava explicações das autoridades portuguesas diante de alguns de seus pares europeus.

Aos poucos, as amarras do colonialismo em África iam se desfazendo, não era mais viável apelar para um discurso discriminatório e de inferioridades destes povos para justificar a necessidade de um governo autoritário sobre os mesmos. Se a intensão das autoridades

³²⁹ CASTELO, Cláudia. op Cit, p. 23.

³³⁰ SALAZAR. **Antologia**: Discursos, entrevistas, artigos, teses, notas e relatórios (1909-1966). Coimbra: Editora Limitada, 1966, p. 265.

portuguesas era manter suas colônias, o discurso deveria ser modificado. O primeiro passo para que isto acontecesse foi a mudança da denominação das colônias, presente em uma revisão constitucional em 1951, que passaram a ser chamadas de províncias ultramarinas. Desta forma, em teoria, as colônias portuguesas na África já não seriam mais subordinadas ao Estado português, mas sim parte integrante deste, porém localizadas no além-mar.

A admissão portuguesa à ONU ocorreu em 14 de dezembro de 1955, dez anos após seu pedido de adesão. Se considerar a posição anticolonial defendida pela ONU, torna-se curioso entender porque Salazar solicitou ser um Estado-membro. Para Bruno Cardoso Reis, a tentativa de adesão estava relacionada à oportunidade de conseguir dentre os demais membros um apoio mínimo indispensável para conseguir manter sua ideologia política, ideologia esta que só poderia se manter no âmbito internacional a partir do convencimento para que algumas nações utilizassem o poder do veto. Além de ter o direito de apelar para o Tribunal Internacional de Justiça, ato realizado um dia após a sua adesão devido a um entrave com os indianos em virtude de sua anexação de Goa.³³¹

Ainda em 1955, Salazar foi questionado formalmente pelo Secretário Geral das Nações Unidas, se Portugal possuía algum território que se enquadrasse no Artº 73º da Carta das Nações Unidas.³³² O artigo em questão se referia aos territórios sem governo próprio. Segundo o artigo,

Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de território cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais

³³¹ REIS, Bruno Cardoso. As primeiras décadas de Portugal nas Nações Unidas. Um Estado pária contra a norma de descolonização. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). **Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais**. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 185.

³³² MARQUES, Silvino Silvério. Salazar e a defesa do Ultramar. In: **Africana**. Nº 7, setembro 1990. Centro de Estudos Africanos. Universidade Portuguesa, p. 160.

estabelecidos na presente Carta, o bem estar dos habitantes desses territórios [...].³³³

O grande empecilho para a política colonial portuguesa é que, de acordo com a Carta, a responsabilidade administrativa sobre estes territórios seria temporária, aliada a uma política que visava desenvolver a capacidade de se auto-governar destes povos. Esse preceito interromperia os planos coloniais, visto que não era intenção das autoridades portuguesas abandonarem suas colônias em algum momento. Sendo assim, a resposta de Salazar ao questionamento da ONU foi negativa, alegando que as terras de além-mar não eram colônias, mas sim parte do território português.

A negativa não foi suficiente. Por muitos anos a posição portuguesa diante do anticolonialismo foi pauta de discussões em reuniões dos membros das Nações Unidas. Em 15 de dezembro de 1960, foi votada pela Assembleia Geral a resolução que estabelecia que o governo português deveria prestar informações sobre suas possessões no ultramar, visto que eram entendidas pela ONU como colônias. A votação teve 68 votos a favor e 6 contra (Espanha, Brasil, França, Bélgica, Portugal e a África do Sul, que como será visto tinha muito interesse em manter relações amigáveis com o governo português).³³⁴

Salazar manteve sua posição diante da solicitação. Baseado no poder de articulação e convencimento que o Primeiro Ministro demonstra em todos os seus discursos, aliado ao extenso período em que ocupou o poder em Portugal, é possível considerar que suas ideologias encontravam eco em grande parte da sociedade portuguesa. Durante as décadas em que se manteve no poder, observa-se a manutenção de um discurso baseado em uma herança portuguesa de dever com o desenvolvimento de outros povos, povos entendidos como inferiores. Entende-se, porém, que este discurso não necessariamente indica sua forma de pensar, tratando-se de um discurso formulado para melhor aceitação pública.

³³³

Carta da ONU, p. 41.

http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf

³³⁴ SALAZAR, António Oliveira. **O pensamento de Salazar**: O Ultramar Português e a ONU. Discurso proferido por sua excelência o presidente do Conselho, Prof. Doutor Oliveira Salazar, na sessão extraordinária da Assembleia Nacional, em 30 de junho de 1961. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1961.

A disseminação desses discursos e, conseqüentemente, do pensamento colonial de Salazar, era promovida por alguns órgãos que possuíam a tarefa de propagandear as ideologias do governo e, assim, influenciar o modo de pensar da população, especialmente no pós-guerra. Um exemplo disto foram as publicações do Secretariado Nacional da Informação, que durante algum tempo publicou uma série denominada *O Pensamento de Salazar*, na qual era divulgado amplamente os discursos proferidos pelo Primeiro Ministro em Assembleias.

A manutenção ideológica do governo pode ser observada nestes discursos proferidos por Salazar. Trinta anos após o discurso feito ainda enquanto ocupava o Ministério das Finanças, as palavras pouco mudaram:

Quando a Nação portuguesa se foi estruturada e estendendo pelos outros continentes, em geral por espaços livres ou desaproveitados, levou consigo e pretendeu imprimir aos povos com quem entrara em contacto conceitos muito diversos dos que mais tarde caracterizaram outras formas de colonização. As populações que não tinham alcançado a noção de pátria, ofereceu-lhes uma; aos que se dispersavam e desentendiam em seus dialectos, punha-lhes ao alcance uma forma superior de expressão – a língua; aos que se digladiavam em mortíferas lutas, assegurava a paz [...] A ideia da superioridade racial não é nossa; a da fraternidade humana, sim, bem como a da igualdade perante a lei, partindo da igualdade de méritos, como é próprio de sociedades progressivas.³³⁵

Como pode ser visto ao longo deste trabalho, no entanto, as palavras de Salazar não condizem com o que de fato aconteceu no colonialismo em África. Nem mesmo as áreas mais interiores de Angola, como as terras além-Cunene eram desabitadas e desaproveitadas. No que concerne ao pertencimento desses grupos à

³³⁵ SALAZAR, António Oliveira. **O pensamento de Salazar**: Portugal e a campanha anticolonialista. Discurso pronunciado por sua excelência o presidente do Conselho, professor doutor Oliveira Salazar, na sessão da Assembleia Nacional de 30 de novembro de 1960. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1960. p. 11.

nação portuguesa é uma questão muito duvidosa, visto que nem o pertencimento a um território comum chamado Angola era aceito. Por fim, a afirmação de que a paz foi promovida vai de encontro às guerras empreendidas pelas forças portuguesas para afirmar seu poder local.

Com o intuito de defender seu discurso, o Estado Novo português encontrou nas ideias luso-tropicalistas construídas por Gilberto Freyre um aliado interessante. De acordo com estas ideias, os portugueses haviam conseguido realizar no Brasil uma colonização que proporcionou uma interpenetração étnica e cultural dos portugueses, tal qual seria realizado na África. É de conhecimento geral que estas afirmações de Gilberto Freyre não são ratificadas pelos historiadores brasileiros, tão pouco o foram pelos intelectuais daquele momento, que não reconheciam na dinâmica colonial empreendida no Brasil as características benevolentes apresentadas por Freyre.

De qualquer forma, Gilberto Freyre adquiriu um papel importante de porta-voz do colonialismo português, sendo inclusive convidado pelo ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, a visitar as colônias portuguesas ao redor do mundo. Em comunicação no I Congresso dos Economistas Portugueses (1954), Alberto Lemos, chefe da Repartição Técnica de Estatística de Angola, apresenta a doutrina do luso-tropicalismo como o caminho mais viável para as províncias ultramarinas. Essa ideologia deveria ser aplicada nas atividades agrárias, em que se fomentaria uma colonização livre, mas com assistência técnica e de crédito, em um cenário onde os indígenas seriam parceiros de trabalho dos brancos e não seus subordinados.³³⁶ A ideia de uma sociedade pluri-racial foi parte dos discursos de Salazar:

Mais de 300 anos trabalhámos no Brasil, inspirados pelo mesmo ideal, e o que ali passou a observar-se é verdadeiramente extraordinário: o Brasil tem as portas abertas a gente de quase todo o mundo, caldeia-a na variedade dos seus elementos demográficos, absorve-a, assimila-a e não diminui em lusitanidade. Entre os países para cuja formação contribuíram raças diferentes, nenhum como ele apresenta tão completa ausência de traços racistas na legislação, na organização política, na conduta social. Ele é a maior experiência moderna de uma sociedade pluri-racial, ao mesmo tempo que exemplo magnífico

³³⁶ CASTELO, Cláudia. op. Cit, p. 116.

da transposição da civilização ocidental nos trópicos e no Continente americano.[...] A sociedade pluri-racial é portanto possível e tanto de cepa luso-americana como de base luso-asiática, segundo se vê em Goa, ou luso-africana, em Angola e Moçambique.³³⁷

Apesar de aparentar defender a igualdade dos povos com base na tendência plurirracial dos portugueses, principal premissa do luso-tropicalismo, debate-se simultaneamente a necessidade de atrair mulheres para a colônia para haver um equilíbrio quantitativo entre os sexos e, conseqüentemente, evitar os casamentos inter-raciais. Estudou-se, inclusive, a possibilidade de levar mulheres sem famílias da metrópole, criadas em asilos, para trabalharem como criadas, cozinheiras e arranjar casamentos nas colônias. A ideia não foi bem aceita pelo governador-geral de Angola, Agapito da Silva Carvalho, que considerava um perigo moral levar mulheres desacompanhadas e desassistidas para as colônias, além da dificuldade de encontrar possíveis patrões que contratassem empregadas que pensassem em casamento.³³⁸

Junto com os discursos, o governo salazarista precisou desenvolver outras formas de defesa do ultramar e algumas dessas medidas, ao menos em teoria, atingiriam diretamente as colônias, como, por exemplo, os Planos de Fomento. Estes planos visavam o desenvolvimento colonial controlado pela metrópole, preservando a soberania portuguesa, como por exemplo, com o fomento da colonização branca. Além disso, permitiu-se o processo de industrialização da colônia, porém com um desenvolvimento lento e evitando que se criasse uma dependência do exterior. “O objetivo é manter as colônias sob dependência das colônias por via de um desenvolvimento endógeno e de uma melhoria das condições sanitárias

³³⁷ SALAZAR, António Oliveira. **O pensamento de Salazar**: Portugal e a campanha anticolonialista. Discurso pronunciado por sua excelência o presidente do Conselho, professor doutor Oliveira Salazar, na sessão da Assembleia Nacional de 30 de novembro de 1960. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1960, p. 11.

³³⁸ CASTELO, Cláudia. op. Cit, p. 129.

das populações, ações que se tornam uma nova forma de legitimação do poder colonial.”³³⁹

O I Plano surgiu em 1953 e pretendia integrar vários planos setoriais já existentes desde o início do Estado Novo que abarcavam planos escolares, sociais, rodoviários, entre outros. Ao todo foram elaborados quatro planos de fomento, que tinham a duração de seis anos, exceto o último que entrou em vigor dia 01 de janeiro de 1974, porém não sobreviveu a queda do colonialismo. O investimento proporcionado pelos planos deveria abranger todo o império português, tanto na metrópole quanto em suas províncias do ultramar. Na prática, no entanto, a porcentagem do investimento dispensado às colônias girava em torno de 27% do total dos recursos disponibilizados para o Plano de Fomento. Além disso, quase 90% desse investimento eram direcionados às províncias ultramarinas eram utilizados apenas em Angola e Moçambique.³⁴⁰

A cada plano de fomento criado, a ideia de propagandear a integração nacional se torna mais evidente. Em 1961, com os primeiros levantes revolucionários em Angola, é criado o decreto de lei nº 44 106 que prevê a abolição de todas as barreiras alfandegárias até 01 de janeiro de 1972, constituindo assim uma zona de escudo. A partir do III Plano de Fomento, é fundada a Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica (CIPIE) que reunia em seu corpo de trabalho vários ministérios, grupos de trabalhos, além de secretários provinciais e de integração econômica.³⁴¹

Foi durante a elaboração dos Planos de Fomento que surgiu uma nova ideia para o problema da migração de europeus para a África, mais precisamente para as margens do Cunene, com o estabelecimento do Colonato do Cunene. Além do Cunene, outros colonatos foram planejados nos Planos de Fomento, como o colonato da Cela, no Cuanza, sendo exclusivamente para brancos, e o Colonato do Limpopo, em Moçambique. Estes planejamentos tinham a proposta de promover a colonização com imigrantes brancos nestas regiões, que seriam atraídos pelo desenvolvimento de obras de infraestrutura, tais como as estradas

³³⁹ PEREIRA, Victor. A economia do império e os planos de fomento. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org). **O Império Colonial em Questão** (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições. Lisboa: Edições 70 Lda, 2013, p. 254.

³⁴⁰ PEREIRA, Victor. *Ibidem*, p. 252.

³⁴¹ PEREIRA, Victor. *Ibidem*, p. 264.

de ferro, aberturas de estradas, projetos de regadio e construção de hidrelétricas.

O estabelecimento do colonato do Cunene teve início em 1954, nas proximidades da Matala, situada no Alto Cunene, com uma altitude de 1230 m, onde se estabeleceu a primeira hidrelétrica do Cunene, a barragem da Matala. Ao contrário do que havia ocorrido na Cela, o colonato do Cunene seria um colonato misto, constituído por negros e brancos. De acordo com o engenheiro Trigo de Moraes,

A obra de povoamento que se pretende realizar, enraizada no regadio, é para brancos e para pretos e situa-se no caminho seguido por Portugal desde sempre na sua acção civilizadora. Nela há lugar pra todos. [...] A água a derivar do grande rio Cunene (de futuro aumentada pelos caudais derivados das albufeiras suplementares que possam ser criadas a montante da Matala) é para brancos e para pretos, como para uns e outros são as aldeias, as alfaias agrícolas, a obra de preparação das terras que ser empreendida.³⁴²

Porém, tendo em vista a postura do colonialismo, entende-se que a união de brancos e negros em um mesmo espaço de igualdade nunca foi uma prática comum. E de fato, embora o discurso tenha sido este, o que se viu no colonato do Cunene foi o mesmo sistema de exclusão racial. O próprio Ministro do Ultramar, Raul Ventura, em uma fala comprometedora, explica que a inclusão de nativos no colonato

[...]só representa o disfarce duma realidade: não pudemos fazer um trabalho de exclusivo povoamento europeu porque o local escolhido [...] era densamente povoado de indígenas e, perante as nossas concepções políticas (e os nossos receios), os indígenas não deviam ser expulsos.³⁴³

A presença a priori de nativos nesta região, na prática, não foi suficiente para que os mantivesse em maior número de negros do que de

³⁴² MORAIS, Trigo *apud* BARATA, José Fernando Nunes. O aproveitamento do Cunene e o desenvolvimento do Sul de Angola. In: **Reordenamento**: Revista da Junta Provincial de Povoamento de Angola, Luanda, nº 17, jul - set 1970, p. 8.

³⁴³ VENTURA, Raul *apud* CASTELO, Cláudia. op. Cit, p. 147.

brancos nos colonatos e assim, percebe-se que a ideia de um colonato misto era apenas parte do falso discurso plurirracial da nova campanha colonial. De acordo com Cláudia Castelo, em 1958, havia 157 famílias de colonos europeus, em 1968, o número era de 319. Enquanto isso, foram estabelecidos 39 colonos nativos, para cumprir a promessa do colonato misto, com terrenos de 2,5 hectares e sem construções.³⁴⁴

Se os colonos nativos recebiam apenas isto, o cenário era diferente quando se tratava de colonos brancos. As orientações para o colonato eram de que fossem fornecidas boas estruturas para os colonos, para que estes não sofressem com a mudança. Para cada família estava previsto o fornecimento de uma casa com três quartos, sala, banheiros, acompanhadas de estabulo e galinheiro. Além de um prédio de regadio de nitreiro de cinco hectares para os colonos que tenham até dois filhos, trinta hectares para criação de gado e gleba irrigada de meio hectare no lameiro comunitário. Isto resultaria em um investimento de 383,2 contos por família.³⁴⁵

Na figura 12, observam-se as casas dos colonos em construção ainda no início da instalação do colonato. Em uma primeira análise, chama atenção as estruturas desenvolvidas para os colonos brancos, que claramente destoam do cenário tradicional da região. Porém, é importante observar que esta imagem foi veiculada em um informativo do Aproveitamento do Cunene³⁴⁶, em 1954, portanto, estas imagens devem corresponder às primeiras casas construídas para o colonato, com o objetivo de atrair o interesse dos colonos europeus, o que não garante que as demais estruturas realizadas para os colonos sejam do mesmo nível destas.

³⁴⁴ CASTELO, Cláudia. op. Cit, p. 148.

³⁴⁵ BARATA, José Fernando Nunes. O aproveitamento do Cunene e o desenvolvimento do Sul de Angola. In: **Reordenamento**: Revista da Junta Provincial de Povoamento de Angola, Luanda, n° 17, jul - set 1970, p. 8.

³⁴⁶ **Aproveitamentos do Cunene**. Ministério do Ultramar, Inspeção-Geral do Fomento, 1954. Arquivo Histórico Ultramarino, A2.127.04/0024.00149.

Figura 12 - Colonato do Cunene – casa dos colonos.



Fonte: **Aproveitamentos do Cunene**. Ministério do Ultramar, Inspeção-Geral do Fomento, 1954. Arquivo Histórico Ultramarino, cota A2.127.04/0024.00149.

Nos anos seguintes, com a criação do Plano do Cunene, a ideia do colonato deixa de ser exclusividade do Alto Cunene e passa a abranger todo o curso do rio. Busca-se suprir uma diferença que se alegava existir entre as povoações mais próximas do litoral de Angola e da região do Cunene, mais precisamente no distrito de Huíla. Os alemães Josef Matznetter e Francfort em seu texto, *Novos aglomerados de brancos e pretos na região do Cunene no Distrito de Huíla*, escrito na década de 1960 ressaltam esta questão. De acordo com eles, a região próxima de Sá da Bandeira e Humpata possuía grande presença de europeus, especialmente lavradores, o que teria promovido à europeização da população local, o que logicamente era visto por eles

como uma evolução. Apenas na capital do distrito havia 17 mil habitantes (1964), sendo metade destes europeus.³⁴⁷

Ao sul, no entorno das margens do Cunene, o cenário era distinto. No distrito de Huíla, 95% de seus habitantes eram compostos por grupos africanos, dentre os quais se destacam os Cuanhamas. Os brancos que viviam na região ocupavam cargos administrativos em Roçadas e Pereira d’Eça, enquanto os nativos praticavam a criação de gado. Para Matznetter e Francfort, a “civilização” chegaria ao sul de Angola quando se findassem as obras de construção do Caminho de Ferro de Moçamedes e das barragens da hidrelétrica da Matala.³⁴⁸ O que, conseqüentemente, atrairia maior número de imigrantes brancos.

Em todos os projetos de infraestrutura elaborados para o colonato do Cunene, o aproveitamento hidráulico estava incluído. Para suprir a necessidade de energia elétrica para o funcionamento das indústrias e minas, o aproveitamento das quedas do Cunene para a construção de usinas hidrelétricas era decisivo. Para o estabelecimento de agricultores e para fomentar a criação de gado já tão tradicional no Baixo Cunene, a construção de barragens de regadio era de suma importância. Sem dúvida, foi a bacia do Cunene que ditou o ponto onde seria fixado o colonato.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970 (até 1975), as publicações de artigos e estudos especializados sobre o aproveitamento das águas do Cunene ganharam destaque em Portugal. Muito desta produção foi resultado de um esforço do Estado Novo de incentivo às pesquisas científicas nas colônias. Um grande impulsionador foi a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais/Ultramar, órgão pertencente ao Ministério das Colônias/Ultramar, criado em substituição da antiga Comissão de Cartografia, em 1936, mas foi regulamentada apenas após o fim da Segunda Guerra Mundial.³⁴⁹

A ciência era vista como um importante aliado para garantir o sucesso colonial, assegurando a exploração dos recursos naturais e, conseqüentemente, fornecendo dividendos para a economia da

³⁴⁷ MATZNETTER, Josef; Francfort, M. Novos aglomerados de brancos e pretos na região do Cunene no Distrito de Huila. [196?] - Tradução de WieBe und schwarze Neusiedlung im Cunene-Geiet des Distriktes Huila (Angola). Disponível no CDI, IICT, Cota 12297 – MLITD. P. 8.

³⁴⁸ MATZNETTER, Josef; Francfort, M. op. Cit. P. 10.

³⁴⁹ CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. In: **História, Ciências, Saúde – Manginhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun.2012, p. 393.

metrópole.³⁵⁰ Com o aval da ciência, muitas áreas de estudos buscaram encontrar a solução para todos os problemas identificados por eles próprios em território africano, levando, inclusive, a realização de projetos duvidosos, visando à implantação “civilizacional”, como por exemplo, a noção de que era possível controlar plenamente os recursos hídricos a seu favor.

O Inspetor Superior do Ministério do Ultramar, o Dr. José Fernando Nunes Barata, defende a ideia de um aproveitamento dos rios para fins múltiplos,

Quer dizer que o engenho dos homens pode dominar o ímpeto desordenado dos grandes cursos de água tirando dele, além do mais, e esta enumeração não é exaustiva, as seguintes vantagens conjugadas: defesa contra as inundações, irrigação, energia hidroeléctrica, navegação fluvial, distribuição de águas para fins domésticos e industriais, defesa do solo, pesca desportiva e industrial, utilização das toalhas líquidas para o turismo, drenagem de campos marginais, diminuição da poluição das águas, controlo de salinidade, melhoria das condições dos estuários, etc.³⁵¹

Os estudos sobre o aproveitamento hidráulico visando suprir o problema de abastecimento de água, especialmente para as regiões do Baixo Cunene, foram os mais comuns durante o período. Parecia claro que para conseguir desenvolver economicamente a região e com o auxílio de imigrantes brancos, era de suma importância solucionar o problema da aridez do território. Como solução do problema, estudaram-se métodos que iam desde a captação de água subterrânea até a construção de barragens para desvio das águas.

A criação de gado foi o principal motivador para que se empreendessem estudos de abastecimento de água. De acordo com Neves Ferrão, o Baixo Cunene contava com cerca de 250.000 cabeças de gado bovino, o que colocava a região como a mais rica de Angola, do ponto de vista pecuário. Porém, a prática se mantinha nas mãos dos povos locais, especialmente os cuamatos e cuanhamas, mantido por processos considerados primitivos. A intenção era promover a instalação

³⁵⁰ CASTELO, Cláudia. Op. Cit. 2012, p. 393.

³⁵¹ BARATA, José Fernando Nunes. Op. Cit, p. 3.

da criação de gado em regime industrial, logicamente centralizado nas mãos de europeus, o que poderia elevar o número de cabeças de gado para 1.000.000, mas, para isto, era preciso solucionar a falta de água.³⁵²

Em seu estudo, Ferrão analisa diversas formas de captação de água, destacando que há uma grande diversidade de características físicas no Baixo Cunene, levando a uma variação também nas formas de fornecimento mais adequadas. Até o início destes trabalhos, a forma mais comum de abastecimento de água era através de cisternas de betão ou alvenaria, que captam a água da chuva. Para o autor, no entanto, este meio, apesar de ser possível em todas as regiões, não era o mais indicado, já que as amostras de água apontavam elevado grau de poluição.³⁵³

As cacimbas, tão essenciais durante as guerras de ocupação do Cuamato e Cuanhama, também foram objetos de estudo de Ferrão. Apesar de ter sido utilizado durante anos, esse método traria algumas desvantagens, como a impossibilidade de se conservar água durante todo o ano e as condições sanitárias, no entanto, as cacimbas poderiam ser aproveitadas caso estas fossem revestidas com material adequado. Os locais de chanas, por sua vez, são favoráveis para a captação de águas artesianas de pequena profundidade, em virtude da ocorrência de águas de baixa salinidade e caudais apreciáveis.³⁵⁴ Como se pode observar, os novos estudos guiados por cientistas portugueses chegavam a conclusões muito próximas das ações já praticadas pelos povos do sul de Angola há décadas, apresentando apenas algumas modificações, porém, sem alterar os princípios básicos destas práticas.

José Pereira Neto também apresentou o resultado de seus estudos visando à solução para o problema da seca do Baixo Cunene. Além de tratar da captação das águas subterrâneas, como Ferrão o fez, Pereira Neto apresenta outra proposta, muito próxima dos estudos realizados por Schwarz para o caso do Kalahari. Para ele, a solução estava em interceptar e armazenar parte das águas acumuladas durante o período de chuvas.

Parte da água interceptada seria devolvida à atmosfera, influenciando a distribuição diária e

³⁵² FERRÃO, C. A. Neves. A hidrogeologia e o problema do abastecimento de água ao Baixo Cunene. In: **Garcia de Orta**: Revista da Junta de Investigações do Ultramar, vol. 9, nº 3, 1961, p. 518.

³⁵³ *Ibidem*, p. 530.

³⁵⁴ *Ibidem*, p. 532.

estacional da humidade do ar; parte infiltrar-se-ia, enriquecendo os lençóis subterrâneos que alimentariam os poços e furos; mas grande parte seria utilizada, diretamente, pelas populações, animais e plantas.³⁵⁵

Importante destacar que este tipo de proposta para sanar o problema do Baixo Cunene só é possível ser pensada em virtude de uma característica muito peculiar da região, as precipitações intensas. Muito embora a área seja árida, tendo a falta de água como principal problema, no decorrer do ano os índices pluviométricos são elevados, porém, são mal distribuídos. Em alguns meses, o índice chega a alcançar 600 mm, porém, em outros meses a chuva é escassa e as mulolas e cacimbas secam. Por tanto, acreditava-se ser possível solucionar o problema a partir de algum método capaz de fazer as águas do período chuvoso permanecer ao longo de todo ano.

Muito seguro no que diz respeito à exequibilidade de suas propostas, o que era muito comum entre os cientistas que atuavam em prol do colonialismo, Pereira Neto vê um único possível problema que poderia ocasionar o insucesso de seu projeto, a adaptação dos cuanhamas à nova forma de captação de água. Sugerindo, inclusive um acompanhamento psicológico para que estes povos compreendam a importância de saber lidar com essas novas técnicas e não arruinarem todo plano. Além disso, o que chama atenção em seu trabalho é a urgência para que o planeamento seja posto em prática, ainda que isto sacrifique o tempo de pesquisa. Segundo ele, “[...] há momentos históricos que não permitem estudos aprofundados [...], porque requerem acção imediata. E estamos num momento da história em que a valorização das regiões atrasadas [...] não pode tardar mais.”³⁵⁶

No próximo subcapítulo será observado o resultado desta falta de aprofundamento nos projetos que, embora tenham sido superficiais, muitos foram postos em práticas, logo, tornaram-se passíveis de deficiências. Especialmente no que concerne aos impactos ambientais e sociais decorrentes destas intervenções. Porém, já se pode adiantar que de todas as propostas analisadas, a construção de barragens com albufeiras para promover o regadio das áreas próximas foi o método

³⁵⁵ NETO, José Pereira. **O Baixo Cunene**: subsídios para o seu desenvolvimento. Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais. Lisboa, nº 68, 1964, p. 133.

³⁵⁶ Ibidem, p. 138.

mais comum, utilizado principalmente nas áreas em que o rio possuía quedas d'água.

O fato é que foram anos de obras em toda bacia do Cunene na tentativa de pôr em prática um plano audacioso como o Plano do Cunene. Em pouco tempo, a já tão falada propaganda colonial começa a utilizar o Plano do Cunene como uma espécie de garoto-propaganda das obras grandiosas realizadas pelo Estado Novo. Para o ano 1973, foi organizado um plano de trabalho que visava à divulgação do Plano do Cunene propriamente dita. A concretização deste planejamento acarretou em uma reunião do diretor do Gabinete do Plano do Cunene com os chefes de repartição de Relações Públicas, do Gabinete de Cinema e Televisão, além do Gabinete de Imprensa da Agência Geral do Ultramar.

Na reunião foram definidas as formas de divulgação do Plano, dentre as quais se destacam a elaboração de folhetos explicativos elaborados por engenheiros, que deveriam ser divulgados em língua portuguesa, inglesa e francesa, publicações de reportagens em revistas nacionais e estrangeiras e jornais de grande tiragem. No meio televisivo, a divulgação deveria ser feita através de envios de noticiários atualizados para a RTP, conhecida emissora de televisão portuguesa, além da elaboração de um documentário, que seria exibido nos cinemas.³⁵⁷

A necessidade de se discutir a divulgação do plano já na década de 1970, ou seja, quase vinte anos após a sua criação, permite-nos considerar que o plano não havia alcançado os objetivos almejados e, possivelmente, não havia conseguido atrair tantos colonos como o esperado. A julgar pela quantidade de notícias encontradas na imprensa da época, pode-se dizer que o plano de divulgação foi executado conforme o previsto. O jornal português *Diário de Notícias*, maior jornal de circulação em Portugal, publicou em 05 de dezembro de 1973, uma reportagem intitulada “Angola na senda do progresso: O ‘Plano do Cunene’ – obra grandiosa, revolução social”, no qual afirma que,

Em resumo: o Plano apresenta como finalidade – imediata – melhorar rapidamente as condições de vida de 25000 africanos que, estabelecidos naquela região extremamente seca, se entregam, na sua grande maioria, à pastorícia transumante, e,

³⁵⁷ Divulgação do “Esquema do Cunene”. Agência Geral do Ultramar, 1973, p. 3. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1193/00115.

consequentemente – como se disse -, ao nomadismo.³⁵⁸

Em sua grande maioria, as notícias veiculadas apresentavam o Plano do Cunene desta forma, como um expoente do progresso e da igualdade no sul de Angola. Esse tipo de divulgação comum do Estado Novo claramente pretendia encontrar respaldo de suas ações na sociedade portuguesa através das propagandas. Vale destacar que grande parte dos portugueses tinha nesses recursos midiáticos o único contato com o que acontecia no ultramar, levando assim a adotarem esse tipo de afirmação como a do *Diário de Notícias* como verdades absolutas.

A revista *Notícia*, de 23 de fevereiro de 1974, publicou uma edição especial sobre Angola e tinha entre suas reportagens o título “Cunene – a porta do progresso”. Na grande reportagem, a apologia ao Plano do Cunene e à ocupação portuguesa nas terras dos cuamatos e cuanhamas é presença marcante. Nesta matéria, os Cuanhamas, que outrora eram vistos como desordeiros e marcados pela prática de razias e nomadismo, agora são apresentados ao grande público português como um grupo ordenado, quase civilizado, resultado das ações do governo português na região.³⁵⁹

A reportagem de Jaime Moreira apresenta o Plano do Cunene como um instrumento para modificações do meio em prol do desenvolvimento humano, como se o ser humano fosse capaz de fazer o meio ambiente trabalhar a seu favor em qualquer circunstância. Segundo ele, o plano tinha como objetivos fundamentais

[...] a transformação dos condicionalismos do meio físico de forma a permitir o desenvolvimento da agricultura e da pecuária locais e as estabilizações das populações em centros dotados dos equipamentos sociais necessários à melhoria das condições de vida, e a criação das infraestruturas económicas, sociais e de equipamento que sirvam de apoio ao progresso do sul de Angola.³⁶⁰

³⁵⁸ Angola na senda do progresso. O "Plano do Cunene" - obra grandiosa, revolução social. *Diário de Notícias*, 05 de dezembro de 1973.

³⁵⁹ MOREIRA, Jaime. Cunene – a porta do progresso. *Notícias*. 23 de fevereiro de 1974. Disponível no Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1193/00123.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 36.

Importante ressaltar que este período de maior visibilidade do Plano do Cunene na mídia teve início pouco tempo antes da Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974, por tanto, às portas do fim do Estado Novo. Esses meses que antecederam a revolução foram marcados pela insatisfação pública com relação aos gastos com as guerras coloniais. Por mais que a população fosse a favor de manter colônias ultramarinas, sua posição ia mudando gradativamente à medida que o governo ia gastando quase metade de seus recursos (cerca de 45%) para manter uma guerra que, além de tudo, ainda sacrificava seus soldados.³⁶¹

Mesmo após a deposição do presidente Marcelo Caetano e da formação da Junta de Salvação Nacional, que iria governar o país interinamente, os trabalhos do Plano do Cunene persistiram dentro da noção de uma ação em uma província ultramarina portuguesa. Embora se soubesse que os dias de colonialismo estavam chegando ao fim, a propaganda pró-colonial persistiu. Além da revista *Notícias* e dos jornais, o Gabinete do Plano do Cunene, em parceria com o Gabinete de Cinema e Televisão, instituiu nessa época a organização do documentário que deveria divulgar o trabalho que vinha sendo realizado no Cunene.

A Agência Geral do Ultramar em encaminhamento direcionado ao Gabinete do Cunene solicita que o documentário seja realizado para despertar o interesse de distribuidores que possam divulgar o Plano do Cunene em Portugal e no estrangeiro, ressaltando os aspectos socioeconômicos do seu resultado. Porém, chama atenção a solicitação de que “[...] não fica no que se diz excluída a intervenção nos documentários dum ou outro aspecto do ambiente físico e humano em que decorre a execução do plano; mas esta nunca poderá ser a nota dominante dos documentários por motivos que seria inútil assinalar.”³⁶²

Tal solicitação não é uma surpresa, porém, denota a sensível distância entre o que de fato poderia ser mostrado para o público e a realidade local. A preocupação em ocultar ao máximo tais aspectos,

³⁶¹ BITTENCOURT, Marcelo. “**Estamos juntos**” O MPLA e a luta anticolonial (1961 – 1974). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2002, p. 658.

³⁶² Divulgação do Plano do Cunene. Gabinete do Plano do Cunene. Ministério do Ultramar, 1973, p. 3. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1193/00115.

aponta para os possíveis problemas ambientais e sociais que o Plano do Cunene provocou no sul de Angola, visto que embora se tenha dado preferência para a ocupação de colonos brancos, a presença dos africanos era marcante e eram eles os principais beneficiados ou atingidos pelas ações do plano.

O concurso público para escolher a empresa que seria responsável pela elaboração do documentário foi publicado em 15 de maio de 1973 e previa a realização de documentários cinematográficos semestrais. É ressaltado inclusive o caráter técnico que deve ser priorizado nos documentários.³⁶³ A empresa vencedora do concurso foi a firma *Telecine-África, Sociedade Promotora de Publicidade e Cinematografia, S.A.R.L.* O contrato foi firmado após o período estipulado e a realização das filmagens foram interrompidas pelo processo de independência de Angola, fazendo com que este nunca fosse de fato divulgado.

Uma ausência muito clara em todo este material de divulgação é a voz das populações locais. Um pouco da visão destes grupos sobre as obras do Plano do Cunene pode ser observada no texto de Emilio Filipe, denominada *Viagem pelo sul de Angola – a fronteira da água*. A intensa propaganda colonial do plano é um dos pontos abordados pelo autor, em um claro tom de discórdia: “Péga-se num jornal, abre-se uma revista e pumba!, lá está: Cunene... Agro-pecuária... Povoamento... Milhões disto e daquilo... Onde? Como? Quem? Porquê? Para quê? Quando? O comentador pouco se preocupa com estes pormenores.”³⁶⁴

De fato, é esta postura que se encontra quando se observa as publicações de grande circulação apresentadas durante este período. Com abordagens superficiais, os problemas das populações locais não eram debatidos ou quando apareciam, eram citados como algo que já havia sido solucionado pelo plano, como a falta de água. Outro problema recorrente era a falta de denominação dos grupos nativos. Embora a região seja habitada por grupos como os humbes, dongoenas, evales, cuamatos, entre outros, apenas os cuanhamas costumavam ser mencionados. No mais, costumava-se utilizar termos generalizantes como “povos” e “populações”.

³⁶³ Concurso público para realização de documentários cinematográficos sobre o empreendimento do Plano do Cunene. Agência Geral do Ultramar, Ministério do Ultramar, 1973. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1193/00288.

³⁶⁴ FELIPE, Emílio. Op. Cit. p. 34.

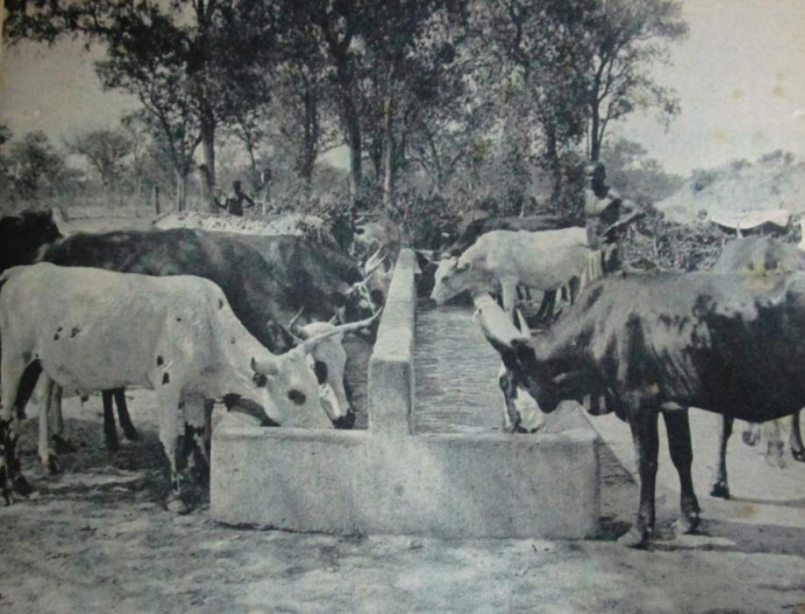
Emilio ainda chama atenção para o problema da diferença de tratamento destinada aos criadores de gado ditos tradicionais e os criadores registrados, considerados por eles como “evoluidos”. Os tradicionais somam cerca de 40.000 criadores, enquanto os registrados são apenas dezenas, apesar disto, em algumas regiões como em Mucope, no médio Cunene, onde são destinados 12 hectares de terra para cada cabeça de gado dos criadores registrados, enquanto os tradicionais recebem apenas 4 hectares. Além disso, foram criados quarenta pontos de água, sendo que 22 deles se encontram dentro de apenas seis concessões. Como se não fosse o suficiente, a área destinada para fornecer água para os tradicionais são quase impraticáveis, visto que o curso de água se encontra confinado no cruzamento de arames de duas concessões.³⁶⁵

Certamente, é este tipo de notícia que se tentava evitar que se tornasse pública, que obviamente não condizia com a imagem que se tentava divulgar sobre as ações do governo português nas suas colônias. Importante destacar que era muito mais acessível para o governo alcançar um maior número de leitores/telespectadores do que as poucas pessoas capazes de dar voz aos problemas dos habitantes do sul de Angola, que raramente conseguiam ecoar estas vozes na Europa.

Lógico que todo trabalho empreendido na bacia do Cunene não teve apenas aspectos negativos para a população local. Embora tenha priorizado o imigrante branco, algumas ações facilitaram a vida dos nativos, mas não na proporção apresentada pelo Gabinete do Plano do Cunene. Na figura 13, observa-se uma chimpaca, termo utilizado pelos cuanhamas. Na prática dos Cuanhamas, essas chimpacas eram escavações realizadas em terrenos argilosos, que enchiam no período de cheias e mantinham armazenados para a utilização na época de secas. A chimpaca da imagem é a adaptação feita pelo Plano do Cunene, que aperfeiçoou o sistema com a construção de depósitos capazes de armazenar milhares de metros cúbicos de água. Assim, para alguns grupos, não era mais necessário andar durante horas atrás de água, podendo solucionar o problema nas proximidades de seus pastos.

³⁶⁵ Ibidem, p. 39.

Figura 13 - Chimpaca de armazenamento de águas em terras cuanhamas.



Fonte: FELIPE, Emílio. Viagem pelo sul de Angola. - A Fronteira da Água.

Além da elaboração de estudos sobre as possibilidades de utilização dos recursos hídricos do Cunene, a execução do plano acarretou no retorno de um assunto que aparentemente se acreditava estar solucionado, o acordo sobre a utilização das águas do rio Cunene com a República Sul Africana. Como foi visto no capítulo anterior, no acordo de 1926, assinado entre os governos português e sul-africano na cidade do Cabo, definiu-se a demarcação da fronteira sul de Angola e a utilização das águas do Cunene por ambos os lados da fronteira. Com a elaboração do Plano do Cunene, no qual se previa a construção de barragens que seriam utilizadas também pelo Sudoeste Africano, viu-se a necessidade de estabelecer um novo acordo, firmado em 1969.

Tal qual havia ocorrido no início do século, as novas negociações não foram simples. Durante alguns anos, o Ministério dos Negócios Estrangeiros atuou a frente de intermináveis debates envolvendo delegados nomeados como representantes dos dois países em um debate puramente diplomático. Embora os debates oficiais girassem em torno dos assuntos técnicos da utilização das águas, o que estava por trás do

impasse era algo muito maior, era a tentativa de manter a hegemonia do poder branco na África Austral.

Os últimos redutos brancos na África Austral eram formados pelas duas colônias portuguesas, Moçambique e Angola, a República da África do Sul e a Rodésia. Essa questão ainda se inseria dentro de um cenário de influência mundial, a Guerra Fria. Para todos os membros deste grupo havia um medo em comum, marcado pela influência comunista e a possibilidade da concentração do poder nas mãos de lideranças negras. Vale destacar que em muitas colônias, inclusive em Angola, os movimentos pela libertação recebiam apoio da URSS e da China.

As relações de Salazar com Ian Smith, então primeiro-ministro da Rodésia³⁶⁶ são exemplares neste sentido. A Rodésia faz fronteira com Moçambique, que naquele momento se encontrava em meio a uma guerra colonial comandada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Esta organização recebia total apoio do governo da Tanzânia, vizinha do norte que servia como posto avançado para recebimento de armas enviadas pela China, além de treinamentos e demais tipos de abastecimentos. Assim, se a Rodésia também caísse em mãos “subversivas” poderia significar o fim do colonialismo moçambicano.³⁶⁷

De acordo com Luís Machado Barroso, a formação destes “bastiões brancos” na África Austral, protagonizados por regimes reconhecidamente racistas era um tiro no pé de toda ideologia defendida pelo Estado Novo, baseado em uma sociedade multirracial. O apoio às duas maiores sociedades segregacionistas (RAS e Rodésia) era o fim da propaganda empreendida diante da ONU, porém, o não reconhecimento desses governos na África Austral poderia ocasionar numa ameaça nas fronteiras de suas colônias³⁶⁸. E assim, em 1965, Salazar opta por

³⁶⁶ Até 1962, a Rodésia fazia parte da Federação da África Central, juntamente com a Rodésia do Norte e a Niassalândia, sendo as três colônias britânicas. Com o fim da Federação, Ian Smith tentou um acordo britânico para independência da região, assim como havia ocorrido com os outros dois membros da Federação. Porém, a solicitação foi negada sob o argumento de que caso se tornasse independente haveria um novo caso de apartheid, algo que já vinha sendo criticado na África do Sul.

³⁶⁷ BARROSO, Luís Machado. **Salazar e Ian Smith: O Apoio de Portugal à Rodésia (1964-1968)**. Lisboa: Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2009, p. 49.

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 57.

reconhecer o governo independente de Ian Smith na recém-independente Rodésia.

Para o caso da África do Sul, é claro a necessidade de um apoio mútuo entre os dois países. Para Pretória, Portugal parecia ser o mais relevante aliado europeu, enquanto para o governo português, as boas relações com a RAS eram essenciais para manter seu poder sobre Angola e impedir que esta caísse nas mãos dos comunistas. Nos jornais portugueses, frequentemente apareciam matérias sobre a necessidade do apoio à RAS, defendia-se que “estabelecer relações entre Pretória, Lourenço Marques e Luanda era criar uma zona de paz no continente, [...] a fim de consolidar a unidade ultramarina de Portugal.”³⁶⁹

Para o governo português era necessário levar em consideração os dois lados da moeda, ou se ligava ao governo sul-africano, claramente visto como única forma de manter suas possessões africanas, mas que poderia acarretar em um embargo econômico como havia sido empreendido à RAS. Ou se desligava dos governos da África Austral em nome de uma tentativa de manter sua posição na ONU e com boas relações com as demais nações europeias. Por estes motivos, a relação entre os “bastiões brancos” se manteve informal e receosa por alguns anos.

Entre prós e contras, o governo português no início da década de 1970, já representado por Marcello Caetano, que ocupou o lugar de Salazar, optou por firmar uma aliança secreta com RAS e Rodésia, conhecida como “exercício de ALCORA”. Exercício este que tinha como objetivo salvaguardar a África Austral, tanto do ponto de visto militar, como foi realizado nos últimos anos da guerra colonial angolana em que a RAS e a Rodésia auxiliariam militarmente as forças portuguesas, quanto no diplomático.³⁷⁰

Foi justamente no período que se firmaram as alianças entre RAS e Portugal e teve início o exercício de ALCORA, que se firmaram os acordos de utilização das águas do rio Cunene para aproveitamento hidrelétrico. Esta claro que o jogo diplomático que envolveu as definições do acordo estava imbricado de questões mais urgentes para a manutenção do colonialismo português em Angola e do poder branco na RAS, do que de fato a utilização dos recursos hídricos do sul de Angola. Apesar disso, percebe-se a importância deste laço entre os dois países,

³⁶⁹ BARROSO, Luís. **Salazar, Caetano e o “Reduto Branco”**: A manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951 – 1974). Porto: Fronteira do Caos Editores Ltda, 2012, p. 125.

³⁷⁰ Ibidem, p. 303.

firmados a partir do rio Cunene, em que, inclusive, podem ter se utilizado deste debate público para estreitar os acordos relacionados ao apoio político de ambos os lados, debatidos ao longo de toda a década de 1960.

As conversações sobre a utilização dos recursos hídricos foram iniciadas em 1964, após a assinatura de um acordo em 13 de outubro que previa o início dos debates e definições em nível técnico e diplomático. Após cinco anos de encontros, o acordo enfim foi assinado em 21 de janeiro de 1969, na cidade de Lisboa, com o título de *Acordo entre o Governo de Portugal e o Governo da República da África do Sul sobre a 1ª Fase do Aproveitamento dos Recursos Hídricos da Bacia do Cunene*. Em que se definiu que a utilização dos recursos tinha os seguintes objetivos:

- a) Regularização do escoamento do Cunene; b) Melhoria de produção de energia hidroelétrica em Matala; c) Início de rega e abastecimento de água a pessoas e animais no médio Cunene; d) Abastecimento de água a pessoas e animais no Sudoeste Africano e início de rega na Ovambolândia; e) Produção de energia hidroelétrica em Ruacaná.³⁷¹

Entre as ações que se visava alcançar com o acordo, destaca-se a construção de barragens no Gove e no Calueque, com vistas à regularização do curso do rio Cunene, acompanhado de um esquema no Calueque para bombear água para o abastecimento de pessoas no Sudoeste Africano. No que concerne à produção de energia elétrica, previa-se a construção de uma central hidroelétrica no Ruacaná, além de promover melhoramentos na barragem da Matala, naquele momento já em atividade, para promover uma maior produção elétrica e regularização do rio.³⁷²

A execução dos projetos concentrados no curso do rio situado inteiramente dentro do território angolano seria de responsabilidade do governo português. Inclusive a realização de estudos e os concursos públicos, porém, estes deveriam ser apresentados às autoridades sul-africanas. Dentro destes projetos, aqueles que se destinassem à regularização do caudal do rio, que por sua vez iriam acarretar em

³⁷¹ Diário Oficial do Governo, I série, 2º semestre de 1970, nº 250, p. 1589.

³⁷² *Ibidem*.

benefícios para o Sudoeste Africano, deveriam ser financiados pelo governo da RAS, inclusive no que tange ao pagamento de indenizações de populações afetadas pelas construções. Nestes casos, o pagamento por parte da África do Sul seria de 50%, sendo os demais 50% um empréstimo efetuado ao governo português, que deveria ser quitado em até vinte anos. Porém, ao fim, a propriedade total da obra pertencerá ao governo português.³⁷³

No caso da barragem do Calueque, que tinha como função promover o abastecimento de água do Sudoeste Africano, as cláusulas eram diferentes. Era permitida a retirada de 50% do caudal do rio em uma semana por meio de esquema de bombagem. Para a região da Ovambolândia, em que se previa o início dos trabalhos de rega, o total de retirada das águas do rio poderia ser maior. E, ao contrário do que ocorreria com os outros projetos, a elaboração dos estudos do projeto do Calueque era responsabilidade do governo sul africano, cabendo ao governo português a aprovação ou não do projeto apresentado, bem como a responsabilidade financeira de realização da obra.³⁷⁴

Percebe-se, claramente, que as cláusulas do acordo eram mais favoráveis ao governo português do que para RAS. Isto se deve a maior necessidade de fornecimento de recursos hídricos para o Sudoeste Africano, conhecidamente assolado pela seca, em comparação ao sul de Angola. Além disto, o fato de 87% da bacia do Cunene se situar dentro do território da colônia portuguesa, deixou o governo português em melhor posição nas negociações, visto que as partes do rio em que eram possíveis o estabelecimento de barragens e albufeira estavam quase todas (a exceção do Calueque e Ruacaná), inteiramente dentro da possessão portuguesa. Por tanto, se a RAS pretendia sanar os problemas do Sudoeste Africano, necessitaria se curvar as exigências portuguesas.

Ao fim, durante os vinte anos de atuação, o Plano do Cunene foi parcialmente executado em diversas áreas do curso do rio e contando de fato com a integração dos governos português e sul-africano. Durante este período, foram elaborados mais de vinte projetos, sendo muitos deles postos em prática. Observar-se-á no próximo subcapítulo os pontos priorizados pelos estudos de elaboração de projetos e os efeitos reais dos planos de aproveitamento hidráulico sobre o sul de Angola.

³⁷³ Ibidem.

³⁷⁴ Ibidem, p. 1590.

4.2- A execução do Plano do Cunene

Durante muitos anos o Plano do Cunene elaborou vários projetos que visavam à utilização dos recursos hidráulicos da bacia do Cunene. Estes planejamentos priorizavam entre suas ações a construção de barragens com vistas à produção de energia elétrica, albufaneiras para a criação de lagos represados para auxiliar no regadio, além da regularização do caudal, com o objetivo de amenizar o problema da seca excessiva em alguns meses do ano, em contraposição ao excesso de água no período de cheias. Cada projeto era precedido por estudos detalhados que visavam estabelecer os pontos em que cada obra deveria ser desenvolvida, respeitando as especificidades físicas de cada região do curso do rio.

O aproveitamento hidráulico dos rios africanos no contexto colonial foi uma prática que teve início antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, especialmente visando à construção de usinas hidrelétricas. Porém, foi a partir da década de 1950, em meio aos processos de independência, que estas se tornaram mais frequentes. Este período foi marcado por avanços significativos nas construções de barragens e tecnologias de transmissões de longas distâncias. Para alguns autores, estas barragens se tornaram símbolos do poder do Estado e um reforço para o recente nacionalismo em algumas nações africanas³⁷⁵, como foi o caso da represa de Assuã, construída durante o governo de Gamal Nasser, no Egito.

Embora estas barragens sejam desenvolvidas para atender questões econômicas, sociais e políticas, são os fatores ambientais os principais responsáveis pela concretização e viabilização dos projetos. As construções de barragens podem ou não atingir os objetivos econômicos ambicionados, porém, os efeitos dessas construções sobre o meio ambiente são inevitáveis. Além disso, ainda que se tenha em mãos todo investimento necessário para a execução dos projetos de barragens, estes só vão ser efetivamente postos em prática se as características ambientais da região forem compatíveis com o projeto elaborado.

De acordo com Kate Showers,

³⁷⁵ SHOWERS, Kate B: 'Electrifying Africa: an environmental history with policy implications', *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography* 93 (3): 193–221, 2011, p. 201.

Although both economic interests and political realities were major forces in the arrival and spread of electricity, it was the environment which had a non-negotiable role. Environmental factors constrained electricity production, and electricity production constrained, if not destroyed, ecosystem function. Technological advances enabled urban exploitation of increasingly distant ecosystems. Each time environmental limits were reached, changes in fuel and technology or technological innovation enabled not only continued, but increased, generation without environmental consideration. Directly or indirectly, the water cycle was always engaged, and disrupted.³⁷⁶

Tamanha importância do meio ambiente na construção de barragens pressupõe a realização de estudos específicos com vistas a diagnosticar possíveis impactos ambientais. Porém, essa premissa nem sempre é verdadeira e não foi para o caso do Plano do Cunene. Na teoria, o caminho seguido pelos estudiosos que elaboraram estes projetos dava especial atenção para questões bem particulares, a economia e a política. Estes foram, sem dúvidas, os pontos mais discutidos em todos os projetos, que buscavam por meio desses empreendimentos atrair imigrantes, através de melhores condições econômicas.

A urgência em solucionar os problemas econômicos e políticos da região fez com que ao longo das décadas muitos estudos fossem sendo desenvolvidos, chegando a mais de vinte pontos de aproveitamento ao longo da bacia do Cunene, tendo sua maior concentração no rio Cunene, o principal rio da bacia, como pode ser observado no mapa 12. Muitos projetos foram sendo executados quase que simultaneamente, o que levou a realização de obras muitas vezes ineficientes do ponto de vista social e questionáveis do ponto de vista ambiental.

³⁷⁶ Ibidem, p. 209.

Mapa 12: Localização de aproveitamentos da bacia do Cunene.



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – Cota: PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1183/18780. Escala 1:1000000

O primeiro passo para a realização do Plano do Cunene era justamente a elaboração de projetos realizados por engenheiros ligados a instituições portuguesas. Embora cada projeto seja direcionado para regiões distintas, portanto, com planos de aproveitamentos que variavam ao longo do curso do rio, muitos deles possuíam características bem parecidas. Via de regra, os projetos eram elaborados em etapas, divididos por fases de aproveitamentos em uma mesma localidade, como é o caso do aproveitamento hidráulico da Matala.

A Matala foi a primeira área que recebeu barragens na bacia do Cunene, com o estabelecimento da barragem Salazar, desenvolvida nos primeiros anos de implantação do colonato do Cunene, na década de 1950. Embora tenha sido desenvolvida já durante a ação efetiva dos Planos de Fomento, uma particularidade da Matala é que ela já era objeto de pesquisa na década anterior. Em 1946 foi apresentado um estudo sobre a viabilidade do aproveitamento do Cunene na Matala, como resultado da “Missão ao Sul de Angola”, organizada por um grupo de engenheiros, dentre os quais se destaca Trigo de Moraes.

Ao analisar os projetos elaborados a partir deste estudo, verificam-se as mudanças que a implantação do Colonato do Cunene trouxe para o aproveitamento hidráulico. Apesar do relatório da “Missão ao Sul de Angola” apresentar formas diversificadas de aproveitamentos, que englobavam questões agrícolas e hidrelétricas, os projetos elaborados a partir deste estudo e que foram aprovados eram estritamente relacionados ao fornecimento hidrelétrico. Como, por exemplo, o memorial descritivo publicado em 1951, chamado “Aproveitamento hidroelétrico o rio Cunene, em Matala”.

De acordo com o memorial, seria realizada na primeira fase do aproveitamento a construção de uma ponte de açude que serviria como estrada entre Capelongo e Vila da Ponte e para a estrada de ferro de Moçamedes. No que concerne a produção de energia, seriam construídas dois grupos de centrais com uma potência de 13600 kW cada. Esta energia seria utilizada para abastecer a zona agropecuária e industrial do Médio Cunene e a cidade de Sá da Bandeira, através de linhas de transmissões com os comprimentos de 110 e 180 km. Toda a obra teria um custo de 129.058.640\$00.³⁷⁷

No entanto, no ano seguinte, com o decreto de Lei nº 2.058 do Plano de Fomento, opta-se por agregar ao projeto elementos que possam

³⁷⁷ Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Cunene, em Matala. Parte Descritiva, tomo I. Ministério do Ultramar, 1951. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1186/0387.

promover a melhoria agropecuária, como investimentos de rega. Está claro que para o cenário que visava atrair colonos agricultores era mais interessante impulsionar a agricultura do que fornecer energia elétrica.³⁷⁸ Ao fim, foi este projeto que foi posto em prática, entrando a primeira central em funcionamento em 1959 (figura 14).

Figura 14 - Ponte na barragem da Matala, rio Cunene.



Fonte: Aproveitamento Hidráulico e Colonato do Cunene, 1963. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/CSFU/A2.127.04/0024.00148.

Quatro anos depois, em 1963, foi publicado um boletim informativo, denominado “Aproveitamento Hidráulico e Colonato do Cunene”, com vistas a propagandear o colonato e assim atrair novos interessados na migração. Neste novo documento, afirma-se que a energia hidrelétrica produzida na Matala até aquele momento era direcionada para Sá da Bandeira e Moçamedes, com três linhas de transmissão e três subestações. No que concerne ao colonato em si, percebe-se que há pouca divulgação do fornecimento de energia, em

³⁷⁸ Aproveitamentos do Cunene. Ministério do Ultramar, Inspeção-Geral do Fomento, 1954. Arquivo Histórico Ultramarino, A2.127.04/0024.00149..

detrimento do regadio. A energia nem se quer é mencionada como uma vantagem do colonato, em que restringem aos benefícios oferecidos o fornecimento de terras e regadio.³⁷⁹

No entanto, a pouca importância dispensada à energia elétrica neste caso não está relacionado a um descaso para com a produção hidrelétrica, mas sim com a supervalorização das questões econômicas que fomentariam a migração. Para uma maior produtividade do colonato era mais interessante resolver as questões pertinentes à produção agrícola, como a falta de água, solucionada através de regadio. Enquanto que nas áreas mais urbanizadas, local para onde era direcionada a maior parte da produção hidrelétrica, o fornecimento de eletricidade era essencial para o rendimento das indústrias.

Vale destacar que, em meados da década de 1950 e 1960, esta não era uma percepção exclusiva do colonialismo português em Angola. Em muitos locais da África, a construção de usinas hidrelétricas tinha a função de fornecer energia para as indústrias e, principalmente, para as áreas de mineração. De acordo com o relatório do *World of Commercial Geology*, já elaborado em 1921, a exploração dos recursos minerais depende diretamente da disponibilidade de energia mecânica ou elétrica de baixo custo. O valor do mineral no solo deve ser medido a partir da fonte de energia necessária para estabelecer seu uso comercial.

A knowledge of the water-power resources of the world is therefore essential to a proper study and utilization of the mineral resources. Furthermore, water power and mineral fuels will compete with each other in determining the selection of sites for manufacturing industries and in their development.³⁸⁰

Além da hidrelétrica de Matala produzir energia elétrica para áreas urbanizadas e mineradoras da região, nos anos 1960 os estudos realizados para a construção de novas usinas também estavam voltados

³⁷⁹ Aproveitamento Hidráulico e Colonato do Cunene, Conselho Superior de Fomento Ultramarino. Ministério do Ultramar, 1963. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/CSFU/A2.127.04/0024.00148.

³⁸⁰ United States Geological Survey *apud* SHOWERS, Kate B.: ‘Electrifying Africa: an environmental history with policy implications’, *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography* 93 (3): 193–221, 2011, p. 198.

para atender esta necessidade. Em 2 de junho de 1967, o Conselho Superior de Fomento Ultramarino homologou o parecer sobre o estudo realizado pelo “Grupo de Trabalho do Cunene e Cuvelai”, denominado “Esquema de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Cunene”.

De acordo com o estudo, nesta fase do aproveitamento (meados da década de 1960), a Matala ainda era a única hidrelétrica em exercício na bacia do Cunene. Em uma área de 3500 hectares, viviam 320 famílias europeias e 46 famílias africanas, onde se produziam trigo, tabaco, arroz e batata.³⁸¹ Além disso, a hidrelétrica já se encontrava preparada para receber um terceiro grupo que iria transportar energia até a fronteira com o Sudoeste Africano para o fornecimento do outro lado da fronteira. Este fornecimento estava previsto pelo acordo firmado entre o governo português e a República da África do Sul, desde o início das conversações, em 1964.³⁸² Porém, nesse momento, propostas de novas barragens já eram apresentadas, e o parecer prevê que a próxima a ser executada seja o aproveitamento do Gove.

Um ponto pertinente que se encontra tanto nos projetos elaborados para o aproveitamento hidráulico da Matala como para todos os demais aproveitamentos é a abordagem estritamente técnica dos projetos. É claro que documentos como o boletim informativo não vão abordar temas como os impactos ambientais do plano, uma vez que era priorizada a propaganda e apenas um resumo de questões técnicas. Nos demais projetos, no entanto, os projetos de circulação interna seguem o mesmo propósito, porém dando uma atenção maior aos elementos técnicos.

Questões referentes ao meio ambiente surgem apenas nas descrições hidrológicas da bacia, com a finalidade de demonstrar a viabilidade da construção e demonstrar a potencialidade para produção energética. Enquanto isso, não há nenhuma observação acerca dos efeitos que estas construções iriam causar no leito do rio e no regime de chanas e cacimbas tão tradicionais e exploradas pelos nativos que habitam a região, como será visto a seguir. Nem mesmo as áreas de desmatamento que deveriam ser feitas para o estabelecimento das barragens são discutidas.

³⁸¹ Parecer nº 10/67 – Esquema de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Cunene, 1967, p. 24. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/CSFU/A2.127.03/0015.00084.

³⁸² Parecer nº 10/67 – Esquema de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Cunene, 1967, p. 119. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/CSFU/A2.127.03/0015.00084.

A construção de barragens traz profundos impactos ambientais nas regiões em que são construídas. Toda a dinâmica do rio e das áreas próximas é alterada, com mudanças significativas na característica da correnteza do rio, que agora possui uma zona com águas paradas em reservatórios, além de alterações no ecossistema, até então adaptado a um caudal específico. Além de causar profundas transformações nos espaços que são inundados pelas águas para a construção de reservatórios, alterando assim todo o equilíbrio natural e social da região.

É importante ressaltar, no entanto, que hoje há uma legislação ambiental que garante um mínimo de atenção para com os impactos ambientais causados pela construção de barragens, porém, nem sempre foi assim. Para o caso português, a primeira lei com vistas à defesa do meio ambiente é a Lei nº 11/87 de 7 de abril de 1987, chamada de Lei de Bases do Ambiente, ou seja, lei elaborada após a descolonização de Angola³⁸³. Ainda assim, esta lei não traz referência específica aos impactos ambientais causados por barragens, porém, pode-se enquadrá-la no artigo 30º que diz que,

Os planos, projectos, trabalhos e acções que possam afectar o ambiente, o território e a qualidade de vida dos cidadãos, quer sejam da responsabilidade e iniciativa de um organismo da administração central, regional ou local, quer de instituições públicas ou privadas, devem respeitar as preocupações e normas desta lei e terão de ser acompanhados de um estudo de impacte ambiental.³⁸⁴

Sendo assim, a priori, a ausência de uma legislação que obrigue a realização de estudos prévios que analisem os impactos ambientais causados pela construção de barragens já aponta para uma consequente ausência deste conteúdo nos projetos que correspondem ao período aqui analisado. Porém, apesar da legislação portuguesa não exigir estudos de impactos ambientais naquele momento, um fator chama atenção, a visível diferença entre os projetos elaborados para a bacia do Cunene e o projeto de Cabora Bassa, no Zambeze. Ambos os projetos foram

³⁸³ ROCHA, Leonor. Legislação de avaliação de impacte ambiental: um estudo comparativo entre Portugal e Angola. **Praxis Archaeologica** 4, 2009, p. 8.

³⁸⁴ Legislação Nacional, Lei nº 11/87 de 7 de Abril de 1987, artigo 30º. Disponível em: <<http://www.iapmei.pt/acessivel/iapmei-leg-03.php?lei=162>>

elaborados por comissões científicas portuguesas, ambos estavam integrados aos Planos de Fomento e seriam desenvolvidos dentro de uma província ultramarina, porém, a diferença de tratamento para com o meio ambiente é gritante.

Enquanto no Cunene se optou por criar diversos projetos em um único rio, tentando solucionar questões diferentes quase que simultaneamente. Em Moçambique a escolha foi pela elaboração de apenas um projeto de grandes proporções, porém, constituído a partir da realização de estudos mais detalhados, levando em consideração os impactos ambientais, com o desenvolvimento de um inventário das espécies que seriam atingidas, considerando dados sobre geologia, botânica, zoologia, arqueologia e antropologia.³⁸⁵

A ausência desses elementos para o caso do Cunene pode ser verificada no parecer do projeto elaborado pelo Grupo de Trabalho no Cunene e Cuvelai. O projeto em questão foi um dos mais completos que foi localizado e visava analisar todos os pontos de aproveitamentos que ainda seriam desenvolvidos dentro do Plano do Cunene. Ao contrário dos demais projetos, que tinham uma versão oficial, o parecer do grupo de trabalho foi estritamente desenvolvido para circulação interna do Gabinete do Plano do Cunene e foi elaborado durante as conversações com a África do Sul, com apontamentos prévios das obras que seriam realizadas.

Antes de sua apreciação, fica descrito que este parecer vai abordar mais do que os aspectos específicos, enquadrando-o em questões gerais dentro do âmbito da valorização regional. O documento, assinado pelo presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, Eduardo de Arantes e Oliveira, aponta três condicionantes para a concretização do plano: o condicionalismo político, econômico e social. O meio ambiente é totalmente excluído dessa abordagem. No que concerne ao condicionalismo político, são ressaltadas as conjunturas políticas de Angola e do vizinho Sudoeste Africano, no qual é destacado o Plano Odendaal³⁸⁶, além dos acordos com a RAS.³⁸⁷

³⁸⁵ SILVA, Ana Paula; PAULA, Simoni Mendes de. **Electrifying Africa** – rivers management in the late Portuguese colonialism. (Artigo no prelo).

³⁸⁶ O Plano Odendaal foi uma proposta apresentada pela Comissão Odendaal, coordenada pelo então governador do Transvaal, Fox Odendaal, em 1964. O plano defendia o desenvolvimento separado para cada grupo étnico no Sudoeste Africano. Na prática, o plano, que entrou em vigor em 1969, promovia a separação de brancos, para onde eram direcionadas as melhores terras e os

Sobre o condicionalismo econômico é feita uma análise das particularidades econômicas ao longo da margem do rio Cunene, apontando um bom desenvolvimento para o norte do rio que apresenta uma densidade populacional de 20 hab/km², com condições ambientais propícias para a ocupação de europeus (que já se encontram em bom número) e produções agrícolas, tendo, portanto, bom desenvolvimento econômico. Porém, é categórico ao afirmar que “à medida que se caminha para o sul, o panorama vai se transformando para pior”.³⁸⁸ Sempre apontando que os locais com maior presença de europeus são os locais mais desenvolvidos, apontando os nativos como responsáveis por um desenvolvimento primário, com uma primitiva criação de gado, que apesar de contar com grande número, não realizava bom aproveitamento econômico.

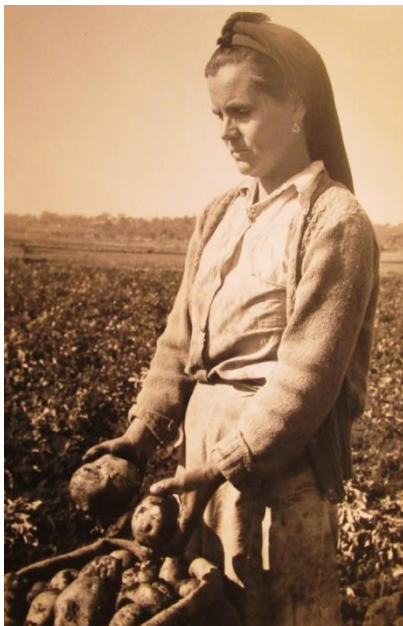
Embora as figuras 15 e 16 não tenham sido produzidas pelo grupo de trabalho em questão, pode-se observar a imagem do colono (branco e nativo) produtor que se busca apresentar como resultado dos trabalhos empreendidos pelo Plano do Cunene. Ambas as imagens são de 1955 e foram registradas no núcleo de Algés à Nova Lisboa, no Alto Cunene e demonstram a riqueza da terra produzida, apontando para a boa adaptação do colono branco e os benefícios que a presença deste causou para a assimilação do nativo.

recursos provenientes do aproveitamento do Cunene, e dos nativos, chamados de bantustans. Para muitos, a Comissão Odendaal significou um grande passo para a tentativa de implantação do Apartheid sul-africano no Sudoeste Africano.

³⁸⁷ Parecer n° 10/67 – Esquema de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Cunene, 1967, p. 112. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/CSFU/A2.127.03/0015.00084.

³⁸⁸ Parecer n° 10/67 – Esquema de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Cunene, 1967, p. 120. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/CSFU/A2.127.03/0015.00084.

Figura 15 - Colona Branca na 1ª colheita de batata, núcleo Algés à Nova, 1955.



Fonte: Conjunto de fotografias. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1178/05729.

Figura 16 - Colono indígena no núcleo de Álgés à Nova, 1955.



Fonte: Conjunto de fotografias. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1178/05729.

Por fim, quanto ao condicionalismo social, embora afirme que “um plano de desenvolvimento não pode ignorar os factores humanos, sob pena de estar condenado ao fracasso”³⁸⁹, o texto nem ao menos diferencia os grupos sociais que compõem este espaço, definindo todos como Cuanhamas (como muitos outros autores desse período). Elementos imprescindíveis como a possibilidade de deslocamento de pessoas para a construção de barragens não são nem ao menos citados,

³⁸⁹ Parecer nº 10/67 – Esquema de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Cunene, 1967, p. 133. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/CSFU/A2.127.03/0015.00084

bem como o deslocamento desses grupos para áreas menos favorecidas em detrimento dos colonos brancos.

No que diz respeito ao rio em si, o estudo se restringe aos dados hidrológicos e geológicos, com análises inteiramente técnicas, dando especial atenção ao caudal e as precipitações. Ao fim, o estudo conclui que,

[...] as características hidrológicas da bacia do Cunene, em anos médios e pluviosos, são conhecidas com aproximação satisfatória a montante da Matala; a jusante desta os dados de que se dispõe são muito deficientes, embora permitam tirar algumas conclusões com grandes reservas; em ano seco, todas as deduções que se façam são extremamente frágeis dada a carência total de elementos.³⁹⁰

Cabe aqui ressaltar que este estudo foi um projeto preliminar, que buscava apontar todas as possibilidades de aproveitamento do rio, visando destacar os pontos que deveriam ser abordados em um segundo momento, quando fossem realizados os projetos individuais de cada aproveitamento. E é por isso que a ausência de referências ao meio ambiente e os possíveis impactos ambientais causa surpresa. Em momento algum é sugerido que se faça um inventário das espécies situadas nas regiões das obras, nem ao menos se discute a questão de deslocamento de pessoas ou indenizações. Os próximos passos após este trabalho, ou seja, os projetos individuais, geralmente não acatam todas as observações mencionadas neste estudo, o que já nos antecipa que de fato, tais elementos não foram discutidos. E assim, percebe-se que quanto mais detalhado é o estudo, menos atenção se dispensa às questões socioambientais.

É certo que esta postura está também relacionada à prioridade dada aos interesses políticos e econômicos do governo. Um exemplo disto é a postura das autoridades portuguesas assumidas diante dos planejamentos de barragem no Calueque, próximo à divisa com o Sudoeste Africano. Em virtude da proximidade com a fronteira e da deficiência de fornecimento de água existente na região vizinha, a

³⁹⁰ Parecer n° 10/67 – Esquema de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Cunene, 1967, p. 160. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/CSFU/A2.127.03/0015.00084

barragem do Calueque, assim como os projetos para as barragens do Ruacaná, foi desenvolvida a partir do acordo de 1969, firmados entre os governos português e sul-africano. Tal qual a terceira fase do fornecimento de energia da Matala, a barragem do Calueque foi produto das negociações diplomáticas na década de 1960.

Como foi visto anteriormente, caberia as autoridades sul-africanas a realização dos projetos e planos, visto que além de fornecer energia, a barragem tinha como principal objetivo a regularização do caudal do Cunene com vistas ao abastecimento de água do Sudoeste Africano. Porém, embora seja desenvolvido pela RAS, o projeto deve passar pela aprovação das autoridades portuguesas, assim como os contratos celebrados com empreiteiros passariam pela vistoria das leis portuguesas.³⁹¹

Na prática, no entanto, as autoridades portuguesas realizaram estudos de planejamentos para as barragens do Calueque. Por se tratar de uma obra que iria beneficiar muito mais o Sudoeste Africano do que Angola fica evidente a dedicação portuguesa em demonstrar os problemas decorrentes desta obra. Além de aspectos econômicos, que como foi visto sempre ganham destaque nos projetos³⁹², a questão política foi muito bem analisada, juntamente com um estudo detalhado da geologia da região, análise esta que se encontra brevemente nos outros projetos. O beneficiamento quase que exclusivo da região vizinha foi o ponto fundamental para que tais questões fossem levantadas e não uma preocupação altruísta com o meio ambiente.

O geólogo Dr. Motta Marques em nome do “Serviços de Geologia e Minas de Angola” desenvolveu um estudo sobre os problemas que adviriam do estabelecimento de um lago artificial, conforme proposta da RAS. Segundo Marques, o local onde se prevê a construção da barragem apresenta um contato anormal de grés arcósicos e quartzitos. Esta formação ocorre nas proximidades com a base do Kalahari, uma região muito fraturada, assim a construção da barragem pode causar infiltração no Kalahari.

O volume da água infiltrada poderá ser acrescido com infiltração ao longo da zona de fracturação

³⁹¹ Ibidem, p. 1590.

³⁹² GÓIS, Carlos Augusto Quintela. Regularização do Rio Cunene para o aproveitamento do Ruacaná, p. 1967. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino. PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1187/00134.

em que se encontra instalada a ‘mulola’ Mui, cujo leito se encontra muito próximo do topo das formações calcárias ou mesmo, nalguns troços, instalados sobre aquelas formações.³⁹³

Importante ressaltar que, embora o estudo apresente uma análise mais pormenorizada dos aspectos geológicos, o foco está em demonstrar a inxequibilidade do projeto por questões práticas de retorno das expectativas criadas e não como uma preocupação com os danos que tal lago pode causar ao ecossistema. Além disso, o outro ponto pretendido com esse projeto, único do qual Angola teria proveito, o aproveitamento da barragem para produção de energia não é se quer questionado no relatório, visto que assim como os demais projetos desenvolvidos para a bacia do Cunene, este também traria benefícios para a política colonial.

A desatenção para com os elementos socioambientais dos projetos aponta para a naturalização dos impactos ambientais. Embora não haja estudos específicos que apontem os possíveis impactos ambientais causados pelas construções, percebe-se que havia conhecimento do meio natural, uma vez que este era necessário para a realização do projeto. No entanto, em virtude de uma característica do pensamento comum da época, considerava-se, de certa forma, “natural” sacrificar parte do meio ambiente em nome de um “progresso”.

Sendo assim, a inexistência dessas questões nos projetos, seguramente não significa a ausência de degradação ambiental nessas construções. Destacam-se aqui dois pontos importantes sobre os impactos causados pelas barragens, um se refere às questões ambientais propriamente ditas e o outro diz respeito aos problemas sociais que são desencadeados a partir do deslocamento de grupos e de alterações na sua dinâmica social e econômica.

Embora ambas as problemáticas estejam ausentes na maioria dos projetos é possível encontrar nos documentos disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, provenientes do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, o IPAD, uma série de fontes das mais variadas procedências em que se encontram referências a implicações ambientais destas obras. Como, por exemplo, o caso do desmatamento empreendido na região do Quiteve-Humbe, onde se estabeleceu as obras para regadio.

O desmatamento de áreas para a implantação das barragens é um dos principais problemas ambientais concernentes a estas construções,

³⁹³ Ibidem, p. 17.

porém é o mais banalizado. Uma vez determinado o alagamento de vastas áreas para o desenvolvimento de reservatórios de água, os documentos demonstram destinar pouco interesse para com as espécies que serão perdidas, como se a ausência destas não fosse capaz de provocar o desequilíbrio do meio ambiente. Porém, não é isso que se vê na prática, visto que com o desmatamento os problemas vão além da perturbação da flora local, levando a um grave problema na fauna, devido à alteração drástica do ecossistema.

No caso da região do Quiteve-Humbe, a área desmatada era de 4600 hectares. O próprio Programa de Trabalho apresentado para a execução das obras aponta que a região possui uma vegetação densa, constituída por algumas espécies de grande porte, como o Baobá, também conhecida como embondeiro. Além dele, destacam-se as espinheiras, mequiates, gongueiros, muquetes, mepandas e mupupas, distribuídas ao longo de uma região de clima semi-árido,³⁹⁴ levando ao número de cerca de 300 árvores por hectare. Por tanto, estimava-se que seriam derrubadas cerca de 1.380.000 árvores apenas para a elaboração do regadio do Quiteve-Humbe.

Duas empresas especializadas em desmatamentos disputavam o concurso de empreiteiras: a MECA, de Novo Redondo em Angola, e a CODAM, de Lourenço Marques em Moçambique. O principal debate na seleção era a derrubada do Baobá. O Baobá é uma espécie que tem como característica o tronco largo e alto, sendo assim, a derrubada destes tornaria a operação mais onerosa. Estimava-se que a área a ser desmatada continha algo em torno de 10 mil embondeiros.³⁹⁵ De acordo com a portaria nº 421/74 de 9 de julho de 1974 do Boletim Oficial, a empresa CODAM venceu o concurso. O custo para o desmatamento seria de 25 339 800\$ escudos.³⁹⁶

³⁹⁴ Empreitada de “Desmatação de terras da Fase Piloto do Regadio Quiteve-Humbe”, Programa de Trabalhos, 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00215.

³⁹⁵ Processo relativo à desmatação do Quiteve-Humbe, 1974-1977. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00215..

³⁹⁶ Diário Oficial, I Série, nº 158, 2º semestre de 1974. Gabinete do Plano do Cunene, Portaria 421/74, p. 796. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00215.

O desmatamento ainda vai ao encontro de outro problema mencionado acima, as implicações sociais da construção de barragens. No caso do Quiteve, as espécies derrubadas possuíam vários significados para os habitantes da região, especialmente no que concerne às árvores frutíferas, visto que os frutos faziam parte da dieta alimentar da população. O baobá, por exemplo, produz um fruto chamado mucua, utilizado para produção de sucos e a muamba (um tipo de mingau). Além disso, as raízes, cascas e folhas são utilizadas na medicina tradicional.³⁹⁷

Além disso, o baobá é uma árvore rica em significados sociais, sob sua copa a vida social acontecia, compõe a paisagem da região, por isso é chamada de “a árvore da aldeia.”³⁹⁸ Tantos significados levaram a insatisfação da população que ofereceu forte resistência à derrubada das espécies que resultou na suspensão do derrube. “[...] A ordem de suspensão de derrube de tais árvores dada ao empreiteiro se deveu a circunstâncias de evitar atritos com as populações, que a concretizarem-se teriam repercussões graves e imprevisíveis [...]”³⁹⁹

Certamente, o desmatamento de Quiteve não foi o único ocorrido durante essas décadas de política de aproveitamento hidráulico. A ausência de considerações sobre desmatamento nos estudos especializados e a ocorrência de concursos para selecionar empresas para efetuar o desmatamento nos leva, novamente, a ideia de uma naturalização da degradação ambiental. Claramente havia uma banalização do meio ambiente, reforçada pelas ideias desenvolvimentistas que pregavam o ideal do desenvolvimento necessário, independente das consequências.

Outra questão social em que se percebe uma naturalização é o deslocamento de pessoas. Enquanto o desmatamento foi banalizado durante décadas até que uma legislação específica apontasse para os

³⁹⁷ BONIFÁCIO, Cleovamir José; HENKES, Jairo Afonso. Redução dos remanescentes de Andasonia Digitada (Imbondeiro, Embondeiro ou Baobá) no perímetro de Luanda. In: **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v.1 , n.1, 2012, p. 161.

³⁹⁸ WALDMAN, Maurício. O Baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial. In: **África: Revista de Estudos Africanos**. USP, São Paulo, número especial 2012, p. 225.

³⁹⁹ Empreitada de Desmatação da 1ª Fase do Regadio do Quiteve-Humbe. Despacho de Joaquim Forte de Farias, 02 de outubro de 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino. PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00128.

problemas decorrentes desta prática, o deslocamento de pessoas era um problema real, visto que mexia com relações sociais, porém era visto como algo inerente ao desenvolvimento. Isto fica ainda mais evidente durante o colonialismo, em que foi disseminada a ideia de que poucos grupos nativos tinham noção de propriedade de terras e uma produção consistente vinda delas.

Para o caso do Quiteve-Humbe, por exemplo, foi solicitada a desapropriação da exploração pecuária Ruth Kisker, localizada na área que deveria ser desmatada.⁴⁰⁰ A solicitação foi de restituição da parcela de terras denominada “Camba” para o Estado. O terreno em questão estava em nome de Oskar Kisker e foi solicitado por meio de processo que correu no Tribunal da Comarca da Huíla.⁴⁰¹ A procura dos cidadãos por seus direitos comprova que embora não houvesse uma legislação que os defendesse, havia a noção de direito a qual deveria ser considerado.

Não apenas no Quiteve-Humbe teve a necessidade de promover o deslocamento de pessoas, mais ao sul, no Calueque, na fronteira com o Sudoeste Africano, a questão foi recorrente. Como se tratava de uma barragem localizada na fronteira, esta estava integrada ao Acordo de 1969 que previa que as indenizações pagas às famílias que ocupassem regiões onde seriam efetuadas as obras seriam de “[...] inteira responsabilidade da República da África do Sul pagar, nos termos da lei portuguesa, as indemnizações surgidas no decurso e resultantes da construção das obras.”⁴⁰² Diante de tal acordo, as autoridades portuguesas não se furtaram em efetuar as cobranças devidas.

De acordo com a correspondência do delegado Joaquim Forte de Faria, havia sido realizado um inventário da ocupação humana da região onde seriam executadas as obras, em que estaria previsto a transferência desta população para que sua presença não “[...] perturbasse ou

⁴⁰⁰ Requerimento da Firma Meca – Mecanização Agrícola, LDA. Gabinete do Plano do Cunene, 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino. PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00128.

⁴⁰¹ Certidão processo de expropriação da exploração pecuária Ruth Kisker, 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino. PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00128.

⁴⁰² Barragem do Calueque – Indemnizações. 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino. PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1180/00132.

impedisse efectivamente o desenvolvimento dos trabalhos em causa.⁴⁰³ No entanto ao longo do desenvolvimento do plano, outras regiões não previstas precisaram ser desocupadas.

De acordo com a correspondência, o pagamento de indenizações foi acordado entre os proprietários das terras e Delegação do Gabinete do Cunene, mas que deveria ser pago pelos sul-africanos. Ao fim, se solicitou o pagamento da indenização em cabeças de gado, prática que segundo consta já vinha sendo realizada em outros casos parecidos na região.⁴⁰⁴

Esses casos acima apresentados apontam para outro problema recorrente nos projetos de planeamento, a exclusão do ser humano e das relações destes com o meio ambiente. Apesar da intensa propaganda do colonato do Cunene que, em teoria, havia sido formulado para, além de imigrantes brancos, proporcionar melhores condições para os africanos, o que se observa na prática é o oposto. Embora estas obras sejam projetadas para muitas regiões habitadas do sul de Angola, este fator não é sequer mencionado nos planos. Em muitos planeamentos não se discute a utilização das áreas a serem desmatadas, tão pouco se menciona que muitas das regiões que receberam as águas das barragens são áreas habitadas e que, portanto, exigiriam uma série de acordos e indenizações, já que esta população predominantemente rural retira da terra o seu sustento.

Estas áreas em que foram projetadas algumas destas barragens eram regiões habitadas, com populações que possuíam suas próprias dinâmicas sociais e econômicas. No caso das barragens do Calueque e do Ruacaná, que estão situadas no Baixo Cunene, contam com habitantes que eram exímios criadores de gado e que por muitas décadas buscaram formas de se adaptar à aridez da região. Seu estilo de vida, baseado nos recursos naturais que lhes eram oferecidos, como as cacimbas e chanas, seria totalmente alterado com os novos planos.

Como se pode observar na figura 17, onde se destacam as planícies de inundação a jusante de Roçadas, a região em questão possuía um particular sistema de inundação natural, que logicamente seria alterado com as construções propostas, alterando assim o equilíbrio

⁴⁰³ Barragem do Calueque - Aerodromo. 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino. PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1180/00132.

⁴⁰⁴ Barragem do Calueque – Indemnizações. 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino. PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1180/00132.

social estabelecido ao longo de muitas décadas naqueles grupos. Embora possa se argumentar que as mudanças seriam positivas, não se pode deixar de considerar que o deslocamento de pessoas de suas áreas de origem, poderia acarretar em problemas econômicos, seja com a adaptação do gado em outras terras e das plantações que seriam inundadas pelas águas do rio, especialmente em grupos que tinham nos recursos naturais o seu ganho.

Figura 17 - Planícies de inundações a jusante de Roçadas.



Fonte: Cunene River Hydrological Studies. South West Africa Administration, 1966. Arquivo Histórico Ultramarino, cota PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1178/01337.

Os estudos empreendidos no Baixo Cunene, no entanto, apresentam uma particularidade não encontrada para outras regiões, os estudos realizados paralelamente com o grupo Cuanhama. Como foi dito anteriormente, o Cuanhama é o único grupo étnico citado nominalmente nas fontes. Pode-se ressaltar como motivos para tal diferenciação de tratamento a sua localização, na região fronteiriça, região praticamente

desabitada de colonos europeus e de difícil fiscalização das autoridades do governo. Além disso, cabe destacar que o histórico conflito entre cuanhamas e as tropas portuguesas no início do século, garantiu ao povo a fama de bravos guerreiros, despertando assim a atenção dos defensores do colonialismo.

Os trabalhos elaborados em conjunto com a República da África do Sul também exigiram atenção redobrada do governo que, com a crescente preocupação para com o grupo, criou um grupo de estudos específico de cuidado com os cuanhamas no Serviço da Secretária Provincial Fomento Rural, que visava a

[...] intensificação de actuação na região tendente a incrementar rapidamente o desenvolvimento económico regional e melhorar o nível de vida das populações nativas por forma a evitar que a degradação da situação pudesse ter de vir a impor soluções que, por serem humanamente menos aconselháveis, não trariam resultados satisfatórios.⁴⁰⁵

É certo que todas as ações voltadas para o melhoramento agropastoril no Baixo Cunene não tinham o intuito de melhorar a vida dos cuanhamas e assim mantê-los ao seu lado, mas sim, aumentar o número de colonos portugueses na região e assim dificultar a organização militar a partir da separação de um grupo, em tese, coeso. Além de dificultar a penetração de agentes contrários ao colonialismo pela fronteira. E isto seria possível, também, a partir de boas relações com a África do Sul, extinguindo qualquer ameaça externa vinda da fronteira sul.

De fato, a ameaça aos planos portugueses por parte de alguns grupos localizados nas proximidades da fronteira era real. Em um texto de autoria desconhecida, porém com referências de apoio ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), que teve cópia com circulação interna no Gabinete do Plano do Cunene, sob o título de “Plano do Cunene: Uma estratégia de dependência”, os autores ressaltam que a razão primordial para a implantação do Plano do Cunene era promover o estabelecimento de colonos brancos no Baixo

⁴⁰⁵ CARRIÇO, Jacinto dos Santos; Pereira, Francisco Sá. Relatório de uma visita de estudo ao Cuanhama efectuada por incumbência do secretário provincial de fomento rural. Nova Lisboa, 1973, p. 1. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1175/00431.

Cunene, entendido como a única forma de manter o poder colonial em ambos os lados da fronteira.

A instalação de uma zona de colonização branca na fronteira, chamada por eles de “zona sanitária”, acarretaria na falta de comunicação dos grupos africanos, que por sua vez não conseguiriam se organizar em movimentos de libertação. O isolamento dos grupos nativos iria fortalecer o poder branco, levando a instauração de programas governamentais semelhantes ao *apartheid*. O que por sua vez iria prejudicar a ação organizada do MPLA. Por este motivo, no início da década de 1970, algumas células do MPLA entraram em ação na área do Cunene, atacando postos do exército português e planejando investir contra as construções de barragens, contando com o apoio da resistência armada da SWAPO, do Sudoeste Africano, que surge no documento chamado de Namíbia, nome que não era utilizado nos documentos oficiais do governo português e da RAS.⁴⁰⁶ De acordo com o texto,

O verdadeiro significado do Plano do Cunene apenas pode ser visto em termos de um amplo contexto – juntamente com Cabora Bassa – como parte do plano de Portugal e da África do Sul para manter a sua hegemonia. O objecto do Cunene é o de acelerar a integração em Angola da Namíbia através da integração branca, do entricheiramento militar e do investimento Ocidental. O êxito criaria sérias dificuldades à luta do povo africano pela liberdade. Os regimes brancos esperam que isto conservará a administração branca num futuro mais ou menos previsíveis.⁴⁰⁷

Para o autor, as negociações entre o governo português e sul-africano teriam sido retomadas na década de 1960, quase quarenta anos após a assinatura do acordo de 1926, em virtude das insurreições comandadas pela MPLA, que colocaria em risco o sucesso do plano da dominação branca. De fato, as ações mais endurecedoras dos grupos de libertação de Angola atuaram a partir dos primeiros anos da década de 1960, período em que se iniciaram as conversações com a África do Sul e a intensificação dos estudos para elaboração dos projetos do Plano do

⁴⁰⁶ M.P.L.A – Plano do Cunene, p. 10. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1170/00120.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 25.

Cunene, o que talvez justifique a organização de projetos tão superficiais, em busca da emergência de introduzir os colonos brancos.

Ainda, de acordo com o texto e fundamentado em uma percepção totalmente influenciada pelo socialismo o qual o MPLA estava ligado, defende-se que o aproveitamento hidráulico do Cunene era um meio de exploração dos recursos minerais e agrícolas de Angola e da Namíbia, com vistas a reforçar a dominação racista e colonial na África Austral.⁴⁰⁸ Acreditava-se também que a implantação do Plano do Cunene levaria ao fim da agricultura de subsistência, e o “[...] capital será atraído, e seguir-se-ão aperfeiçoamentos nos métodos de agricultura extensiva, extractiva, de processamento e de exportação.”⁴⁰⁹

Este fator econômico que tanto se ressalta nos projetos de implantação de barragens, quando observados nos relatórios apresentados pelos representantes portugueses sobre o caso dos Cuanhama e do Sudoeste Africano, aponta para uma percepção até então pouco visível a partir da observação simples dos projetos em si, a dualidade e contradições existentes entre as ações e os discursos. Embora tenha sido dado tanto destaque para o desenvolvimento econômico da bacia do Cunene, esta não era a preocupação central do Plano. É claro que retorno financeiro é sempre um ponto almejado, porém, nem de longe é o motivador principal destas ações.

Sabe-se que as ações para regularização do fornecimento de água para o Baixo Cunene que exaustivamente foram debatidos em relatórios, como o estudo do engenheiro José Carvalho Alves Costa, denominado “Abastecimento de água ao Baixo Cunene: situação actual e possibilidades”⁴¹⁰, e no relatório da Secretária Provincial de Fomento Rural, de autoria de Jacinto Carriço e Francisco Sá Pereira⁴¹¹, não tinham a finalidade principal de produzir divisas para o Estado português a partir da introdução de colonos portugueses. O foco, em um

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 1.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 6.

⁴¹⁰ COSTA, José Carvalho Alves. Abastecimento de água ao Baixo Cunene: situação actual e possibilidades. Serviço de Geologia e Minas, Província de Angola. Arquivo Histórico Ultramarino, MUU/DGOPC/CDTE 9/1290 - 1/2 OP05252.

⁴¹¹ CARRIÇO, Jacinto dos Santos; Pereira, Francisco Sá. Relatório de uma visita de estudo ao Cuanhama efectuada por incumbência do secretário provincial de fomento rural. Nova Lisboa, 1973. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1175/00431.

primeiro momento, estava em garantir a presença branca na região e afastar o perigo da insurreição dos nativos.

Outra questão contraditória e que exemplifica a dualidade do governo português está no relatório de estudo realizado por alguns políticos e engenheiros portugueses, como Bettencourt Moreno, José Fernandes, António Serra e Carlos Góis. Neste relatório, de 1969, os autores precisam realizar um jogo de palavras, que não os indispuessem com a África do Sul, porém que se mantivessem obscuras suas reais intenções. Assim, iniciam o texto afirmando que os planos da RAS para o Sudoeste Africano tinham sido influenciados pela política do *Apartheid*, com a criação de núcleos negros. Política esta que os diferenciava das intenções do governo português para Angola, local onde é a “[...] a integração que impera”.⁴¹² Ora, sabe-se que esta integração só é aceita por ser o único meio de manter a região sob seu domínio.

Porém, algumas linhas abaixo, o relatório ressalta os pontos positivos da ação sul-africana, alegando que as zonas reservadas para os habitantes negros, localizadas no norte do Sudoeste, nas margens do Cunene, eram áreas inóspitas, mas que seriam melhoradas pelo aproveitamento do Cunene. Em pouco tempo, a região se tornaria autossuficiente economicamente e auto-administradas, local onde a “[...] acção do branco se resumirá a marcar presença naqueles aspectos que a RAS considera indispensáveis para dominar, militarmente e na rectaguarda, o território.”⁴¹³

Outro fato que corrobora a ideia de que o Plano do Cunene não estava focado em atrair divisas para Portugal, são os contratos com empresas para realização das obras das barragens. Embora o governo tenha criado uma série de problemas a ser resolvido no ultramar, a solução para os problemas não estava dentro do território português. Como de praxe, todas as obras executadas tinham seus editais licitatórios lançados no Diário do Governo. A partir desses processos, observa-se que as obras realmente expressivas e que trariam boas arrecadações de lucros, não necessariamente seriam realizadas por

⁴¹² Visita de estudo ao Sudoeste Africano. Relatório. Grupo de Trabalho Cunene e Cuvelai. Conselho Superior de Fomento Ultramarino, p. 1969, p. 1. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1170/00295.

⁴¹³ Visita de estudo ao Sudoeste Africano. Relatório. Grupo de Trabalho Cunene e Cuvelai. Conselho Superior de Fomento Ultramarino, p. 1969, p. 1. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1170/00295.

empresas portuguesas, levando assim, para o exterior, os lucros provenientes do plano.

Via de regra, os editais lançados não faziam qualquer objeção ao fato de empresas estrangeiras participarem do concurso. No caso do “Concurso público para adjudicação da empreiteira de fornecimento e montagem de equipamento hidroeléctrico do rio Cunene, em Matala”, publicado no dia 04 de outubro de 1952, no Diário Oficial, a única referência feita a participação de estrangeiros apenas exigia que o estrangeiro que desejasse participar, deveria entregar uma declaração escrita, de que “[...] desiste completamente do seu foro especial como estrangeiro, sujeitando-se plenamente às leis e tribunais portugueses e designando domicílio em território português [...] até à sua final liquidação.”⁴¹⁴

O concurso contou com a participação de diversas empresas, como as portuguesas SETEC (Sociedade de Estudos Técnicos) e Azevedo & Pessi Limitada, além de empresas internacionais que possuíam representações em Portugal, como a italiana Ansaldo – San Giorgi. Porém, de acordo com a nota do Diário do Governo publicada no dia 19 de agosto de 1953, a empresa escolhida no concurso havia sido a empresa belga A.C.E.C (Ateliers de Constructions Electriques de Charleroi).⁴¹⁵

A escolha pela empresa belga rendeu uma matéria entusiástica no jornal *O Século*, de 03 de outubro de 1953, com o título de “Intercâmbio técnico e económico luso-belga revela-se com particular grandeza no campo das indústrias eléctricas.” Apresentada como um grande expoente em sua área, a A.C.E.C já vinha atuando no mercado português realizando trabalhos de eletrificação em Portugal e agora poderia expandir seu trabalho para as províncias ultramarinas. Porém, antecipando uma possível preocupação dos seus leitores com relação ao empreendimento financeiro que sairia das fronteiras portuguesas, matéria faz questão de ressaltar que,

Os ACEC, seguindo a política em que se firmaram de aproveitarem ao máximo as possibilidades da indústria portuguesa, obrigaram-se a integrar nos seus fornecimentos para Matala a

⁴¹⁴ Diário Oficial do Governo, III Série, Número 235, 4 de outubro de 1952. Pasta op 6417.

⁴¹⁵ Diário Oficial do Governo, III série, número 193, de 19 de agosto de 1953. Pasta op 6418.

maior quantidade possível de máquinas e de mão-de-obra nacional, que está previsto atinja um valor superior a 15.000 contos, ou sejam cerca de 30 por cento do montante total da adjudicação.⁴¹⁶

A mesma situação ocorreu na construção do esquema de bombagem do Calueque, onde o governo português optou pela escolha da empresa Lafrenz/Ltda, em contraposição à três empresas portuguesas que haviam se inscrito no concurso.⁴¹⁷ Vale destacar ainda que conforme os acordos firmados com a RAS, nas barragens onde ambos os Estados estivessem envolvidos financeiramente, a parte que caberia ao governo português seria realizado com empréstimos fornecidos pela RAS, em virtude da baixa renda para investimento que o governo português possuía naquele momento.

Sendo assim, é válido concluir que o empreendimento do Plano do Cunene não possibilitou crescimento econômico do Estado português, muito pelo contrário, rendeu a ele um prejuízo financeiro, acrescido ainda dos gastos com a guerra colonial. A economia tanto discutida nos projetos não passa de um chamariz para alguns portugueses que passavam por dificuldades na metrópole e viam nas colônias uma possibilidade de crescimento. Porém, o que é interessante perceber é que neste cenário todo, a questão socioambiental estava tão longe de ser pensada, que nem nos discursos forjados para a elaboração dos projetos, ela era pensada, que dirá executada.

O Plano do Cunene se manteve em atuação até o fim do colonialismo. O processo ocorrido entre 1974 e 1975 com a instituição da independência de Angola, também serviu ao Gabinete do Plano do Cunene, organismo do Conselho Superior de Fomento Ultramarino que se dedicava aos trabalhos do Plano do Cunene desde 1969. A partir de 1975, o Gabinete passa por uma reestruturação de transferência de seus trabalhos, que passariam a ser centralizados apenas em Angola.⁴¹⁸

⁴¹⁶ Intercâmbio técnico e económico luso-belga revela-se com particular grandeza no campo das indústrias eléctricas. **Jornal O Século**, 03 de outubro de 1953, p. 14.

⁴¹⁷ Adjudicação das obras do esquema de bombagem de Calueque, construção Civil. Grupo de Trabalho do Cunene e Cuvelai, Conselho Superior de Fomento Ultramarino. Ministério do Ultramar, 1969. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1178/08336.

⁴¹⁸ Gabinete do Plano do Cunene – Estudos e Projectos, Nota síntese, 1975. Arquivo Histórico Ultramarino, cota PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1193/00123.

Com a retirada da presença portuguesa no sul de Angola após a independência, as consequências da Guerra Fria se intensificaram na região. Com apoio cubano, o MPLA assumiu o poder em Angola, esse apoio foi visto pelo governo sul-africano como uma ameaça comunista aos regimes brancos daquela região e, por consequência, uma ameaça ao *apartheid*. Essas movimentações políticas provocaram conflitos armados na região.

Durante os anos de guerra, as tropas sul-africanas ocuparam, por duas décadas, as barragens de Calueque e Ruacaná. O posicionamento da RAS após a independência apenas reitera a ideia de que o controle sobre estes recursos eram essenciais para a manutenção do poder branco na África Austral. Mesmo após a independência total do Sudoeste Africano, que passou a se chamar Namíbia, as forças sul-africanas continuaram bombardeando a região das barragens até o início dos anos 2000.⁴¹⁹

⁴¹⁹ GONÇALVES, José Manuel. **Valoração econômica da água no Baixo Cunene e médio Uruguai em função dos direitos e mudanças institucionais.** Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2003, p. 60.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou elucidar alguns pontos que, por muito tempo, mantiveram-se à sombra da historiografia oficial sobre o colonialismo português. Utilizando o rio como objeto central de pesquisa foi possível rever questões coloniais por outro ângulo, trazendo, por meio da análise das interações com o rio, novos elementos que, apesar de serem desconsiderados em alguns trabalhos, foram importantes para a construção de novas relações sociais e políticas trazidas à tona no decorrer do colonialismo em Angola, seja elas com o meio ambiente ou entre grupos que se estabeleceram nesse meio.

Com o auxílio da História Ambiental, entende-se que as interações entre os grupos humanos que habitam determinada região não são indissociáveis do meio ambiente, mas sim parte dele. As ações humanas estão imbuídas de uma rede de relacionamentos, que envolve processos e sistemas de interação entre os próprios seres humanos e deles com a natureza. Não se pode pensar em uma relação binária, mas sim, em uma interferência mútua.⁴²⁰ Assim, por meio dessa percepção, entende-se que muitas das ações promovidas pelo governo português só foram possíveis em virtude dos aspectos físicos do meio ambiente em que o colonialismo foi instaurado. Da mesma forma, as práticas diárias que por fim se tornaram características sociais e culturais dos grupos locais, sobretudo, o cuamato e cuanhama, são decorrentes, em partes, das características físicas do meio em que se desenvolveram.

Tendo em vista essas considerações, verifica-se que ao longo do colonialismo português em Angola, especialmente no sul da colônia, durante os quase cem anos abordados por este trabalho, as ações governamentais estavam vinculadas, de alguma forma, à influência física do rio. Mesmo enquanto ainda se mantinha desconhecido para a maioria dos portugueses, o rio Cunene já começou a figurar como elemento chave, na esperança de construir no centro-sul do território africano um corredor português, formalizado no mapa Cor-de-rosa. Como foi visto, alguns anos depois se descobriu que o rio em questão não possuía a sonhada ligação com o rio Zambeze, porém, não tardou

⁴²⁰ ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (org.) **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 169.

para que as autoridades portuguesas descobrissem outra utilidade para o rio no percurso de instalação do colonialismo.

Nos anos que se seguiram, pode-se constatar que o emprego do rio Cunene nas questões coloniais se tornou ainda mais recorrente. As terras Além-Cunene, reduto de povos nativos que possuíam contato com os europeus da forma mais restrita possível, passaram a receber atenção das autoridades portuguesas, cientes da necessidade de estabelecer postos avançados no território com a finalidade de assegurar a ocupação colonial portuguesa. O contato imediato entre militares portugueses e um reforçado exército comandado pelos grupos locais acarretou em uma sequência de batalhas que perduraram por quase dez anos.

Em um claro exemplo de que as interações com o meio ambiente podem ser decisivas para o desenvolvimento de organizações sociais e políticas, constatou-se que a maior probabilidade da vitória na guerra estava ao lado de quem conseguisse utilizar os recursos hídricos oferecidos pela bacia do rio Cunene. Ao longo de décadas, os cuamatos e cuanhamas vinham desenvolvendo formas de domesticar as características físicas da região, que ora apresentavam um território árido, ora inundado, para vencê-los, os militares portugueses teriam que se apropriar desse conhecimento. Não por acaso, nos anos antes das batalhas decisivas, alguns estudos foram elaborados a pedido das autoridades com a finalidade de conhecer a região e apontar a melhor forma de aproveitar seus recursos, o que acarretou na vitória portuguesa.

A decisiva utilização dos recursos hídricos do Cunene neste caso tem sido menosprezada pela historiografia. Dentre os resultados alcançados por este trabalho, identifica-se justamente a compreensão de que a apropriação e o conhecimento dos recursos hídricos foram mais decisivos nas batalhas do que o próprio desempenho militar português ou a superioridade no armamento. Visto que, nenhum destacamento militar com um número considerável de armas sobreviveria por semanas em uma região árida, com falta de água, o que levaria inclusive a perda dos animais que compunham a coluna. Apenas o controle sobre as cacimbas e o conhecimento do funcionamento das chanas poderia garantir uma vitória militar.

Embora as tropas portuguesas tenham saído vitoriosas, constata-se que a ocupação do Além-Cunene não foi suficiente para garantir o domínio colonial na região. É importante ter em vista que, o estabelecimento do poder colonial na região se restringia a alguns postos e fortes avançados, o que, definitivamente, não era o bastante para manter o controle sobre toda a região, especialmente sobre um grupo tão organizado politicamente na figura dos sobas. Apesar de sua relevância

e protagonismo na sua própria história, os grupos do Ovambo foram esquecidos pela historiografia oficial, que insiste em abordar as guerras coloniais como um exemplo da supremacia militar portuguesa, que em poucos anos, teria subjulgado toda a região.

A marginalização desse grupo é perceptível quando se observa que determinados eventos que até hoje são importantes para a história do cuamato e cuanhama, mantêm-se na historiografia oficial portuguesa e sul-africana com afirmações duvidosas. Como, por exemplo, o caso do assassinato do soba Mandume, um personagem que ainda nos dias de hoje tem as circunstâncias de sua morte tidas pelos povos do sul de Angola como uma incógnita, figura na historiografia portuguesa com a afirmação de que seu assassinato ocorreu a mando das autoridades sul-africanas.

A mesma ausência que pode ser verificada na historiografia, também pode ser observada ao longo dos debates sobre a delimitação da fronteira sul de Angola. Os grupos do Ovambo que, evidentemente, foram os mais afetados com a demarcação de uma fronteira que iria dividir seu território em duas colônias distintas, em momento algum figuraram nos debates, que se mantiveram ao longo de quase quarenta anos na pasta de discussão do Ministério das Colônias e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No que concerne à delimitação da fronteira pode-se identificar dois resultados pertinentes nessa pesquisa. O primeiro está relacionado à funcionalidade da fronteira para esses grupos locais. Embora não tenha ocorrido a participação desses grupos, a fronteira foi formalizada e de fato interferiu no dia a dia dos locais. Porém, percebe-se que sua existência foi, muitas vezes, desconsiderada por esses grupos que cruzavam a fronteira constantemente, inclusive para estabelecer nova moradia. Essa flexibilidade fez com que os mandatários dos dois lados da fronteira tivessem que adaptar suas ações de forma que atraíssem o maior número de pessoas possível, visto que o território sem as pessoas para produzir, colocava a prova à necessidade de possuir colônias.

É interessante constatar, no entanto, que a fronteira definida durante o colonialismo mantêm-se até hoje, delimitando as terras de Angola e Namíbia. Ao longo de todos esses anos de nova fronteira, percebe-se que a mesma fronteira que outrora, em tese, dividia a região, hoje atua como a responsável pela união dos dois lados. Hoje, essa fronteira é o meio de comunicação entre angolanos e namibianos, que aproveitam a fragilidade fronteiriça para circular pelos dois países.

O segundo resultado referente à delimitação da fronteira diz respeito ao papel do rio Cunene nos debates. Observa-se que

praticamente todos os acordos firmados pelo governo português referente a essa região só foram possíveis em virtude da posse territorial de um ponto importante do rio, a região das cataratas do Ruacaná. Durante todo período de negociação com o governo alemão, o ponto crucial estava em determinar quem ficaria com a posse dessa região, visto que ambos sabiam da sua utilidade para o desenvolvimento do plano colonial, motivo que gerou uma situação inédita no colonialismo africano que foi o estabelecimento de uma zona neutra, visto que por outros caminhos, nenhum dos dois impérios aceitava abrir mão das cataratas.

Com a saída das autoridades alemãs do debate, o governo português conseguiu garantir para si a posse das cataratas, fazendo com que, por muitos séculos, essas cataratas fossem utilizadas de forma estratégica em diversas situações. Embora pareça claro que o governo português tinha interesse na região por ser um local que apresenta potencial para o estabelecimento de barragens, concluo que o interesse português nas cataratas não estava em promover melhorias para sua região, mas sim, estando cientes da urgência de se promover projetos que fornecessem água para o Sudoeste Africano, poderia oferecer parte dos seus recursos hídricos em troca de apoio em questões políticas de relevância mundial.

A prova disto é que, enquanto os sul-africanos iniciavam uma série de pesquisas com vistas a desviar as águas do rio para a Damaralândia, o governo português só teve a iniciativa de utilizar os recursos hídricos para promover o povoamento da Ovambolândia algumas décadas depois, em um cenário político totalmente adverso daqueles anteriores. Essa nova postura política portuguesa, como foi apresentado, estava imbricada de propagandas governamentais que tinham o intuito de defender, perante a ONU e as demais nações, a existência de suas colônias que naquele momento passam a ser apresentadas como províncias ultramarinas. A elaboração de projetos como o Plano do Cunene que envolvia na sua base a utilização dos recursos hídricos do rio a partir da elaboração de esquemas de aproveitamento, nada mais era do que uma tentativa de apresentar um falso desenvolvimento na colônia.

Junto com todos esses projetos, o governo português viu a oportunidade de estabelecer novos acordos com a África do Sul que, aparentemente, tinham a intenção de elaborar barragens nas proximidades do Ruacaná com o propósito de fornecer energia elétrica para o Sudoeste Africano e promover melhorias na agricultura com a implantação dos regadios. No entanto, constata-se que por trás dos

debates em torno da utilização das águas do rio, firmavam-se acordos políticos que fortaleciam a união dos dois redutos brancos na África Austral, protagonizados pelo governo português e pelo governo da África do Sul, que nesse momento já contava com o Apartheid em pleno desenvolvimento. As duas nações iam de encontro a corrente de independências que vinha ocorrendo em toda África, inclusive com o início das guerras de independência em Angola e em Moçambique.

Outro fator que aponta para o fato de que o interesse do governo português estava longe de ser o exclusivo aproveitamento dos recursos hídricos está na ausência de sucesso econômico que esses projetos acarretariam para o governo. Importante ressaltar que a área Além-Cunene não figurava como destaque de produção a ponto de justificar a ocupação portuguesa como uma questão econômica. Além disso, durante muitos anos, o governo teve grandes desfalques financeiros ocasionados pela manutenção de guerras no território, seja para a ocupação ou para impedir a independência. Por fim, as obras de aproveitamento do Cunene que poderiam ser apontadas como um esforço para movimentar a economia colonial, não o foram, tendo em vista que as grandes empresas que mais faturavam com essas obras eram, em sua grande maioria, de procedência estrangeira, fazendo com que as divisas fomentadas com as obras nem se quer entrassem no território português. Sendo assim, fica evidente que essas ações buscavam trazer maior benefício a nível político do que econômico. Fato este que só foi possível com a posse de parte das águas do Cunene.

A presente tese buscou analisar as interações humanas na região do rio Cunene durante o colonialismo português em África com o fito de oferecer uma interpretação alternativa àquela historiografia colonial que suprime dos africanos o protagonismo de sua própria história. Infelizmente, em alguns estudos realizados fora do continente africano que abordam o tema do colonialismo, o papel dos africanos continua pequeno, da mesma forma que o era durante os debates coloniais. Assim, com o auxílio das análises em torno dos recursos hídricos do Cunene, puderam ser apresentados novos resultados para um assunto, em tese, já tão debatido.

Por fim, destaca-se que este trabalho não teve a intenção de abarcar todas as análises sobre o tema, entendendo que todo estudo histórico envolve escolhas. Infelizmente, não foi possível fazer parte da pesquisa diretamente em Angola, o que certamente traria resultados interessantes. Porém, entende-se que este trabalho, que visou ajudar a fechar algumas lacunas historiográficas, acabou apontando para novos questionamentos, que poderão ser respondidos em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Campanha do Sul de Angola.** Relatório do General Pereira de Eça - com um estudo político de João de Castro - e uma carta do general João Jalles. Lisboa: Tipografia Lusitania, 1922.
- AFONSO, Aniceto. Guerra Colonial – Uma Aliança Escondida. In: **Nação e Defesa**. N. 124, 4ª série, 2009.
- AJAYI, J. F. Ade. África no início do século XIX: problemas e perspectivas. In: AJAYI, J. F. Ade (org.). **História Geral da África – VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.
- ALVES, Jorge Manuel Santos; RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar. O Funcionamento da Comissão de Cartografia visto através do Arquivo da sua Secretaria (1910 – 1936). In: SANTOS, Maria Emília Madeira; LOBATO, Manuel. (org). **O Domínio da Distância**. Lisboa: Departamento de Ciências Humanas, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.
- ARRUDA, Gilmar (org.). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
- BARATA, José Fernando Nunes. O aproveitamento do Cunene e o desenvolvimento do Sul de Angola. In: **Reordenamento**: Revista da Junta Provincial de Povoamento de Angola, Luanda, nº 17, jul - set 1970.
- BARROSO, Luís. **Salazar, Caetano e o “Reduto Branco”**: A manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951 – 1974). Porto: Fronteira do Caos Editores Ltda, 2012.
- BARROSO, Luís Machado. **Salazar e Ian Smith**: O Apoio de Portugal à Rodésia (1964-1968). Lisboa: Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2009.
- BERNARDO, Luis Miguel. **Cultura Científica em Portugal**: uma perspectiva histórica. Porto: U. Porto Editorial, 2013.
- BITTENCOURT, Marcelo. **“Estamos juntos” O MPLA e a luta anticolonial** (1961 – 1974). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2002.
- BITTENCOURT, Marcelo. Partilha, resistência e colonialismo. In: BELLUCCI, Beluce (coord.) **Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: CEAA/CCBB, 2003.
- BONIFÁCIO, Cleovamir José; HENKES, Jairo Afonso. Redução dos remanescentes de Andasonia Digitada (Imbondeiro, Embondeiro ou Baobá) no perímetro de Luanda. In: **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v.1 , n.1, 2012.

- BORGES, Ana Carolina da Silva. **Nas margens da história: meio ambiente, ruralidade e comunidade no Pantanal Norte (1870-1930)**. 500. ed. Cuiabá: EdUFMT e TantaTinta, 2010.
- CALDEIRA, Arlindo (ed.) **O Sul de Angola no início do Século XX: Cadernos de guerra do coronel Alberto Salgado**. Lisboa: CEPCEP, 2011.
- CAPELA, José. **Burguesia mercantil do Porto e as colónias**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 1975.
- CAPELLO, Hermenegildo & IVENS, Roberto. **De Angola à Contracosta: Descrição de uma viagem pelo continente africano**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.
- CASTELO, Cláudia. **Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun.2012
- CASTELO, Cláudia. **O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920 - 1974)**. Porto: Edições Afrontamentos, 2007.
- CASTRO, Velloso de. **A Campanha do Cuamato, em 1907**. Loanda: Imprensa Nacional, 1908.
- COELHO, Adelino de Matos. O expansionismo alemão em África. In: **Revista Militar**. Nº 2548, maio de 1914.
- CONTREIRAS JÚNIOR, Manoel Francisco. Massacre do Cunene. In: **Cadernos Coloniais**, nº 44, Lisboa. Edições Cosmos, 1937.
- CORREIA, Alberto Carlos Germano da Silva. **Os Cuanhamas: contribuições ao seu estudo antropométrico e etnográfico**. Porto: Tip. Rangel Bastorá, 1930.
- COSTA, Eduardo. **A questão do Cuanhama (Sul de Angola)**. Lisboa: Typographia Universal, 1906.
- DIAS, Gastão Sousa. **Pioneiros de Angola: Explorações portuguesas no sul de Angola (séculos XVII e XVIII)**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971.
- DIREITO, Barbara. Terra e africanos no pensamento colonial português, c. 1920 – c. 1945. In: **Análise Social**, 213, XLIX (4º), 2014.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.
- ESTERMANN, Carlos. **Etnografia de Angola (sudoeste e centro): coletânea de artigos dispersos. Volume I**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

- ESTERMANN, Carlos. **Etnografia de Angola (sudeste e centro):** coletânea de artigos dispersos. Volume II. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.
- FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, mitos e realidades.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
- FEIO, Mariano. O plano de Schwarz e o aproveitamento do rio Cunene. In: **Geographica: Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa.** A. 1, nº 4 (out. 1965).
- FELIPE, Emílio. **Viagem pelo sul de Angola.** - A Fronteira da Água. [s/d]
- FERNANDES, A.; RIBEIRO, C. O desvio recente do Rio Cunene (sul de Angola) para o mar. In: **Memórias e Notícias,** nº 3 (nova série), 2008. Coimbra.
- FERNANDES, Marisa Alexandra Santos. Geopolítica da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. In: **Revista de Ciências Militares,** vol. II, Nº 1, maio 2014.
- FERRÃO, C. A. Neves. A hidrogeologia e o problema do abastecimento de água ao Baixo Cunene. In: **Garcia de Orta: Revista da Junta de Investigações do Ultramar,** vol. 9, nº 3, 1961
- FREUDENTAL, Aida. Voz de Angola em tempo de Ultimato. In: **Estudos Afro-Asiáticos,** ano 23, nº1, 2001.
- GONÇALVES, José Manuel. **Valoração econômica da água no Baixo Cunene e médio Uruguai em função dos direitos e mudanças institucionais.** Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2003.
- HOAG, Heather J. **Developing the rivers of East and West Africa: a environmental History.** New York: Bloomsbury, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789 – 1848).** São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875 – 1914).** São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. LIX, 1986.
- LEBRE, António. **Costumes gentílicos dos povos de além Cunene.** Extracto das Actas do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Porto: Edições da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, 1934.
- LIMA, David Martins de. **A Campanha dos Cuamatos.** Lisboa: Livraria Ferreira, 1908.

- LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história das suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MAIA, Carlos Roma Machado de Faria e. A modificação geofísica da peneplanície do Owampo ou a invasão do Vale do Cunene-Canhama pelo deserto do Calaári. In: **A Terra: Revista Portuguesa de Geofísica**. N. 23, Coimbra, Março de 1936.
- MATZNETTER, Josef; Francfort, M. **Novos aglomerados de brancos e pretos na região do Cunene no Distrito de Huila**. [196?] - Tradução de WieBe und schwarze Neusiedlung im Cunene-Geiet des Distriktes Huila (Angola). Disponível no CDI, ICT, Cota 12297 – MLITD.
- MAIA, Carlos Roma Machado de Faria e. **O sul de Angola e as águas do Rio Cunene**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1922.
- MARQUES, A.H. de Oliveira (org). **Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Africano (1890 – 1930)**. Lisboa: Editora Estampa, 2001.
- MARQUES, Eduardo Augusto. **As operações militares no sul de Angola em 1905**. Lisboa: Typographia do annuario commercial, 1907.
- MARQUES, Silvino Silvério. Salazar e a defesa do Ultramar. In: **Africana**. N° 7, setembro 1990. Centro de Estudos Africanos. Universidade Portuguesa.
- MARTINS, Leonor Pires. **Um Império de Papel: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875 – 1940)**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- MONTEIRO, Henrique Pires. **Pacificação do sul de Angola**. Lisboa: Gráfica Minerva, 1947.
- NETO, José Pereira. **O Baixo Cunene: subsídios para o seu desenvolvimento**. Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais. Lisboa, n° 68, 1964.
- NOWELL, Charles E. **The Rose-Colored Map: Portugals attempt to build a African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean**. Junta de Investigação Científica do Ultramar. Centro de Estudos de Cartografia Antiga. Secção de Lisboa 21. Lisboa, 1982.
- OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. **Os Caminhos Históricos das Fronteiras de Angola**. Luanda: Cefolex, 2010.
- PADRÃO, Cerviño. **A colonização do sul de Angola (1485 – 1974)**. Sintra: Gráfica Europam, 1998.
- PÉLISSIER, René. **História das Campanhas de Angola: Resistência e Revoltas (1845 – 1941)**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 2013.
- PEREIRA, Alvaro. Água em Angola: a insustentável fraqueza do sistema institucional. In: **Revista Angolana de Sociologia**. [Online],

- 8 | 2011, posto online no dia 29 Julho 2013, consultado no dia 27 Abril 2014. Disponível em: <http://ras.revues.org/519> ; DOI : 10.4000/ras.519.
- PEREIRA, Ana Leonor. A recepção do Darwinismo em Portugal. In: PEREIRA, Ana Leonor, et. Al. **A natureza, as suas histórias e seus caminhos**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- PEREIRA, Victor. A economia do império e os planos de fomento. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org). **O Império Colonial em Questão** (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições. Lisboa: Edições 70 Lda.
- PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. São Paulo: EDUSC, 1999.
- REIS, Bruno Cardoso. As primeira décadas de Portugal nas Nações Unidas. Um Estado pária contra a norma de descolonização. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (org.). **Portugal e o fim do colonialismo**: dimensões internacionais. Lisboa: Edições 70, 2014.
- ROCHA, Leonor. Legislação de avaliação de impacte ambiental: um estudo comparativo entre Portugal e Angola. In: **Praxis Archaeologica** 4, 2009.
- RODNEY, Walter. **Como a Europa desenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- RODRIGUES, Eugénia. Francisco José de Lacerda e Almeida: viagem e ciência na África Oriental (1797 – 1798). In: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; RIBAS, André Akamine. **Francisco José de Lacerda e Almeida**: Um astrônomo paulista no sertão africano. Curitiba: Editora UFPR, 2012.
- RYAN, James R.. Introdução. Fotografia Colonial. In: VICENTE, Filipa Lowndes (Org.). **O Império da Visão**: Fotografia no contexto colonial português (1860-1960). Lisboa: Edições 70, 2014.
- SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SALAZAR. **Antologia**: Discursos, entrevistas, artigos, teses, notas e relatórios (1909-1966). Coimbra: Editora Limitada, 1966.
- SALAZAR, António Oliveira. **O pensamento de Salazar**: Portugal e a campanha anticolonialista. Discurso pronunciado por sua excelência o presidente do Conselho, professor doutor Oliveira Salazar, na sessão da Assembleia Nacional de 30 de novembro de 1960. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1960.
- SALAZAR, António Oliveira. **O pensamento de Salazar**: O Ultramar Português e a ONU. Discurso proferido por sua excelência o presidente do Conselho, Prof. Doutor Oliveira Salazar, na sessão extraordinária da

Assembleia Nacional, em 30 de junho de 1961. Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, 1961.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Capelo e Ivens: Um fecho europeu para uma tradição nacional.** Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Das travessias científicas à exploração regional em África:** uma opção da sociedade de geografia de Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 1991.

SANTOS, Maria Emília Madeira. Em Busca dos Sítios do Poder na África Centro Ocidental. Homens e Caminhos, Exércitos e Estradas (1483-1915). In: HEINTZE, Beatrix; OPPEN, Achim von (eds). **Angola em movimento:** Vias de transporte, comunicação e História. Frankfurt: Lembeck, 2008.

SANTOS, Maria Emília Madeira. **Travessias Científicas da África Recursos e Dependências.** Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1987, série separatas 185.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças:** Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870 – 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHOWERS, Kate B: ‘**Electrifying Africa:** an environmental history with policy implications’, *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography* 93 (3): 193–221, 2011.

SILVA, Ana Paula; PAULA, Simoni Mendes de. **Electrifying Africa – rivers management in the late Portuguese colonialism.** (Artigo no prelo).

VARÃO, António Fernandes. **Investidas alemãs ao sul de Angola:** subsídios para a História. Lisboa, 1934.

VIEIRA, Carla da Costa. **Os Portugueses e a travessia do continente africano:** projectos e viagens (1755 – 1814). Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Universidade de Lisboa, 2006.

WALDMAN, Maurício. O Baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial. In: **África: Revista de Estudos Africanos.** USP, São Paulo, número especial 2012.

WESSELING, Henri. **Dividir para Dominar:** A partilha da África (1880 – 1914). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 2008.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola.** Lisboa: Edições Tinta da China, 2013.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (org). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

Sites consultados

Álbum de Velloso de Castro, Arquivo Histórico Militar. Disponível em: <http://arqhist.exercito.pt/details?id=158369> (Acesso em 12 de outubro de 2014).

Carta da ONU, p. 41. <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf> (Acesso em 15 de maio de 2015).

Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>> (acesso em 10 de janeiro de 2014).

HOGAN, C Michael. **Kunene River**. Disponível em: <<http://www.eoearth.org/view/article/174385/>> (acesso em 20 de dezembro de 2013).

Legislação Nacional, Lei nº 11/87 de 7 de Abril de 1987, artigo 30º. Disponível em: <<http://www.iapmei.pt/acessivel/iapmei-leg-03.php?lei=162>> (Acesso em 20 de maio de 2015).

Memórias d'África e d'Oriente. Disponível em: <<http://memoria-afrika.ua.pt/Library/CGP.aspx>> (acesso em 10 de janeiro de 2014).

O Rio Cunene: estudo morfológico. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1970-09/09_01.pdf> (acesso em 20 de dezembro de 2013).

Organização das Nações Unidas - Disponível em <<http://www.un.org/waterforlifedecade/background.shtml>> (Acesso em 10 de abril de 2014).

Organização das Nações Unidas - Disponível em: <<http://www.un.org/waterforlifedecade/afrika.shtml>> (Acesso em 10 de abril de 2014).

RODRIGUES, Cristina. Esta Fronteira Não Existe (This Border Does Not Exist). Portugal, 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10071/3029>>. (Acesso em 20 de novembro de 2015).

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino

Adjudicação das obras do esquema de bombagem de Calueque, construção Civil. Grupo de Trabalho do Cunene e Cuvelai, Conselho Superior de Fomento Ultramarino. Ministério do Ultramar, 1969. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1178/08336.

AGUIAR, José de. Relatório das operações executadas desde 1º a 25 de setembro de 1904 pela columna de operações ao Quanhama. Arquivo Histórico Ultramarino, SEMU/DGU/979, p. 40.

Aproveitamentos do Cunene. Ministério do Ultramar, Inspeção-Geral do Fomento, 1954. Arquivo Histórico Ultramarino, A2.127.04/0024.00149.

Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Cunene, em Matala. Parte Descritiva, tomo I. Ministério do Ultramar, 1951. Arquivo Histórico Ultramarino, cota PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1186/0387.

Aproveitamento Hidráulico e Colonato do Cunene, 1963. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/CSFU/A2.127.04/0024.00148.

Barragem do Calueque – Indemnizações. 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino. PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1180/00132.

CARRIÇO, Jacinto dos Santos; Pereira, Francisco Sá. Relatório de uma visita de estudo ao Cuanhama efectuada por incumbência do secretário provincial de fomento rural. Nova Lisboa, 1973, p. 1. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1175/00431.

Certidão processo de expropriação da exploração pecuária Ruth Kisker, 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino. PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00128.

Concurso público para realização de documentários cinematográficos sobre o empreendimento do Plano do Cunene. Agência Geral do Ultramar, Ministério do Ultramar, 1973. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1193/00288.

Conjunto de fotografias. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1178/05729.

COSTA, José Carvalho Alves. Abastecimento de água ao Baixo Cunene: situação actual e possibilidades. Serviço de Geologia e Minas, Província de Angola. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/DGOPC/CDTE 9/1290 - 1/2 OP05252.

Cunene River Hydrological Studies. South West Africa Administration, 1966. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1178/01337.

D'ÊÇA, Pereira. Relatório da campanha sul d'Angola 1915. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/DGC/1L/1100.

Diário Oficial, I Série, nº 158, 2º semestre de 1974. Gabinete do Plano do Cunene, Portaria 421/74, p. 796. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00215.

Diário Oficial do Governo, III Série, Número 235, 4 de outubro de 1952. Arquivo Histórico Ultramarino, MUU/DGOPC/CDTE/OP06417.

Diário Oficial do Governo, III série, número 193, de 19 de agosto de 1953, MUU/DGOPC/CDTE/OP06418.

Divulgação do “Esquema do Cunene”. Agência Geral do Ultramar, 1973, p. 3. Arquivo Histórico Ultramarino, Cota PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1193/00115.

Doc. 14: 1785, Maio, 20. Luanda. Ordem do Barão de Moçâmedes para a tropa transportada na fragata Luanda que se destina à exploração dos sertões de Benguela, foz do rio Cunene e altura do Cabo Negro. Arquivo Histórico Ultramarino, código 1642, ff. 54-61v.

Empreitada de “Desmatação de terras da Fase Piloto do Regadio Quiteve-Humbe”, Programa de Trabalhos, 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00215.

Empreitada de Desmatação da 1ª Fase do Regadio do Quiteve-Humbe. Despacho de Joaquim Forte de Farias, 02 de outubro de 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00128.

Gabinete do Plano do Cunene – Estudos e Projectos, Nota síntese, 1975. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1193/00123.

GÓIS, Carlos Augusto Quintela. Regularização do Rio Cunene para o aproveitamento do Ruacaná, p. 1967. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1187/00134.

MACHADO, Carlos Roma. Correspondência para o Ministro das Colónias. Fronteira Sul de Angola – Desvio das águas do Rio Cunene. [s/d], p. 3. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/DGAPC/1H/1180.

MARQUES, Eduardo. Estudo preparatório das futuras operações na margem esquerda do rio Cunene e das medidas a adoptar para garantir a segurança dos territórios da margem direita do mesmo rio. 1905. Arquivo Histórico Ultramarino, SEMU/DGU/1L/969-970.

MOREIRA, Jaime. Cunene – a porta do progresso. Notícias. 23 de fevereiro de 1974. Disponível no Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1193/00123.

M.P.L.A – Plano do Cunene, p. 10. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1170/00120.

Parecer nº 10/67 – Esquema de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do Cunene, 1967, p. 24. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/CSFU/A2.127.03/0015.00084.

Processo relativo à desmatização do Quiteve-Humbe, 1974-1977. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00215.

Relatório de uma missão especial ao sul de Angola por Coronel Ernesto Machado. Ministério das colônias. Direcção Geral das Colônias do Ocidente. Repartição de Angola e S. Tomé. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/DGAPC/1180-1h, Processo nº 265–E. 1925.

Relatório de uma missão especial ao sul de Angola por Coronel Ernesto Machado. Ministério das colônias. Direcção Geral das Colônias do Ocidente. Repartição de Angola e S. Tomé. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/DGAPC/1180-1h, Processo nº 265–E. 1925.

Requerimento da Firma Meca – Mecanização Agrícola, LDA. Gabinete do Plano do Cunene, 1974. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1199/00128.

Telegrama para Direcção Geral do Ultramar. Arquivo Histórico Ultramarino, SEMU/DGU/979.

Telegrama de José Maria Teixeira Guimarães. Arquivo Histórico Ultramarino, MU/DGC/1L/1100.

Visita de estudo ao Sudoeste Africano. Relatório. Grupo de Trabalho Cunene e Cuvelai. Conselho Superior de Fomento Ultramarino, p. 1969, p. 1. Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1170/00295.

Cartografia

Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_CARTi_001,D.441. Escala: 1:250.000.

Arquivo Histórico Ultramarino, Mç 969-970 – mapa 2.

Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_CARTm_001,D.1542, escala 1: 100000.

Arquivo Histórico Ultramarino, PT/IPAD/MU/CSFU/GPC/1183/18780. Escala 1:1000000.

Arquivo Histórico Ultramarino, AHU_CARTm_001, D.1556.

Carta das possessões portuguesas da África meridional segundo as convenções celebradas em 1891 [Material cartográfico]/ Comissão de Cartographia – 2ª ed.. Escala 1:6000000 [Lisboa], 1891. Paris: Erhard F[re]res Rue Denfert- Rochereau, 35 bis. Litografia, color. 47,80 x 66,00 cm, em folha de 55,00x72,30 cm.

D'OLIVEIRA. A. A travessia de Capello e Ivens na África Austro-Equatorial ou a ligação das províncias de Angola e Moçambique, 1884-1885. Escala: 1:25 000 000. Litografia em papel; Colorida; 470x 445. Comissão de Cartografia. Disponível no Instituto de Investigação Científica Tropical.

Esbôço das principais viagens de penetração e exploração do continente africano feitas pelos portugueses no século XIX. Disponível em: <<http://www.socgeografialisboa.pt/wp/wp-content/uploads/2010/01/Apresenta%C3%A7%C3%A3oCinf%C3%A3es1.pdf>> (acesso em 30 de março de 2014).

L'Ethiopie Occidentale. Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b7759546g.f1.langPT>> (acesso em 20 de março de 2014).

Periódicos

A Zona Neutra do Sul de Angola: os nossos incontestáveis direitos á posse integral das cataratas e rápidos do Sul de Angola serão outra vez postergados?. **Diário de Notícias**. 12 de outubro de 1921, capa.

Angola na senda do progresso. O "Plano do Cunene" - obra grandiosa, revolução social. **Diário de Notícia**, 05 de dezembro de 1973.

Intercâmbio técnico e económico luso-belga revela-se com particular grandeza no campo das indústrias eléctricas. **Jornal O Século**, 03 de outubro de 1953.

O António Maria, 5 de março de 1881, n. 92, vol. III, p. 73.

O Occidente, 01 de janeiro de 1878, n.1, vol. I, p. 6.

O Occidente. 01 de março 1884, n. 187, vol. VII, p. 54.

O Occidente. 11 de janeiro de 1885, n. 218, vol. VIII, p. 10.

O Occidente. 01 de março de 1885, nº 223, vol. VIII, p. 55.

O Occidente, 21 de setembro de 1885, n. 243, vol VIII, p. 209.

O Occidente, 01 de janeiro de 1890, n.397, vol. XIII, p. 03.

O Occidente, 21 de março de 1890, n. 405, vol XIII, p. 67.

O Thalassa: semanário humorístico e de caricaturas. 27 de fevereiro de 1914, n. 49, p. 04 -05.

Pontos nos ii, 09 de janeiro de 1890, n. 237, [s/p].

Pontos nos ii, 19 de setembro de 1885, n. 20, p. 153.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Relatório nº 1678 sobre o Massacre do Cunene. Secretariado Nacional de Informação, Censura, cx. 573, mct. 1, relatório n.º 1678, 15 de março de 1942. PT/TT/SNI-DSC/35/1/01678. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo das Fronteiras

Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da União da África do Sul para regular o uso da água do Rio Cunene, produzir energia hidráulica, inundação e irrigação no território mandatado do Sudoeste da África, 26 de junho de 1926. Arquivo das Fronteiras do Ultramar, C. Cartografia, cx azul 02, sobre 19.

Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da União da África do Sul para regular o uso da água do Rio Cunene, produzir energia hidráulica, inundação e irrigação no território mandatado do Sudoeste da África. Arquivo das Fronteiras do Ultramar, C. Cartografia, cx azul 02, sobre 19.

Acta final assinada em Kakeri, junto ao marco nº 47, em 23 de setembro de 1928. Arquivo das Fronteiras. C. Cartografia, cx azul 02, sobre 21.

Comissão de Cartographia, Lisboa, 20 de maio de 1895. Arquivo das Fronteiras, CxP26V01.

Comissão de Cartographia, Lisboa, 14 de dezembro de 1896. Arquivo das Fronteiras, CxP26V01.

Correspondência do Ministério das Colônias, janeiro de 1912. Arquivo das Fronteiras, CxP27V03Cubango-Cunene1911-120001.

Correspondência do Ministério das Colônias, 28 de dezembro de 1911. Arquivo das Fronteiras, CxP27V03Cubango-Cunene1911-120001.

Correspondência do Ministério das Colônias, 13 de junho de 1913. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21. Ofício confidencial numero 45, do Governador de Mossamedes, em que trata da fronteira sul e da necessidade de limita-la. 13 de abril de 1895, Arquivo das Fronteiras, CxP26V01.

Fronteira Sul de Angola e aproveitamento das águas do Cunene – Original manuscrito da acta da Comissão de Delimitação da Fronteira.

Assinada em 5 de julho de 1920. Arquivo Fronteira Ultramarina, C. Cartografia, cx azul 02, sobre 18.

Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direcção Geral dos Negócios políticos e diplomáticos. Lisboa, 5 de novembro de 1901. Arquivo das Fronteiras, CxP26V02.

Arquivo Histórico Diplomático

A delimitação do sul de Angola: uma questão muito delicada que a missão portuguesa deve estudar e resolver. Diário de Lisboa, 22 de abril de 1926. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colónia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

A obra colonial dos portugueses: a justificação dos nossos processos coloniais baseia-se em factos insofismáveis – Ouçam-se os que mais têm trabalhado no Sul de Angola e provar-se-á a deslealdade dos que pretendem contrariar os direitos dos portugueses, [s/d]. Arquivo Histórico Diplomático, Limites do Sul de Angola. Relações com a África do Sul. Convénio com a União, 1926/1929. cota 3º piso, Armário 9, Maço 23.

Acordo provisório entre autoridades militares portuguesas e britânicas, 08 de janeiro de 1916. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colónia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Correspondência da Legação de Portugal em Londres, 8 de setembro de 1916. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colónia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Correspondência de Augusto de Vasconcellos, 22 de junho de 1926. Limites do Sul de Angola. Relações com a África do Sul. Convénio com a União, 1926/1929. cota 3º piso, Armário 9, Maço 23.

Correspondência de Augusto de Vasconcellos, 01 de julho de 1926. Limites do Sul de Angola. Relações com a África do Sul. Convénio com a União, 1926/1929. cota 3º piso, Armário 9, Maço 23.

Correspondência do Ministério das Colónias, 22 de julho de 1920. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colónia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

Correspondência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, direcionada ao representante de Portugal na Inglaterra, 25 de setembro de 1916. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de

Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Correspondência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Couceira da Costa, dirigida ao ministro das Colônias, 11 de fevereiro de 1919. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

Correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 27 de setembro de 1910. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Correspondência do Ministério da Marinha e das Colônias, 18 de agosto de 1911. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Correspondência da Direção Geral das Colônias, Ministério das Colônias. 14 de fevereiro de 1913. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Correspondência do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro da Marinha e Colônias, Lisboa, 21 de dezembro de 1910. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Correspondência do Ministro da Marinha e Colônias ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 23 de março de 1911. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Correspondência Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28 de abril de 1911, Lisboa. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Correspondência Ministério da Marinha e das Colônias, 26 de maio de 1911, Lisboa. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Diário Oficial do Governo, I série, 2º semestre de 1970, nº 250, p. 1589. MACHADO, Ernesto. Relatório da minha missão especial no sul de Angola em janeiro-fevereiro de 1925^a, p. 29. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

MACHADO, Ernesto. (1925b). Relatório da minha missão no sul de Angola em julho-outubro de 1925, p. 46. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

O Sul de Angola: As exigências da Alemanha são derivadas da nossa falta de tato diplomático e da incúria e abandono a que temos votado o nosso domínio colonial. Jornal O Século, 16 de fevereiro de 1912. Arquivo Histórico Diplomático. Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1895/1918. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 21.

Relato do Tenente-Coronel António Gorjão Couceiro d'Albuquerque, 28 de novembro de 1923. Arquivo Histórico Diplomático, Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

Relato do Tenente-Coronel Henrique Pires Monteiro, 25 de novembro de 1923. Arquivo Histórico Diplomático, Limites do Sul de Angola. Fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, 1919/1925. Cota 3º piso, Armário 9, Maço 22.

The Angola Boundary Dispute. Rand Daily Mail, 07 de maio de 1926. Arquivo Histórico Diplomático, Limites do Sul de Angola. Relações com a África do Sul. Convénio com a União, 1926/1929. cota 3º piso, Armário 9, Maço 23.

Sociedade de Geografia de Lisboa

Relatório da viagem em 1896 empreendida pelo governador de Mossamedes. In: **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, 16ª série, nº 3, 1897.

MACHADO, Carlos Roma. O desvio das águas do rio a região Cuamato-Cuanhama. In: **Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa**. 1921, 39ª série, nº 7-12.

Boletim Geral das Colónias

MACHADO, Carlos Roma. A região Cuamato-Cuanhama celeiro do planalto. Sua questão indígena e relação com a Fronteira sul de Angola. Repovoação e cultura. **Boletim Geral das Colónias**. 19(3). Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1927, p. 77.

BOSSA, José S. Ferreira. O regime de concessão de terras aos indígenas nas colônias de África. **Boletim Geral das Colónias**. Ano XI, 1935, vol. 117.

GLOSSÁRIO

Cacimba: cova aberta em terreno úmido ou pantanoso, para recolher a água presente no solo que nela se acumula.

Chana: Planície com vegetação baixa. No período de chuvas, a chana dá vazão á água do rio criando áreas de inundações.

Embala: Local onde se estabelecia o poder central, habitado pelo soba.

Libata: Grupo de casas típicas do sul de Angola.

Mucunda: Forma de divisão administrativa no sul de Angola no início do século XX.

Mulola: Braço do rio que enche apenas nos períodos de cheias.